



Fetrafi/NE

30
anos
FETRAFI * **NE**

Luta e Transformação na Representação Sindical do Ramo Financeiro

Márcio de Oliveira Rodrigues
Carlos Eduardo Bezerra Marques

2023 – 1ª Edição



**Luta e Transformação na
Representação Sindical do
Ramo Financeiro**

30 ANOS FETRAFI NORDESTE:

Luta e Transformação na Representação Sindical do Ramo Financeiro

Autores Carlos Eduardo Bezerra Marques
Márcio de Oliveira Rodrigues
Revisão Sandra Jacinto – CEO1683JP
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa Normando Ribeiro – CEO0043DG
Impressão Gráfica e Editora Ellen
Tiragem 500 unidades
Ano de Publicação 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rodrigues, Márcio de Oliveira

30 anos FETRAFI Nordeste : luta e transformação na representação sindical do ramo financeiro / Márcio de Oliveira Rodrigues, Carlos Eduardo Bezerra Marques. – 1. ed. – Fortaleza, CE : Ed. dos Autores, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-73323-5

1. Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (FETRAFI-NE) - História I. Rodrigues, Márcio de Oliveira. II. Título.

23-162177

CDU-332.20981

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste : História
332.20981

Aline Grazielle Benitez – CRB-1/3129



Filiada a



Sindicatos filiados





Carlos Eduardo Bezerra Marques

é graduado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Ceará. É funcionário do Banco do Brasil desde 2001 e desde 2003 atua no movimento sindical bancário. Em 2009 foi eleito presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, entidade que comanda até os dias atuais, sempre na defesa intransigente dos direitos da categoria bancária, da democracia e lutando por uma sociedade mais justa para todos e todas. Representa ainda os trabalhadores bancários do Ceará no Comando Nacional dos Bancários e desde 2011 é também presidente da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (Fetrafi/NE). Foi também candidato a vereador e a deputado federal. Carlos Eduardo é ainda pai de Marina, Natália e Sofia e esposo da Elen.

Márcio de Oliveira Rodrigues

É jornalista por formação (UFPR-1991), publicitário (UFPR-1993) e mestre em Educação (PUC-PR, 2006).

Atualmente é produtor e apresentador do Mundo do Trabalho, um programa jornalístico veiculado semanalmente na Rádio Universitária FM, de Fortaleza, emissora pública vinculada à Universidade Federal do Ceará. Foi professor universitário entre 2007 e 2012; e repórter, redator e editor nos jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná (entre 1990 e 2012). Esteve dirigente sindical, operando em favor da categoria dos jornalistas brasileiros entre 2006 e 2012, atuando como diretor de Defesa Corporativa (2006-2009) e diretor presidente (2009-2012) do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR). Foi da corrente anarquista durante a graduação, sempre combatendo os conservadores, os agrobóys da UDR e a direita no período pós anos de chumbo no efervescente movimento estudantil da UFPR (entre 1986 e 1993). É pai do Bernardo e da Isabelle, e companheiro da Cristiane.



AGRADECIMENTOS

O livro em comemoração aos 30 anos da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (FETRAFI-NE) é fruto de uma coletividade de dirigentes preocupados em construir uma memória para a entidade. É o primeiro passo para que essa memória sirva como exemplo de uma Federação com passado respeitado por seus integrantes. Embora haja empenho, interesse e vontade política, nem todas as forças envolvidas neste vasto território compreenderam a intenção de construir esse resgate histórico da mesma forma.

No entanto, não se pode negar a força e a dedicação de algumas pessoas para transformar esse esforço num livro digno da História da FETRAFI-NE. Nesse sentido, é importante listar aqui pessoas que, desde o primeiro momento, sempre estiveram ao lado dos autores para ajudar e contribuir à empreitada e fazer do livro uma realidade. A assessora da entidade, Claudenize Lemos, foi quem a dedicação e o empenho resultou em preencher as lacunas quando o projeto parecia encontrar barreiras intransponíveis. Articulada e objetiva, Denize (como é chamada) sempre auxiliou o trabalho e ajudou a fazer com que ele fosse concluído a contento. Nosso muito obrigado a ela.

Agradecimento a direção-executiva da Federação, mas também aos presidentes dos Sindicatos filiados pois foram apoiadores constantes para realização das pesquisas, entrevistas, encaminhamento dos documentos e apoio institucional para a construção da obra.

Com esse mesmo espírito de parceria e ajuda, estiveram a jornalista Sandra Jacinto e o diagramador Normando Ribeiro, ambos funcionários do Sindicato dos Bancários do Ceará. Deixamos aqui ainda, nosso

agradecimento aos assessores de imprensa dos sindicatos filiados que colaboraram para a concretização da obra, todos fundamentais para acessar informações referentes às entidades onde trabalham. Um salve especial para Beatriz Albuquerque, de Pernambuco; João Henrique, do Piauí; Fernando Alencar, do Cariri; o historiador Rui Leitão, da Paraíba; Otávio Ivson, também da Paraíba; Letícia Alves, da assessoria da FETRAFI-NE. Nosso muito obrigado ainda à diretora de Comunicação do Sindicato de Campina Grande, Andrezza Leite.

Os camaradas da F. Santos Produções, por construírem conosco o momento de ouvir os personagens responsáveis por contar a história a partir de suas memórias dos momentos de luta. O diretor de fotografia Fabrício Santos, o operador de câmera Jailton Mendes e o “som direto” Afonsino Albuquerque, parceiros nas entrevistas. Momentos ricos, cheios de emoção em ouvir a história viva do nosso passado recente e a contar a história a partir de ricas vivências.

Agradecemos ainda a direção da FETRAFI-NE que tomou a iniciativa de autorizar a produção dessa obra para dar o primeiro passo na construção de uma memória coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro do Nordeste do Brasil, ao imprimir uma obra onde a história de milhões de brasileiros têm exemplos de vida e dedicação à coletividade por meio do enfrentamento às mazelas do capital com a luta da classe trabalhadora unida. Importante agradecer também a disponibilidade de dirigentes e lideranças históricas sem as quais não teríamos conexos políticos e temporais na construção do texto.

Avante companheiros com os 30 Anos de Luta e Transformação na Representação Sindical do Ramo Financeiro.

PREFÁCIO

A Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro no Nordeste (FETRAFI/NE) chegou aos seus 30 anos de muitas lutas e conquistas. Desde 1992, a Federação, que antes se chamava FETEC/NE (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Nordeste), vem organizando a categoria na região, fortalecendo sua atuação em defesa dos direitos dos bancários e bancárias, engajando-se em lutas sociais e consolidando a mobilização dos bancários do Nordeste e nacionalmente.

Hoje, a FETRAFI/NE é a terceira maior federação de bancários do Brasil e tem um dos maiores índices de sindicalização do país, pois dos 41 mil bancários de sua base, 31 mil são sindicalizados aos seus sindicatos filiados (Alagoas, Campina Grande, Cariri, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí), o que faz com que essa Federação seja um dos mais importantes instrumentos de consolidação do modelo de organização da nossa categoria. A Fetrafi/NE é muito importante para a Contraf-CUT, pois tem um papel fundamental no Comando Nacional dos Bancários e ajuda também na unidade nacional, junto a outras federações. A FETRAFI/NE coordena com maestria a luta dos sindicatos filiados à ela, fortalecendo a luta desses para atender as demandas dos bancários.

Nesses 30 anos de existência, a FETRAFI/NE lutou sempre pela melho-

ria da qualidade de vida dos bancários, seja nas agências físicas ou digitais, seja nos departamentos, em bancos públicos e privados, ou até mesmo para aqueles que prestam serviço a essas instituições, em startups, terceirizadas, financeiras etc. Por isso, deixou de ser FETEC/NE e virou FETRAFI, para ampliar a representatividade para todo o ramo financeiro da região. Além disso, a Federação também se manteve atuante no cenário político, econômico e social, na resistência contra os governos neoliberais, no pós-golpe de 2016 e na defesa intransigente da nossa democracia.

A entidade organizou a luta em defesa da Previdência, contra a reforma trabalhista, contra a terceirização, em defesa dos bancos públicos e contra a privatização e atuou firme, junto ao Comando Nacional dos Bancários, pela defesa da vida dos bancários durante a pandemia da Covid-19, garantindo a ampliação e regulação do teletrabalho, medidas sanitárias de proteção, redução da jornada, suspensão das demissões durante a pandemia e inserção da categoria bancária no plano nacional de vacinação.

Mesmo diante das adversidades pós-golpe, a atuação da Federação na defesa dos trabalhadores bancários foi fundamental. O ineditismo das conquistas das campanhas a partir de 2016, com validade de dois anos, demonstrou ser uma estratégia muito acertada. Assim, mais uma vez, os trabalhadores do ramo financeiro assumiram a linha de frente na luta por seus direitos e pela manutenção das entidades sindicais nesses tempos de ataques aos direitos.

Entretanto, os ataques aos trabalhadores, iniciados em 2016, foram ainda mais acirrados durante o governo de ultradireita de Bolsonaro. Foi preciso muita resistência para lutar em defesa dos bancos públicos e do papel social dessas instituições, já que os presidentes nomeados para as duas instituições públicas eram plenos defensores das privatizações e foram incumbidos pelo Governo Federal a fazer o desmonte. Foram quatro anos de reestruturações absurdas, assédio de todo tipo, precarização das condições de trabalho e das próprias instituições. E, mesmo com tudo isso, a FETRAFI/NE e demais federações, sindicatos, assim como a nossa Confederação, continuaram firmes

na luta contra medidas nocivas à sociedade e contra aquelas prejudiciais, especialmente à categoria bancária, como a luta pela igualdade de oportunidades, o fim do assédio, a ameaça no Congresso do fim do descanso aos sábados, que vencemos com muita mobilização. Assim, comprovou-se, mais uma vez, que a nossa organização é capaz de barrar retrocessos e manter direitos, mesmo em uma conjuntura desfavorável.

O ano de 2017 foi marcado pela luta ainda mais aguerrida contra a retirada de direitos, como as reformas trabalhista e da Previdência. Atos e campanhas e até greves gerais alertaram a população sobre o desmonte promovido pelo governo Temer após o golpe de 2016, com dados que desmentiam informações oficiais, como o déficit da previdência. Também foram divulgados nomes e fotos de parlamentares que votaram contra os trabalhadores. A luta em defesa dos bancos públicos – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil – também permaneceu em destaque em 2017, com campanhas em defesa dos bancos públicos e realização de audiências públicas nos diferentes estados da Federação, nas principais cidades de cada estado com sindicato filiado, com o objetivo de esclarecer a população sobre as perdas que os municípios sofreriam com o enfraquecimento desses bancos. Dessa forma, a FETRAFI/NE exerce um importante papel na defesa dessas instituições e do seu papel na redução das desigualdades na região Nordeste.

E nossa resistência garantiu muitas conquistas. Somente nos últimos dez anos, entre 2013 e 2022, a categoria bancária acumulou reajuste de 90,57%, com aumento real de 4,12%. No piso, esse ganho real foi na ordem de 5,09%, para um reajuste acumulado de 92,34% no período. No vale-alimentação o aumento real entre 2013 e 2022 foi de 18,7%. E para o auxílio-refeição, de 17,4%. O acumulado entre 2004 e 2020 pelos bancários representou aumento real de 21,33% nos salários e 42,87% no piso. E a Federação do Nordeste é muito importante nessa contratação de direitos de uma Convenção Coletiva nacional que também já tem mais de 30 anos garantindo direitos e contratando novas conquistas.

Isso mostra que essa luta não é isolada. Ela é feita através de uma organização construída ao longo da história do movimento sindical bancário, que já tem um século. As federações têm papel fundamental nessa organização, unificando a luta junto aos sindicatos filiados, levando as demandas dos bancários do Nordeste em nível nacional e até internacional, pois agora estamos ligados à UNI Global Union, um sindicato mundial que representa mais de 20 milhões de trabalhadores dos setores de serviços em todo o mundo.

Inclusive, como parte dessa atuação internacional, a 5ª Conferência Uni Américas aconteceu em 2022 no Brasil, na região Nordeste, reunindo cerca de 600 dirigentes sindicais de 24 países e 124 organizações em Fortaleza (CE). Isso reflete a luta do povo nordestino pela reconstrução da democracia, por uma base social e dos trabalhadores de retomada de um diálogo social que defendia a coletividade, os movimentos sociais, com alto desempenho eleitoral e com potencial para retomar a reconstrução do Brasil, o que acabou se refletindo nas eleições de 2022. Durante o evento, os sindicalistas realizaram uma grande manifestação em defesa dos bancos públicos com representantes de diversos sindicatos de bancários do Brasil, da UNI Sindicato Global, da UNI Finanças, UNI Américas, além de representantes de sindicatos e centrais sindicais da Argentina, Colômbia, Peru, Chile e outros países da América Latina para mostrar a importância dessas instituições para o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Isso nos fortalece para, nos próximos anos, seguirmos lutando e defendendo bandeiras importantes para a categoria bancária e para a sociedade, principalmente atuando junto ao atual governo, cujo modelo progressista venceu as últimas eleições, no processo de reconstrução do país. Com nossa unidade, mobilização, organização e força, defenderemos a bandeira da reforma tributária; por um sistema progressivo de cobrança de impostos que cobre mais dos mais ricos; pela regulamentação do sistema financeiro de forma que ele cumpra sua função social de promover o crédito sustentável e barato, com mais inclusão e atendendo às demandas regionais e geracio-

nais do país, retomando o crescimento da nossa economia e gerando mais emprego e renda.

Vamos lutar também pelo fim da terceirização indiscriminada, pela regulamentação dos canais digitais, que precisam ser apropriados a todos os agentes envolvidos no processo: empresas, trabalhadores e sociedade. A redução da jornada também se transformou em um debate importante, com a semana de quatro dias, nova reivindicação dos bancários, como excelente alternativa.

Tudo isso passa pela construção de um modelo de desenvolvimento econômico que tenha como foco os trabalhadores e as trabalhadoras, o povo, e a melhoria das condições de trabalho e vida. A FETRAFI/NE reconhece esses desafios e está preparada para enfrentá-los, ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras, como tem sido nos últimos 30 anos.

Parabéns aos bancários e bancárias do Nordeste e a toda direção da FETRAFI/NE!

Vida longa!

**Juvandia Moreira Leite,
presidenta da Conferência Nacional
dos Trabalhadores do Ramo Financeiro –
Contraf-CUT**

SUMÁRIO

Introdução	17
------------------	----

CAPÍTULO 1

Caminhos a percorrer:

1) Antecedentes para contextualizar o banco e sua origem.....	24
2) Os bancos	26
3) De onde vem o dinheiro dos bancos?	31
4) A origem da classe trabalhadora.....	32
5) A classe trabalhadora nasce em solo brasileiro	40
6) O nascimento do movimento sindical no Brasil.....	44

CAPÍTULO 2

(A luta por direitos da classe trabalhadora – a caminho do poder: tão perto, tão longe)

1) As lutas e conquistas dos bancários	50
2) O bancário não é operário	54
3) IAPB, exemplo de pressão que gera resultados	58
4) Características e perfil do trabalhador bancário	63
5) As conquistas da categoria bancária	65
6) Recuperação do contexto histórico da redemocratização pós-Getúlio ditador até o golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar de 1964	75
7) Guerra Fria, tensão internacional, repressão e ditadura.....	86
8) Por qual motivo os militares fizeram diversas intervenções no tecido sindical do Brasil?.....	90

CAPÍTULO 3

(Os bancários constroem resistência durante a ditadura)

- 1) Por que as entidades de representação dos bancários ficaram sob intervenção? 100
- 2) A resistência, a retomada e o novo sindicalismo no contexto do movimento sindical dos bancários..... 113
- 3) Os bancários enfrentam o início do neoliberalismo do Governo Collor, resquícios de desmandos do Governo Itamar e as perseguições e destruições de direitos do modelo FHC/neoliberalismo – a luta dos bancários 127
- 4) Nasce a FETEC, uma iniciativa Cutista para enfrentar o neoliberalismo, ajudando a construir resistência no movimento sindical bancário..... 139

CAPÍTULO 4

(Construção da FETEC – precursora da FETRAFI-NE)

- 1) O movimento do novo sindicalismo no movimento dos trabalhadores bancários do Brasil. Da DNB à Contraf-CUT 149
- 2) Ideias e modelo do neoliberalismo – individualismo e exclusão 161
- 3) A FETEC dá lugar à luta pelos trabalhadores do Ramo Financeiro: nasce a FETRAFI-NE 167
- 4) Os primeiros passos da entidade. Articulada e guerreira, a FETRAFI-NE reconfigura a representação dos bancários do Nordeste na luta pela Convenção Coletiva de Trabalho 181

CAPÍTULO 5

- 1) O diferencial da FETRAFI-NE para os trabalhadores do ramo financeiro do Nordeste 196
- 2) A luta protege os interesses dos trabalhadores..... 204
- 3) Superando ataques com a defesa articulada e capaz de reagir aos ataques do capital 211

4) Como os bancários do Nordeste enxergam os desafios: a visão dos dirigentes do Nordeste sobre a questão dos trabalhadores do ramo financeiro	216
5) As negociações, as lutas e as conquistas materializadas pela CCT	220
6) A evolução das conquistas de trabalhadores/trabalhadoras do ramo financeiro	224
7) O caso das certificações – é bom ou ruim para a categoria bancária? Seria uma armadilha?.....	226
8) Como a organização da luta se reflete nas mesas de negociações?	229
9) Reflexos do golpe: apesar de propor retrocesso trabalhista, a Lei 13.467/17 resultou em fortalecimento as negociações coletivas dos bancários.....	231
10) Prognósticos e a pesquisa com a categoria.....	235
11) O caminho do sindicalismo a partir do exemplo da FETRAFI-NE	238
Considerações Finais	243
 Sindicatos Filiados a FETRAFI/NE	
Sindicato dos Bancários de Alagoas.....	275
Sindicato dos Bancários de Campina Grande e Região	283
Sindicato dos Bancários de Cariri.....	289
Sindicato dos Bancários de Ceará	295
Sindicato dos Bancários de Paraíba	301
Sindicato dos Bancários de Pernambuco	305
Sindicato dos Bancários de Piauí	309

INTRODUÇÃO

No dia 18 de dezembro de 2022, a Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste do Brasil, a FETRAFI-NE, completou 30 anos de fundação. E para festejar esse momento a atual direção da entidade decidiu que uma das formas de comemorar sua existência era escrever um livro para resgatar os motivos e a forma como se fazia a luta em favor da classe trabalhadora naquele início da última década do Século XX.

E assim, ao pesquisar uma miríade de documentos, ao organizar e realizar mais de 40 entrevistas com dirigentes históricos, os atuais líderes do movimento sindical do ramo financeiro no Nordeste e no Brasil, levantar histórias e causos, e fazer uma série de conexões da visão de mundo que a atual direção do movimento sindical está construindo para se proteger dos ataques do capital, produziu-se essa obra, que mistura muitas falas, vozes e dizeres de quem ajudou a fazer do movimento sindical bancário e do ramo financeiro a força que hoje é.

Como é obrigação inicial de uma obra que se propõe fazer um resgate da história de uma entidade, partiu-se do pressuposto de que o cenário ideal era justamente contar a História. Portanto, o primeiro ponto foi justamente

resgatar a história do setor bancário. Por isso, tentou-se, sem a petulância de se buscar todos os detalhes mas trazendo contextos de interesse geral, contar-se a origem do surgimento do dinheiro quando, na Europa dos séculos XI a XIII, apareciam os primeiros bancos e as primeiras pessoas que se dispunham a valorar o quanto cada moeda valia, apontando para os movimentos e trocas de mercadorias (lembrando que o dinheiro, as moedas, também eram mercadorias) e moedas, com o surgimento de bancos e banqueiros. A origem dos bancos, por meio de concessões dos poderosos (Reis, Papas e a nobreza em geral).

Conta-se ainda, por qual motivo passou-se a acumular tanta riqueza na Europa, onde o mundo efervescia naquele tempo de fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Como a história que interessa é a história da classe trabalhadora, resgatam-se passagens interessantes da evolução dessa classe, a origem de trabalhadoras e trabalhadores no Brasil do fim do Século XIX até os dias atuais, assim como se faz um resgate inicial do que era e como agia o movimento sindical desse período até o início dos anos 1930, quando Getúlio Vargas ascende ao poder no Brasil e começa-se um movimento geral de reconhecimento dos primeiros passos da luta por direitos trabalhistas no Brasil para a classe trabalhadora bancária.

No segundo capítulo, a obra percorre o caminho da luta por direitos da classe trabalhadora – a caminho do poder, lutas e conquistas dos bancários e o diferencial do que significava, ainda no início do Século XX da categoria que iniciava sua organização em luta por direitos e conquistas sociais. Fala-se sobre o Instituto de Assistência e Previdência dos Bancários, as características e o perfil do trabalhador e da trabalhadora bancária, assim como se faz, a partir do que ocorreu no Brasil, um resgate sobre a luta de todas e todos os trabalhadores entre o fim da Segunda Grande Guerra e o fim do até então mais longo período democrático do Brasil; sem deixar de abordar a influência que ocorreu na maior economia da América do Sul a chamada Guerra Fria, suas consequências e influências no cotidiano de brasileiras e brasileiros. Chega-se também ao período mais pesado da História do Brasil, com detalhes que influenciaram a luta de classes a partir do que ocorreu

na ditadura empresarial-militar de 1964; assim como se tenta explicar as intervenções dos então mandatários na seara do sindicalismo do Brasil.

O terceiro capítulo alcança uma descrição sobre os anos de chumbo a partir do golpe de estado que instituiu uma ditadura sangrenta e cheia de intervenções no tecido sindical do Brasil. Fala sobre como os bancários constroem resistência durante a ditadura, dá detalhes sobre situações de intervenções em entidades sindicais bancárias do Brasil, aborda questões da luta armada e seu fragoroso fracasso real; aponta questões práticas da retomada da luta por parte da classe trabalhadora, com destaque para o chamado novo sindicalismo no contexto do movimento sindical dos bancários. Para explicar a forma como a luta foi difícil, mostra como os bancários enfrentam o início do neoliberalismo do Governo Collor, resquícios de desmandos do Governo Itamar e as perseguições e destruições de direitos do modelo FHC que adotou o neoliberalismo, revelando a dura face da luta dos bancários. É justamente nesse momento que nasce a FETEC, uma iniciativa cutista para enfrentar o neoliberalismo, ajudando a construir resistência no movimento sindical bancário.

No quarto capítulo, a obra aprofunda detalhes sobre o novo sindicalismo, do ponto de vista das contribuições do movimento sindical bancário, a partir da fundação da FETEC-CUT/NE, da criação do Departamento Nacional dos Bancários, e da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros contra o flagelo do neoliberalismo que incute na cabeça das pessoas a necessidade de investir em modelos que privilegiam o individualismo. Aponta a necessidade de mudar a entidade, para ampliar a representação de companheiras e companheiros do ramo financeiro e criar a FETRAFI-NE; demonstrando a evolução do movimento com as conquistas das negociações por meio da Convenção Coletiva de Trabalho, e como a FETRAFI-NE ajudou na evolução desse instrumento.

Para o quinto capítulo a obra aborda os diferenciais desenvolvidos pela entidade para melhorar a representação de classe, explanando sobre a forma como a luta pode proteger a classe trabalhadora a partir de uma entidade organizada em nível nacional, como é o caso da FETRAFI-NE agindo

de forma coordenada com os Sindicatos de sua base e em consonância com as suas congêneres, quando aliada à Confederação. Traz-se ainda, a visão dos dirigentes sobre o trabalho no ramo financeiro; o livro apresenta o registo de parte do que significou as mudanças a favor da classe trabalhadora, inscritas na CCT durante os 30 anos de sua existência, as críticas sobre a certificação, como as lutas refletem na força que os trabalhadores e trabalhadoras na mesa de negociação.

O capítulo resgata ainda as consequências, para o conjunto da classe trabalhadora e também para trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro, do golpe de 2016; as armadilhas instaladas pelos legisladores a partir das propostas neoliberais instaladas na legislação trabalhista com a Lei 13.467/17 e como os dirigentes, empoderados pelas trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro, aproveitaram para reforçar pontos da CCT.

O capítulo traz ainda dados e alguns resultados da pesquisa realizada com mais de mil trabalhadoras e trabalhadores que integram a base da categoria, ligados aos sete sindicatos que formam a base da FETRAFI-NE. Encerrando esse capítulo, debate-se o caminho do sindicalismo a partir de ações e políticas sindicais realizadas pela FETRAFI-NE no âmbito sindical.

No capítulo final, além de trazer um resgate da influência do golpe de 2016 no contexto da luta de classes, abordam-se aspectos da forma como a pesquisa ajuda a receber informações da base, instruir dirigentes para a luta por novas conquistas. Abordam-se ainda pontos de partida de como há necessidade de se instaurar uma nova legislação trabalhista onde haja equilíbrio entre as partes, e isso só será possível com o uso da força da classe trabalhadora para alcançar tal intento. E a obra traz a opinião de vários dos seus dirigentes atuais posicionando onde a entidade se coloca nesse embate, sua participação no cenário nacional e internacional, e como essa participação ajuda a desenvolver e a proteger a Democracia, um dos pontos fundantes da existência da FETRAFI-NE, desde sua criação.

Espera-se que a obra sirva para resgatar a História e demonstrar a luta de todo um ramo de trabalhadoras e trabalhadores, que demonstram força na luta de classes, sem abrir mão de debater com o capital, de forma ordeira, civilizada, porém sem se deixar perder os embates. Boa leitura!

CAPÍTULO 1

Caminhos a percorrer:

- 1) Antecedentes para contextualizar o banco e sua origem.
- 2) Os bancos.
- 3) De onde vem o dinheiro dos bancos?
- 4) A origem da classe trabalhadora.
- 5) A classe trabalhadora nasce em solo brasileiro.
- 6) O nascimento do movimento sindical.
- 7) Os primeiros sindicatos dos bancários no Brasil e no Nordeste.

1) A origem de tudo, os primeiros movimentos de trocas

A palavra “banco” surgiu no território alemão, muito antes de Bismarck ter unificado aquele povo no centro da Europa. E banco é também a denominação de instituições financeiras, sejam elas comerciais ou estatais. Há pessoas, no entanto, que afirmam ser a origem francesa a partir do termo “Banqui” ou “Banca” a origem da denominação a essas empresas que têm muito poder e ajudam a desenhar o que hoje conhecemos como o capitalismo.

O primeiro banco de que temos notícia no ocidente ocorre no fim da baixa Idade Média. Trata-se do “Banco de Veneza”, estabelecido na cidade italiana de mesmo nome, no ano de 1157. Segundo relatos, seu objetivo era financiar os monarcas em suas guerras.

Não se pode esquecer que a partir do Século XV aparece o movimento que a História nomeia como Mercantilismo – um conjunto de práticas econômicas que vigorou até o século XVIII, adotado por Estados nacionais, e tendo por objetivo acumular riquezas para o rei. Uma das características do mercantilismo foi o metalismo, ou seja, o acúmulo de metais preciosos, como o ouro e a prata.

Ao armar suas marinhas e enviar expedições de conquista, pilhagem e tomada de riquezas, os reis acumularam recursos para montar exércitos e conquistar novos territórios e subjugar outras terras e as pilhar. Mas nem sempre o resultado era imediato e à época os exércitos não eram baratos ou uma consequência natural dos cidadãos, que se alistavam naturalmente. Para montar um exército forte, era preciso muito dinheiro, muita riqueza.

Por isso, os recursos eram reunidos em bancos. E, ao mesmo tempo que surgiam bancos oficiais, também haviam bancos comerciais e privados. Em O Capital, Karl Marx nos relata a respeito desse movimento.

“Desde seu nascimento, os grandes bancos, condecorados com títulos nacionais, não eram mais do que sociedades de especuladores privados, que se colocavam sob a guarda dos governos e, graças aos privilégios recebidos, estavam em condições de emprestar-lhes dinheiro. Por isso, a acumulação da dívida pública não tem indicador mais infalível do que a alta sucessiva das ações desses bancos, cujo desenvolvimento pleno data da fundação do Banco da Inglaterra (1694).” (Marx, 2022)

Esse movimento, o Mercantilismo, ajudava também a fazer crescer o acúmulo de riquezas a partir das quais fazia surgir a chamada burguesia. Assim, muitas nações europeias, deixando para trás o período da baixa Idade Média e ingressando na modernidade, fizeram das acumulações de recursos e o desenvolvimento de tecnologias, principalmente das armas de fogo, um “modelo de desenvolvimento” das principais nações daquele ponto do Planeta, a Europa, que influenciou a forma como se deu a evolução histórica no mundo. Um ponto de acumulação de riqueza, com melhores oportunidades para poucos, intensificando a desigualdade.

2) Os bancos

A história dos bancos se confunde com a do surgimento da burguesia. Isso porque com a queda do feudalismo, os donos de bancos começaram a receber pedaços de terras, como resultado de dívidas dos senhores feudais, o que posteriormente resultou na criação dessa classe social que compunha a partir do acúmulo de capital, a burguesia.

Vale aqui abrir um parênteses, ajudando a compreender essa evolução do capitalismo no mundo. "Burguesia" é um jargão presente em qualquer discussão política. Mas você sabe o que esse termo significa? A burguesia consiste na classe social dominante dentro do sistema capitalista. Trata-se, na prática, daquele grupo de pessoas que detém os bens mais valiosos assim como os meios de produção ou o capital que posiciona o burguês a ser o detentor do poder decisório. No entanto, o termo que é frequentemente utilizado como sinônimo de elite, surgiu como conceito ainda no século XI, em referência à uma classe social que surgia naquele período histórico.

Compreender a história e as características dessa classe social é fundamental para o entendimento sobre economia e política. Afinal, a burguesia é responsável pelo surgimento do capitalismo e por importantes marcos históricos, como as Revoluções Francesa e Industrial. Além disso, este ter-

mo também é essencial para a ideia de luta de classes, central no debate político desde o século XIX.

Os bancos ganham importância no mundo a partir dos Séculos XII e XIII, e a partir daí eles vão, cada vez mais, se tornando parte da economia e do comércio. Eles vão se tornando fundamentais para a circulação de moedas e vão se tornando cada vez mais os emprestadores dos reis e da Igreja, que à época era uma instituição extremamente poderosa e influente.

Essa influência dos bancos no cotidiano daquele período tem a ver com as guerras, com a montagem de exércitos regulares. Tem ligação ainda com o financiamento da economia dos reinos que estavam se unificando na Europa da Baixa Idade Média em transição para a Idade Moderna.

As funções são basicamente de emprestadores e cambistas, e também pessoas que fazem com que a moeda circule na Europa, principalmente, a partir dos Séculos XII e XIII. Os bancos também servem como depositários, como garantidores de transações econômicas das transações financeiras.

Originalmente, o termo burguesia está associado ao vocábulo “burgos”. E o que eram os burgos? As pequenas cidades que surgiram com o renascimento da atividade comercial no fim da Idade Média. Dessa forma, a palavra burguesia surge para denominar a classe social comerciante que ascendia com o enfraquecimento do feudalismo.

Importante explicar, no entanto, não se tratar de uma classe social homogênea. A burguesia não é composta apenas por proprietários dos meios de produção, como os donos de fábricas, por exemplo. Essa classe social pode ser dividida em: alta burguesia (aquela que de fato detém os meios de produção); média burguesia (comerciantes e profissionais liberais); e pequena burguesia (pequenos comerciantes e artesãos).

Os bancos nascem juntamente à evolução inicial do capitalismo e nunca se separaram de seu desenvolvimento. Ou seja: o capitalismo vai se desenvolver com base nos banqueiros, porque eles são fundamentais para esse controle do dinheiro, para a circulação desse novo modelo baseado em empréstimos para estimular o comércio a partir de dinheiro, pois o

modelo anterior era o escambo, a troca de um produto por outro produto, sem o acesso a valor em moeda ou metal. Os bancos, os banqueiros, estabeleceram nova forma de troca, que não se baseava única e exclusivamente em produtos. Mas sim no valor de determinada mercadoria em metal (ouro, na maioria das vezes) ou moedas, ou, ainda mais recentemente, em papel moeda. E esse modelo ainda embutia algo que hoje se mostra questionável: financiamentos que levam as pessoas ao endividamento – o processo também pode envolver um meio de produção, prestadores de serviços, famílias etc.

A partir desses processos, surgidos com a criação dos bancos, surgem grandes “casas”, capazes de gerar influência. Essa situação é tão clara, que no Século XIX os bancos transformam-se em vetores das mudanças na Economia, estimulando e financiando mudanças e ajudando a gerar inovações a partir das chamadas revoluções como a Revolução Industrial, a qual mesmo trazendo progressos incontestes a partir das inovações tecnológicas, as quais mudaram o mundo, são responsáveis também pelo acúmulo de riquezas entre os poucos integrantes da alta burguesia.

A Economia se transformou, houve um considerável aumento na produção, ocorreu a industrialização e os bancos eram parte importante da engrenagem que ajudou a estabelecer essas mudanças, cujas consequências podem ser constatadas em diversas fontes críticas a esse acúmulo de bens entre a alta burguesia.

No final daquele Século (XIX) o setor bancário promove uma série de transformações, inclusive dão nome à uma fase do capitalismo, que é a fase do capitalismo financeiro. No primeiro momento é o capitalismo comercial, baseado no mercantilismo. Depois é o capitalismo baseado na industrialização e logo em seguida o capitalismo que tem o elemento financeiro muito forte. Isso não se configura totalmente positivo, senão um problema, na visão de Marx:

“A maior parte do capital bancário é, pois, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos da dívida pública (que representam capital pretérito) e ações (direitos sobre rendimentos futuros). E não devemos esquecer que o valor monetário do capital representado por esses papéis nos cofres do banqueiro é, ele mesmo, fictício, na medida em que tais papéis consistem em direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) e que esse valor é regulado diferentemente do valor do capital real, que, ao menos em parte, esses papéis representam; ou quando representam mero direito a rendimentos, e não capital, o direito ao mesmo rendimento é expresso num montante de capital monetário fictício constantemente variável. Ademais, é preciso notar que esse capital fictício do banqueiro representa, em grande parte, não um capital do próprio banqueiro, mas do público que o deposita em suas mãos, com ou sem juros”. (Marx, O Capital, ebook, Livro 3, pág. 715 e 716)

No século XX vai ganhando cada vez mais importância a questão do crédito, a questão do dinheiro fiduciário, o conceito de crédito não lastreado no ouro. Até aquele momento as negociações eram asseguradas pela quantidade de riqueza palpável, ou seja, em bens cujo padrão internacional era o precioso metal retirado de minas ou lavrados em rios: o ouro. A riqueza se materializava a partir da posse de algum metal precioso (ouro, prata, diamantes etc.). Com o fim do padrão ouro o sistema elege a moeda (em papel) e o valor simbólico como algo confiável. A confiança neste símbolo, na representação do banco, seja ele o representante de uma nação ou um império, era o que gerava a confiança no sistema proposto e em voga naquele momento da História.

Ou seja, o comércio, a burguesia, o poder advindo das trocas realiza-

das a partir dos produtos que deixam de ser um escambo e passam a valer dinheiro transmutam o poder que existia no mundo. Os reis, seus nobres e os senhores feudais dão lugar à burguesia, que detém não o poder de exércitos, mas o poder econômico de gerar e controlar recursos a partir das trocas. Boa parte dos banqueiros têm suas fortunas advindas daquele momento inicial, quando ajudavam a estabelecer a troca de moedas por bens que interessavam aos compradores, os quais iriam comercializar e “fazer” dinheiro com produtos que não eram feitos naquela nação.

O comércio, os produtos que eram trazidos de longe e não encontravam similares na então crescente Europa do início da Idade Moderna, transformou os banqueiros em comerciantes ou detentores de meios de produção. Trabalham a partir do fluxo de mercadorias e de moedas. Vale lembrar que à esta altura há na Europa um número considerável de moedas. E assim os banqueiros estabelecem sua importância.

Portanto, os banqueiros além de comercializarem moedas (ouro ou prata, as moedas também são considerados mercadorias nesse momento, visto que não é ainda o valor simbólico), efetuando as trocas, são responsáveis por empréstimos e câmbio.

E nesse processo os banqueiros podem ser considerados fundamentais para a consolidação do capitalismo, o qual auxiliam no desenvolvimento e a formar, definitivamente, no final do Século XVIII, a partir da Revolução Industrial.

Mas os banqueiros ganham importância também em outra etapa do capitalismo, que fica conhecida como capitalismo financeiro, e ao longo do Século XX, determinadas figuras ganham relevo e importância. Hoje em dia, os banqueiros são apontadas como as pessoas mais ricas do mundo.

Ou seja, eles ajudaram a moldar essa estrutura do mundo baseado na desigualdade, na qual o acúmulo de recursos é o “norte” a ser perseguido por aqueles que desejam ter relevância e influência.

3) De onde vem o dinheiro dos bancos?

Os bancos criam dinheiro imprimindo ou comprando títulos no mercado de tesouro. Quando os bancos compram títulos, eles geralmente adquirem títulos do Tesouro de seus próprios países ou de outros países onde são melhor remunerados. O dinheiro dos clientes vão para os cofres do banco e torna-se capital passível de ser emprestado a vários cidadãos.

Todos os bancos emprestam com base em uma taxa de reserva de seu depósito: eles devem manter uma certa porcentagem de cada depósito no banco, mas podem emprestar o restante. Porém, é claro que todo o sistema depende de o banco ser responsável pelos empréstimos, e de todos não terem descumprido seus empréstimos.

Se essas duas coisas acontecerem eventualmente, o sistema enfrentará enormes perdas, que é o que estamos vendo no mercado atual – um bom exemplo, nesse sentido, é a quebra do Silicon Valley Bank (Banco do Vale do Silício), instituição que dava vazão a boa parte do que o mercado conhece como criptomoedas.

4) A origem da classe trabalhadora

O proletariado surgiu para o mundo assim como nascia a transformação manufatureira. Se ao longo da Era Medieval, os artífices e artesãos eram os responsáveis por fazer as coisas que se consumiam, mas apenas localmente, de forma artesanal, a partir de 1450 até a metade do Século XVII o que se viu no mundo foi o surgimento da possibilidade de geração de novas máquinas e que culminou tempos depois no que ficou conhecida como a Revolução Industrial.

Antes, no entanto, precisamos explicar por qual motivo essa mudança drástica no cotidiano das pessoas ocorreu primeiro na Europa e nos Estados Unidos. É por conta do movimento já referenciado aqui nesse texto, e que os historiadores e os escritores de livros de história costuram esse conhecimento, indicando a influência de países que eram consideradas potências ou grandes impérios à época:

“A classe trabalhadora é produto das contradições geradas pelo capitalismo, da expropriação da força de trabalho do trabalhador, da exploração de classe,

da violência física e moral imprimida pelos patrões, para produzir lucros e acumular riquezas. No Brasil, a classe operária, depois as outras classes trabalhadoras, surgiu com o final da escravidão, no período pós 1880, e depois com a abolição da escravatura e o surgimento do trabalho assalariado, em fábricas, em larga escala, no século XX." (MOLINA, Helder, História do Sindicalismo – artigo. Acesso em 10/03/2023 <http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo/>)

Por essa definição, descrita por Helder Molina, se faz necessário resgatar algo ainda anterior na linha da vida humana e sua evolução. É preciso contextualizar a história da classe trabalhadora e a razão pela qual o movimento bancário, do trabalhador do ramo financeiro, tem que enxergar sua origem e engajar seu esforço à essa luta.

Por isso vamos começar lá atrás, na Europa entre 250 e 270 anos atrás, onde foi iniciado o processo de industrialização. O primeiro ponto, e talvez fundador do conhecimento sobre a realidade da classe trabalhadora, se dá com o movimento chamado de mercantilismo, já abordado anteriormente. O Mercantilismo, bancado pelas nações mais poderosas à época, e que se iniciou ainda no Século XV, foi responsável pela pilhagem de riquezas dos povos ameríndios originários. Foi realizado quando do movimento de invasão por parte dos europeus nas terras do que ficou conhecida como América, em homenagem ao explorador Américo Vespúcio. O mesmo movimento, porém em intensidade não tão devastadora, ocorreu na África, assim como em determinadas nações da Ásia.

Eduardo Galeano nos revela de forma clara a relação entre a expropriação e o objetivo de acumular riqueza:

"É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos

distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.” (GALEANO, E. “As veias abertas da América Latina”, página 07)

O capitalismo desde sua origem, acumulou recursos e possibilitou que houvesse dinheiro e riqueza para que as nações mais poderosas da Europa, a partir dos séculos XVI, XVII e XVIII investissem pesado para gerar máquinas e acabassem por se transformar em produtores de manufaturas a partir de novas tecnologias. O que no começo eram galpões com poucos trabalhadores, artesãos e artífices, passou a receber máquinas a vapor, movidas a carvão e capazes de produzir em larga escala.

Com o tanto de riqueza expropriada de suas colônias ou de seus parceiros coloniais, ingleses, franceses e belgas foram as nações onde mais se investiu em novas máquinas. Todas as riquezas que esses países haviam roubado da América Latina (não se pode perder de vista a influência e a parceria entre ingleses e portugueses) e de outras nações colonizadas, eram investidos para gerar parques industriais e gerar novos tipos de máquinas, configurando a chamada Revolução Industrial. Num primeiro momento na Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha foram o centro de desenvolvimento que mais criou inovações para a nascente indústria do mundo.

“Todo o capital acumulado pelos países europeus ao longo de 300 anos de exploração, fruto de roubos, pilhagens e destruição de civilizações inteiras, foi direcionado para a criação das primeiras fábricas, estaleiros, bancos e redes comerciais.” (GIANOTTI, Vito; Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil, 2007; pág. 26. Editora Mauad)

Para poder entender essa realidade, de como a vida da classe trabalhadora é difícil, é preciso olhar justamente para esse momento, de criação inicial de uma chamada “revolução no modo de produção”, que deixa o modelo artesanal, onde o artesão, o artífice, trabalha com seu talento junto a ferramentas rudimentares, e se pensam inovações tecnológicas capazes de dar à produção um caráter de escala maior.

E para operar as máquinas, contratam-se todos que antes viviam no campo. E as pequenas vilas, antigamente chamadas de burgos, iam reunindo esses antigos camponeses e transformando-os em moradores de periferias onde podiam viver, ou no rigor da análise, sobreviver. Eram famílias inteiras, que saíam do campo, se amontoavam ao redor das vilas fabris, e passavam boa parte da vida trabalhando em condições insalubres, por horas a fio.

Há cerca de 200 anos, segundo relata Vito Giannotti, os operários trabalhavam em indústrias ao lado de mulheres e crianças. A jornada de trabalho era do tamanho que o patrão queria. Jornadas extenuantes, com duração que iam de 12 horas, 15 horas e até 18 horas por dia, ao longo do ano todo (365 dias todo ano). Isso era sistemático, durava até a pessoa morrer de fome, cansaço ou miséria.

Era o domínio da sociedade burguesa, uma “sociedade organizada de acordo com os interesses dos proprietários das fábricas, lojas, armazéns, bancos, terras, empresas de transporte e tudo mais” (GIANNOTTI, 2007). Naquele tempo, o local de trabalho era “terra de ninguém”. O Estado não podia produzir legislação para proteger a classe trabalhadora: “era a filosofia política liberal a serviço do lucro do capital” (GIANNOTTI, 2007).

Depois de uma jornada extenuante, o trabalhador finalmente podia ir para casa. Mas, ao chegar em sua casa, ao invés de aconchego encontrava uma miríade de problemas: a fome de seus filhos e família, não havia roupa para trocar e não havia tempo para lavar a que havia usado, não havia luz ou água para banho. Cansado, atormentado, fétido e com a responsabilidade de voltar à fábrica, esse trabalhador parecia ferido em sua condição humana.

“A classe operária, rapidamente, começou a exigir a diminuição das horas de trabalho. Em todos os países onde existiam fábricas e oficinas, os operários organizaram revoltas por essa reivindicação mínima. Ninguém aguentava trabalhar 14h ou 16h por dia, durante sete dias por semana, durante o ano inteiro. Na Europa que começava a se industrializar, há 200 anos, não se falava em descanso aos domingos ou férias anuais.” (GIANNOTTI, 2007)

E foi, didaticamente, que a classe obreira mundial, a começar pelos irmãos europeus, que mulheres e homens trabalhadoras/trabalhadores, começaram a aprender no cotidiano do convívio do local de trabalho que ao “estacionar” a produção, deixar as máquinas ou o trabalho parado, se alcançavam conquistas sociais e direitos que se transformaram em direitos universais de indivíduos que laboram e ajudam a construir a riqueza.

Conhecidas como greves, essas manifestações passaram a ser a forma como o proletariado reivindicava e usava esse tipo de ação como a principal arma.

“Mas antes de descobrir a greve, houve muitos tipos de revoltas e de ataques a armazéns para conseguir alguma comida. Os trabalhadores, sobretudo na Inglaterra, chegaram até a destruir máquinas que, na visão deles, eram as responsáveis pelas péssimas condições nas quais viviam e pela falta de um maior número de empregos. Foi o chamado Movimento Luddista, nome dado para homenagear o seu maior incentivador, o inglês Jhon Ludd.” (GIANNOTTI, 2007)

As greves resultavam em manifestações públicas, nas quais os trabalhadores iam para as ruas, ocupavam os centros das cidades e esses atos transformavam-se em grandes comícios. Por óbvio, os governos, representantes da alta burguesia, dos donos dos meios de produção, nada mais fa-

riam senão reprimir esses movimentos, gerando muitas prisões, feridos e mortos, quando as autoridades usavam forças policiais e até mesmo exércitos regulares contra os manifestantes.

Um exemplo que explicita as condições degradantes da classe operária em relação aos donos dos meios de produção estava ilustrada pela relação estabelecida nas estatísticas oficiais da Inglaterra daquele tempo, a chamada “Era Vitoriana”. A capital inglesa, por volta de 1820, considerada a maior cidade industrial do mundo à época, o operário vivia em média 21 anos. Já seus empregadores, viviam, em média, três vezes mais. Crianças de 5 anos de idade já estavam operando máquinas e trabalhando, em média, 14 horas por dia. Todos, em condições insalubres e degradantes de trabalho. Não havia lei para defender esses trabalhadores. “A doutrina liberal não admitia que trabalhador tivesse direitos, sobretudo para se organizar e se defender” (GIANNOTTI, 2007).

Só para se ter uma ideia da realidade daquele momento histórico, o parlamento inglês, em 1799, votou a Combination Laws (Leis sobre Associações), que proibia a criação de sindicatos. Mas a vontade de se defender e de criar alternativas e impor a defesa da classe foi maior entre os trabalhadores e trabalhadoras e, por meio de ações e enfrentamentos às leis injustas, foram transformando a situação de exploração e, por meio da união, força e ação, venceram resistências e mudaram a Lei.

“Dessa consciência inicial, brotarão, futuramente, as ideias do socialismo, do anarquismo e, mais adiante, do comunismo” (GIANNOTTI, 2007). E foi assim que a classe trabalhadora como um todo deu início ao enfrentamento para a construção do que até hoje pode ser reconhecido como luta de classes.

Por meio de manifestações e comícios, os trabalhadores organizados exigiam menos horas de trabalho e pão para alimentar suas famílias com dignidade. Além disso, era preciso estabelecer uma posição para construir direitos e cidadania. Por isso, a luta também se dava para garantir direitos sociais como o direito à liberdade para se reunir, constituir organizações so-

ciais e fazer com que a classe trabalhadora se fortifique por meio da união dos operários de todas as indústrias. Em 1818 novas formas de protestos tiveram início e inspiraram várias outras, como as “Marchas contra a fome”. Essa forma se espalhou por toda a Inglaterra, e pelos principais e mais desenvolvidos países da Europa da época. No ano seguinte, um comício com a participação de aproximadamente 80 mil pessoas terminou com um banho de sangue, onde morreram mais de 700 trabalhadores, pois além da polícia, as autoridades enviaram o exército, uma vez que os “trabalhadores eram tratados como ‘inimigos internos’, tão perigosos quanto os ‘inimigos externos’ de três anos antes, os exércitos franceses de Napoleão.” (GIANNOTTI, 2007).

Finalmente, em 1825, o parlamento inglês reconheceu o direito de se associar ao operariado, direito esse que os burgueses já tinham conquistado há cerca de 200 anos. E assim, naquele mesmo ano foi criada a União dos Fiadores de Algodão (a chamada Trade Union). A palavra inglesa Union significava justamente o que quer dizer sindicato, cujo significado quer dizer coordenação. Ou seja, uma coordenação da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Valor que foi oficialmente aceito pela sociedade inglesa, estimulando a organização e luta pela emancipação da classe. Foi assim que o Sindicato de Manchester foi o primeiro sindicato que se teve notícia de ser estruturado como os que existem até hoje, cerca de dois séculos depois.

“As reivindicações dos operários ingleses não visavam somente a redução de jornada de trabalho e melhorias salariais. Passaram também a exigir o direito ao voto universal secreto e vários outros direitos sociais, como a escola gratuita para todos. Era o chamado Movimento Cartista. Os trabalhadores exigiam uma Carta Constitucional que garantisse direitos no Trabalho e no conjunto da vida de todos os cidadãos.” (GIANNOTTI, 2007)

Isso transformou de tal maneira a realidade daquela sociedade que estava em ebulição pela Revolução Industrial, que em 1842 ocorreu uma primeira grande greve geral da indústria inglesa, no norte da Inglaterra, cuja

principal reivindicação foi a redução de jornada. O resultado viria cinco anos depois. Em 1847 o parlamento inglês aprovou uma lei estabelecendo uma jornada de trabalho de 10 horas diárias para adultos. E, a partir de 1.º de maio de 1848, as jornadas dos mais de seis milhões de operários ingleses alcançava um limite de no máximo dez horas.

Paralelamente, a França também teve momentos de revoltas operárias que culminaram em, ora pequenas vitórias, ora derrotas da organização da classe trabalhadora. Um dos marcos desse período foi uma greve ocorrida aproximadamente em 1840, na qual cerca de cem mil operários exigiam uma jornada máxima de dez horas de trabalho por dia. A burguesia fez uma gritaria enorme e os jornais, correia de transmissão dos interesses dos poderosos, alegavam ser conspiração externa, acusavam ser coisa de agitadores. Ou seja, a história se repete: “quando o trabalhador se mexe contra a injustiça, é agitador e baderneiro, mas o patrão, que comete a injustiça, é gente de bem” (GIANNOTTI, 2007).

Ao longo dos primeiros setenta anos da existência da classe trabalhadora, ela aprendeu a se organizar e lutar por direitos em todos os países do mundo. E as histórias de desespero, revolta, início das organizações e lutas, foram sempre as mesmas, independente de qual país você analisa a história: o enfrentamento sendo criminalizado e os poderosos reclamando e indicando o risco de quebra-deira geral se concedessem direitos e conquistas sociais à classe trabalhadora.

5) A classe trabalhadora nasce em solo brasileiro

E se a História deixa que se observe e analise o movimento em defesa dos direitos da classe trabalhadora ser vigoroso e forte em meados do Século XIX nos países centrais da Europa e também nos Estados Unidos da América, o Brasil ainda engatinhava em termos de organização e também em número de operários/operárias fabris. Afinal, por aqui a indústria é muito mais recente. Até 1850, não havia uma indústria no Brasil, pois o país era uma colônia de onde eram arrancadas as suas riquezas em estado bruto (ouro, pau-brasil, prata, cana-de-açúcar, café, borracha).

“No Brasil, em 1890, havia 55 mil operários e em 1920 havia 275 mil.” (GIANNOTTI, 2008). Ou seja, um número que ainda era muito pequeno, assim como a existência de operários era pequeno no Brasil, onde a maior parte da classe trabalhadora ainda vivenciava a influência do recém proclamado fim da escravidão.

A classe operária europeia e norte-americana já estava organizada em sindicatos e tinha até sua organização internacional: a Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.), criada em 1864. Os primeiros operários no Brasil eram quase todos de origem europeia. Os escravos

trabalhavam na lavoura. Em 1888 acabou oficialmente a escravidão negra no Brasil.

Como os números demonstram e a condição econômica estabelece a partir do fim obrigatório da escravidão no Brasil, há uma grande influência das experiências europeias na organização dos trabalhadores do Brasil daqueles primeiros anos de uma economia que deixava a escravidão e passava a se transformar num modelo assalariado.

Os estrangeiros, trabalhadores qualificados e artesãos, trazem a influência de suas culturas. Com isso, há predomínio de organização de base do proletariado de influência dos anarquistas do fim do Século XIX e ao menos até o fim da segunda década do Século XX, fato decisivo para o nascimento do movimento operário organizado no Brasil.

Os anarcossindicalistas eram militantes operários que procuravam, a partir das lutas sindicais, derrubar o regime capitalista. No Brasil, isso significava lutar contra um estado onde ainda predomina a cultura colonial e escravista. Ou seja, há um embate renhido e de confronto permanente, pois os anarquistas lutam contra o Estado e toda forma de opressão. E é preciso reconhecer que opressão não era o que faltava à forma de se organizar da sociedade brasileira do fim do Século XIX.

Isso fica claro no modelo de luta empregada pelas organizações dessa filiação ideológica, onde as organizações recusam o poder delegado e a representação. Nesse modelo, dirigentes insistem na decisão por meio de assembleias onde os empregados/as, operários/as, são incentivados a lutar pela autonomia. São estimulados à autogestão.

Esse modelo é referenciado no estímulo à educação e às atividades culturais, incentivando os trabalhadores a ter autonomia e a lutar por um mundo onde não haja apenas os interesses específicos de sua categoria, mas por uma transformação da sociedade, lutando pelo fim da exploração do homem pelo homem. Luta-se pela prevalência da classe trabalhadora ante à exploração da burguesia.

Os anarquistas geraram, em 1908, a sua primeira entidade de cará-

ter nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB), que unia cerca de 50 associações da classe trabalhadora das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. A entidade congregava organizações que representavam a maior parte dos operários do ramo fabril em atividade no Brasil.

E a luta se dava não apenas para combater a jornada e os salários de fome e carestia. Realizavam campanhas contra as arbitrariedades policiais, organizavam fundos e mobilizações de solidariedade às lutas em outros países, a operários em greve, a operários estrangeiros expulsos do Brasil. Essas lutas se materializam em atos públicos, passeatas e manifestações. Os anarcossindicalistas eram laicos e antirreligiosos, e combatiam a influência do clero nos assuntos políticos e do Estado, principalmente as associações clericais e suas práticas assistencialistas e beneficentes.

Os trabalhadores brasileiros também se reuniam por meio de representações comunistas. Essa vertente ganhou força, principalmente, após a Revolução Russa de 1917. O Movimento Operário do mundo todo foi balançado pela vitória dos camaradas da Rússia, juntando as ideias de Karl Marx, o pensador e militante comunista alemão, que inspiraram ideias operárias dos trabalhadores rurais e do incipiente operariado proletário da Rússia Czarista, trabalhadores que se uniram contra o capitalismo. A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, foi o ponto alto da herança comunista e de sua presença no movimento sindical nas primeiras décadas do capitalismo brasileiro.

A vertente socialista também foi importante, pois para eles a organização de sindicatos e de greves precisavam ter um lastro em movimentos sociais que lutavam pelo poder constituído. Com isso, além de sindicatos, e organizações sociais, era importante constituir um partido que desse lastro às reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio da participação eleitoral e parlamentar.

Assim, os representantes do proletariado, ligados ao comunismo que havia vencido a Revolução Socialista da Rússia, acreditavam ser importan-

te transformar o Estado numa perspectiva de atender aos interesses históricos e imediatos das massas trabalhadoras.

Outra corrente importante no início do século foi a dos trabalhistas, que lutavam na defesa dos interesses dos operários, com objetivos de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e de conquista e garantia dos direitos.

Essas correntes combinadas, geraram um ambiente de efervescência político social, ante uma República no Brasil construída por meio do desrespeito e agressão do povo trabalhador. Elites escravocratas, obrigadas por uma exigência internacional a fechar as senzalas, transferiram a exploração para o chão da fábrica. A mentalidade escravista nunca foi abandonada. Moviam-se (ou ainda movem-se, até hoje, em pleno Século XXI) para não garantir direitos, considerando trabalhadores simples objetos de produção e instrumentos que possam auferir polpidos lucros.

E foi nesse ambiente de luta, que a realidade se mostrou com a necessidade de organização, pois as condições de vida e de trabalho eram as que os patrões impunham, com jornada de até 20 horas por dia. Trabalho noturno para mulheres e crianças. A legislação trabalhista ainda a se constituir por meio da luta da classe trabalhadora, pois não existia.

Apenas para exemplificar: em 1901, havia nas indústrias inúmeras crianças de até 5 anos. E elas eram encontradas trabalhando. Os locais de moradia dos trabalhadores eram precários, faltando água, transporte, higiene, luz etc. O direito de se organizar em sindicatos era barrado. Mas a classe operária usou logo a sua arma mais conhecida: a greve. Através dela conseguia melhorar sua situação em vitórias simbólicas.

6) O nascimento do movimento sindical bancário no Brasil

Já sabemos como surgiram as instituições bancárias, suas contradições e vivenciamos diariamente essa dicotomia enquanto categoria trabalhadora. Mas, para funcionar, um banco precisa de trabalhadores, como qualquer empresa, independente do ramo de atividade. E a história da categoria bancária só tem impulso ao final do Século XIX.

Bancos foram criados no País e a primeira experiência, frustrada pela falta de efetividade do funcionamento de um banco de caráter regional, surgiu ainda no século XVIII. Em 1799, no Maranhão, foi fundado um banco com espírito nacional. Mas, embora tenha sido incentivado pelo então governador, Diogo de Souza, teve pouca duração pela rentabilidade de suas operações frente a venda realizada pelos produtores no comércio local.

Entre 1808, quando foi criado o Banco do Brasil, por Dom João VI, e até o fim do Século XIX, o sistema bancário brasileiro se mostra incipiente. E isso deixa a organização de entidades de representação muito simbolicamente a mercê de suas baixas possibilidades de representação.

Segundo estudos do professor Fernando Nogueira da Costa, não havia um padrão monetário definido pelo Estado brasileiro, o que gerou a criação,

destruição e recriação do Banco do Brasil (1808-1825-1905); a criação da Caixa Econômica Federal (1861). A alteridade da existência de um sistema verdadeiro, e a dependência de fluxos do comércio externo assim como de investimentos estrangeiros e da produção de ouro, fazia com que o incipiente sistema bancário não gerasse número de trabalhadores suficientes para criar uma entidade de representação.

Somente nos anos 1920, a partir da realização de reuniões entre trabalhadores bancários, funda-se a Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo com estatuto aprovado em 16 de abril de 1923, em assembleia da qual participaram 84 trabalhadores do setor.

Inicialmente, diferente das outras categorias, a preocupação era credenciar os bancários à entidade recém criada, e assim gerar alguma identidade para aquela que seria uma entidade de defesa dos interesses da categoria. Até aquele momento os trabalhadores de bancos podiam se vincular ao Sindicato dos Comerciantes.

Menos de 10 anos depois, funcionários do Banespa reivindicavam melhorias salariais e eclode a primeira greve de bancários da história no Brasil, em Santos, dia 18 de abril de 1932. As condições sanitárias também foram determinantes para paralisar os trabalhos – havia grande incidência de tuberculose à época, por questões que geravam na categoria um ambiente insalubre de trabalho.

Essa greve foi vitoriosa; entretanto, a conquista que marcou a década de 30 foi a redução da jornada de trabalho para seis horas, em novembro de 1933. E naquele ano ainda a Associação passou a chamar-se Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Bancários no Nordeste

Foi no ano de 1931 que as entidades de defesa da categoria começaram a surgir no Nordeste do Brasil. Em Pernambuco, dia 9 de outubro, foi criado o Sindicato dos Bancários. Logo depois veio o Sindicato dos Bancários do Ceará, fundado em 23 de fevereiro de 1933. Nesse mesmo ano, nascia

o Sindicato dos Bancários de Alagoas que reunia bancários e financeiros, fundado em 20 de setembro de 1933 com a denominação de Sindicato dos Bancários de Maceió. Foi reconhecido, por meio de carta sindical em 13 de abril de 1942. Em 16 de junho de 1977 foi ampliada oficialmente a base territorial da entidade, que passou a se chamar Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de Alagoas. Já os integrantes do Sindicato dos Bancários da Paraíba fundaram sua entidade de luta em 1941, exatamente no dia 24 de outubro daquele ano.

No ano de 1954, em 17 de março, a categoria bancária fundou o Sindicato dos Bancários do Piauí. Já o Sindicato dos Bancários de Campina Grande, na Paraíba, foi fundado em 1956. E para completar a história das entidades do Nordeste, que integram a base da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste, em 1959, no dia 29 de abril, os trabalhadores da região do Cariri, no sul do Estado do Ceará, fundaram o Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Cariri.

Bibliografia

GALEANO, E. "As veias abertas da América Latina", página 07. Editora Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GIANNOTTI, Vito. Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil, 2007; pág. 26. Editora Mauad. 2007.

GIANNOTTI, Vito. Cem anos de Luta da Classe Operária no Brasil 1880-1980. Editora NPC. 2008.

MARX, Karl. O Capital, Capítulo 24 - A Assim Chamada Acumulação Primitiva; Livro 1 - página 937 do ebook. 2022.

MARX, Karl & ENGELS, Frederic. O Capital, Livro 3 - páginas 715 e 716. 2022.

MOLINA, Helder, História do Sindicalismo – artigo. Acesso em 10/03/2023 <http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo/>

CAPÍTULO 2

(A luta por direitos da classe trabalhadora – a caminho do poder: tão perto, tão longe)

- 1) As lutas e conquistas dos bancários
- 2) O bancário não é operário
- 3) IAPB, exemplo de pressão que gera resultados
- 4) Características e perfil do trabalhador bancário
- 5) As conquistas da categoria bancária
- 6) Recuperação do contexto histórico da redemocratização pós-Getúlio ditador até o golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar de 1964
- 7) Guerra Fria, tensão internacional, repressão e ditadura
- 8) Por qual motivo os militares fizeram diversas intervenções no tecido sindical do Brasil?

1) As lutas e conquistas dos bancários

O sindicalismo no Brasil, nos primeiros trinta anos do século passado (Século XX), foi marcado por lutas e conquistas influenciadas por correntes ideológicas europeias, uma vez que ocorreram fatos relevantes que transformaram uma realidade predominantemente exercida pela característica da escravidão forçada, primeiro quando o invasor obriga os povos originários destruírem a floresta conhecida como Mata Atlântica – em 1500 ocupava mais de 1 milhão e trezentos mil quilômetros quadrados, cerca de 15% do atual território brasileiro – e logo depois, por meio do tráfico negreiro, faz os filhos da África serem subjugados e obrigados a sobreviver como escravizados em Terras de Pindorama.

Ou seja, a caracterização do Brasil, sob o aspecto da relação entre capital e trabalho era explicitamente uma relação de subserviência dos trabalhadores, senão escravizados, eliminados, massacrados, dizimados, subalternizados. Não havia uma relação minimamente civilizada.

Portanto, é preciso, sob os aspectos e contextos históricos desta obra, compreender não ser possível haver comparação entre a classe trabalhadora nascida no Brasil do início do Século XIX, aos trabalhadores europeus.

No Velho Continente, desde meados do Século XVII, mesmo não sendo operários fabris, os trabalhadores já se reuniam e reagiam de forma coletiva aos ataques à sua existência como geradores de riquezas.

Em contrapartida o capital, por conta da legislação vigente nos países centrais (europeus), se organizava e era transformado em meio ao fomento advindo do mercantilismo e da chamada Revolução Industrial, no berço do capitalismo. Já a força de trabalho que levava adiante a pujança e a potência do Brasil, mesmo ainda colônia, assumia, conforme relata Darcy Ribeiro, uma característica explícita de exploração:

“...o Brasil não nasceu como etnia e se estruturou como nação em consequência de um desígnio de seus criadores. Surgiu, ao contrário, como uma espécie de subproduto indesejado de um empreendimento colonial, resultante da Revolução Mercantil, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café, e, sobretudo, gerar lucros exportáveis.” (RIBEIRO, 1972)

Em resumo, o Brasil nascia para produzir e gerar riquezas para as grandes nações imperialistas europeias. E ao receber a mão de obra vinda da Europa, em substituição aos negros escravos africanos, não mudou a forma como tratava os trabalhadores. Há uma raiz escravocrata nos senhores de engenho, os quais nunca deixaram de lado essa nuance de seus perfis, mesmo depois de 1888, quando a pressão internacional praticamente obrigou os dirigentes do Império brasileiro a assinar uma Lei que garantia a liberdade a todos os escravizados.

Diante disso, é preciso compreender que, desde os primórdios, o movimento da classe trabalhadora era eivado de desafios e cercado de opressão. Opressão pesada, estatal, que não admitia sequer a organização dos trabalhadores.

A característica patronal considera o empregado como um ser de categoria inferior. No entanto, a classe trabalhadora como um todo fez uma

luta renhida e demonstrou valor por se contrapor a uma mentalidade que não aceita nada além da subalternidade. Após a proclamação da República, em 1889;

“Os primeiros 30 anos foram de intensas lutas e enfrentamentos. A República no Brasil foi construída desrespeitando e agredindo violentamente o povo trabalhador. As elites escravocratas, que tiveram de fechar as senzalas, transferiram a exploração para o chão da fábrica, continuaram com a mentalidade escravista, sem garantir direitos, considerando os trabalhadores simples objetos de produção e instrumentos de lucros.” (SINDISEAB, revista eletrônica. Acesso em 21/03/2023: <http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo/>).

Por isso, a identidade dos trabalhadores foi se cunhando a partir de entidades que sobreviveram a esse ambiente de perseguição permanente e onde a liberdade para se organizar era a exceção, não a regra. Assim, a luta de ex-escravos, trabalhadores que muitas vezes eram expulsos de seus países por pensarem num mundo anticapitalista, e lutadores por condições menos desumanas em locais de trabalho onde as características eram justamente essas, foram forjando mudanças alcançando conquistas por meio da intensa luta. As vitórias, como a redução de jornadas extenuantes de trabalho, a proibição de uso da mão-de-obra infantil em ambientes fabris, assim como a melhoria de condições salariais, foram os primeiros passos.

Nada disso, no entanto, foi dado de graça aos proletários daquele tempo. A luta foi construída por meio de organização, resistência e enfrentamento de condições difíceis. Os trabalhadores locais, receberam influência dos europeus. E em sua maioria os estrangeiros tinham uma tendência de seguir a ideologia anarquista – grupo formado por trabalhadores qualificados e artesãos. A visão ideológica desses trabalhadores foi decisiva para o nascimento do movimento operário organizado no Brasil.

Os anarcossindicalistas eram militantes operários que procuravam, a partir das lutas sindicais, derrubar o regime capitalista, o Estado e toda forma de opressão. Aliados por meio da solidariedade, os trabalhadores olhavam para as necessidades da classe trabalhadora e propunham mecanismos de autoproteção.

Entre 1917 e 1921 ocorreram 150 greves na capital paulista, organizadas principalmente pelos movimentos operários ligados ao anarcossindicalismo. Frente ao aumento desta radicalização, surgem no Parlamento proposições acerca de acidentes de trabalho, estabilidade no emprego e aposentadorias para algumas categorias profissionais. Na onda destas proposições, é criada a Lei Elói Chaves, que regulamenta a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões" (KAREPOVS, Dainis. 1994. A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923-1993. Pág. 15)

2) O bancário não é operário

Ao mesmo tempo, a luta do trabalhador bancário não se constituía no mesmo diapasão, por uma questão objetiva: havia um diferencial bastante claro na ocupação laboral dessa faixa de assalariados. Os primeiros bancos apareceram no Brasil apenas no Século XIX, mas ainda de forma incipiente. Ao final daquele período (Século XIX) o Brasil não possuía ainda cem instituições bancárias. Elas eram concentradas nos centros mais destacados da época (RJ, SP, RS, MG, BA e PE) e ainda tinham porte pequeno. Salvo o Banco do Brasil, poucos bancos possuíam porte para que fossem considerados de grande porte. Na realidade da época, poucos eram empreendimentos de caráter nacional, em qualquer área. E o setor bancário não era diferente.

Os sindicalistas da categoria bancária fazem seus primeiros movimentos ainda em 1907, quando os funcionários da Caixa Econômica de São Paulo criam a primeira associação de ajuda mútua entre trabalhadores, denominada Sociedade Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica de São Paulo.

A lógica de ajuda mútua e o fato de as empresas terem, àquele momento, um tamanho pequeno, ajuda a explicar por qual motivo apenas

depois das duas primeiras décadas do Século XX formou-se a primeira associação que deu origem ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, fundada ainda em 1923.

Desde 1922 já se discutia a criação da entidade. Em 14 de abril daquele 1923, é convocada uma reunião que só vai ser concluída em 16 de abril, com a aprovação dos estatutos e a eleição da primeira diretoria, o conselho deliberativo e as comissões da Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo.

É interessante perceber que a pressão dos patrões nunca esteve longe da organização dos trabalhadores. E essa primeira entidade de defesa da categoria bancária tem seus primeiros movimentos como um filme elucidativo dessa condição de ameaça, terror e perseguição a quem “ousa” se organizar para lutar por melhores condições de trabalho, melhores salários e direitos, em busca de condições para compartilhar a riqueza produzida pela classe trabalhadora para usufruto da burguesia.

Em menos de dois meses, a direção eleita em abril se desfaz, e em 23 de maio de 1923 Francisco Silva Pinto é eleito para comandar a Associação até 1925. Em seus primeiros passos, Silva Pinto tenta agir para dar credibilidade à entidade, uma vez que à época os bancários também poderiam se filiar ao Sindicato dos Comerciários. É importante salientar ser o perfil do trabalhador bancário extremamente conservador. E a entidade reproduzia a hierarquia interna dos bancos na organização da entidade – contínuos e funcionários “inferiores” só começaram a ser aceitos na Associação a partir de 1930. Adotando uma linha mutual associativista, a AFBESP caracterizou-se por ter ações com fins beneficentes, instrutivos e recreativos.

E sua maior luta era tentar ganhar a credibilidade de seus pares. Naquele tempo, cerca de 1800 profissionais dos bancos que existiam à época, pois os banqueiros pressionavam funcionários a não aderir à entidade de representação dos bancários (vale informar que apenas 84 bancários assinaram a ata de fundação da entidade). E, ao invés de ir para o enfrentamento, a Associação decidiu inscrever no estatuto, ainda em

1924, a frase “sem fins políticos ou religiosos”, mantendo essa orientação até 1927.

Os primeiros movimentos em direção ao caminho oposto são colhidos ainda 1926 quando duas leis, uma municipal e outra federal, apresentam os primeiros frutos da luta por melhorias nas condições de trabalho do bancário. No município de São Paulo, estabelecimentos comerciais e casas bancárias têm jornada regularizada entre 7h30 e 18h30 (zona central e urbana). No âmbito federal, a categoria ganha direito de 15 dias de férias a cada ano de trabalho.

Mas o número de bancários ainda era pequeno. Assim como as associações que foram geradas a partir de então eram raras e localizadas no âmbito municipal ou regional. Os primeiros bancários a criar entidades no Nordeste foram os pernambucanos, que fundaram seu Sindicato em 1931.

Ao mesmo tempo, no Sudeste, os criadores da Associação Paulista ganham força com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a partir da Revolução de 1930. Ele vira ditador. E o movimento sindical bancário “estreia” sua primeira grande manifestação em 1932, quando os bancários de Santos reivindicam duas horas de intervalo para o almoço e uma jornada máxima de oito horas diárias, com pagamento de horas-extras noturnas.

Com Vargas a pleno vapor no comando do Brasil, no ano de 1934, as entidades de representação da categoria bancária passam a ser chamadas de sindicatos. O Brasil vai deixando de ser apenas um produtor de primeiro setor (agro exportador) e o setor de serviços se fortalece.

Quem se beneficia dessa mudança no perfil econômico são os trabalhadores e trabalhadoras desse setor, entre esses, os bancários, que aproveitaram o crescimento de sua influência e deflagram a primeira greve nacional. A pauta era garantir a estabilidade no emprego (após dez anos de atividade na empresa), conquistar o direito à aposentadoria aos 30 anos de serviço ou aos 50 de idade; assim como a luta pela criação de uma Caixa Única de Aposentadorias e Pensões dos Bancários.

Infelizmente, no entanto, o ditador usou sua caneta para promulgar o

Decreto Lei 24.694, que liquida a autonomia sindical. Se até aquele ano os Sindicatos tinham como se autogerir, se auto organizar e a representação de todas as categorias se fazia pelo esforço de coletividades, a partir da própria consciência, a publicação da nova legislação, da lavra de Vargas, reduz a força da classe trabalhadora. O Decreto ajuda a criar uma ferida nunca extirpada pela classe trabalhadora no tecido sindical do Brasil. Até hoje as organizações sindicais estão atreladas ao Estado brasileiro. Embora hoje menos dependentes e com uma relativa autonomia, o sindicalismo no Brasil ainda é obrigado a cumprir o que se “emana” do Ministério do Trabalho.

3) IAPB, exemplo de pressão que gera resultados

Portanto, foi durante os primeiros anos de Getúlio Vargas no poder que o Estado brasileiro criou uma legislação regulamentando as relações trabalhistas. No bojo dessa nova legislação, foi gerada uma política de ampliação dos serviços de assistência e previdência social, dando início aos Institutos de Previdência Social (IAPs). O que existia, até então, eram relações construídas, ou por meio dos trabalhadores – as sociedades mutuais –, ou por meio de acordos entre trabalhadores e empregadores que contratavam seguros privados para suprir essa necessidade.

A partir dos anos 1930 o sistema de previdência social era formado a partir do tripé entre sindicatos corporativos, a Justiça do Trabalho e o governo Vargas. E cabia à previdência social garantir o bem estar social através da contribuição tripartite do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. “Sindicatos mais atuantes estão estreitamente relacionados com uma melhor cobertura previdencial, e vice-versa. E, em assim ocorrendo, a previdência social passa também a ser elemento de mobilização política” (COHN, 1980).

Outrossim, não há como negar que a interferência do Estado na orga-

nização das entidades de representação dos trabalhadores, principalmente de trabalhadores bancários, se faz para vincular a legislação sindical e a legislação previdenciária daquele tempo.

“Institutos, ao contrário dos sindicatos, foram organizados como entidades centralizadas nacionalmente, enquanto os sindicatos eram entidades municipais. Além da organização em nível nacional, e mais importante, os Institutos não seguiram à risca, como os sindicatos, a estrutura das categorias profissionais. Dessa forma, enquanto em relação ao movimento sindical o governo estabeleceu uma organização rigidamente vertical e municipal, na previdência buscou a unificação horizontal e nacional. Tanto houve Institutos organizados por categorias profissionais como, por exemplo, dos bancários, marítimos, comerciários, entre outros; quanto por setor econômico, como foi o caso do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), que rompeu com a divisão em categoria profissional e aglutinou, em um mesmo Instituto, trabalhadores de todo um setor econômico, genericamente chamado de “industriários”.” (OLIVEIRA, 1999)

E essa dicotomia, de Institutos que serviam categorias e outros que reuniam ramos de trabalhadores, acabou por criar uma divisão em relação aos resultados. Enquanto institutos de ramos tinham uma fachada de eficiência, com funcionários concursados e uma dose elevada de propaganda em torno de sua capacidade de gerar resultados – principalmente por parte dos governantes que defendiam esse modelo – os institutos ligados às categorias profissionais tinham uma interferência elevada da classe trabalhadora, fazendo com que seu funcionamento e suas responsabilidades fossem mais amplas e reconhecidas por usuários e usufrutuários.

E o Instituto de Previdência e Assistência dos Bancários (IAPB), foi,

reconhecidamente implantado e instituído, a partir de um movimento parredista: a greve dos bancários organizada e que resultou na paralização de 1934. “O nosso Instituto IAPB, não foi dádiva, foi conquista da greve de 1934 que o arrancou do governo[...]” (O Bancário, 30/06/1967).

A proximidade entre o Instituto e a direção do Sindicato dos Bancários era tão grande que a primeira administração do IAPB teve participação direta da entidade de classe. Prova disso foi que o Instituto nasceu, naquele ano de 1934, com profissionais cedidos pelo sindicato. Em depoimento sobre a questão, veiculado no documentário “Programa de História Oral”, da FIOCRUZ, no ano de 1986, o ex-dirigente Lauro Jurandyr de Castro Leão, afirma de forma objetiva: “[...] Quando foi criado, o funcionalismo do IAPB saiu do sindicato, eram indicados até parentes de bancários. Era como se fosse uma família só. O pessoal lá de dentro tinha ligação até de grau de parentesco com o bancário. Quer dizer, fazia-se isso justamente para manter esse vínculo”. (LEÃO, 1986).

E essa vinculação garantia a pressão por um serviço prestado com qualidade ao público a ele vinculado. E o sindicato promovia a ingerência por conta de uma intensa pressão sobre o governo. Essa ingerência forçava o sindicato a manter seu grau de influência sobre o governo.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, o Ministério do Trabalho encaminhou um anteprojeto aos sindicatos, indicando o caminho que o Governo gostaria de implantar para os Institutos. No entanto, os bancários, representados pelos seus sindicatos (àquela época já haviam sido fundados os Sindicatos de Pernambuco e do Ceará), sensibilizado por não ter uma legislação que o protegesse – não tinham leis de proteção em caso de doença, invalidez, morte ou velhice. No Sindicato de São Paulo o assunto era debatido desde 1932 internamente, e seus dirigentes haviam solicitado à Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, pareceres e sugestões de leis em vigor em outros países, para ter propostas ao Governo.

Com isso, os bancários, entre outras categorias, rejeitaram a proposta do Governo. Melhor organizados, os bancários já tinham um esboço de

proposta, apresentada ao Governo, com quatro pontos básicos: 1) aposentadoria aos 50 anos de idade ou depois de 30 anos de serviço; 2) estabilidade após o primeiro ano de serviço; 3) financiamento do Instituto tripartite: os bancos contribuiriam com três por cento da receita bruta, os bancários com contribuições médias entre três e cinco por cento dos salários e o governo faria aportes dos recursos equivalentes aos três por cento dos lucros dos bancos; 4) caixa única e de caráter nacional.

A proposta, depois de aprovada pela comissão paritária, seria analisada pela categoria e, caso aprovada em assembleias por todo o País, seria encampada como oficial da categoria. A formulação dos bancários surpreendeu os técnicos do Ministério do Trabalho e o fato foi interpretado, pelos bancários, como um sinal positivo do Governo.

Mas a proposta recebeu muitas críticas dos técnicos do Ministério e houve uma acalorada discussão. Os sindicatos, então, demonstraram unidade e pressionaram o governo a partir de uma greve de caráter nacional, alcançando sucesso na implantação do IAPB com o desenho formulado pela categoria.

E o IAPB sempre teve essa característica de ser o Instituto, criado a partir da lei estabelecida em 1934, com o melhor resultado para questões de previdência e assistência, pois era administrado com apoio, aporte de pessoal e acompanhado de perto pelas entidades sindicais.

O depoimento de Lauro Jurandyr de Castro Leão, resume bem a postura dos dirigentes dos sindicatos de bancários em relação ao IAPB. Demonstrando os vínculos estreitos, complexos e tensos entre estas duas organizações, tão raramente correlacionadas nas análises sobre sindicalismo: “[...] porque a gente tinha a nossa gente lá dentro, amigos e parentes, que a gente fazia onda, gritava. Tudo que saía errado lá, a gente tomava conhecimento e botava a boca no mundo através do sindicato. A gente gritava, e sempre alguém ouvia, né? Então, eles mordiam, mas mordiam de leve, está entendendo?” (LEÃO, 1986).

A construção do IAPB teve forte relação com as razões que levaram os

bancários a adequarem-se à lei de sindicalização de 1931: a falta de proteção social. E expressou junto com a construção do sindicalismo corporativo praticado pelos bancários, a consolidação de uma categoria profissional singular em relação aos demais trabalhadores, fortemente baseada na autoimagem de trabalhador mais qualificado, de quem era exigido um determinado padrão social e cultural.

4) Características e perfil do trabalhador bancário

O número de bancários era realmente pequeno no fim do Século XIX e a sua primeira entidade geral foi o Sindicato dos Comerciários. Em 1923 formou-se a Associação de Bancários de São Paulo (conforme já relatado). Essa entidade foi fundada por dois motivos: havia pouca gente com posses para colocar seu dinheiro em banco – e os sistemas bancário e financeiro à época eram demasiado reduzidos – e o número de instituições financeiras não comportavam mais que 25 trabalhadores em suas agências (em média).

E para ser escolhido para trabalhar nessa atividade o candidato precisava de atributos e diferenciais. “O pessoal do banco costuma ser composto do gerente, subgerente, guarda-livros ou contador e caixa, auxiliado por escriturários, recebedor, pagador e cobradores. E o empregado caixa tem que prestar fiança” (KAREPOVS, 1994). Além disso, os gerentes levavam em consideração critérios como a exigência de selecionar “homens probos e aptos para os cargos subalternos, cuja remuneração deve ser tal que lhes permita ocupar uma posição social decente”, conforme relata a Revista em comemoração aos 90 anos do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em sua página 13.

Esse perfil se constitui numa característica pessoal na luta por alcançar uma vaga no setor. E isso coloca os bancários num patamar diferente do restante da classe trabalhadora, visto que o perfil idealizado é diferente dos demais.

No contexto do trabalho bancário entre os anos 1923 a 1944, as exigências de acesso ao trabalho bancário, vinculadas ao perfil, imagem, estilo de vida, criavam um “mercado de personalidades”, em que a situação de trabalho exigida atingia a vida privada do trabalhador, estabelecendo um tipo particular de sociabilidade. Não existia um mercado de trabalho propriamente bancário, isso é, o bancário lidava com grande volume de trabalho, cujo aprendizado se dava na prática. O desafio para a transformação do trabalhador num profissional bancário esteve historicamente fundado em três fatores: a definição formal-legal de sua categoria de trabalho desde os anos 1930, a evidência da vivência polarizada entre o empregador-banqueiro e o empregado-bancário, e a baixa permeabilidade das fronteiras que regulava o sistema financeiro nacional até o final dos anos 80.

5) As conquistas da categoria bancária

Todos os direitos conquistados a partir da organização da categoria bancária são concretizados a partir de lutas, vitórias, grandes embates, derrotas em alguns momentos e vitórias por conta da existência de sindicatos, como os que hoje formam a base dessa Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste.

Como a luta vai agregando conquistas, não se pode dizer que a Federação foi a responsável pelas principais vitórias. Mas sem a organização dessa federação, sem a história que a antecedeu e lhe deu um perfil combativo, nada daquilo que hoje pode fazer parte do arcabouço de direitos e acúmulos, poderia ser contabilizado, pois a organização bancária tem um histórico de lutas que é diferente.

Por isso, aqui, vamos recordar conquistas históricas dos bancários:

1933 – Conquista da jornada de seis horas de trabalho;

1934 – Primeira greve geral da categoria faz com que seja conquistada

a estabilidade a partir dos dois anos de trabalho e a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), extinto em 1967, durante a ditadura militar;

1939 – Ocorre o 1.º Congresso Nacional dos Bancários, em Recife. A categoria reivindica reajuste salarial e redução de juros.

1943 – Getúlio decreta a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em agosto, o Brasil declara guerra à Alemanha e Itália. Setores comunistas da base da categoria aproveitam o espaço e estimulam a criação de Centros Democráticos de Trabalhadores, pedindo o fim da guerra.

1946 – Após 69 dias de paralisação total, com intensa atividade de rua, os bancários conquistaram a garantia no emprego e pagamento dos dias parados, 100% de reajuste salarial e o compromisso do governo de convocar uma comissão paritária para prosseguir os estudos sobre salário profissional e quadro de carreira dos bancários. Os movimentos paredistas estimulam os bancários a fundar as uniões sindicais municipais. Em março, é legitimada a Lei de Greve.

1949 – Partidos rearticulam a volta de Vargas ao poder. É criada a UBESP (União dos Bancários do Estado de São Paulo), que reorganiza o movimento sindical. No mesmo ano, os sindicatos são autorizados a fazer eleições.

1953 – Criada a Comissão Permanente de Negociação dos Bancários, um embrião para a consolidação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec); Congresso Nacional aprova lei que cria o DIA NACIONAL DO BANCÁRIO, a ser comemorado em 28 de agosto.

1957 – Garantia de recebimento de horas extras e da aposentadoria

por tempo de serviço. A categoria garante as seis horas semanais corridas e aposentadoria por tempo de serviço.

1958 – A organização da categoria funda a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). Foi a primeira entidade de caráter nacional organizada por trabalhadores e não por decreto governamental.

1961 – A “Greve da Dignidade” conquista o Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Em campanha junto com outras categorias, os bancários e os trabalhadores brasileiros garantiram o 13º salário. Entre os bancários, a categoria realizou até 1963 três grandes paralisações e a vitória: anuênio, aumento geral de 40% com mínimo de 7 mil cruzeiros, salário profissional, gratificação de função, pagamento integral dos dias parados e instituição da data-base em 1º de setembro – um marco na história dos trabalhadores, abrindo caminho para outras categorias conquistarem sua data base.

1962 – Fim do trabalho aos sábados para os bancários. Movimentos grevistas pipocam pelo país, com a participação ativa de bancários, que pedem gratificações prometidas e o fim dos 30 minutos a mais para compensar o expediente dos sábados, agora extinto. A categoria põe em prática as “grevilhas”, paralisações surpresa de cinco minutos por agência.

1964 – Um golpe civil-militar implanta uma ditadura. Os sindicatos sofrem intervenções e o movimento sindical em geral é atacado. Militares no poder cassam parlamentares e sindicatos. Confederações de trabalhadores sofrem intervenção. A ditadura determina acordos anuais às categorias, impedindo a livre negociação entre patrões e empregados. Em dezembro, o Banco do Brasil perde poder, com a criação do Banco Central.

1966 – Os militares instituem o FGTS. É a compensação por uma vi-

tória e conquista civilizatória da classe trabalhadora brasileira que havia conquistado a estabilidade após dez anos de empresa. Todos os institutos são fechados, inclusive o IAPB (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários).

1967 – Após muita luta e reivindicação, os bancários conquistam a extinção de jornada de trabalho aos sábados. É criada a Cooperativa Habitacional dos Bancários.

1968 – Os militares fecham o cerco com a decretação do AI-5. Lideranças políticas e sindicais são presas e várias, assassinadas.

1972 – Os militares estabelecem uma segunda intervenção do Ministério do Trabalho na CONTEC e se estende até 1975, embora não fosse a diretoria corrupta ou subversiva. Visitava o Brasil, em setembro de 1975, o belga Francis Blanchard, Diretor-Geral da OIT.

1977 – Os bancários começam a organizar-se novamente. Nasce a oposição bancária no Sindicato dos Bancários de São Paulo.

1979 – Campanha salarial conquista reajuste no anuênio. Em março, toma posse nova diretoria no Sindicato dos Bancário de São Paulo, encabeçada por Augusto Campos. O sindicato passa a acompanhar temas nacionais como anistia, eleições diretas e Constituinte. Em agosto oposição bancária no Ceará reconquista a direção do Sindicato.

1982 – Unificação das datas-base bancária (bancos públicos e privados), um passo importante para o fortalecimento do movimento sindical bancário.

1983 – Arrocho e desemprego levam os trabalhadores de todo o país

a deflagrarem greve geral de 24 horas. Como resposta, o governo militar intervém em diversos sindicatos e determina a cassação de lideranças sindicais. Paralelamente, nasce a Central Única dos Trabalhadores, representando a ruptura do sindicalismo corporativista e atomizado.

1984 – Todo o país se mobiliza em torno da campanha pelas Diretas já, com forte influência dos Sindicatos dos Bancários.

1986 – Bancários se mobilizam e conseguem eleger uma bancada, embora reduzida, aguerrida para a Assembleia Nacional Constituinte, que prossegue até 1988, quando é promulgada por Ulysses Guimarães.

1985 – Formação do primeiro Comando Nacional e deflagração da primeira greve nacional da história da categoria após o regime militar. Empregados da Caixa são reconhecidos como bancários e conquistam a jornada de seis horas e o direito à sindicalização.

1990 – Conquistado o vale-refeição.

1991 – Unificação nacional dos pisos salariais.

1992 – Assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho válida para todo o país. Campanha nacional contra às privatizações dos Bancos Estaduais da Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Goiás.

1994 – Conquista do vale-alimentação.

1995 – Bancários são a primeira categoria a conquistar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em Convenção Coletiva de Trabalho.

1997 – Luta conquista a complementação salarial para bancários afas-

tados por doença ou acidentes e a verba de requalificação profissional na demissão.

2000 – Inclusão na CCT da cláusula sobre igualdade de oportunidades.

2003 – Primeira campanha salarial unificada da categoria bancária com a inclusão dos bancários do BB e da Caixa. Após greve, trabalhadores dos bancos públicos conquistam a mesma PLR dos bancos privados.

2004 – Conquista, com a greve de 30 dias, de aumento acima da inflação, o que se repetiu por 12 anos seguidos.

2006 – Pela primeira vez, BB e Caixa assinam a Convenção Coletiva de Trabalho com os demais bancos. Implantação de grupo de trabalho para debater assédio moral.

2007 – Conquista da 13ª cesta-alimentação e do valor adicional à Participação nos Lucros e Resultados.

2009 – Licença-maternidade de 180 dias. Mudança no modelo de cálculo e melhorias da PLR adicional. Extensão de direitos aos casais homoafetivos.

2010 – Instrumento de combate ao assédio moral e a valorização do piso salarial. Na segurança a categoria conquista: a obrigatoriedade do registro de BO, a divulgação de estatística semestral do setor, garantia de transferência do bancário de agência em caso de sequestro e atendimento psicológico no pós-assalto;

2011 – Valorização do piso salarial e da PLR. Proibição da publicação do ranking de performance no cumprimento de metas, usado para pressio-

nar e assediar os trabalhadores. Na segurança, ficou proibido o transporte de valores por bancários.

2012 – Afastados por problemas de saúde, que ficam sem o salário e sem o benefício do INSS enquanto aguardam perícia ou devido à alta programada, passam a ter sua remuneração mantida. Conquista do segundo Censo da Diversidade (o primeiro foi realizado em 2008) com o objetivo de averiguar as condições de mulheres, negros e PCDs nas empresas. Os dados foram colhidos e divulgados em 2014.

2013 – Sindicato conquista o abono-assiduidade, que garante o direito a folgar um dia durante o ano. O combate ao assédio moral é ampliado com a proibição de envio de mensagens aos celulares dos funcionários para a cobrança de metas. Foi conquistada a não devolução do adiantamento emergencial de salário para os afastados por doença ocupacional.

2014 – Aumento real para os salários; bancos passam a custear exames de CPA-10 e CPA-20 exigidos pelas instituições financeiras, se o bancário for aprovado. Mulheres que forem demitidas e engravidarem durante o aviso prévio proporcional serão readmitidas. Cláusula específica para combater as metas abusivas.

2015 – Mais um ano consecutivo de aumento salarial acima da inflação, além de reajuste ainda maior para vales-refeição, alimentação e 13ª cesta. Combate ao assédio moral e às metas abusivas segue com a conquista de uma nova cláusula que trata de ajustes na gestão das instituições de modo a reduzir as causas de adoecimento;

2016 – Pela primeira vez, os bancários fecharam acordo válido por dois anos, que se mostrou extremamente importante diante da aprovação da reforma trabalhista, que acabou com a validade dos acordos coletivos até

sua renovação. Em 2017, a proposta garantiu 1% de aumento real para os salários e nas demais verbas. Todos os direitos foram garantidos.

2018 e 2019 – Mesmo em conjuntura adversa resultante da reforma trabalhista, a categoria bancária, organizada em seus sindicatos, conseguiu fechar um acordo de dois anos que manteve todos os direitos da CCT e ainda conquistou reajuste de 5% sobre salários e demais verbas (como PLR, VA e VR) – com aumento real de 1,31% em 2018 – e garantia de 1% de aumento real em 1º de setembro de 2019. Além disso, avançou em novas conquistas, como o parcelamento do adiantamento das férias e a realização de novo censo da diversidade, para avançar na promoção da igualdade de oportunidades nos bancos para mulheres, negros e PCDs. Em uma primeira reunião com a Fenaban, ficou acertado que este novo censo seria complementado com a criação de agentes da diversidade nos locais de trabalho: um bancário responsável por promover debates sobre o tema. A segunda reunião já marcou o calendário de realização do censo.

2020 e 2021 – Após 14 rodadas de negociação, o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) conseguiram fechar uma proposta mantendo o direito da categoria. Houve reajuste de 1,5% para salários, com abono de R\$ 2 mil em 2020. Para 2021, os bancos programaram-se para pagar um reajuste que somava a reposição da inflação e ganho real de salário de 0,5%. Mesmo numa conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora, os bancários mostraram força e garantiram uma proposta que mantém as conquistas históricas. Como a PLR 2020 – regra básica: 90% do salário mais R\$ 2.524,62 limitado a R\$ 13.543,37. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 29.795,39. PLR parcela adicional: 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 5.049,25. Foi antecipada a primeira parcela da PLR depositada até dez dias após assinatura da CCT. Regra básica: 54% do

salário reajustado em setembro de 2020, mais fixo de R\$ 1.514,78, limitado a R\$ 8.126,01 e ao teto de 12,8% do lucro líquido – o que ocorrer primeiro. Parcela adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2020, limitado a R\$ 2.524,62. PLR 2021: Para PLR e antecipação da PLR-mesmas regras, com reajustes dos valores fixos e limites pelo INPC/IBGE de setembro/2020 a agosto/2021, acrescido de aumento real de 0,5%, com data de pagamento de pagamento final até 01/03/2022.

2022-2023 – “Foram 19 rodadas de negociação em mais de dois meses e meio de diálogos”, relata Ivone Silva, do Comando Nacional, acrescentando: “Conseguimos reverter as primeiras propostas rebaixadas apresentadas pelos bancos, mas mesmo assim eles estenderam as mesas até quase o final da validade da nossa CCT, o que, com o fim da ultratividade, é uma ameaça aos nossos direitos. A mesa final se estendeu até a madrugada e foi interrompida por volta das 5h da manhã diante da intransigência da Fenaban”, explicitou a dirigente. Depois de tempos de impasse e muita pressão, de lado a lado, chegando a um acordo final, fechando uma proposta mantendo a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, com conquistas no teletrabalho, no combate ao assédio sexual e com cláusula para a questão das metas e assédio moral.

Teletrabalho: Ajuda de custo para quem fica 100% em home office de R\$ 1.036,80 anuais (pagos de uma só vez ou em 12 parcelas mensais), com garantia de reajuste pelo INPC em 2023. Haverá ainda, controle de jornada; direito à desconexão; fornecimento de equipamentos para teletrabalho; medidas destinadas à saúde do trabalhador, como orientações de ergonomia e previsão para exames periódicos.

Prioridade da realização do home office para trabalhadores que possuem filhos até 4 anos de idade ou que sejam pessoas com deficiência.

Combate ao assédio sexual nos bancos: Também houve avanços no combate ao assédio sexual, uma das principais reivindicações do tema “igualdade de oportunidades”. A cláusula prevê canal de denúncia específico; medidas de apoio às vítimas; a realização de campanhas de prevenção e combate ao assédio sexual nos locais de trabalho; e o acompanhamento da temática através da Comissão Bipartite de Diversidade.

Prevenção à violência contra mulher: Projeto com duração de um ano com iniciativas de combate à violência, através de instituto especializado baseado, em três eixos: conscientização da sociedade civil, treinamento para representantes das entidades sindicais e Grupo Técnico de Diversidade.

Segurança bancária: Criação de Grupo de Trabalho Bipartite para discussão de segurança bancária.

Metas e assédio moral: Também ficou acordado que o tema das metas e seu acompanhamento seja tratado na pauta da primeira reunião de 2023 das COEs ou CEEs. Para os bancos que não possuem COE ou CEE há previsão de reunião específica sobre o tema.

6) Recuperação do contexto histórico da redemocratização pós-Getúlio ditador até o golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar de 1964

A luta de classes no território brasileiro teve 45 anos de mudanças significativas. Se nos primeiros anos do Século XX, após o país ser um dos principais destinos mundiais de imigrantes europeus que fugiam das péssimas condições de vida em seus países de origem e, além de sonhos, traziam ao Brasil uma crença na autonomia e no poder de enfrentamento do proletariado mundial, confiando em seus companheiros de luta, esses mesmos trabalhadores e trabalhadoras (eram famílias inteiras desembarcando no Brasil) encontraram uma classe dominante burguesa com tendências e vontade de manter uma relação escravista na relação com empregados.

E para se contrapor a esse pensamento herdado da República Velha, ocorreu no Brasil a chamada Revolução de 1930. Nesta ruptura, a eleição daquele ano é questionada pelo grupo que perdeu o pleito e o segundo colocado, Getúlio Vargas, passa a ser o novo mandatário.

E diante de sua esperteza em conduzir consensos e acordos, Getúlio cria uma série de subterfúgios, nos anos iniciais de poder, capazes de co-

locar os trabalhadores a seu lado. Não que fosse contra a elite econômica, mas sabia como conciliar e fez dessa astúcia, ferramenta.

Por saber como conquistar a elite; Getúlio fez uma bem articulada legislação em favor da classe trabalhadora. Ao garantir concessões e elaborar leis laborais que garantiam certo nível de conquista, a estrutura sindical brasileira manteve-se ao lado do ditador e perde a característica que possuía quando havia intensa disputa entre anarquistas, trabalhistas e comunistas: sua independência e autonomia. Getúlio impõe ao tecido sindical vinculação ao Ministério do Trabalho.

E essa formatação da luta de classes, na qual os sindicatos não estão vinculados única e exclusivamente ao seu ideal de buscar melhorias para a classe trabalhadora, mas também por influência dos políticos que ocupam o poder, transforma parte da luta sindical no espaço de questionamento da base que tem alguma autonomia e consciência.

Os sindicatos estão subordinados ao poder do Estado. E o controle está ligado à existência do imposto sindical, extraído compulsoriamente dos trabalhadores/trabalhadoras, e irrigando a mão de patrões e dos sindicatos. E a maior parte da estrutura sindical é formada por apaniguados do poder. Ser um sindicalista de poder requer influência.

Não é incomum ver o dirigente sindical ter alguma proximidade com políticos com representatividade (eleitos ou indicados como administradores públicos). Pelego, o termo se referencia num acolchoado utilizado no dorso da montaria para que essa não seja maltratada pela aspereza e dureza da cela. É um definição pejorativa dos dirigentes sindicais que povoam aquele momento da história do sindicalismo no Brasil. Afinal, sindicalistas pelegos usam a estrutura sindical para amortecer a luta de classes, e transformam os aparelhos/entidades em anteparo aos conflitos.

É com esse clima que ao final da ditadura Vargas, que foi de 1937, quando o então presidente dá um golpe de estado e se aboleta no poder até 1945, conduzido sob a égide de Estado-Novo, os dirigentes sindicais vão e vêm ao sabor dos interesses não apenas da sua categoria, mas também de

ajudar a apadrinhados políticos; ou, em muitas vezes, usam seus cargos para alcançar um cargo no executivo ou se eleger para cargos do Executivo ou do Legislativo.

“É corrente entre os estudiosos da história política e social brasileira identificar esse período como o da redemocratização, pois estamos saindo de um período de ditadura, marcada pela repressão policial, cooptação ou atrelamento do movimento sindical, cassação dos direitos políticos e prisão das lideranças que se alinhavam contra Vargas e o Estado Novo. Essa ditadura teve seu auge nos anos 1937-1945.” (SEAB, 2017)

Mesmo após a chamada redemocratização, os sindicatos permaneciam no mesmo processo de funcionamento. Instrumentos de controle e repressão são mantidos, e isso se deve à manutenção dos processos de arrecadação por meio do imposto sindical, o que desobrigava, em sua grande maioria, a necessidade de o sindicalista fazer o que deveria: representar a classe trabalhadora. Organicamente, as entidades sindicais permaneceram subordinados ao Estado.

Mas o fim do Estado-Novo acabou por inspirar mudanças. E o sindicalismo brasileiro ensaiou uma ruptura com o Estado. Isso fica claro com a criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Por meio desse movimento os dirigentes se aproximam dos comunistas (o PCB foi legalizado ao fim do Estado-Novo), propõem reformas sindicais que ajudariam a romper com o vício estrutural e dariam liberdade para os sindicatos se auto organizarem, longe da tutela do Ministério do Trabalho, garantindo assim autonomia política.

Outro sinal seria a retomada efetiva das atividades sindicais na conjuntura do declínio do Estado Novo e de redemocratização. Dados sobre a criação de novos sindicatos e o índice de sindicalização confirmam essa retomada: 873 sindicatos foram criados até 1945 e, em 1946, criaram-se mais

66. Os trabalhadores filiados, que, em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 797.691 já em 1946.

A organização do MUT, criado em abril de 1945, trazia a consigna estampada no primeiro número do jornal da organização multisindical:

“A tarefa do MUT é desenvolver a educação democrática do proletariado, lutar pela liberdade sindical, estimular a sindicalização de todos os setores trabalhistas, apoiar as reivindicações gerais da classe operária e, principalmente, fazê-la compreender na prática as vantagens de sua unidade” (MUT, nº 1, Rio de Janeiro, 9/8/1945, p. 1. AMORJ)”.

O MUT propunha criar organismos intersindicais regionais como a União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo e sua equivalente no Rio de Janeiro. Mas uma das principais propostas do MUT, principalmente em relação à organização e luta dos trabalhadores era a formação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho.

“Tais comissões tiveram papel destacado em boa parte dos movimentos grevistas deflagrados naquele período. O crescimento do processo de organização levou à convocação, para setembro de 1946, do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro. O grupo de comunistas e militantes ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que já atuava em conjunto no MUT, defendeu nesse congresso a autonomia dos sindicatos. Grupos ministerialistas retiraram-se do evento e exigiram do Ministério o seu fechamento. Ainda assim, com cerca de 2 mil dos 2.400 delegados inicialmente presentes, os trabalhos continuaram, em outro local, e aprovou-se a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Seguindo formalmente uma linha de defesa da autonomia dos sindicatos frente ao Ministério

do Trabalho, mas evitando a ruptura completa com as regras da CLT, as resoluções do encontro trataram dos mais diversos temas, como: estabilidade; direito de greve; participação nos lucros; segurança no trabalho; trabalho da mulher e do menor; seguro social; delegados sindicais e organizações intersindicais regionais, entre outros. No tema referente à liberdade e autonomia sindical, o congresso aprovou resoluções como as que se seguem: 1º) que seja permitido às entidades sindicais o direito de elaborarem livremente seus estatutos, nos termos do artigo 510 §1º da CLT, cabendo aos associados estabelecerem as normas que lhes convenham de administração, eleições, perda de mandatos e substituição dos diretores, aplicação de rendas e outras atividades correlatas; 2º) fiscalização financeira do Estado apenas sobre o Imposto Sindical; 3º) que o poder público não possa interferir nas entidades salvo no que diz o estatuto; 4º) simplificação dos registros dos sindicatos; 5º) liberdade de sindicalização de todos os assalariados; 6º) princípio de democracia interna nos sindicatos (Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, p. 9. BN).

Ou seja, os trabalhadores passaram a se organizar para exigir suas pautas e retomar a autonomia que lhes foi solapada durante a ditadura do Estado-Novo. Mas a liberdade e o direito de organização em direção à autonomia durou pouco. Em 1947 o governo de Eurico Gaspar Dutra, o escolhido de Vargas e eleito presidente em 1945, caçou o direito de os comunistas terem um partido no Brasil.

Acabaram ainda com a CTB. E o resgate da luta começou a definir no Brasil. Dutra ainda iria decretar o fim das uniões sindicais estaduais, intervenção em mais de 400 sindicatos, iniciando a fase de perseguição ao sindicalismo combativo.

As garras de Dutra ainda se mostraram mais afiadas em relação aos

sindicatos e suas lideranças, com repressão acentuada, em consonância com o clima internacional de bipolarização da Guerra Fria e o controle sobre sindicatos estimulado por empresários, embora o discurso liberal de abertura econômica e menor interferência estatal fosse mantido, de fachada, pelos líderes da “casa grande”. Os dirigentes das entidades patronais mantiveram a defesa da estrutura sindical oficial, que não foi alterada pela Constituição de 1946.

Outro “diferencial” que nasceu no Estado Novo mas foi deixado como herança de Vargas para Dutra foram: a repressão policial e vigilância constante sobre organizações e militantes sindicais. “Uma triagem na documentação da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), encontrou, em 1958, 800 mil fichas referentes a comunistas” (BADARÓ, 2009).

O número é fora de propósito e exagerado, pois não havia tantos militantes ligados ao PCB no movimento sindical à época. Mas o número demonstra o esforço e amplitude da vigilância e da repressão. Só em 1947, Dutra e a Polícia Política carioca produziram 56 mil fichas de suspeitos de comunismo, efetuou 3 mil prisões e 15 mil “visitas” de investigadores a sindicatos.

Era uma das características dos representantes do capital fazer com que os trabalhadores seguissem sem representatividade, assim como fossem reprimidos ao exigir direitos e combatidos em caso se reivindicar ganhos sociais e pecuniários.

Mas uma greve de caráter nacional, realizada na virada do ano de 1945, paralisou o movimento financeiro de todo o Brasil. Os bancários efetivaram um movimento grevista na virada do ano e às vésperas da posse do Governo Dutra para reivindicar um piso nacional para a categoria. “A disposição de luta da categoria e de suas lideranças (no Rio e em São Paulo com forte presença de comunistas) pode ser medida pelo tom da resposta que dirigiram ao patronato após alguns dias de greve, em manifesto publicado pelo jornal:

“Para não ficarem tão mal com a opinião pública, os srs. banqueiros afirmam que, sendo contra o salário profissional, querem conceder aos empregados uma participação nos lucros de suas empresas, como única fórmula de atender à situação de equilíbrio entre as partes, e deitam copiosas lágrimas porque, alegam eles, os empregados não querem aceitar tão valioso presente, verdadeiro saco de nabos. Os bancários não têm dúvida em aceitar o oferecimento de participação nos lucros, e aceitam com entusiasmo, desde que os empregadores estejam dispostos a dar participação substancial e comprovada na renda dos estabelecimentos. Sempre disseram que o capital e o trabalho são forças que se equivalem na produção. Assim sendo, capital e trabalho deveriam ter participação idêntica, pela igualdade de suas condições, o que vale dizer que dos lucros caberiam 50% para o capital e 50% para o trabalho. Mas isso não é tudo. Para que a participação viesse a ser real e efetiva, como resultado direto de verdadeiro superavit das operações, deveria então haver também uma participação igual de capitalistas e empregados na direção da sociedade, por meio de um conselho misto de administração. Os representantes dos banqueiros seriam eleitos pelos acionistas e os representantes dos bancários seriam eleitos pelos empregados, democraticamente. Todos teriam poderes iguais, na direção, administração e realização dos negócios e operações. Controlariam e dirigiriam a contabilidade, apurariam os verdadeiros lucros, incluindo-se neles os resultados de “caixinhas negras” que frequentemente existem para descarga de certos resultados positivos e não convenientes nos balanços. (...) Topam os Srs. banqueiros a participação com essas garantias e bases gerais? (Carone, E. Movimento operário no Brasil (1945-1964), p. 207-208).” (BADARÓ, 2007)

Embora os primeiros anos após a ditadura do Estado-Novo tenham apresentado movimentos grevistas com força e disposição, a segunda metade do governo eleito do general Eurico Gaspar Dutra na presidência, não houve trégua ao movimento sindical.

Os anos se passaram e Vargas, novamente, e com a força da classe trabalhadora, voltou ao poder pelas urnas. Nesta época aparecem em cena as indústrias gigantescas como a petrolífera, a química, a farmacêutica.

A siderurgia se expande aproveitando o novo surto industrial. Agora a metalúrgica e a eletrônica passam a liderar o campo industrial, enquanto a indústria têxtil e de alimentos passam para o terceiro lugar.

O populismo de Vargas se escancara e também sua faceta nacionalista/desenvolvimentista. Surge no horizonte da autodeterminação do povo brasileiro, o Brasil como grande potência, independente de compromissos com o imperialismo. O discurso aponta para o Brasil como nação mais rica e desenvolvida graças à colaboração entre a burguesia nacional e o proletariado. É o desenho de Getúlio, com toda sua capacidade de aglutinar e usar a experiência de poder em transformar o País à sua imagem para poder gerir com mão forte.

E o proletariado brasileiro aproveita a oportunidade para também se estabelecer. A época marca uma nova ascensão do movimento operário sindical. Capitaneados pelo PCB, que mesmo na clandestinidade ajuda a luta do movimento sindical, estabelecem-se as campanhas e lutas anti-imperialistas no Brasil, com as campanhas pela indústria do Brasil. A mais famosa e importante era “O Petróleo é Nosso”, que culminou com a criação da Petrobras. De quebra o Estado ainda criou a Eletrobras.

A energia é o fio condutor desse novo momento do Brasil, e a vertente populista de Getúlio deixa as diferenças em segundo plano, pois burguesia e proletariado andam lado-a-lado para construir esse modelo de nação. O poder, no entanto, segue nas mãos dos burgueses.

Já os trabalhadores da base, em sua grande maioria, viviam uma dicotomia emanada das principais lideranças do Partidão (PCB), uma vez que a

política não seguia uma linha direta. Ora os dirigentes apoiavam as decisões de Getúlio, orientando os sindicatos a confiar no mandatário e em sua política. Ora decidiam atacá-lo, pois ele seria aliado dos EUA e contra a URSS. Era um tempo de Guerra Fria.

Mas o período entre os anos de 1953 até 1963 marcam uma retomada das greves; e junto com estas greves a classe operária formará vários organismos unificados para a luta operária. Como se sabe, Getúlio, acuado pela pressão de opositoristas golpistas, partidários da União Democrática Nacional (UDN), que eram servis às pautas capitalistas imperialistas dos estadunidenses, se suicidou como último gesto para preservar o ambiente democrático no Brasil, garantindo assim o recuo do golpe e um ambiente democrático, asfaltando o caminho de Juscelino Kubitschek de Oliveira para a vitória nas urnas, na união entre PSD e PTB.

“Nesse contexto, as lideranças comunistas viram-se obrigadas a rever seu isolamento e a buscarem alianças. No campo sindical, a aproximação de comunistas e trabalhistas de esquerda para conquista das direções de sindicatos e órgãos de cúpula da estrutura oficial, bem como o clima de relativa liberdade democrática que marcaria o governo JK, abririam espaço para a fase de mais ampla mobilização sindical conhecida até então.” (BADARÓ, 2009)

Juscelino, eleito na esteira do slogan “50 anos em 5”, assume a presidência em 1955. E é preciso resgatar um número significativo: o país se transformou de forma exponencial, saltando dos 275 mil operários em 1920 para aproximadamente três milhões em 1960. Em números absolutos, segundo estatísticas oficiais, os operários representam 13% da população economicamente ativa. Para efeitos de comparação, a agricultura empregava à época mais da metade dos trabalhadores, mas seu percentual na renda interna representava 22,6%, enquanto a indústria alcançava 25,2%.

“Os anos JK foram decisivos para essa virada, pois os subsídios governamentais para setores estratégicos da economia e a abertura ampla para os investimentos estrangeiros criaram condições para incrementos extraordinários em alguns setores. No caso da infraestrutura, o setor energético assistiu a um aumento da produção de energia elétrica de cerca de 50% entre 1955 e 1961 e a produção de petróleo saltou dos 2 milhões de barris por ano em 1955 para 30 milhões em 1960. O chamado ao capital estrangeiro resultou em um incremento da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para o setor automobilístico. Em 1955, praticamente não se produziam automóveis no Brasil. Em 1960, foram produzidos mais de 130 mil veículos, em 11 fábricas (todas ligadas a empresas estrangeiras), que empregavam cerca de 130 mil operários.” (BADARÓ, 2009)

O movimento sindical estabelece no período entre 1950 e 1964 um protagonismo nunca visto anteriormente. E exemplos desse fato não faltam. Houve um crescimento no número de greves; maior visibilidade das entidades por conta das greves geradas e de pautar temas políticos a partir de suas atuações; a constituição de organismos intersindicais que ajudam a fomentar a importância do setor no cotidiano do Brasil.

Quantitativamente, no entanto, o número de sindicalizados era percentualmente muito pequeno para o conjunto da classe trabalhadora. Se tomados os números do ano de 1960, já com o fim do governo Juscelino e o grande impulso dado à industrialização, e comparado à população economicamente ativa (PEA), havia em média 6,11% de filiados a sindicatos no Brasil.

É bom ressaltar que, à época, não havia sindicatos rurais, o que reduz a análise sobre sindicalização para áreas urbanas. E nesse sentido, o centro mais avançado era o sindicalismo praticado em São Paulo, que conseguia atingir um nível de sindicalização de 14,45%. Mesmo assim, é um resultado píffio.

Mas, se o recorte se dá por categorias, o sindicalismo da categoria bancária vira referência. Senão vejamos o que diz Marcelo Badaró, em sua obra “Trabalhadores e Sindicatos no Brasil”, publicada em 2009, revelando que o antigo estado da Guanabara, onde ficava a antiga capital da República, o número era próximo de 30% (27,99%). Mas havia um índice surpreendente por seu engajamento:

“Essa regra geral de baixo índice de sindicalização tinha suas exceções, que comprovavam a possibilidade de alto grau de representatividade de algumas das direções de sindicatos de ponta. Era o caso de três das principais entidades cariocas: o sindicato dos bancários, com um índice de associação de aproximadamente 75% às vésperas do golpe militar (25.929 sócios em aproximadamente 35 mil bancários); dos ferroviários da Leopoldina, cuja marca de filiação chegava a 85% (17 mil sócios para 20 mil trabalhadores na base), segundo depoimento do ex-presidente do sindicato, Demisthóclides Batista; e dos metalúrgicos, com um índice que atingia 50% da categoria em 1961.” (BADARÓ, 2009)

Não se pode tratar um país de dimensões continentais, onde o conceito de desenvolvimento regional ainda não existia à época e, mais importante, havia uma guerra sendo travada sob a égide da disputa ideológica. Essa guerra acabou por gerar, para a sociedade brasileira, induzido por interesses do imperialismo estadunidense, a mais destruidora noite da institucionalidade democrática brasileira. O golpe de 1964, quando militares e civis deram as mãos para impedir a vontade da maioria da população, instalando um regime de terror, perseguição e concentração de riqueza.

7) Guerra Fria, tensão internacional, repressão e ditadura

O período era da Guerra Fria. A Guerra Fria foi um momento de tensão permanente surgido após a Segunda Guerra Mundial. O maior conflito mundial, que destruiu países inteiros na Europa e no qual havia uma disputa por comandar o mundo colocando em lados opostos os fascistas – liderados por Hitler (Alemanha) e Mussolini (Itália) – e a aliança entre países democráticos e comunistas (esses liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), se encerrou com a vitória da aliança entre democratas e comunistas. Ao final da mais longa e destruidora guerra já realizada, o mundo ficou dividido entre o bloco comunista e os países democráticos. E a chamada Guerra Fria se caracterizou por disputas por territórios, corações e mentes, para saber qual era o modelo preferido pelas nações e pelas pessoas.

Enquanto os soviéticos se aliavam por meio do Pacto de Varsóvia, unindo os países do Leste Europeu, procuravam implantar uma mentalidade onde o espírito solidário prevalecesse; os capitalistas, capitaneados pelos EUA e a Europa Ocidental, pareciam não obter maior sucesso e se organizaram na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, ou NATO, por sua sigla em inglês).

Para ilustrar melhor essa visão, publicamos aqui um trecho da entrevista concedida pelo advogado e juiz do Trabalho aposentado, Inocêncio Uchôa.

Trecho sobre a Segunda Grande Guerra e a Guerra Fria

“Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, tinham dois grandes blocos, praticamente, no mundo. Três, né? O capitalismo, liderado pelos Estados Unidos e a Inglaterra, a Alemanha destruída, a França destruída, a Bélgica destruída, a Polônia, enfim... e os socialistas, que era um grupo de países liderados pela União Soviética, todos comunistas. E tinha alguns países já socialistas, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia, Albânia... e veio a Revolução Chinesa, nos anos 1940. E aí com o término da Segunda Guerra Mundial, os socialistas estavam muito fortalecidos, porque a União Soviética ganhou a guerra. Quem ganhou a guerra foi a União Soviética. Dois terços da Guerra se deu ali na União Soviética e eles que derrubaram os alemães. Não foi na periferia. Os Estados Unidos mesmo lutaram na periferia (batalhas no Norte da África, no Oceano Pacífico, em disputa com o Japão). Mas a base da Segunda Guerra Mundial foi ganha pela União Soviética. E a União Soviética saiu super fortalecida, inclusive mais armada militarmente do que os próprios Estados Unidos. Ela tinha armas nucleares, tinha mais armas. E as massas mundiais estavam en-



Inocêncio Uchôa: juiz do Trabalho aposentado. Foi advogado do Sindicato dos Bancários do Ceará entre 1979 e 1992. Depois foi magistrado do Trabalho

cantadas com a ideia do Socialismo, por causa de uma experiência que funcionava, a exemplo da União Soviética. Por exemplo: você estava no seu país e não tinha um salário decente, não tinha saneamento, não tinha aposentadoria. Aí as pessoas chegavam na guerra e viam que lá na Europa oriental, já depois da Segunda Guerra Mundial, nos países sob a influência da União Soviética, havia tudo isso e mais moradia. No bloco capitalista, eles criaram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) pra financiar a reindustrialização, a recuperação econômica da Alemanha e da França principalmente. E aí funcionou, tinha Universidade e tudo mais. Funcionou. Nesses dois mundos. No Terceiro Mundo, aqui, na periferia do Planeta, América do Sul, África, parte da Ásia, não tinha nada. Por isso que eu digo que tem três blocos.

Mas esse terceiro bloco estava assim, como posso dizer, superentusiasmado com a ideia do socialismo. Porque no socialismo o que acontecia lá na Rússia (sic)? O cara tinha trabalho garantido, ensino em todos os níveis, tinha escola, tinha esporte, tinha aposentadoria, saúde, planejamento urbano. Ele não tinha era uma empresa, mas ele tinha garantia de que sua vida e seu bem-estar estavam garantidos pelo Estado.

E então começaram as lutas anti-imperialistas no sudeste asiático: Vietnã, Guerra do Vietnã, Guerra da Coreia, Laos e o Camboja. O Camboja era um reino que o príncipe herdeiro, Norodom Sihanouk, se dizia socialista e, nas ideias, ele era socialista. Também na África, aconteceu o mesmo movimento, com guerras anti-coloniais: Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Congo (um exemplo disso foi Che Guevara, que saiu de Cuba e foi para o Congo, porque ali se desenvolvia uma experiência de guerra...), a luta de libertação das mulheres. Tinha luta contra o racismo na África do Sul, na Rodésia, nos Estados Unidos. Tinha havido a morte do Martin Luther King, que seria o primeiro presidente negro norte-americano, desde sempre... ia ser eleito. Os caras o mataram por isso. Mataram na raiz: esse aqui não. Norte da África, né, tem isso também. O Iraque tem o partido Baath, que era socialista e ia socializar o Iraque. A Tunísia tinha feito uma revolução.

O Egito tinha a questão do Canal de Suez. Enfim, o mundo todo estava indo para o lado socialista.

O Richard Nixon (presidente dos Estados Unidos no período da Guerra Fria) ele dizia claramente, nós estamos perdendo essa guerra. O que é que vai acontecer? Os Estados Unidos tiveram que invadir a Nicarágua; invadiram a Guatemala, não sei quantas vezes; invadiram Honduras. Dominaram a América Central e a América do Sul toda ela com guerrilhas e tal. O mundo estava conflitado na direção das massas, do socialismo.

Então o que acontece? Eles conseguiram dar um golpe militar na Indonésia, lá no Sudeste Asiático. A Indonésia é um país populoso, 80 milhões de pessoas naquela época. Deram um golpe militar igual ao do Brasil. Um militar derrubou o presidente da República. O general Suardo, general como no Chile e aqui no Brasil, derrotou o Sucardo que era o presidente democraticamente eleito. E aí, os caras mataram um milhão de pessoas, numa semana a dez dias. Chegavam na casa de alguém que era considerado socialista, comunista e nessa casa tinha um telefone e uma lista telefônica (agenda) iam até a casa dos caras e matavam. Mataram as pessoas porque supostamente elas eram socialistas. Tinham uma ideologia diferente.

Ali teve um ponto de inflexão. A partir dali o capitalismo passou a recuperar a posição dele. Dali eles deram um golpe militar também na América Latina, no Brasil. Caindo o Brasil cai a América Latina como um todo. Cai Argentina, Chile, Equador, Peru, Uruguai. Só não caiu a Venezuela, único país da região que nunca teve uma experiência autoritária.

Recuperando essas forças, permitiu que o capitalismo se recuperasse, e elegeu Margaret Thatcher (na Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA). E eles foram a ponta de lança do capitalismo na implantação do modelo neoliberal, com as ideias do Hayek."

Trecho da entrevista concedida pelo Juiz do Trabalho aposentado Inocêncio Uchôa. Foi advogado do Sindicato dos Bancários do Ceará entre 1979 e 1992.

8) Por qual motivo os militares fizeram diversas intervenções no tecido sindical do Brasil?

Como se viu anteriormente, a organização sindical, embora não oficialmente, pois a própria CLT proibia, rumava para uma organização fora do “guarda-chuva” do Estado brasileiro. Um sinal claro foi dado ainda em 1960, no mês de agosto, quando foi realizado o 3.º Congresso Sindical Nacional, no Rio de Janeiro, reunindo lideranças ligadas ao conglomerado PCB/PTB (trabalhistas e comunistas) e encaminhava a criação de uma nova Central Sindical aprovando por ampla maioria dos delegados presente a criação da comissão permanente para a implantação dessa nova organização.

A base se ampliava e a origem dessa ampliação se dava a partir de quatro “fontes”:

“a) os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os autodenominados “renovadores”, em geral de esquerda, mas críticos do PCB; c) os dirigentes que se identificavam como “nacionalistas”, que reuniam, grosso modo, os comunistas e trabalhistas de esquerda; e d) os que se proclamavam sindicalistas “democráticos”, que se identificavam pelo anterior controle dos órgãos de cúpula da estrutura sindical.” (BADARÓ. 2009)

Em resumo, a classe trabalhadora estava organizada e interferia nas discussões, debates e temas da política nacional. Construía pautas e, por meio de suas ações nos anos que antecederam o golpe ajudaram a institucionalizar uma série de conquistas para o proletariado brasileiro.

Articulados por meio de muitas organizações os trabalhadores acumularam vitórias ao estabelecer como regra para todos a instituição de um 13.º salário, indicar a necessidade de participação nos lucros e resultados das empresas, a instituição do direito de greve a todas as categorias, um salário família, o cumprimento da Lei Orgânica da Previdência Social, autonomia sindical e férias de 30 dias.

Isso era possível pela organização da classe trabalhadora e da proximidade com o poder. Afinal depois de Getúlio e Juscelino, foram eleitos, em 1960, Jânio Quadros como presidente e João Goulart, cunhado de Getúlio e seu principal herdeiro político, como vice-presidente do Brasil. Jânio foi eleito pela União Democrática Nacional (UDN), um partido anti-Getúlio, conservador; e Jango era o escolhido do PTB. À época, o presidente e o vice-presidente colocavam seus nomes, e a eleição era para cada um dos cargos. Tanto presidente quanto o vice-presidente recebiam votos e eram escolhidos pela maioria dos votantes. E não havia segundo turno. Assim, definida a vitória de Jânio para presidente, pela UDN, João Goulart foi eleito pelo PTB/PSD. Mas Jânio, que fizera um início de mandato cheio de contradições, renunciou em agosto. Jango sofreu pressão para que não tomasse posse, por parte de conservadores, militares e empresários.

A razão era a sua proximidade com os movimentos sociais, principalmente sindicatos, e pelo seu histórico de estar mais perto de manter a força da classe trabalhadora articulada e em defesa de uma sociedade mais justa.

Ele acabou assumindo, mas um golpe tirou seu poder, institucionalizando um parlamentarismo. Somente em 1963 Jango teve seu poder restituído. O avanço das pautas sociais, a luta por reformas de base (reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma tributária, reforma

do estatuto do capital estrangeiro, a reforma administrativa, reforma eleitoral, reforma universitária), um conjunto de medidas que iria modernizar o Estado brasileiro e dar à sociedade a possibilidade de reduzir as desigualdades.

Mas isso acabou por gerar a reação que resultou no golpe. Os militares foram instados pelos empresários a tomar o poder e a combater a modernização do Estado brasileiro além de implantar novas formas de comprometimento do poder.

E isso ocorreu por uma postura nada combativa e, pode-se até definir, ingênua das lideranças da classe trabalhadora. Giannotti nos lembra com o peso de uma sentença, o resultado dessa ingenuidade:

“O golpe de 1964 pôs fim a um movimento operário de forte tom populista. O movimento operário destes anos pode ser caracterizado como um movimento combativo, mas com fraca consciência de classe e sempre levado a lutar em defesa de interesses de outras classes. Sua organização de base era fraca. O golpe deixou clara a falência da política baseada no nacionalismo, no populismo e no reformismo operário.” (GIANNOTTI, 1980)

O juiz do Trabalho aposentado, Inocêncio Uchôa, em entrevista que ajudou a construir essa obra, lembra a razão daquele momento histórico ter sido construído dessa forma, por meio de intervenção violenta.

Para entender melhor, sigamos as explicações do comunicador sindical Vito Giannotti. Para ele, a leitura é de que o processo inflacionário instigou as massas a dar início a uma onda de reivindicações salariais de forma frequente. As lutas são diárias, como forma de conter as perdas e evitar o rebaixamento do poder de compra dos salários. No ano de 1960 foram 180 greves e a paralisação de 954 empresas; em 1961, foram outras 154 greves atingindo 980 empresas.

No campo, começam a surgir os primeiros movimentos de trabalhadores e a luta ganha novas fronteiras e embates instigantes.

“Este anos marcaram o nascimento do movimento sindical no campo; é criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). As Ligas Camponesas se organizam melhor e passam a ter um peso político nacional. Todas essas organizações unificadas da classe trabalhadora nascem de lutas concretas e impulsionam outras lutas. Este é um período de rápida politização da classe operária. Além das greves econômicas a classe operária faz numerosas greves intercategorias e políticas. O Brasil precisa de uma total reformulação, precisa de “Reformas de Base”: essa era a visão geral da época.” (GIANNOTTI, 1980)

Há uma desestruturação aliada a uma ilusão entre as principais lideranças da classe trabalhadora. Até 1963 predomina a ideia de um pacto entre Governo, Exército e Sindicatos. A imprensa falada e escrita indicava a possível existência de um pacto com os militares e que o Brasil vinha se tornando uma “República Sindicalista”. “E isso passou pela cabeça de muitos líderes da classe operária, como o próprio Luiz Carlos Prestes que chegou a dizer que ‘a classe operária já está no poder, só falta estar no Governo’ ”. (GIANNOTTI, 1980.)

Mas é apenas uma ilusão. Na presença de João Goulart, estabeleceu-se uma prosaica política populista, onde ações são feitas para estimular as massas a aderir ao governo. Mas há reação e ela está organizada por meio da interferência externa. “... desde 1960 fortalece-se uma tendência anticomunista, burguesa, no sindicalismo. É apoiada pela direita e pelos EUA, através do IADESIL. É o chamado Movimento Sindical Democrático (MSD)... São contra as greves, contra a agitação e trabalham pelo golpe militar” (GIANNOTTI, 1980).

Outra visão que corrobora a falha na organização e resistência ao golpe é a fala de uma liderança ferroviária, Demisthóstocles Baptista, o Batistinha, que publicou no jornal do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro sua opinião:

“A classe operária fez seu papel, parou o Brasil (...) Havia um esquema. Qual era o esquema? O trabalhador parar em caso de golpe. Porque o 1.º Exército era comandado por um general de confiança, nomeado por Jango. A Aeronáutica era comandada pelo Brigadeiro (...) Teixeira. Me disseram que fuzileiro naval era domesticado para brigar e era tropa de elite, comandada pelo Almirante Aragão. Então, não tinha porque o trabalhador que nunca pegou em arma pegar (...). Não havia trabalho de resistência armada pelos trabalhadores. Havia a ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe (Batistinha: o combatente dos trilhos, p. 45)”

A fala do dirigente dos ferroviários revela um dos limites da classe trabalhadora: lançou-se com vigor na política, mas não se preparou para resistir a um golpe militar. Muito preocupado com as reformas de base, mas sem poder de resistir à tomada de poder por parte dos militares. Todos foram alvo fácil dos reacionários.

Mas foi Vito Giannotti quem revelou uma perspectiva objetiva no desmonte. Em sua fala ele revelou astúcia e visão de mundo:

“Em 1964, chegamos ao fim do sistema de democracia populista que começou com Vargas. Dentro do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, de 1930 até 1964, houve constantemente duas tendências no sistema político populista. De um lado, a força burguesa e de outro a força proletária. A medida que as contradições econômicas e políticas avançavam, essas duas tendências definiam-se e opunham-

se cada vez mais entre si. Nos últimos anos antes de 1964 a força popular tomou mais pujança e chegou até a ameaçar a estabilidade das forças burguesas que tradicionalmente dirigiam o país. Isso provocou a união de todas as forças reacionárias burguesas, dirigidas pelos interesses dos trustes americanos e a aplicação do golpe militar de 31 de março de 1964, com o objetivo de por fim ao progresso da força proletário-popular. Com o golpe de 31 de março, pretende-se impor ao Brasil, uma nova estrutura social e uma nova ideologia. Não mais os planos de um Brasil autônomo, livre do imperialismo, mas um Brasil baseado na aliança com o capital internacional, um Brasil em estreita ligação com os Estados Unidos, país líder da chamada “civilização ocidental”. Para isso era necessário calar todas as vozes que falavam, era necessário um regime militar.” (GIANNOTTI, 1980)

E o golpe inviabilizou a harmonia e a pujança que sempre caracterizaram a possibilidade de um país civilizado. Restou o domínio do arcaísmo, da visão escravista e da servidão do povo. E isso ficou claro quando Roberto Campos, ministro do Planejamento de Castelo Branco, assim define a “Posição dos Assalariados durante o Governo Revolucionário”:

- O primeiro pecado do antigo trabalhismo era a preocupação obsessiva com a alta maciça dos salários nominais.
- O segundo vício era seu desinteresse por outros aspectos da luta operária, no fundo mais significativo do que a simples reivindicação salarial como: educação, casa própria, assistência, previdência social”. Com base nisso é que o novo Governo formula as novas diretrizes da política sindical, que podemos resumir assim:
- Acabar com a participação da classe assalariada nas decisões políticas em geral.

E com essas “diretrizes” O sindicalismo será amordaçado: prisões, perseguições, assassinatos foi o que a sociedade viu e pouco ou nada pode fazer, diante de tanta iniquidade exarada por quem roubou o poder e dele se locupletou: uma casta de militares e de empresários.

Bibliografia

BADARÓ, Marcelo. 2008. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo, Expressão Popular.

COHN, A. 1980. Previdência social e processo político no Brasil. São Paulo, Moderna.

GIANNOTTI, Vito. 1980. Cem anos da classe operária no Brasil 1880-1980. Petrópolis, Vozes.

_____, _____. Histórias das Lutas dos Trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad.

KAREPOVS, D. (coord.). 1994. A história dos bancários: lutas e conquistas (1923-1993). São Paulo, Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo.

RIBEIRO, Darcy. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

Periódicos

Jornal O Bancário. Rio de Janeiro: O Bancário, 30/06/1967, p. 06.

OLIVEIRA, Ana Paula. 1999. Artigo: "IAPB e Sindicato: duas estruturas interligadas". Publicado na Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 13, p. 141-151, nov. 1999.

"Revista de História Oral". FIOCRUZ, 1986. Documentário: oitiva com dirigente Lauro Jurandyr de Castro Leão.

Revista SINDISEAB, 2017. Acesso em 12/03/2023: <http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo>.

Editorial do Jornal do MUT, número 1, Rio de Janeiro, 9/8/1945, p. 1. AMORJ.

Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, p. 9. BN

CAPÍTULO 3

(Os bancários constroem resistência durante a ditadura)

- 1) Por que as entidades de representação dos bancários ficaram sob intervenção?
- 2) A resistência, a retomada e o novo sindicalismo no contexto do movimento sindical dos bancários
- 3) Os bancários enfrentam o início do neoliberalismo do Governo Collor, resquícios de desmandos do Governo Itamar e as perseguições e destruições de direitos do modelo FHC/neoliberalismo – a luta dos bancários
- 4) Nasce a FETEC, uma iniciativa Cutista para enfrentar o neoliberalismo, ajudando a construir resistência no movimento sindical bancário.

1) Por que as entidades de representação dos bancários ficaram sob intervenção?

Nos meses que antecederam ao golpe que colocou o Brasil sob a escurecimento da falta de liberdade, de perseguição a quem pensava diferente dos que estavam no poder, a força do movimento sindical se fez presente e demonstrou certa força e uma organização questionável. Ao menos é dessa forma que Vito Giannotti analisa o momento que antecedeu ao golpe e à forma como o proletariado brasileiro deixou de reagir com força e disposição à quartelada.

“O golpe de 31 de março de 1964 sufocou o movimento operário no Brasil inteiro. A causa dessa derrota do movimento operário foi a falta de uma profunda e sólida organização dos trabalhadores. O movimento... carecia de uma verdadeira organização dentro das fábricas. O sindicalismo até 64 era um sindicalismo de cúpula, dirigido de cima.” (GIANNOTTI. 1980)

Assim como a greve geral estabelecida e cumprida pela classe trabalhadora, em reação à empreitada golpista de março de 1964, foi um sucesso,

com o Brasil parando totalmente, há um paradoxo claro em relação ao que fora combinado pelo então presidente, João Goulart, com seus “militares de confiança”. A reação dos militares, que deveriam estar ao lado de Jango, foi nula. Não ocorreu. E a chamada “reação” golpeou o poder que foi escolhido pelo povo.

E não era apenas uma greve que iria barrar os tanques, as baionetas e fuzis. O resultado foi o fim de um sonho próximo: a classe trabalhadora chegar ao comando e debelar a desigualdade histórica que grassa o País desde o seu “descobrimento”, como vem denunciando esse livro. E, quando a luta de classes fica evidente e o proletariado se aproxima do poder, a História mostra o que acontece: vide a Comuna de Paris e seu lastimável fim. A burguesia francesa se alia à burguesia alemã (já à época inimigas históricas) e seus Exércitos marcham juntos para aniquilar a classe trabalhadora. É dado um golpe e não há misericórdia ou perdão. E foi justamente isso que se deu na sequência daquela data historicamente triste para o Brasil, o 31 de março de 1964.

A CLT já facultava ao Ministério do Trabalho poder de promover intervenções no conjunto do tecido sindical do País. Foram destituídas as direções de nada menos que 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). Pior: foram selecionados para substituir os dirigentes combativos uma casta de sindicalistas “pelegos”. Os mesmo dirigentes formados pelas entidades golpistas. Foi assim, consolidando o início do ciclo militar no poder a institucionalização de uma prática de desmonte das lutas e a consolidação das direções dóceis ao sistema.

Os cassados perderam seus direitos políticos e passaram a responder inquéritos policiais militares (IPMs). Aos principais dirigentes sindicais com capacidade de burlar a perseguição, restou o consolo de fugir para o exílio ou viver na clandestinidade – o que por si só, já era muito arriscado, pois ao ser descoberto, poderia viver anos a fio na cadeia, sendo torturado. “O impacto do golpe sobre os sindicatos foi violentíssimo, e mais de uma década seria neces-

sária para que uma retomada efetiva das mobilizações de trabalhadores e das jornadas grevistas pudesse acontecer” (BADARÓ, 2009).

Mas é preciso separar esse tempo infeliz de nossa História em períodos menores, para compreender como foi se dando o recrudescimento da barbárie, a reação da classe trabalhadora, sua reorganização e o surgimento do que se costuma nomear como “novo sindicalismo”.

Entre 1964 e 1967, a ditadura não perdoou as entidades e seus líderes, e os sindicatos estiveram amordaçados pelas intervenções e perseguições aos militantes mais conhecidos do tempo anterior ao golpe. No entanto, o cenário econômico e político impediu o cenário de “um corpo destruído e sem cabeça”, como descreveu Giannotti.

A política de arrocho salarial foi a lógica implantada por Roberto Campos, economista escolhido pelos generais para conduzir o Planejamento dos primeiros anos de ditadura. Isso corroeu o poder de compra de trabalhadores e trabalhadoras. Mas, foi um sucesso entre os abastados. A prova disso é um estudo conduzido pelo pesquisador Pedro Ferreira de Souza, vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e à Universidade de Brasília (UnB).

Usando uma técnica semelhante à utilizada pelo economista francês, Tomas Piketty, na obra “O Capital do Século 21”, foi utilizada por Souza para analisar a concentração de renda e riqueza no Brasil. E o estudo chegou à conclusão de que os mais ricos, que em 1964 detinham um percentual variando de 15% a 20% da renda nacional, a mesma faixa de 1% dos mais ricos do Brasil passou a deter 30% de toda a renda do país. Souza, assim como Piketty, usou como base de dados informações da Receita Federal disponíveis nas declarações do Imposto de Renda de todos os brasileiros.

Em entrevista à versão em Português da estatal britânica BBC, Pedro Souza disse: “Meu estudo mostrou que a desigualdade não foi consequência do milagre econômico, mas se acentuou antes desse período, com as decisões do governo militar que jogou a conta do ajuste no colo dos trabalhadores” (BBC News Brasil).

Ou seja: o fulcro do golpe era concentrar riqueza na mão de poucos. Os poucos mais ricos. A mesma política que aprofundava a concentração de riqueza.

“Ao mesmo tempo, o novo governo militar implementou mecanismos econômicos que agradavam ao imperialismo e ao grande capital nacional, provocando um surto de crescimento industrial:

- Suspensão das leis que regulamentavam a entrada de capital estrangeiro e a remessa de lucros;*
- Revogação das leis de nacionalização das refinarias de petróleo e de desapropriação de terras para a reforma agrária, decretadas no Governo João Goulart, no famoso comício da Central do Brasil, em 1964;*
- Isenção de impostos e criação de créditos de longo prazo para favorecer as grandes empresas;*
- Criação de mecanismos financeiros para favorecer o grande capital, via Banco Central, Banco Nacional de Habitação (BNH), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE);*
- Liberação de inúmeros incentivos à exportações, com isenção de impostos e vários tipos de subsídios.”*
(GIANNOTTI, 2007)

E para que essa política econômica alcançasse o sucesso necessário, uma coisa era óbvia: silenciar reivindicações e fazer dos sindicatos espaços inertes, mortos, ou de prestação de serviços aos associados. Sem o viés político e de luta por influência na condução política do país, como se caracterizou às vésperas do golpe militar.

Para isso a ação do comando militar, que assaltou o poder, foi instalar interventores nos sindicatos. Mas essas pessoas não eram estranhas às estruturas já existentes. Eram dirigentes e ex-dirigentes ligados aos círculos operários católicos e às correntes sindicais estadunidenses, os quais, à época, estavam alinhados ao governo dos EUA, por influência da Guerra Fria.

E ao voltar à direção, lhes restava ser fiel aos milicos; à apresentarem-

se “como ponto de apoio dos primeiros mandatários da ditadura militar e caçar com esmero seus antigos adversários, agora taxados de perigosos subversivos” (BADARÓ, 2009).

Um exemplo muito claro de como essa situação ocorria, muito além das estatísticas que apontam o volume de intervenções, é o caso do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Nas páginas de seu jornal, os interventores tornam clara essa ação persecutória. Num momento inicial os interventores perseguiram não somente os diretores que foram cassados, mas também militantes, funcionários representantes de base os quais ajudavam a direção ouvindo a base em seus locais de trabalho para levar reivindicações à direção. Mas, para as novas direções, esses representantes da base eram, na verdade, perigosos agentes subversivos.

Portanto, independentemente de ser diretor ou representante de base, todos os trabalhadores e trabalhadoras que se manifestavam e lutavam por seus direitos passaram a ser considerados pessoas que queriam o mal do Brasil. Não à toa, em determinado período da ditadura, foi cunhado o slogan: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Era um claro recado: as pessoas só tinham direito de torcer a favor do Governo imposto à força.

E o caso dos bancários cariocas foi exemplar, nesse sentido absurdo. Encontrar os “agentes da subversão” e estabelecer provas da subversão por meio de documentos da própria entidade. Telegramas de cumprimentos de Luiz Carlos Prestes (presidente do clandestino PCB) e do embaixador da URSS ao sindicato; participação de dirigentes da entidade em atos de solidariedade ao povo cubano e contra o criminoso embargo dos EUA à Ilha; ou na presença de um livro do jornalista e escritor Ferreira Gular na biblioteca do sindicato. Ou seja, a ação cotidiana de uma entidade e seu posicionamento político era considerada prova para se abrir um inquérito. Aberta essa aberração jurídica, o julgado, via de regra, era condenado, preso e obrigado a delatar seus companheiros.

As provas eram essas. E, tal qual uma vida kafkiana, todos que um dia eram dirigentes e integrantes da comissão de base da entidade, no outro era

um perseguido político, sem direito a uma defesa coerente ou técnica, pois a subversão estava “à vista” para quem quisesse a enxergar, nas mentes doentias de quem fora alçado à condição de dirigente aliado dos golpistas.

Chamando o golpe de “Revolução” os interventores esperavam se manter “sempre prontos a auxiliar, no que for possível, as autoridades constituídas pela Revolução Democrática”. Era isso que se poderia ler na edição do jornal sindical “O Bancário” válida para as datas dos dias 1º/6/1964 e 14/10/1964 (BAP/SEEB-RJ).

Com “dirigentes” dessa natureza, por óbvio, a base preferia se afastar da entidade. E foi exatamente isso que ocorreu em relação ao Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Até o golpe, a entidade tinha uma adesão muito acima da média do Brasil, chegando a aproximadamente 75% de associados em relação a toda a base empregada da categoria. A partir da presença dos interventores, a filiação ao SEEB-RJ despencou para pouco mais de 20%. E os bancários foram apenas um exemplo. O fato se reproduzia em todas as categorias. O tecido sindical brasileiro era o alvo primordial da ditadura instalada, pois sem uma classe trabalhadora consciente e organizada minimamente, fica mais fácil de a explorar e pilhar esses trabalhadores e trabalhadoras.

“Para os interventores, isso era pouco preocupante, pois não almejavam maior representatividade que a conferida pelos militares que lá os colocaram. Desprezando as reivindicações das categorias no plano político e econômico, dedicaram-se a ampliar o setor assistencial e o patrimônio físico dos sindicatos, valendo-se para isso das gordas somas vindas do imposto sindical.” (BAP/SEEB-RJ, 1964)

Para o primeiro momento, esse foi o objetivo. Embora houvesse resistência, visto que na base as coisas só pioravam, em função do arrocho salarial, na maioria das entidades os interventores se sobrepunham e mantinham-se no poder.

Vitória contra os interventores

Um caso emblemático, no entanto, ocorreu no Ceará, onde o então estudante de Direito, Inocêncio Rodrigues Uchôa teve uma passagem pela base da categoria e revela um momento de enfrentamento à política de arrocho salarial, conforme relato em entrevista para a preparação dessa obra.

“Eu chego em Fortaleza na época da ditadura, em 1965. Fiz o vestibular para a Faculdade de Direito, passei a militar nas questões da Faculdade; e fiz um concurso para um pequeno banco, o Banco Cearense do Comércio e Indústria, cujo capital era do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo, e aqui é conhecido como COMIND, ou Banco Comind. Na época tinha muitos bancos particulares, muitas cooperativas de crédito. Depois essas instituições foram fechando ou adquiridas pelos bancos de capital maior, e hoje só tem banco de fora. É o que Marx enxerga como a fase de concentração de renda do capitalismo mundial, a centralização. Mas à época, os banqueiros de fora eram minoria, e a Associação de Bancos do Ceará (Abance) era presidida por um banqueiro daqui. E os banqueiros de fora eram minoria. Porque depois, os banqueiros de fora, por conta do tamanho do capital, foram absorvendo os bancos daqui. Mas aquele momento que eu militava como bancário, era mais fácil a discussão, porque se dava com os banqueiros locais. Que conheciam a gente. A gente conhecia eles. Conhecia o irmão. Tinha uma relação por conta de convivências sociais (colégio, vida cotidiana etc.).

Depois, quando os bancos passam a ser nacionais, e os bancos eram todos de fora, fica muito mais difícil a discussão das questões salariais, dos dissídios coletivos e tal. Então eu era bancário e estudante. Estudava de manhã e trabalhava à tarde no banco. Entrava às 12h e saía às 18h. E assim foi a minha vida, por pelo menos três anos – 1966/67/68. Algo por aí. Então, em 1967, em setembro, ou próximo de setembro, que é a data-base da categoria, o Sindicato dos Bancários, que era dirigido por pelegos, e era um Sindicato forte, porque a estrutura e a representatividade sempre foi destaque no meio sindical cearense e os bancos daqui sempre demonstra-

ram uma força muito grande. Uma influência na economia local.

E o Sindicato dos Bancários sempre foi muito forte. Mesmo não sendo um sindicato dos metalúrgicos, um sindicato dos obreiros, era um sindicato muito forte. E não só aqui no Ceará. Era o mais forte do Norte e Nordeste. De repente apareceu um edital convocando assembleia para eleger a pauta de reivindicações. E eu, a essas alturas, era o vice-presidente do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito, e era um líder estudantil e sabia como me manifestar tinha muito traquejo, gostava da área Trabalhista, da área de Pessoal (RH), e aí, alguns companheiros do banco, mais antigos, que vivenciaram 1964, e tinham larga experiência, formularam algumas reivindicações, colocamos as propostas no papel, e eu fui incumbido por esses bancários mais experientes, mas mais visados por já terem uma história no movimento sindical, a ser o defensor dessa pauta local do Banco Comin, a ser apresentada na assembleia para compor a pauta de reivindicações.

E você apresenta, lá na assembleia, essa pauta como sendo as reivindicações dos bancários do Banco Cearense de Comércio e Indústria. E eu fui. Quando cheguei lá tinha uma assembleia pequena, talvez tivesse assim umas vinte pessoas, além dos três ou quatro pelegos lá do Sindicato. E aí, depois que abriram os trabalhos e foi aberto às manifestações dos bancários, eu pedi a palavra, me apresentei e disse estar ali representando os bancários do Banco Comin, para trazer essas reivindicações, e li as reivindicações. Não eram muitas, mas eram bem substanciosas. E aí aproveitei o momento para meter o pau na ditadura, nos pelegos que apoiavam a ditadura, me empolguei. E os caras ficaram desesperados porque tudo era verdadeiro, e eles sabiam que eram. Pelegos malandros, né? (risos)... Terminou aquela assembleia, agitou muito a assembleia, aqueles poucos que estavam presentes se agitaram muito com a minha intervenção. E encerrada a reunião, fomos todos saindo juntos, e alguns colegas começaram a se aproximar e a falar assim: rapaz nós temos que fazer um movimento pra tirar esses caras daí, esses pelegos. E eu falei: então vamos. E foi assim que

nos reunimos, formulamos um manifesto aos bancários cearenses, assinado assim: Bancários Dispostos a Lutar. Nós não éramos uma entidade ou organização. E isso foi uma explosão, um choque na categoria. Claro que a gente fez isso (produzir o panfleto/manifesto) de forma clandestina. Mas chegou às mãos da maioria dos bancários. E foi um baque danado. E aí mexeu com a categoria. Porque nós conclamávamos a tirar aqueles pelegos dali. Que nós estávamos na ditadura e não poderíamos ficar parados. E o presidente do Sindicato então, numa decisão pessoal e explosiva, decidiu renunciar. Em protesto contra aquelas acusações que compunham o manifesto dos Bancários Dispostos a Lutar.

E isso foi tão forte que a pelegada de Brasília, da CONTEC, veio para cá, e você veja, os bancários nacionais, vieram aqui, uma comissão, exigir que eles “renunciassem à renúncia”. E eles renunciaram à renúncia e voltaram a comandar o Sindicato. Nesse meio tempo nós lançamos um segundo manifesto. E a adesão foi maior ainda, e aquilo gerou um grupo de militantes que se organizou e na sequência, na organização natural da próxima eleição, a gente tinha uma chapa de oposição contra os pelegos. E a gente ganhou a eleição. A diretoria fez o enfrentamento às linhas de atuação impostas pelo Ministério do Trabalho às direções pelegas, mas durou pouco menos de dois anos e foi novamente golpeada, com o Ministério do Trabalho fazendo outra intervenção no Sindicato.”

Trecho da entrevista concedida pelo Juiz do Trabalho aposentado Inocêncio Uchôa, sobre sua primeira experiência junto ao Sindicato dos Bancários do Ceará (entre 1965 e 1968), ainda como funcionário da base e combatendo a direção pelega da entidade.

Cortina de fumaça

Historicamente, a classe trabalhadora seguia sem ter vida fácil. Mas a partir de 1967, o expurgo inicial patrocinado pelo Ministério do Trabalho já havia praticamente “limpado” as entidades e o discurso oficial começou a ser construído de forma mais liberalizante.

Tanto que passou a aceitar eleições sindicais. E, apesar do controle das candidaturas, ocorreram vitórias de lideranças pouco conhecidas, porém identificadas por terem participado de comissões por local de trabalho (novas ou sobreviventes ao golpe) ligados aos antigos partidos de esquerda – não se pode perder de perspectiva o Brasil ter se tornado um sistema bipartidário (Aliança Renovadora Nacional, situação pró-militares; e o Movimento Democrático Brasileiro, uma oposição consentida pelo sistema que mandava no País).

E as disputas dentro das entidades, ocorriam de forma a beneficiar os interventores, com a Justiça sempre tendendo a homologar até mesmo desmandos cometidos no processo de renovação de diretorias.

Importante lembrar ainda que as direções sindicais resultantes do processo de intervenção imposta aos sindicatos, foram omissas a uma série de perdas impostas pelo novo regime, em relação a conquistas históricas das mais diversas categorias e ao conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

Ao longo dos primeiros anos, mas também orientados por lideranças que toparam participar desse momento de desconstrução das conquistas históricas, civis como Roberto Campos, Delfim Neto, entre outros, geraram mecanismos e implantaram medidas para alcançar um mercado de trabalho onde o arrocho é a premissa e conquistas são benesses do governo ditador. Assim, foram implantadas políticas que pareciam benéficas aos trabalhadores, mas que tinham segundas intenções ao serem implementadas.

O objetivo era transformar o sindicalismo combativo de antes de 1964, definido pelo governo dos generais como “sindicalismo baderneiro”, num sindicalismo vazio, cuja nomenclatura usada pelo regime de farda era “sindicalismo construtivo”.

Segundo Vito Giannotti as medidas tomadas pelos militares naquele momento histórico foram:

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- Banco Nacional da Habitação.

- Doação de terrenos aos sindicatos para colônias de férias, hospitais etc.
- Bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores.
- Convênio de assistência médica dos sindicatos com INPS.
- PIS (Plano de Integração Social).
- Assistência jurídica gratuita prestada pelos sindicatos aos trabalhadores.
- Plano de valorização dos sindicatos (plano de empréstimos aos sócios).

O perfil das medidas aponta a direção que as entidades deveriam se tornar: transformar os sindicatos em órgãos assistenciais e negar a eles qualquer tipo de luta proletária e popular.

Sem contar que boa parte das categorias de baixíssimo salário não tinha estímulo algum para criar entidades sindicais. E quando criadas, eram estimuladas a ter em suas direções dirigentes com atitudes pelegas, ou seja: não defender a melhoria nas condições de trabalho, mas sim desestimular a luta e promover a alienação por meio de uma sede sindical com estrutura recreativa, fornecimento de assistência médica e odontológica e ações alienantes. Discutir política, nem pensar.

Segundo Marcelo Badaró Matos, os sindicatos no Brasil foram se transformando ao longo daquele período, pois o Ministério do Trabalho estimulava transformar o foco da ação sindical. Ao invés de uma entidade de aglutinação em prol da defesa dos interesses da classe trabalhadora, agora as entidades sindicais eram aliadas do governo no sentido de servir como um ambiente de atividades lúdicas, esportivas; um lugar para tratar da saúde de seus associados e de suas famílias.

“Após nova leva de intervenções, a ditadura, em inícios dos anos de 1970, tratou de valorizar um “novo” modelo de atuação sindical, pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinado com as ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma

posterior política redistributiva. Esse lado assistencial dos sindicatos seria fortalecido pela injeção de recursos do governo, via financiamentos e doações, e reforçado pela conjuntura de início da crise da saúde pública e fim dos institutos de aposentadoria e pensões.” (BADARÓ, 2009).

Construindo a “crise da dívida”

Depois dos primeiros anos de repressão e acesso de pelegos em entidades sindicais; em retirada de direitos e no arrocho salarial, parte da esquerda optou por reagir com indignação e tentou fazer a chamada luta armada. O desequilíbrio entre um exército regular, pronto para impedir invasões ao território nacional, pequenas células de idealistas, sem recursos e com pouco ou nenhum treinamento militar, transformou esse enfrentamento num verdadeiro banho de sangue, com a morte de muitas das lideranças que tentaram promover essa luta armada.

Debandada geral para o exílio, clandestinidade, prisão, morte, tortura e muitas outras atrocidades, inclusive assassinatos promovidos por autoridades desse regime de exceção, desestimulava qualquer pessoa a se opor ao autoritarismo do regime militar, opressor e violento.

Paralelamente, um regime sem oposição pode promover o que bem entende na condução da nação. Nesse sentido, os primeiros anos da década de 1970 foram marcados por altos índices de crescimento da Economia do Brasil. O período foi chamado pelos militares como “milagre econômico”.

Mas esse milagre teve um custo alto: se assentou sobre a recessão provocada pelo governo nos anos anteriores. Pior: o milagre gerou uma concentração de capitais em torno de grandes grupos monopolísticos e do sistema financeiro. Grupos internacionais se deram bem, pois o Estado brasileiro foi ao exterior tomar dívida em dólar para construir grandes obras indutoras de atividades econômicas por meio de subsídios.

Com estatais produzindo insumos a baixo custo (como a Eletrobrás, por exemplo), as fábricas se instalavam no Brasil para obter lucros e reme-

tê-los sem medo para o exterior. Tudo favorecia, inclusive o arrocho salarial dentro das empresas e um ambiente propício à superexploração da mão-de-obra dentro das empresas, visto que o Governo mantinha o controle absoluto sobre os sindicatos. Isso eleva muito a lucratividade do capital.

“De fato, o PIB cresceu anualmente a taxas superiores a 10% na maior parte do período 1968-1976, chegando à taxa recorde de 14% de variação anual em 1974. O trabalhador, no entanto, nada usufruía desse crescimento.” (BADARÓ, 2009)

Prova ainda maior vem da baixa distribuição de renda. Se em 1960 os 50% mais pobres ficavam com apenas 17,7% da renda nacional, chegaríamos a insuportáveis 13,5% para essa fatia mais pobre em 1980. Impossível esquecer que, nesse meio tempo, o país teve pico de crescimento do PIB da ordem de 14% em 1974. Já os 5% mais ricos, no mesmo período, saltaram dos 27,7% em 1960, para 34,7% em 1980.

Milagre também na concentração de riqueza. Já o país se encheu de dívida. No ano do golpe, o Brasil devia no exterior algo em torno de 5 bilhões de dólares. Onze anos depois, em 1975, nos estertores do “milagre”, a dívida externa do Brasil atingiu 20 bilhões de dólares. Dez anos depois, em 1985, ano que os militares apeiam do poder, a dívida externa brasileira era da ordem de 100 bilhões de dólares.

O milagre custou um endividamento da nação, um empobrecimento da classe trabalhadora e uma concentração de riqueza. Custou ainda uma série de problemas sociais, o aprofundamento das desigualdades e a necessidade de se recriar um modelo sindical, pois havia no poder um modelo que cooptava da pior forma possível o sindicalismo brasileiro, que se havia transformado num emaranhado de confusões e deixado a luta de lado, apenas esperando relações amistosas entre suas direções e os donos do poder econômico e político.

2) A resistência, a retomada e o novo sindicalismo no contexto do movimento sindical

Enquanto patrões, Governo militar e pelegos se esmeram em reformar o modelo sindical brasileiro com seus planos de dominação, “centenas de sindicalistas procuravam analisar as causas da derrota” (GIANNOTTI, 2007).

Não se pode perder tempo lamentando derrotas. E a saída, construída de forma coletiva, olhando para o modo como se deu a vitória do inimigo, os erros cometidos, também foi organizar a resistência. E foi construída coletivamente: trabalhadores se encontraram por meio das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica; comunistas críticos à forma conciliadora que os integrantes do chamado Partidão (PCB) operaram nos anos que antecederam ao golpe; assim como sindicalistas atentos. “Essa autocrítica da esquerda se refletirá, 14 anos depois, na onda de greves desencadeadas a partir de 1978” (GIANNOTTI, 2007).

Num primeiro momento, no entanto, a resistência foi constituída por pessoas abnegadas, corajosas e que se lançaram a combater uma luta inglória. Tratam-se de diversos grupos formados para fazer a luta armada, atuando entre 1968 e 1972, contra o endurecimento do regime. Embora

tenha assumido um caráter de resistência, a maior parte dos grupos não tinha o objetivo de volta à ordem democrática, mas sim a realização de uma revolução socialista no Brasil, inspirando-se na Revolução Chinesa e na Revolução Cubana.

Lançaram-se à luta o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e vários outros movimentos e tendências cujo objetivo era alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, onde os trabalhadores e as trabalhadoras tivessem vez e voz e pudessem enfrentar o cotidiano e lutar por melhores condições.

Mas a discrepância entre o Exército e seus congêneres Marinha e Aeronáutica, e os resistentes que irmanados faziam o combate à ditadura, não poderia gerar nada além de um massacre. Afinal, tratava-se de uma força regular contra alguns poucos militantes e uns ou outros estudantes e trabalhadores que se reuniam sob nomes e siglas, mas sem a formação adequada para a guerra ou a guerrilha.



Carlos Marighella:
político brasileiro, filiado ao PCB. Foi perseguido, cassado e morto pela ditadura em 1969. Era dirigente da Aliança Renovadora Nacional

“A guerrilha urbana, qualificada como terrorismo pelo governo ditatorial e pela imprensa do país, inicialmente surpreendeu o aparelho repressivo do Es-

tado, que, no entanto, não tardou em aperfeiçoar-se e profissionalizar-se no combate aos guerrilheiros. Para isso, o alto comando militar iniciou a construção de uma estrutura policial e burocrática calcada na espionagem, na coleta de informações, em operações policiais voltadas à captura e ao interrogatório de opositores políticos do regime através do uso sistemático da tortura.” (CARDOSO, XXVII ANPUH)

Assim, uma a uma, todas as siglas foram destróçadas. De 1969 a 1974 os militares exterminaram a resistência armada e ainda eliminaram oposições que não se atreveram a pegar em armas, e apenas buscavam reorganizar os trabalhadores para enfrentar o mal maior criado pela ditadura, o arrocho salarial.

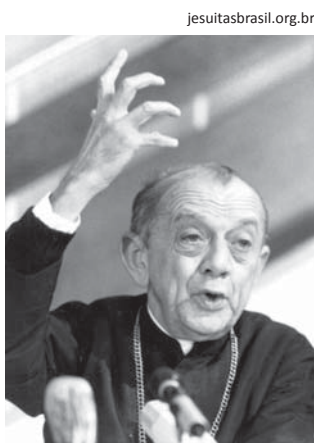
A primeira a cair foi a Aliança Libertadora Nacional, comandada por Carlos Marighella, que em 1969 foi fuzilado numa rua de São Paulo, numa emboscada. A seguir, Joaquim Câmara Toledo, Virgílio Gomes da Silva e Eduardo Leite, o Bacuri, são assassinados pela ditadura, e a ALN perde condições de continuar. Quem sobreviveu, fugiu para o exílio.

Não tiveram a mesma oportunidade os freis dominicanos, ligados a Marighella, Beto Libânio



Frei Tito Alencar:
frade católico brasileiro e alvo de perseguição da ditadura. Morreu em 10 de agosto de 1974 (28 anos)

Cristo, Ivo Lesbaupin e Tito Alencar. Eles tinham uma proximidade com o ex-deputado comunista, e foram presos e torturados. Em consequência dessa situação, Tito Alencar, já exilado na França, cometeu suicídio em Paris, em consequência das terríveis torturas impetradas contra ele pelos agentes da repressão.



jesuitasbrasil.org.br

Dom Helder Câmara:
fundador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade que teve importante papel de enfrentamento à ditadura militar brasileira

A situação de perseguição e barbárie era tão intensa que o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em maio de 1969, atacou a casa do arcebispo do Recife (PE), Dom Hélder Câmara, a rajadas de metralhadora. Logo depois, seu auxiliar, o padre Henrique Hervé, foi brutalmente assassinado. Hélder Câmara era conhecido internacionalmente por denunciar a ditadura no Brasil. E seu nome era proibido de ser publicado em jornais, revistas, programas jornalísticos de rádios e TVs.

Essa inclusive, era uma das principais características da ditadura: logo que assumiram o poder, os militares fizeram da censura sua principal arma para manter a “ordem” e impedir seu castelo de faz de conta ruir. Afinal, era proibido, durante o regime militar, qualquer notícia que fosse desabonadora da administração pública.

A partir do AI-5, decretado em dezembro de 1968, foi estabelecida a censura total aos meios de comunicação. Cada jornal, cada rádio ou TV, tinha a figura do censor dentro de suas instalações. A estrutura jornalística, sempre recheada de degraus, de forma a dificultar a publicação de informações incorretas, passou a ser obrigada a conviver com

uma figura avessa à informação de qualidade. Sua função era apenas e tão somente impedir que qualquer informação, por mais verdadeira e checada que fosse, alcançasse o público, caso tivesse alguma conotação desfavorável ao generalato que ocupava o poder.

A autonomia da imprensa sucumbiu ao golpe e a liberdade para investigar e publicar os casos de corrupção, violações de direitos humanos, ou fato importante que pudesse manchar a imagem supostamente íntegra do regime. Tudo era proibido de ser noticiado. Jornais, por exemplo, quando tinham a reportagem vetada, publicavam receitas de bolo no mesmo espaço, único protesto possível, num período onde o enfrentamento poderia resultar na prisão, tortura e morte de seu “autor”.

Mas a guerra contra a luta armada prossegue em 1970, quando Mário Alves, liderança do PCBR, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, é assassinado sob tortura. A VPR e o MR-8 perderam seus líderes, Carlos Lamarca e José Carlos Barreto, também assassinados, pelo regime, num cerco que reuniu cerca de cinco mil soldados do Exército e policiais militares, numa região do sertão baiano. Ambos foram fuzilados.

Outro caso envolvendo o aparato torturador do Estado brasileiro durante a ditadura foi a morte dos estudantes John Stuart Angel e sua Companhia Sônia Maria de Moraes Angel. Ele foi capturado e torturado em 1971. Já Sônia, que já havia sido presa em 1969, estava em Paris, estudando,



Carlos Lamarca: *ex-capitão foi integrante do Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)*

quando o companheiro foi preso e torturado até a morte. Seu corpo nunca foi entregue e a mãe do menino, a estilista Zuzu Angel, foi assassinada bem mais tarde por pedir o corpo do filho, para um enterro digno, e acusar a ditadura por nunca devolver os restos mortais de Stuart Angel.

Entre 1974 e 1976, 15 dirigentes do PCB foram assassinados pelo estado brasileiro, sob tortura. As mortes iam se acumulando e a reação da sociedade nunca deixou de ser contundente, quando foi noticiada. E uma das maiores reações ocorreu já em 1975, quando o diretor de Jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, foi preso, torturado e morto no Doi-Codi em São Paulo. Os militares informaram que Herzog havia cometido suicídio, e foi encontrado morto em sua cela. Mas a reação da sociedade foi intensa. Logo depois, em janeiro de 1976, Manoel Fiel Filho, também foi assassinado sob tortura em São Paulo.

Ou seja, a forma como o Estado brasileiro constrói sua forma de governar, de forma truculenta e atabalhoada na segurança pública, onde qualquer fala ou manifestação é compreendida como ataques à ditadura, transforma o que, num primeiríssimo momento era apoio ao golpe militar, numa inicial desconfiança e desemboca numa forma de revolta silenciosa contra a administração pública por pura falta de traquejo na condução da coisa pública.

Deixou de ser uma “res publica”, coisa de todos, administrada em favor de todos e respeitando as diferenças, para ser um aparato estatal para criar privilégios a quem ocupa o poder e a seus apaniguados. Uma vergonha generalizada. Um perigo para quem se opunha e ousava desafiar, mesmo que apenas retoricamente. As pessoas tinham medo de verbalizar críticas.

Reação em Cadeia

Mas o bolso vazio, o prato vazio e as horas extraordinárias que não se convertiam em pagamento, funcionam como combustível para a consciência social. E em meados dos anos 1970 o segundo grande ciclo de resistência se materializava em ações de protestos e críticas generalizadas ao regime,

por vários setores sociais. Sobretudo a partir de 1977, o espírito de oposição aumentou, à medida que a própria crise econômica se avizinhava.

Setores importantes da sociedade deixaram os militares das mais altas patentes comandando os tentáculos do poder, e atravessaram a fronteira em direção à oposição. Cansados da censura, dos efeitos nefastos do Ato Institucional número 5, da repressão policial a qualquer manifestação política que não fosse a favor do governo, ou reconhecida pelos milicos no poder, era uma situação que se tornava insuportável às pessoas em geral.

E os primeiros a se manifestar e ir para as ruas foram os estudantes. Além deles, entidades representativas da classe média, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) romperam com o regime de forma oficial e cobraram a volta de um ambiente democrático.

Paralelo a isso a Igreja Católica deu um “empurrão” para gerar resistência. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), na pessoa do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, foi o responsável pela missa de sétimo dia pela morte do jornalista Vladimir Herzog, na Igreja da Praça da Sé. E a missa se transformou num ato ecumênico, pois também o ajudaram a celebrar o rabino Henry Sobel e o reverendo evangélico Jayme Wright.

Era o dia 31 de outubro de 1975. O culto, que reuniu 8.000 pessoas, se transformou na maior



Dom Paulo Evaristo Arns:
cardeal arcebispo de São Paulo, celebrou o ato ecumênico pelo sétimo dia da morte do jornalista Vladimir Herzog, o início do fim da ditadura

manifestação pública de repúdio à ditadura militar, desde 1964. Dessa forma, a entidade máxima da Igreja Católica no país foi importante para a oposição, confirmando o espírito de luta que já dava o tom de muitas comunidades católicas dos bairros populares.

E a reunião de operários nas CEBs, turbinou o movimento de reação ao golpe militar e civil. Tanto que em 1978, o Movimento Operário voltou à cena, capitaneando greves como a dos metalúrgicos do ABC.

E a pá de cal do regime militar foi dado em 1984, por meio do impressionante movimento pela volta das eleições diretas para Presidente, que varreu o país de norte a sul e de leste a oeste, arrastando multidões pelas ruas e unindo, num gigantesco “guarda-chuva”, sobre os palcos, políticos tradicionais, novas lideranças operárias e um número significativo de movimentos sociais.

A proposta do deputado Dante de Oliveira, do MDB do Mato Grosso, foi rejeitada no Congresso Nacional, e frustrou toda uma geração que há vinte anos não exercia o direito de escolher quem a comandaria. Mas essa derrota jogou por terra o poder dos militares e, o colégio eleitoral, pela primeira vez desde que foi instituída essa forma de escolha do presidente, não teria um general como candidato.

O ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf (PDS) enfrentou o opositor Tancredo Neves (PMDB) e foi derrotado. Por capricho do destino, Tancredo não assumiu, pois morreu entre sua eleição e a posse, restando a José Sarney, um político com longa ficha corrida e história de serviços prestados à ARENA, ser escolhido o vice de Tancredo.

Assim o último general presidente, João Batista Figueiredo, se recusou a entregar a faixa de presidente a Sarney. E assim recomeçava a ser contado um período de reabertura e era decretada (não oficialmente) o fim da ditadura militar. Foram 21 anos de repressão, injustiça e assalto aos direitos da classe trabalhadora.

A resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo foi duramente reprimida desde 1964. No entanto, aos poucos e com articulação com

integrantes da igreja católica, voltaram a lutar por direitos de ter acesso à terra, com grandes greves de trabalhadores e trabalhadoras canavieiros do Nordeste e com as ocupações de latifúndios improdutivos pelo movimento nos Estados do Sul e do Sudeste, ações que resultaram na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais articulado movimento camponês da História do Brasil.

Se houve um apoio no começo, por parte de setores conservadores da população, o certo é que a sociedade brasileira não aceitou passivamente a ditadura. Por todo o período que os militares exerceram o poder, houve reação, resistência e luta. Alguns optaram por tentar tirá-los do poder reagindo da forma como eles o invadiram: usando a força e armas. Essa fórmula não surtiu resultado e muitas vidas foram perdidas nesse confronto desigual. Outras formas de resistência, indo da extrema esquerda a liberais moderados, decidiram se organizar de forma clandestina, debater alternativas e, quando havia consenso na sociedade que a ditadura não fazia sentido, o “bloco foi colocado na rua” e a luta passou a ter caráter social e de enfrentamento.

Os primeiros passos do “novo sindicalismo”

Tudo o que aconteceu desde o golpe militar, por sob a espuma daquilo que era permitido ocorrer às claras e com cobertura da mídia em geral, transformou a sociedade brasileira. Muita gente deixou o campo, os rincões do Nordeste, a falta de estrutura do interior, e ocupou as periferias e foi buscar oportunidades no que enxergava como uma alternativa diante do chamado “milagre econômico” de um país que se “enriquecia” por meio de crescimento recorde do PIB e de geração de oportunidades.

Assim, o Brasil existente até 1964, foi se alterando. E a resistência ao que propunham os poderosos militares que mandaram e desmandaram na nação desde aquele fatídico primeiro de abril, não deixou a mulheres, negros, indígenas, estudantes, operários, camponeses, intelectuais bancários e jornalistas, entre outros, alternativa senão protagonizar a resistência civil.

E se nessa miríade de atores se podem enxergar muitas diferenças, elas acabaram por propiciar um último e estratégico suspiro de poder aos militares, que, diante de tantos adversários, conduziram o fim de sua hegemonia. Essa desunião de movimentos e pluralidade de propostas foi manipulada pelo regime para se manter relativamente forte ao longo dos anos, e negociar os termos da transição democrática.

E o fato é que a tão propalada Lei da Anistia, denominação popular dada à Lei nº 6.683, sancionada pelo presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante a ditadura militar, acabou por gerar ruídos que chegam aos nossos dias, por estabelecer o reconhecimento a quem foi perseguido, mas colocando nesse mesmo “caldeirão” os perseguidores daqueles que lutavam por democracia, por Justiça social; igualando assim os poderosos, os perseguidos e aos perpetradores de crimes como a tortura e a morte.

E esse é um preço que a sociedade brasileira ainda precisa se confrontar e resolver de forma definitiva. Embora todos aqueles que reivindicavam uma sociedade diferente, e falassem em democracia e respeito aos Direitos Humanos, direitos sindicais, ninguém gostaria de ver sentado, ao lado, na cadeira de cinema, uma pessoa responsável por aplicar sessões de tortura.

E a esse problema se juntaram outros, como os ocorridos a partir das chamadas “jornadas de junho de 2013”, quando a extrema-direita, diante da não punição de torturadores e a permissão de mentiras, e até mesmo a permissão de falar da sanguinária ditadura como apenas “um movimento” (alô Dias Tófolli), além da abjeta propagação de um revisionismo histórico chauvinista colocando os militares execrados a partir do discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição de 1988 em seus devidos lugares da História, novamente em condições de eles, por meio da tão cara Democracia, retornar ao poder – lamentável fato ocorrido em 2018, quando um dos mais representativos espécime da sanguinária e abjeta ditadura de 1964, subiu a rampa do Planalto e tornou-se presidente da República.

Novo Sindicalismo

Voltando, no entanto, à questão da reorganização da classe trabalhadora, foi possível ver o fim da hegemonia do poder militar nas chamadas greves que abalaram a ditadura. Tudo começou com a greve geral dos metalúrgicos da região do ABC paulista, ocorrida em 1979.

Movimentos paredistas e de sabotagem na produção, não com o nome oficial de greve, vinham aparecendo desde o início dos anos 1970 na região onde o operariado mais era organizado, ali no ABC Paulista. Mas a insatisfação era generalizada, pois neste mesmo período os trabalhadores descobriram que os militares mascaravam índices de inflação e o bolso do trabalhador e da trabalhadora sentia a perda no poder de compra.

O foco de enfrentamento, no entanto, era o setor metalúrgico da grande São Paulo, e o enfrentamento entre patrões e empregados foi se intensificando a partir de 1978. Uma série de mobilizações tencionou sobremaneira essa já nada amistosa relação.

“Quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (liderado por Luiz Inácio Lula da Silva) se separou-se da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, acusando a central de ser “pelega” e trabalhar pelos interesses dos empregadores, o cenário



Luiz Inácio Lula da Silva: dirigente sindical nos anos 1970 e 1980, fundou o Partido dos Trabalhadores em 1981 e passou a ser uma liderança política. Em 2023 assumiu seu terceiro mandato como presidente da República

*para uma grande paralisação desenhou-se de vez.”
(NATUSCH, 2023)*

Em 13 de março de 1979, a dois dias da posse de João Batista Figueiredo, programada para ocorrer dia 15 de março, em Brasília, os metalúrgicos capitaneados por Lula, e representando massas de trabalhadores e trabalhadoras de São Bernardo, Diadema, Santo André e São Caetano, deflagraram a greve que mudou os rumos da ditadura e estabeleceu a volta do uso das entidades sindicais a favor da classe trabalhadora.

Não que os sindicatos de metalúrgicos no Brasil inteiro fossem a vanguarda da resistência e ponta de lança da redemocratização. Nesse sentido, o movimento sindical dos bancários tem o mesmo peso, não só no estado de São Paulo como em todas as regiões do Brasil. E também capitanearam mobilizações, paralisações e greves muito importantes para a retomada da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Mas voltemos à história:

“Os trabalhadores buscavam reajuste salarial de 78,1%, além de melhorias nas condições de trabalho. A adesão foi maciça: calcula-se que cerca de 200 mil trabalhadores cruzaram os braços, deixando às moscas fábricas importantes como as da Ford, Mercedes-Benz e Volks. No maior ato da greve, ocorrido em 1º de Maio, estima-se que 150 mil pessoas estiveram no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo.” (NATUSCH, 2023)

A Justiça do Trabalho, sempre acusada pelos burgueses de favorecer o trabalho (na relação com o capital), por meio de uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho, atendendo a um pedido da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), declarou a greve ilegal, determinando imediata volta ao trabalho.

Os grevistas, cerca de 80 mil, reunidos novamente no campo de Vila Euclides, dão uma banana ao Tribunal e permanecem em greve. A conti-

nuidade da paralisação pode contar com um inédito fundo de greve, medida inédita no país, e a ação permitiu que os trabalhadores paralisados recebessem doações da sociedade civil, fortalecendo assim a resistência para piquetes e repressões.

O enfrentamento dos grevistas gerou outra ação da ditadura: o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, determinou intervenção nos sindicatos e a resposta dos líderes sindicais foi reunir todos os líderes na igreja Matriz de São Bernardo. O bispo, Dom Claudio Hummes, deu o aval e a igreja virou foco de resistência.

“Com amplo apoio dos então nascentes movimentos sociais organizados, da Igreja Católica e de vários artistas e intelectuais, a greve no ABC ganhou força simbólica, o que limitou a margem para ações repressivas por parte do governo militar. Quatro dias depois da intervenção, em 27 de março, Lula propôs uma trégua de 45 dias, até o pagamento do salário com reajuste anual, projetado para maio. Aprovada em assembleia, a pausa resultou na reabertura das negociações com os patrões. Ao final da trégua, em 13 de maio, uma nova assembleia aprovou a mais recente proposta dos empresários, de 63% de reajuste.”
(NATUSCH, 2023)

Foi um ponto de inflexão para todos os sindicalistas do Brasil. A greve do ABC foi um sucesso e serviu de exemplo para trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. A partir daquilo que ocorreu em relação à luta, ficou provado que a repressão, o autoritarismo, o conluio entre patrões e governo militar, tinha um limite muito claro: a força da união da classe trabalhadora. Um ano depois, uma nova greve dos metalúrgicos reforçou essa visão e serviu de parâmetro para unir ainda mais a classe trabalhadora em novas ações conjuntas.

“A renovada disposição para protestos e enfrentamentos foi enfraquecendo o regime militar, o que acelerou a reabertura política do Brasil. E os líderes do renovado movimento sindical brasileiro tornaram-se figuras de grande importância na luta política dos anos seguintes, em um processo que criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) – que futuramente elegeria um desses sindicalistas (Lula) como Presidente da República.”
(NATUSCH, 2023)

Estava dada a senha para o futuro do Brasil deixar a História de angústia, perseguição, violência e desmandos contra o proletariado do País e mostrar, por meio dessa união toda a capacidade de exercer seus direitos por meio da união e da organização.

3) Os bancários enfrentam o início do neoliberalismo do Governo Collor, resquícios de desmandos do Governo Itamar e as perseguições e destruições de direitos do modelo FHC/neoliberalismo – a luta dos bancários

E um dos principais exemplos da vitória dos bancários do Brasil também tinha origem naquele período de enfrentamento ao patronato. Uma das fontes para a construção dessa obra foi uma entrevista concedida pelo bancário João Vaccari Neto, dirigente histórico do Sindicato dos Bancários de São Paulo e uma das principais lideranças da categoria.

Ele resgata parte da história numa entrevista de aproximadamente uma hora, quando retoma parte daquilo que resultou na fundação da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (FETEC).

Segundo Vaccari, “em 1978 houve a greve dos bancários de Porto Alegre. Em 1979 teve a greve dos bancários do Rio de Janeiro. Essas duas paralisações apresentaram como reivindicações direitos às trabalhadoras e aos trabalhadores, por meio de reivindicações num período da história no qual isso era tido como proibido”.

Apesar da coragem empreendida pelos grevistas desses dois momentos de greve, o que se compreende de ambos os episódios foi uma consequência: as entidades que organizaram esses movimentos paredistas, os Sindicatos dos Bancários do Rio Grande do Sul e o Sindicato dos

Bancários do Rio de Janeiro, tiveram seus pedidos sufocados pela força dos patrões.

A estratégia do capital foi “simples”: os trabalhadoras e trabalhadores das cidades mais importantes e estratégicas, e mais próximas territorialmente dos pontos onde a greve ocorria, eram convocados e derrubavam a ausência dos grevistas pela simples substituição. Os grevistas assistiam, passivamente, sua substituição pelos convocados dos patrões. Porto-alegrenses e cariocas, atônitos, viam os patrões convocando bancários de Curitiba, São Paulo e Florianópolis, para sufocar o movimento de bravos e bravas gaúchos/as; enquanto profissionais conscientes da Cidade Maravilhosa observavam atônitos suas vagas sendo ocupadas por bancários de agências de São Paulo e Belo Horizonte.



João Vaccari Neto: *ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Foi vice presidente nacional da CUT, tesoureiro nacional do PT e presidente do DIEESE*

Por mais bem-sucedida fosse a paralisação, garantindo a ausência de cem por cento da força de trabalho, a greve jamais alcançaria seu objetivo: pressionar os bancos a conceder aquilo que era reivindicado. Afinal, usando a força do dinheiro numa sociedade capitalista, os banqueiros possuíam a força motriz desse modelo e podiam manipular a presença de substitutos para fazer o serviço dos ausentes em greve. Ou seja, a guerra era desigual pois o “estoque” de substitutos seria sempre superior à ameaça de paredistas.

O sinal estava dado. “Anos depois, o sabor amargo de um movimento local e facilmente vencido pelo poder do capital, trouxe às claras que o

interesse do trabalhador e da trabalhadora do ramo financeiro – e de muitas outras categorias – precisa de união, estratégia, coragem e luta”. Mas principalmente, do entendimento de que a categoria bancária tem um caráter nacional.

“E as convenções coletivas eram locais”, pondera João Vaccari Neto, sentado na cadeira principal da sala da presidência do Sindicato dos Bancários do Ceará, onde foi ouvido para ajudar a entender o que a categoria bancária do Nordeste fez para evitar derrotas como essa.

Vaccari vai além: explica os primeiros passos para reverter esse domínio da questão de mudar o panorama se ampliou com a conquista, por parte da oposição bancária, do poder no Sindicato dos Bancários de São Paulo, em 1979, em março.

“A partir daí começamos a fazer um debate sobre a importância da categoria bancária e sua organização em nível nacional”, explica Vaccari, lembrando sempre de haver uma compatibilidade da luta com sua oposição. Ou seja: “se o patronato se organiza de forma nacional, como podemos nos organizar de forma local?”

Essa questão, colocada à mesa pelas principais lideranças da categoria bancária, acendeu uma luz que ajudou a organizar as lutas de duas maneiras. Entre a classe trabalhadora para estimular a união de todas e todos para melhorar as condições de trabalho e, especificamente, entre os bancários, para a luta unificada em prol de melhorias.

O primeiro encontro nacional para debater a questão, entre os bancários e bancárias, ocorreu em 1983, em Florianópolis (SC). O objetivo era discutir a campanha nacional dos bancários. “Se os patrões eram iguais no Brasil todo, nós tínhamos que fazer a negociação voltada para todo mundo”, vaticina a liderança bancária que viria a ser o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, o qual também foi um dos fundadores e liderança.

A questão, segundo Vaccari, era a falta de adeptos a essa visão de unificar a luta dos bancários, em 1983. Afinal, naquele tempo onde sequer a ditadura havia apeado do poder, as lideranças com essa visão ocupavam o

poder apenas nos sindicatos dos bancários de São Paulo e Porto Alegre. Não à toa, foram entidades que ajudaram a fundar a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, instrumento importante para a classe trabalhadora alcançar a vitória em diversas disputas contra o capital – e ajudaram, ainda, a colocar Lula na presidência, em 2003.

Ainda em 1983, a realidade a ser enfrentada colocava a classe trabalhadora junto da Igreja progressista formada por lideranças religiosas cansadas de ver operários, homens do campo e da cidade a sucumbir às pressões de quem era escolhido para “representá-los” em entidades sindicais pelegas.

Essa união de progressistas marcou a transformação alcançada por meio do movimento sindical estabelecido no ABC paulista. Ali, onde bancários e metalúrgicos davam os primeiros sinais de que não aceitariam mais as leis que os manietavam e impediam manifestações e a luta por melhores condições de trabalho e de vida voltava a ser a regra de um sindicalismo que começava a virar a mesa em favor da retomada dos direitos. E culminou nas mudanças cristalizadas entre 1986 e 1988 na Assembleia Nacional Constituinte, Carta que estabeleceu novas condições para a organização política do Brasil e de organização da classe trabalhadora.

Mas é importante abrir um parênteses, pois desde 1979, quando se intensificaram as lutas pelas conquistas e houve uma aglutinação das forças progressistas em torno de um sindicalismo progressista, era evidente ser necessário construir um arcabouço para defender a classe. E esses esforços resultaram na formação da Central Única dos Trabalhadores, a partir da realização do Congresso da Classe Trabalhadora, em 1983. Entidades identificadas com o chamado “novo sindicalismo” e oposições sindicais espalhadas Brasil afora, interessadas em retirar das suas entidades os pelegos, se uniram e fundaram a CUT.

E o Congresso que fundou a CUT trouxe, entre outros princípios: democracia sindical; unidade da classe trabalhadora; liberdade e autonomia

sindicais; organização por local de trabalho e, em um nível estratégico mais amplo, afirmava em seu artigo 2.º:

“A CUT é uma central unitária, classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado” (Jornal da CUT, 1983).

Em sua origem a central reuniu durante sua fundação dirigentes que se autodenominavam autênticos e várias oposições sindicais. Mas a ideia da central não é unanimidade entre os trabalhadores e trabalhadoras de então. Em 1981, no Conclat, as lideranças que fundaram a CUT, tiveram como adversários parte do PCdoB, MR-8 e do PCB, e algumas figuras de proa como era do caso de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e sua corrente sindical, a “unidade sindical”. E o objetivo desse grupo pouco homogêneo, para dizer o mínimo a respeito de suas contradições, era adiar a criação da CUT, pois, no entender desses dirigentes sindicais, mais importante do que “reivindicações econômica, era influenciar a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte”.

Mas a CUT foi fundada e em sua estrutura aglutinaram-se muitos sindicatos urbanos e rurais e diversas federações e confederações da estrutura sindical oficial em torno de uma Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (também Conclat), criada no mesmo ano de 1983 e que daria lugar mais tarde à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). (BADARÓ, 2008)

Os comunistas, pouco a pouco, foram saindo da CGT, ingressando na

CUT, e a Central passou a ser a mais avançada na defesa da classe trabalhadora. E a partir da CGT, foram aparecendo novas siglas. A que mais se destacou foi a Força Sindical, aquela que, embora pouco expressiva em termos de adesão, ganhou maior notoriedade na década de 1990, pelo apoio do governo e do empresariado à sua proposta de “sindicalismo de resultados” (BADARÓ, 2008).

O número expressivo de centrais, no entanto, não significou uma divisão da filiação. A CUT, desde 1983 era a Central com a maior fatia de entidades, pois conseguiu estabelecer-se como representativa pela adesão progressiva dos sindicatos à sua proposta de ser “CUT pela base”.

No Congresso de fundação 912 entidades assinaram documentos. Em 1991, 1.300 entidades encontravam-se filiadas e aptas a participar do 4º Concut. Em 2000, a CUT já contava com 3.088 filiadas.

Mas a representatividade cutista vai além do número de entidades filiadas e seu papel no debate político nacional, por sua capacidade de levar, desde os anos 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais. Ou greves setoriais significativas, como a de 1985, no Nordeste e realizada por bancários, que resultou em ganhos e conquistas muito significativas para a classe trabalhadora.

Com a redemocratização do Brasil, por meio da nova Carta Magna, a de 1988, e a realização de eleições presidenciais foi-se concretizando muitas das conquistas propostas pelo novo sindicalismo do Brasil. Senão vejamos: o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, o fim do “estatuto-padrão” e da proibição de sindicalização do funcionalismo público a sindicatos; foram conquistas inscritas naquela carta.

Mas a manutenção da unicidade sindical, do monopólio da representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho indicou que o programa do novo sindicalismo não se concretizou completamente na legislação, pois a estrutura oficial, com a herança corporativista, continuou pesando.

Mas foi um programa político o maior problema da CUT e da classe

trabalhadora a herança mais complicada de ser vencida, pois a eleição de 1989 marcaria um problema sério à classe trabalhadora, os anos seguintes marcariam uma grande mudança.

“De fato, os anos de 1990 foi uma tragédia para o sindicalismo brasileiro. A escalada grevista dos anos de 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 em 1994, 1.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, foram 1.258, que se reduziram, em 1997, a 630 (Dieese). Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior é grande, também pelo fato de que o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas apresentar uma queda bastante significativa.” (BADARÓ, 2008)

Derrota em 1989, a vez da chegada do neoliberalismo em duas etapas

Com a Constituição promulgada em outubro de 1988, num discurso histórico da figura de proa da oposição ao regime militar e conhecido no Brasil todo como senhor Diretas, Ulysses Guimarães, o ano de 1989 foi a retomada da Democracia com força e eleições diretas para a presidência da República.

E foram para o segundo turno um representante das elites, alçado à inexplicável condição de “caçador de marajás” – no caso, marajás eram os funcionários públicos do Brasil e de Alagoas, de onde veio tal figura construída pela mídia – contra o candidato da esquerda que estava melhor colocado ao final do primeiro turno.

Pela elite, o escolhido para cumprir o papel de representante, o escolhido foi o jovem Fernando Collor de Melo. Filho de uma das mais ricas famílias de Alagoas, era formado em Economia. Sempre militou no partido do

poder da ditadura, a ARENA, filiando-se a seguir ao PDS, quando foi eleito deputado federal. Em 1979 sua agremiação o indicou prefeito “biônico” da capital alagoana. Migrou para o PMDB, em 1985, e aproveitou as benesses do Plano Cruzado, que era uma das primeiras tentativas de estabilização da economia, sendo eleito em 1986 governador do seu Estado. Ferrenho crítico do então presidente, José Sarney, tinha como plataforma o combate à corrupção – como, aliás, todas as representações da direita e dos poderosos fazem: a luta contra a corrupção.

Já Luiz Inácio Lula da Silva era o candidato da esquerda. Líder sindicalista na década anterior, combateu o sindicalismo pelego dos poderosos militares da ditadura, comandou a fundação do Partido dos Trabalhadores, foi deputado constituinte e chegou à disputa vencendo, eleitoralmente, o histórico trabalhista Leonel Brizola.

Mas na reta final, falou mais alto a proximidade com a elite econômica do Brasil. Collor e Lula, tecnicamente empatados até à véspera do segundo turno eleitoral, foram ao debate final, exibido na Rede Globo em cadeia nacional, obtiveram desempenhos similares e mantiveram o empate. Mas a emissora dos Marinho, curiosamente e coincidentemente, tinha em Collor um dos familiares da retransmissora em Alagoas da emissora nacional. E a edição do debate, exibido no sábado à noite, véspera das eleições de domingo, foi um massacre de Collor contra Lula. E Collor venceu o segundo turno. O resultado foi uma vitória suave e tranquila para o escolhido da elite, por 53% contra 46% para Lula.

Mas o principal problema, para o conjunto da classe trabalhadora, que já amargava uma recessão brava, e uma inflação que chegava à casa dos 235% ao ano, foi a implantação do modelo econômico que vinha sendo incensado como a nova rota do capitalismo no mundo, ou seja, o neoliberalismo, testado e “aprovado” pela sociedade chilena durante a ditadura do general Augusto Pinochet, um dos mais sanguinários déspota da segunda metade do Século XX.

O modelo neoliberal não tem uma definição ou um receituário de fun-

cionamento. Para Euclides André Mance, cientista social, o neoliberalismo “não garante equânimes condições objetivas para o exercício da liberdade de todos”. Os indivíduos nas sociedades em que se implanta esse tipo de modelo, sendo um projeto político excludente que favorece a realização ampla da liberdade da minoria de uma dada sociedade em detrimento do exercício objetivo da liberdade da maioria, gera a concentração da riqueza, favorecendo aqueles que mais têm em detrimento da pobreza.

Mance lembra ainda que é uma “concepção de mundo imoral” em que usar e descartar pessoas em função de vantagens privadas torna-se, no limite, o lema principal. O estudioso informa que por meio do modelo neoliberal se “propaga uma ilusão”, pois é impossível historicamente atingir os fins que propõe com os meios que preconiza, uma vez que estabelece um “modelo formal de concorrência ideal impossível de ser realizado”.

Por fim, é um “modelo econômico incapaz de enfrentar a crise do trabalho” no sistema de produção de mercadorias da atual economia globalizada.

Já os professores Javier Alerto Vadell e Pedro Henrique Neves de Carvalho, no artigo “Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do Estado”, publicado na Revista Contexto Internacional, o modelo neoliberal, quando utilizado para gerir um Estado, por meio do modelo econômico, acaba por gerar baixas taxas de crescimento, aumento da pobreza, queda nos índices sociais, aumento do desemprego e outros males característicos desse tipo de proposta para a gestão de um país. Para os autores desse artigo, o “Estado nacional é requisitado, na primeira década do novo século, para um reequilíbrio das relações. Defronte às alterações no sistema capitalista global, novas ideias pretendem dar sentido ao papel do Estado”.

Eles indicam que a direção da macroeconomia pelo desenvolvimento é desvinculada da teoria da autorregulação. Logo, o Estado constrói suas responsabilidades em dois pontos: “na promoção do crescimento e condições para que o mesmo seja sustentado (oferta); em segundo lugar, os investimentos (demanda) públicos e privados são necessários ao longo do tempo

em saúde, educação e infraestrutura [...], em ciência e tecnologia, os quais, associados a políticas industriais e agrícolas, revertam-se em fatores de impulso e dinamismo para os setores produtivos”.

“E Collor traz o neoliberalismo para o centro da relação entre patrões e empregados.” A frase é uma explicação do professor Julio Ramon Teles da Ponte, no artigo “A reestruturação bancária e suas consequências sociais”, na qual ele analisa a política implantada durante o governo Collor de Mello, a qual tentou desestruturar o Banco do Brasil, “com o propósito de modificar ‘a postura do funcionário’, que deveria adaptar-se às novas condições do mercado interbancário”.

À época, a mídia em geral, estimulada pela política neoliberal, apontava para a imagem segundo a qual o que “fosse público, era ineficiente”, então, dever-se-ia “tornar eficaz”, “privatizar” ou “extinguir”.

Esse foi o ideário neoliberal instalado na vida pública brasileira. “Em 1990, o BB implementa o programa, agora chamado de ‘O Novo Rosto do Banco do Brasil’. Este programa tinha como pretensão uma radical mudança na empresa, com vistas a sua suposta inserção no mercado global”.

Em linhas gerais, o objetivo desse programa é reduzir o quadro funcional até deixar o banco em condições de ser vendido a preços módicos. E também, deixar o funcionário, tal qual barata tonta, sem localização definida à mercê da definição da Direção Geral da empresa. “De fato estes funcionários eram enquadrados enquanto “a disposição”, futuramente, ficariam conhecidos como “excedentes”. O princípio da estabilidade consentida dentro da empresa começa a ser erradicado” (RAMON, 2009).

“É preciso entender que as condições de trabalho para os bancários eram ruins. Pressionados por uma legislação que os obrigava a correr atrás de metas que eram eivadas de irregularidades, como vendas casadas, em meio à falta de pessoal por se promover aposentadorias e adesões aos programas de demissão voluntária, isso não se resolvem sem muitas contradições efetivas no modelo de negócio sob a intervenção do modelo neoliberal”.

E foi esse modelo excludente o modelo usado por Collor para conduzir

uma economia que já era cambaleante e que excluía as classes menos favorecidas, os miseráveis e boa parte da classe média. O resultado foi uma revolta gritante, e, por conta de um flagrante de uso de recursos de campanha, ele foi acusado de corrupção (logo o “caçador de marajás”?) e sofreu impeachment ainda antes de completar dois anos de governo.

Seu substituto foi o vice-presidente, eleito na mesma chapa, Itamar Franco, senador mineiro e severo crítico de José Sarney. Em um governo de reconstrução nacional, fundado na união de várias tendências da política nacional, Itamar aglutinou a seu redor os então sociais-democratas do PSDB, os tradicionais do PMDB e conduziu um governo que implantou um plano econômico que deu certo, o Plano Real. Com a implantação de uma nova moeda, se estabeleceu uma paridade com o dólar. E assim, fundando a economia brasileira em parâmetros estabelecidos pelos organismos internacionais (o plano tinha larga influência do FMI, Banco Mundial e do BIRD) cujo norte era o modelo neoliberal, Itamar fez o sucessor, seu então ministro da economia, Fernando Henrique Cardoso.

E se com Collor a classe trabalhadora sofreu por uma abertura exagerada da economia, o avanço do ideário neoliberal no Brasil marcou o início de grandes transformações, tanto econômicas como sociais, mas coube a Fernando Henrique Cardoso (FHC) dar continuidade ao legado incompleto deixado por Collor. A partir de então, os processos de integração passiva da economia brasileira, de flexibilização, de desregulamentação e de privatizações seguiram a todo vapor.

E foi com FHC no poder que o Estado brasileiro deixa os primeiros passos dados por Collor, e mergulha de vez na fronteira do neoliberalismo. Se durante os governos de Getúlio, Juscelino e até mesmo na maior parte da gestão dos militares da ditadura o modelo é o desenvolvimentismo de estado como grande investidor, com Fernando Henrique o Estado passaria a ser regulador.

Várias agências reguladoras foram criadas pela gestão FHC, a fim de que o Estado servisse como regulador da iniciativa privada. Abre-se a pos-

sibilidade de várias empresas virem atuar no Brasil. E isso foi o que ocorreu no setor de telefonia, que a ANATEL começou a observar e a regular o funcionamento da telefonia. Por exemplo: como as empresas telefônicas estaduais vendidas, as companhias privadas tem que se submeter a Anatel para operar no Brasil.

Assim, FHC implanta as ideias neoliberais no Brasil com a privatização da telefonia estatal a venda dos bancos estaduais como Banerj, Banestado, Banesp, BEC, BEP, entre outros. Privatização de empresas como Embraer, Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), entre outras; a redução de 20% dos funcionários públicos em nível federal e estadual por meio da aposentadoria antecipada ou demissão; terceirização de trabalhadores e vários serviços do estado; abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras.

O Brasil perde em patrimônio, e a relação entre a classe trabalhadora e as direções de empresas, privadas ou públicas, passa a ser muito mais difícil.

4) Nasce a FETEC, uma iniciativa cutista para enfrentar o neoliberalismo, ajudando a construir resistência no movimento sindical bancário

Mas enquanto o Brasil enfrenta o flagelo da implantação da política neoliberal em sua economia como um todo, o setor bancário tem na organização e ação coletiva de seus trabalhadores e trabalhadoras uma fórmula de enfrentamento dessa política e ação do estado e da iniciativa privada.

Quem ajuda a entender essa realidade é o histórico dirigente João Vaccari Neto, em sua entrevista para esse livro. Para ele, o estopim que ajuda a entender a criação da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, é justamente uma greve. “A greve de 1985, ela se inicia, com uma força muito forte no Banco do Brasil. E ela se dá de forma desorganizada em nível nacional. E nós precisávamos construir a nacionalização das entidades. Aí então o que a gente faz: nós constituímos o Comando Nacional dos Bancários”, explica Vaccari.

Pela Lei de Segurança Nacional (LSN), entulho autoritário da época da ditadura, bancários são considerados categoria essencial e proibidos de fazer greve. Mas havia necessidade dos direitos e de conquistas “e nós fomos organizando, e organizamos o Comando Nacional para poder estruturar isso direito”, conta João Vaccari, explicando ainda que a experiência

mostrou a necessidade de uma estrutura oficial para melhor representar os trabalhadores.

Mas nesse episódio ainda ficou explícita uma outra situação. Por força e obrigação legal, os sindicatos ligados à CUT precisavam manter-se sob a orientação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, a CONTEC, que mantinha-se, desde a intervenção da ditadura, sob o jugo dos dirigentes pelegos.

E nos estados, ligados à Contec, como representação da categoria bancária em nível estadual, em negociação com as entidades representativas dos bancos, as Federações Estaduais em Empresas Bancárias. Juntas as FEEBs e a CONTEC “gerenciavam a luta”.

E havia uma discordância na forma como as negociações avançavam. E a greve de 1985, segundo Vaccari, foi um divisor de águas, pois a base da categoria enxergou na estrutura de organização nacional formada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) um caminho para melhor ser representada nessas negociações para um modelo de negociação coletiva para maiores conquistas e manutenção e ampliação de direitos.

Assim, houve vitória das então oposições bancárias. “Em virtude daquela greve, nós conquistamos inúmeros sindicatos dos bancários em todo o Brasil. A categoria percebeu que ela tinha uma direção que não representava os seus interesses. E começou a fazer todo um movimento de troca de direção. E conquistamos inúmeras direções no Brasil todo. Mas ainda faltava para a gente o elemento de coordenação. Nós fomos então em busca da CONTEC, levando os nossos sindicatos de base. Já não eram apenas dois sindicatos (SP e RS), mas a grande maioria, e a maior parte dos Sindicatos de capitais, além de muitos sindicatos do interior. Mas aí eles dizem assim para a gente: não, vamos fazer juntos”. Vaccari explica que esse episódio se repete até o dia em que os representantes cutistas se tornam maioria.

Quem explica, também a formação da FETEC-CUT/NE é o histórico dirigente pernambucano João Rufino do Egito Filho. Ele relembra a situação vivenciada na segunda metade dos anos 1980, no Nordeste onde “havam

algumas federações que representavam Sindicatos de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte e chamava-se FEEB. Havia outras. Houve várias tentativas para “ganhar por dentro” essas federações, participando do processo de eleição de suas direções. Entretanto, essa estratégia, mostrou-se ineficiente, pois seus estatutos, extremamente antidemocráticos, impediam que as eleições ocorressem de forma justa, como ficou explícito nos pleitos ocorridos e dos quais participamos algumas vezes”, relembra Rufino.

Foram tentativas como essa que ajudaram a delinear a forma como as entidades foram pensadas, concebidas, no “forno de forja da luta”. “Superado esse momento, partimos para uma outra opção: formar uma entidade federativa paralela à oficial. E integrando todo o Nordeste, não a mesma federação de sindicatos de bancários filiados a CUT. Mesmo sabendo que contaríamos com demandas jurídicas pela violação da legislação sindical vigente”, explicita Rufino, demonstrando que a estratégia já previa o embate.

“Em verdade até essa demanda jurídica era desejada pois com a existência de duas entidades federativas haveria a suspensão do repasse de verbas as duas entidades e isso mataria por inanição financeira a federação pelega”, analisa Rufino, complementando: “mas, ao mesmo tempo, desafiava nossa capacidade de manter financeiramente a entidade que estava sendo criada, a FETEC-CUT/Nordeste”.



João Rufino do Egito Filho, é Secretário dos Aposentados do Sindicato dos Bancários de Pernambuco

Em 1991 os sindicatos de bancários ligados à CUT eram a maioria dos representantes da categoria no Brasil. Foi quando houve uma vitória na disputa pelo Sindicato dos Bancários do Pará. Como maioria, os sindicatos cutistas, representados pelo CNB (Comando Nacional dos Bancários) da Central, foi à direção das federações estaduais e da CONTEC, exigir ocupar a direção da entidade. Porém, eles não cederam e exigiram manter-se na direção das negociações e comandando a estrutura oficial.

“Nós íamos aos encontros das federações e da confederação com a representação da base. Mas quando viramos maioria, requeremos o poder. Eles disseram que não, pois nós coordenamos a Confederação e as federações estaduais. Aí a gente disse assim: ei, vocês não sabem brincar, pois até ontem nós éramos minoria, e a gente respeitava. Agora nós somos a maioria e queremos ser respeitados”.

Foi aí, em 1991, que se deu a grande cisão do movimento bancário, que foi quando as entidades de base, os Sindicatos ligados à CUT, abandonaram as FEEBs e a CONTEC, e passamos a discutir as nossas próprias estruturas.

Ao mesmo tempo, havia um debate interno dentro da CUT: como as categorias iam se organizar? Foi quando foi fundado o Departamento Nacional de Bancários (DNB). Era uma estrutura da CUT. “E organizamos todos os nossos sindicatos ali. Já éramos mais de cem Sindicatos. E a representatividade da categoria era algo em torno de 60%”, informa Vaccari.

Foi quando, ao se discutir como se daria a representação nas negociações com os banqueiros, se decidiu pela fundação das Federações dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (FETEC). “Fizemos em 1991 a primeira negociação separada, mas com amplitude nacional”, explica João Vaccari Neto, revelando ainda: “nós vamos fazer a nossa negociação: os bancários da CUT vão se apresentar diante da Federação Nacional dos Bancos, com suas próprias bandeiras, com suas próprias cores e com as suas próprias pautas. E com seus dirigentes. E vamos ver o que acontece. E o que aconteceu? Os banqueiros falaram: legal, vocês representam. Pra gente não tem

problema. Nós vamos conversar com vocês e paralelamente vamos conversar com os outros (CONTEC e FEEB-SP/MS)”.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, Lindonjhonson Almeida de Araújo, “foi um movimento de luta, pois no tempo que a FETEC-CUT/NE foi criada a gente não tinha o poder da Carta Sindical, e conseguimos com muita luta fazer da FETEC legítima representante. Ela sempre nos representou politicamente, nas negociações”, analisou o secretário-geral da FETRAFI-NE.

E foi ali, exatamente naquele momento de negociação, que nascia a principal conquista da FETEC, da DNB, que é a produção, por meio de negociações entre capital e trabalho, de um documento nacional capaz de garantir as mesmas condições de trabalho e de ganhos e conquistas, à classe trabalhadora bancária, num primeiro momento, e depois de todos que atuam no ramo financeiro. É ali, em 1992, que nasce a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários, com caráter nacional e representação de toda a categoria no Brasil inteiro.

No ano seguinte, já com a articulação das principais entidades de base do Nordeste do Brasil, com exceção do Sindicato dos Bancários da Bahia e de Sergipe, nasce a FETEC-NE, a Federação dos Trabalhadores de Empresas de Crédito do Nordeste, fundada a partir de uma Assembleia Geral que reuniu representantes dos Sindicatos dos Bancários dos estados de Alagoas, Campina Grande (PB), Cariri, Ceará, Iguatu, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

O evento de fundação foi no dia 13 de dezembro, e a ata da posse da primeira diretoria eleita ocorreu cinco dias depois, em 18 de dezembro, no auditório do Magna Hotel Turismo, em Fortaleza. A primeira direção da entidade teve como presidente José Miguel Correia. Rejane Maria de Oliveira foi eleita a secretária-geral da FETEC-CUT/NE; enquanto Eugênio Silvano Altran ocupou o posto de tesoureiro. Compunham a direção da entidade em sua primeira gestão: Francisco de Assis Varela Cavalcante Filho, Marcelo de Lima Medeiros, Luciantonio Almeida Falcão, Renato

Lelis Viana, Olavo Rebelo de Carvalho Filho, Hudson da Silva Cavalcante, Francisco Carlos Rodrigues, José de Arimateia Lafayette Sousa, José Nelson Martins de Sousa, José Roberto de Amorim Leandro, José Ribamar Pacheco, Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa, Maria Betânia Pessoa Coelho, Ednaldo Pinheiro Silva, Nivaldo Pinheiro dos Santos, Edson Saldanha de Oliveira, José Roberto Mendes do Amaral, Domingos Reden Viana Lima, Fernando Ayres Branquinho, Lucius Fabiani de Vasconcelos Sousa, Maria da Conceição Bezerra do Vale, Marcelo Alves Coutinho, Paulo Roberto Vieira de Oliveira, Aristóteles Alexandre Borges, Antônio Torres da Paz, Francisco Raimundo Malta de Araújo, Francisco Dirceu Barros, Milton Francisco Machado, Helena Maria Sampaio de Melo, José Marcelo de Souza e Francisco Wagner Lima Venâncio.

Depois dessa direção inicial, a entidade teve como presidentes da FETEC-CUT/NE

1995-1998 – Francisco de Assis Varela Cavalcante Filho (RN)

1998-2001 – Lucius Fabiani (PB)

2001-2004 – Lucius Fabiani (PB)

2004-2007 – Rostand da Silva Lucena (CG/PB)

2007-2010 – Carlos Eduardo Bezerra Marques (CE)

Em 2011, os sete sindicatos remanescentes da base da entidade originalmente fundada (Alagoas, Campina Grande/PB, Cariri/CE, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí) alteram e ampliam a representação e criam a FETRAFI-NE, mantendo também Carlos Eduardo Bezerra Marques como presidente.

Ele foi reconduzido outras três vezes, houve uma mudança no Estatuto e o mandato passou a ser de quatro anos. Ele permanece como presidente da entidade até o ano de 2025.

Bibliografia

BADARÓ, Marcelo. 2008. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo. Expressão Popular.

GIANNOTTI, Vito. 1980. *Cem anos da classe operária no Brasil 1880-1980*. Petrópolis, Vozes.

_____, _____. *Histórias das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad.

1. Ramalho JR, Santos RSP dos, Rodrigues IJ. MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, SINDICATO E EMPRESAS MULTINACIONAIS. *Cad CRH* [Internet]. 2019May;32(Cad. CRH, 2019 32(86)):343–59. Available from: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30668>.

Periódicos

BBC News Brasil: Acesso em 23/03/2023 no link: 50 anos do AI-5: Os números por trás do ‘milagre econômico’ da ditadura no Brasil - BBC News Brasil.

BANCÁRIO. (O Bancário, 14/10/1964 e 1º/6/1964, p. 1. BAP/SEEB-RJ).

CARDOSO, Lucileide C. Artigo: Memórias conflitantes e a produção de uma historiografia polemista sobre a atuação da esquerda armada no Brasil. Apresentado ao XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal-RN, 22 a 26 de julho de 2013.

NATUSCH, Igor. Artigo: 13 DE MARÇO DE 1979: É DEFLAGRADA A GREVE DOS METALÚRGICOS DO ABC, QUE FORTALECE O SINDICALISMO E ENFRAQUECE A DITADURA MILITAR. Publicada no sítio “Democracia e Mundo do Trabalho em Debate”. Acesso em 03/04/2023: <https://www.dmtemdebate.com.br/13-de-marco-de-1979-e-deflagrada-a-greve-dos-metalurgicos-do-abc-que-fortalece-o-sindicalismo-e-enfraquece-a-ditadura-militar/>

RAMON, Julio. A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS: a ofensiva neoliberal e o itinerário das inovações técnico-organizacionais no Banco do Brasil. Artigo apresentado à IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. UFRN, 17 de março de 2009.

VADELL JA, Carvalho PHN de. Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do estado. Contexto Internacional [Internet]. 2014Jan;36(Contexto int., 2014 36(1)):75–111. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000100003>.

Periódicos:

Jornal da CUT, Setembro de 1983. Pag. 6. Estatutos da CUT artigo 2º.

CAPÍTULO 4

(Construção da FETEC – precursora da FETRAFI-NE)

- 1) O movimento do novo sindicalismo no movimento dos trabalhadores bancários do Brasil. Da DNB à Contraf-CUT.
- 2) Ideias e modelo do neoliberalismo – individualismo e exclusão.
- 3) A FETEC dá lugar à luta pelos trabalhadores do Ramo Financeiro: nasce a FETRAFI-NE.
- 4) Os primeiros passos da entidade. Articulada e guerreira, a FETRAFI-NE reconfigura a representação dos bancários do Nordeste na luta pela Convenção Coletiva de Trabalho.

“Devemos trabalhar para formar uma organização militante e conduzir a agitação política mesmo em condições ‘monótonas’ e pacíficas, e mesmo no período de ‘declínio do espírito revolucionário’. Mais do que isso, é justamente nessas condições e nesse período que este trabalho é necessário, porque no momento de surtos e explosões será tarde demais para organizar uma organização. A organização deve estar pronta, para poder desenvolver a sua atividade de imediato.”

– V. I Lenin, O Que Fazer? (1902)

1) O movimento do novo sindicalismo no movimento dos trabalhadores bancários do Brasil. Da DNB à Contraf-CUT

Você já imaginou o que seria defender 443 mil trabalhadoras e trabalhadores? Pois é isso o que a representação sindical dos bancários faz diariamente, incluindo nesse total bancárias e bancários da base dos Sindicatos da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (FETRAFI-NE). Todo dia, todo mês, o ano todo, sem trégua.

E para ser assim, com força, garra e dedicação, o movimento sindical brasileiro precisou se remodelar, retomar as rédeas de seu próprio destino, depois de um ataque que quase o destroçou, a partir do golpe militar que desembocou na ditadura militar que matou mais de 450 brasileiros e brasileiras (números oficiais), perseguiu e torturou mais de meio milhão de brasileiros, obrigou mais de 30 mil pessoas a se exilar, mais de 200 mil brasileiras e brasileiros a sobreviver na clandestinidade; e aniquilou a representatividade dos seus líderes a partir de 1964, apenas por causa de um pensamento diferente daquele que almejava ser o “pensamento único” dos militares e dos conservadores que assaltaram o poder a partir das baionetas, dos fuzis, dos tanques e de destroçar a Democracia.

É bom ressaltar que essa categoria, a partir de sua primeira nego-

ciação com a representação dos sindicatos cutistas, em 1992, estabeleceu um documento que só vem ampliando direitos e conquistando novas vantagens que é a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários. Um documento nacional, que vale para todas e todos. Frise-se: poucas são as categorias que contam com um documento que vale para qualquer trabalhador, independente de ele ter dois meses, cinco anos ou se estiver prestes a se aposentar, seus direitos e suas vantagens e benefícios serão os mesmos, salvo vantagens que se acumulam a partir de seu tempo de serviço, experiência pessoal, avanço na carreira. Mas essas diferenças ocorrem em todas as categorias organizadas. Porém, dificilmente ocorrem para o conjunto de toda a classe trabalhadora ou organizada em ramo. Em relação aos trabalhadores do ramo financeiro não: todas, todos e todes são tratados em pé de igualdade e os valores são os mesmos, salvo, como já dito, diferenças pessoais e avanços de carreira.

Mas para alcançar tantas vantagens, os bancários e trabalhadores do ramo financeiro do Brasil e do Nordeste do Brasil tiveram muitos momentos de embate, de luta mesmo. Na História da luta sindical, um desses momentos é conhecido como Novo Sindicalismo ou “sindicalismo autêntico”. Entre 1978 e 1983 o movimento recebeu essa alcunha pela forma como se tornou conhecido: desafiou a legislação que proibia a realização de greves e rompeu amarras da organização que mantinha o sindicato subordinado aos interesses de um Estado que era parceiro dos patrões.

Foi a partir do Novo Sindicalismo que a nação conseguiu se reencontrar com a Democracia, pois a partir desse movimento, as pessoas percebem o poder que a união lhes confere e deixavam de temer a falsa liderança militar, calcada no poder das armas e da repressão aos que pensam de forma diferente daquela estabelecida pela ditadura, cuja principal influência é o enfrentamento às propostas socialistas de mudar o mundo de forma a dividir as riquezas, aprofundando as diferenças a partir da concentração de renda.

Foi nesse espaço de tempo também que aparecem para a História do

Brasil dois importantes atores: o Partido dos Trabalhadores é fundado em 1980; assim como o resultado dos enfrentamentos na seara sindical faz nascer a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983.

E o Novo Sindicalismo gerou filhos e esses descendentes tiveram a tarefa de levar à Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988, a pauta dos trabalhadores e trabalhadoras, incrementando a luta política do Brasil.

O Novo Sindicalismo, ou “sindicalismo autêntico” como também se tornou conhecido, desafiou a legislação antigrevista e começou a romper as amarras da organização sindical subordinada ao Estado, modelo implantado no país desde a década de 1930 – com Getúlio Vargas e aprimorado a partir da CLT.

A característica da quase totalidade dos dirigentes sindicais à época da ditadura era ter comportamento burocrático e viés governista. E foi para romper com essas práticas que os integrantes do Novo Sindicalismo rebelaram-se e procuraram mover suas bases contra o arrocho salarial e incentivavam movimentos grevistas.

No meio urbano os dirigentes estavam inseridos nos setores do operariado como os metalúrgicos, os petroleiros, os bancários, funcionários de estatais, entre outros. E nesse intervalo (1978-1983) o Novo Sindicalismo procurou se inserir como ponta de lança no movimento sindical brasileiro, tentando ocupar o espaço de vanguarda da luta de classes ao pleitear uma melhor distribuição da renda, a lutar contra o arrocho salarial que concentrava riqueza na mão de poucos.

Os expoentes do Novo Sindicalismo foram forjados sob a repressão do regime militar, pois surgiram na oposição sindical daquele período onde ser contra a corrente poderia render problemas e perseguições e risco de vida. Afinal, à época da ditadura, as entidades viviam sob o regime da intervenção em sindicatos e organizações políticas da classe trabalhadora. E se nos primeiros anos do regime líderes sindicalistas que atuavam nas entidades eram defensores dos interesses legítimos da classe trabalhadora, quando o governo de generais estabeleceu a intervenção de pelegos, e os

então diretores foram cassados, alguns presos, torturados e, a depender das ações tomadas depois do golpe, foram até mesmo assassinados pelo Estado de exceção, foi ao longo desse período de resistência e união, que o Novo Sindicalismo fez toda a diferença em favor de um renascimento da luta de classes no Brasil.

Depois desse primeiro momento, dos enfrentamentos corajosos, da decisão pela luta armada e do conseqüente massacre daqueles que optaram pelo caminho da guerra de guerrilhas e contra o poder das baionetas, logo depois, mesmo com todos os riscos, a carestia, o arrocho de salários e a defesa de direitos não deixou que o risco de perseguição, prisão e morte acabasse com a resistência.

Mesmo havendo risco por parte do regime de exceção, no fim da década de 1970 houve um ressurgimento do movimento sindical transformando-se na “ponta de lança” da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras à acumulação capitalista insana instaurada pela forma de gerir a economia instaurada pelos militares no poder:

“As greves dos metalúrgicos do ABC paulista serviram de referência política para a série de movimentos grevistas no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora. A partir de 1978, a classe operária entra em cena – ou para ser mais preciso, a classe trabalhadora, pois o movimento social atinge dos operários industriais a funcionários públicos” (ALVES, 2000).

Principalmente os bancários. Como categoria organizada e ponta de lança da resistência às perseguições e desmandos do sindicalismo pelego, da estrutura antidemocrática do estado constituído pela ditadura, os bancários foram perseguidos e ajudaram a construir resistência contra a superexploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado pelos militares a partir de 1964. “Quando a classe

operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, insurge-se contra o arrocho salarial, ela atinge, de modo fulminante, a lógica da acumulação capitalista vigente no país” (ALVES, 2000).

Tanto operários metalúrgicos do ABC paulista, quanto a articulação das categorias bancárias de todo o Brasil, ajudaram a construir a resistência, por meio desse “Novo Sindicalismo”, dando os primeiros passos no sentido de assumir a vanguarda no enfrentamento à situação limite imposta pelos militares.

O que de fato ocorria no Brasil, contrastava com a realidade de fora do Brasil onde, nas principais economias do capitalismo, uma transformação ganhava corpo com o novo ciclo de acumulação capitalista: toma conta desse cenário internacional, principalmente nos países centrais do capitalismo internacional, o neoliberalismo, modelo de mundialização do capital; e essa lógica fez o sindicalismo e a hegemonia dos partidos de esquerda perderem força e poder de influência junto ao proletariado.

Por aqui, ao mesmo tempo que a sociedade civil e os “novos movimentos sociais” ajudam a isolar o poder e a influência dos militares que ocupam a gestão da coisa pública, unidos agora também aos sindicalistas que reencontram seu poder e influência, a união da sociedade civil organizada, constroem juntos um movimento que direciona para o fim da ditadura, com a emenda Dante de Oliveira, exigindo dos ocupantes do Executivo o direito de votar para presidente por meio do “Movimento Diretas Já!”.

Embora seja um processo político e de grande apelo popular, gerado num cenário de renascimento do movimento sindical, em favor de conquistas democráticas, uniu novamente burguesia e proletariado, mas a hegemonia do movimento era da burguesia liberal por se mostrar “insatisfeita com os rumos da crise do padrão de acumulação capitalista no país” (ALVES, 2000).

Dessa derrota momentânea, no entanto, erigiu uma força de resistência que eclodiu na vitória, o que não ocorria desde 1964, da oposição no chamado “colégio eleitoral” que decidia quem seria o mandatário do País,

via Congresso Nacional, com votos de deputados e senadores. Se a emenda das Diretas foi derrotada, abriu uma fenda na hegemonia do que até então era o partido governista (antes ARENA, depois Partido Democrático Social, ou PDS), e o bloco de oposição conseguiu vencer a disputa, elegendo o experiente político, remanescente no ambiente da política institucional, desde a derrubada de Jango. O mineiro Tancredo Neves (PMDB). Ele cooptou para seu lado, e assim deixou aos militares, sua chapa mais palatável, o até a véspera daquele momento eleitoral, o ex-governista José Sarney. O maranhense e membro da Academia Brasileira de Letras, era experiente e articulado político, e passara à oposição às vésperas da eleição e engrossou as fileiras do PMDB.

Naquele momento da História foi a vitória possível contra o avassalador poder dos militares. E assim teve fim, oficialmente, o regime de 1964, derrotado até mesmo onde havia conluio para nunca perder: o Congresso Nacional instância de poder que passara, ao fim da década de 1970, por uma intervenção dos donos do poder e acontecera uma eleição de senadores biônicos.

Após a vitória de Tancredo-Sarney, as forças progressistas mantiveram a guarda alta e conseguiram levar à Assembleia Nacional Constituinte uma bancada considerável de deputados. Com isso, foi possível construir uma Carta Magna onde há brechas e possibilidades de inclusão, as quais, mais tarde, serão aproveitadas pela representação da classe trabalhadora para erigir conquistas sociais e trabalhistas.

“O que viria a seguir, nos anos 90, seria a grande sincronia histórica da ordem capitalista no Brasil com o que ocorria lá fora, inserindo-se, de modo dependente (e subalterno) na mundialização do capital sob o signo das políticas neoliberais. Foi essa a função histórica dos governos neoliberais dos anos 90. É o novo tempo da era neoliberal que iria dar um novo ritmo no movimento social e político no Brasil. Instaurou, na verdade, uma descontinuidade importante. A “explosão do sindicalismo” seria seguida, a partir dos

anos 90, com maior intensidade, de uma crise do sindicalismo que assumiria diversas formas. O mundo do trabalho estruturado (e integrado), das indústrias e dos serviços, base do sindicalismo de classe organizado no país, que lutou (e construiu) o “novo sindicalismo”, iria ser alvo de uma ofensiva do capital na produção. Surgiria, a partir daí, um novo (e precário) mundo do trabalho.” (ALVES, 2000)

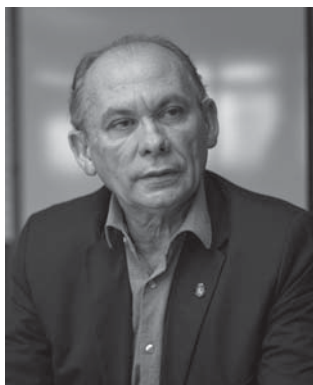
Nesse sentido, é importante o resgate histórico de um dos dirigentes que esteve na criação da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Nordeste (FETEC-CUT/NE), pensada, constituída e organizada pelo movimento bancário do Nordeste do Brasil. O ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Nelson Martins, nos traz o relato de quem participou desse momento histórico.

Confira trecho da entrevista concedida para a produção dessa obra:

NELSON MARTINS

A CUT surgiu, em 1983, por conta da luta. E uma das questões era a modificação, uma reforma ampla, na estrutura sindical brasileira. Essa era uma das contestações da CUT. Além de ter uma visão de que, naquele momento, o sindicalismo estava muito distanciado das bases, com exceção da região dos Metalúrgicos do ABC que se apresentava com uma estrutura mais democrática, mas a grande maioria dos Sindicatos, das Federações de bancários, era muito antidemocrática.

Por exemplo: quem era que elegia a CONTEC (Confederação dos Trabalhadores das Empresas de Crédito)? Você pegava um voto de cada presidente de Federação – e não interessava se era o presidente da Federação do Ceará ou da Federação de São Paulo, que é muito maior – e tinha um voto para eleger a direção da CONTEC, que era a Confederação que representava toda a categoria. Ou seja, era uma forma muito antidemocrática. A própria eleição e a estrutura sindical.



Nelson Martins:
ex-presidente do
Sindicato dos Bancários
do Ceará. Foi o presidente
da Assembleia de
fundação da
FETEC-CUT/NE, vereador
do PT de Fortaleza e
deputado estadual
do PT/CE

Eu lembro bem que tinha um exemplo, que o camarada que trabalhava num porto, e podia operar um guindaste de até não sei quantas toneladas, era representado por um sindicato, e o que operava um guindaste maior, era um outro sindicato.

Então havia um processo de pulverização e divisão sindical muito grande. Então a CUT surgiu questionando isso. A estrutura sindical e o processo de escolha dos dirigentes. A partir daí, o nosso movimento, de bancários, tentou trabalhar junto com a CONTEC, mas não conseguia. Porque, no momento que você estava mobilizando os trabalhadores, estava numa greve forte e tal, a CONTEC ia lá por debaixo dos panos e fazia acordo. E aí ficava difícil, depois que a CONTEC, porque a CONTEC era quem assinava os acordos. Na hora que ela assinava um acordo você não tinha mais condição de mudar, de lutar. Então o movimento sindical bancário começou a criar essa estrutura sindical paralela. Porque não tinha mais outro jeito.

Criou na época a Confederação Nacional dos Bancários (CNB), ligado à CUT, e as federações regionais (FETECs). E as federações tinham uma forma de funcionamento muito mais democrática. Foi a partir daí que se conseguiu criar toda essa estrutura. De maneira que se chegou, a um certo momento, em que nos vimos obrigados a ter uma mesa de negociação separada. Os sindicatos cutistas e a CONTEC (em outra negociação, paralela). Foi 1991 ou 1992 que se conquistou isso, então a CONTEC ia lá e negociava com a FEBRABAN (Fe-

deração Brasileira de Bancos). Mas tinha outra mesa que era com os sindicatos cutistas, da CNB, e das Federações. Foi a partir daí que a gente foi se estabelecendo. Até que chegou um momento em que a CONTEC perdeu importância. A negociação era feita diretamente (com a estrutura cutista). Tanto que chegou um momento em que, mesmo que a CONTEC fizesse um acordo, de nada adiantava porque a gente tinha força para continuar as negociações, reivindicando e se mobilizando no Brasil todo. Então isso foi uma conquista progressiva.

Os bancários possuíam uma organização que se transformava em espelho para outras representações de categorias que congregavam a classe média. Classe média baixa e classe média já um pouco pra alta. A maior referência, relacionada com isso eram os metalúrgicos. Não só do ABC Paulista, mas também em vários pontos do Nordeste, como o Ceará" (Entrevista NELSON MARTINS, 2022).

Para Nelson, a construção de um arcabouço de conquistas que melhoravam as condições de vida de trabalhadores das mais variadas categorias profissionais como os próprios bancários e metalúrgicos, do funcionalismo público como um todo, além de proletários ligados à estrutura do estado (petroleiros, por exemplo), se deu a partir do momento que se rompeu a lógica do arrocho, ideia motriz implantada na relação capital-trabalho ao longo da ditadura civil-militar implantada com o golpe de 1964, e foram construídas via lutas e enfrentamentos, com a deflagração de inúmeras greves (mesmo com esse procedimento sendo considerado fora da lei) para interpor o direito da classe trabalhadora como um todo.

Mas para ilustrar ainda com mais profundidade a criação da FETEC-CUT/NE, fomos ouvir um dirigente histórico que presidiu a entidade por um curto espaço de tempo, mas resgata detalhes fundamentais. Trata-se de Rostand Lucena, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande, na Paraíba, que nos posiciona para enriquecer a memória da entidade.



Rostand Lucena,
Jornalista, radialista e bancário. Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande e região. Locutor esportivo e apresentador de TV.

Rostand relembra com riqueza o período da fundação: “começou a ser discutida no início dos anos 1990, devido a uma necessidade de uma nova estrutura, de um novo modelo de movimento sindical. O movimento sindical passava por uma transformação, nos anos 1980, com a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores); com a retomada de alguns sindicatos que estavam com outras direções que já não eram compatíveis com o anseio e com a necessidade da categoria bancária”, relata Lucena, que foi o presidente da Federação, ainda com o nome de FETEC-CUT/NE, em 2010.

O paraibano de Campina Grande revela ter sido essa transformação do movimento sindical foi além, com o Nordeste gerando uma reação com a vitória e a retomada para o movimento de luta, em muitas entidades de base do Nordeste, com vitórias que elevaram o nível de exigência da base em relação às estruturas oficiais. Rostan lembra que “alguns Sindicatos se dirigiram para o movimento cutista, para esse novo modelo de movimento sindical, e havia uma carência, de um diálogo, de uma interação maior entre as entidades, de uma política regional. E aí começou, de minha parte, houve uma coincidência, porque eu também chego no movimento sindical bancário no início dos anos 1990, mais precisamente em janeiro de 1992. E em Campina Grande a gente teve como uma das principais bandeiras, de transformação do Sindicato que era filiar à CUT. E logo em seguida a gente começa a participar

dos debates e das ideias de formação de uma nova federação, porque existia uma Federação já, mas essa federação, a exemplo de uma série de sindicatos, já não representa... não tinha representatividade da categoria. A categoria não se sentia representada por aquele modelo de representação da Federação”.

Outro ponto de fundamental relevância para esse resgate histórico, foi quando, no fim do ano de 1992, chega-se a um consenso e funda-se, em 1992, no fim do ano, a FETEC-CUT/NE. A entidade deu um novo impulso ao movimento bancário no Nordeste, organizando a categoria e os sindicatos. “E o Nordeste passou a participar mais ativamente desse modelo nacional. Começamos a participar de entidades importantes para o conjunto da categoria, a exemplo da PREVI, FUNCEF; a exemplo da própria CONTRAF-CUT. E o primeiro passo foi justamente organizar discussões na FETEC-CUT/NE, e a presença de um representante da Federação no âmbito nacional, por meio das reuniões da própria CONTRAF-CUT”, explica Lucena.

Para ele, a FETEC-CUT/NE tem um papel fundamental em alguns momentos históricos, dos anos 1990. Por exemplo, “nessa época, os companheiros do Banco do Nordeste do Brasil tinham um problema, pois a direção da instituição, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, tinha como meta privatizar o banco ou transformar ele numa agência de desenvolvimento. Ou até mesmo que o banco fosse atrelado a uma agência de desenvolvimento já existente, deixando de existir. Então foi uma luta constante, titânica, contra a privatização do banco. E o movimento sindical teve, por meio da FETEC, um papel fundamental. Nós participamos, nós organizamos, ativamente, a Comissão Nacional dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, através de dirigentes dos sindicatos que discutiam, via FETEC-CUT/NE, um meio de impedir esse propósito. Naquela época houve até encontro clandestino de bancários vinculados ao BNB, porque a direção do banco e a própria conjuntura não permitia muito avanço; então tudo isso passou pela FETEC-CUT/NE”, explana Rostand, para quem o movimento bancário cresceu ainda mais a partir da fundação da Federação.

Onda neoliberal

Embora a luta, aqui no Brasil, estivesse sendo conduzida em direção às vitórias, por meio da FETEC, mundo afora as coisas não estavam ocorrendo de modo a apontar o caminho da vitória para a classe trabalhadora. Principalmente por conta do modelo econômico que ajudava a conduzir o capitalismo mundial.

2) Ideias e modelo do neoliberalismo – individualismo e exclusão

A partir da Revolução Industrial, o homem estabelece uma outra relação com a natureza. Cria formas mais avançadas de predominar no seu ambiente, moldando-o às suas necessidades, constituindo assim a sociedade. Os avanços tecnológicos, advindos das descobertas provocadas pelo acúmulo capitalista, garantem vários benefícios ao conjunto da sociedade. Inserido nesse contexto, está a mão-de-obra que alimenta o progresso e estabelece o capitalismo como a forma de acumulação e avanço da humanidade.

Até que os movimentos de trabalhadores lutaram e, aos poucos, ganharam espaço e conquistaram direitos e assim estabeleceram melhores condições de trabalho e salários, conferindo ao trabalho um caráter de atividade para garantir dignidade a todas e todos.

“O século XX desponta como o século das contradições e de descobertas, um campo vasto de experimentação do qual nem mesmo o trabalho e o trabalhador estão imunes. Sai-se de um modo de produção calcado na cientificidade do trabalho e da produção em série

(taylorismo-fordismo) para um modelo que propicie mais produção em menor tempo, com menos custos e sem estoques (por demanda). O toyotismo foi a ideologia que veio transformar a sociedade de trabalho na década de 1970 de forma gradual. Nos países capitalistas (outrora chamados de Primeiro Mundo), a sua inserção atendia a um quadro de crises durante a década de 1970, principalmente aquelas referentes ao petróleo.” (GUILHERME, 2013)

E foi a substituição do taylorismo-fordismo pelo chamado toyotismo, um modelo de gestão criado pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, que transformou o modelo de produção da indústria, num primeiro momento, do serviço num segundo momento, e se espalhou tal qual um “vírus” por toda a sociedade, reestruturando até mesmo a forma de convivência entre as pessoas.

Surgido no Japão, esse modelo se dá pelo fornecimento de produtos por demanda, “retirando da gestão nas fábricas o modelo de produção em série e a estocagem em depósitos e galpões” (GUILHERME, 2013), como se caracterizava a produção do taylorismo-fordismo. Em resumo, a produção mudou seu formato e os trabalhadores se obrigaram a mudar sua forma de ação dentro das fábricas. A principal mudança se deu com a implantação do método *just-in-time*, o qual organizava a produção para atender à demanda. O que o mercado deseja, é o que a fábrica vai produzir, ajustando-se o tempo de produção à demanda por produtos.

“Para tanto, fez-se necessário que o trabalhador tivesse em mente todo o processo de produção do bem, sendo capaz de fazer e cobrir eventuais falhas que houvesse no processo como um todo. Aliou-se, desse modo, a disciplina e a organização do trabalhador japonês à exatidão, precisão e gestão do processo. Primou-se pela gestão e qualidade total, flexibilização, alta produtividade, descentralização produtiva,

personalização de produtos, automação e especialização flexível do trabalhador. Em decorrência disso, a chamada “cultura empresarial” da economia do menor custo, maiores ganhos em menor quantidade de pessoas com uma orientação para a conservação, equilíbrio financeiro e ambiental se implantou nas empresas.” (GUILHERME, 2013)

Os conceitos construídos por meio da proposta de Ohno, se baseiam no chamado “5S”: senso de utilização (seiri), senso de ordenação (seiton), senso de limpeza (seiso), senso de normalização (seiketsu), senso de auto-disciplina (shitsuke). O teórico inglês David Harvey identifica o toyotismo numa conjunção entre a produção mundial de viés capitalista, no qual a lucratividade é sempre o principal objetivo, em composição com eventos políticos em escala mundial. Importante ressaltar que àquele momento o desenvolvimento tecnológico avançava sobremaneira na forma de se produzir, e essa conjunção de fatores (mudança na forma de produção, embarque de tecnologia nas fábricas e incentivo à automatização em geral da vida e da produção) empurrava a forma de defender a classe trabalhadora para o limbo, excluindo os interesses da coletividade e estabelecendo novos parâmetros para a produção, nos quais fica instituída uma relação do trabalhador não em função de seus interesses coletivos, mas apenas e tão somente individuais.

“Nesse cenário de mudanças, o próprio capitalismo se diversificou promovendo a larga escala do emprego da automação, da informática, de sistemas autômatos dispondo de menos mão de obra e, diretamente, aumentando o desemprego e enfraquecendo a força dos sindicatos. Desse modo, há uma nova fase do capitalismo calcado no que se assegura ser a da acumulação flexível” (ANTUNES, 1999).

Essa acumulação flexível, fase do capitalismo onde o trabalho vivo

é substituído pelo trabalho morto, transforma o mundo do trabalho. O espaço onde antes vários profissionais dependiam uns dos outros para compor um produto (um automóvel, por exemplo), deixa de ter sentido e dá espaço para a automação e mecanização da produção. As empresas se abrem para se adequar ao “novo mercado”, no qual a redução de custos e a produção sob demanda exigem menos mão de obra e postos de trabalho. Por consequência natural, estes são eliminados para maximizar os lucros capitalistas.

A mão de obra é terceirizada e implantam-se modelos de polivalência do trabalhador sem a garantia do emprego. Para Antunes (1999), há um sistema de metabolismo social do capital, sistema de crescimento e aglutinação do capital pelo capital, que transpassa as relações e as transforma em relação social de produção, e geram as mediações de segunda ordem do trabalho que introduz “elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico”, diverso à mediação de primeira ordem, interação instintiva entre coletividade, comunitarismo e autodeterminação.

Antunes (1999) entende que em decorrência das próprias “transformações decorrentes da própria concorrência intercapitalista” há uma transmutação do capitalismo que induz as pessoas a se transformarem para se adaptar ao momento de produção capitalista no mundo: Antunes, dessa forma, aponta uma nova:

“... perspectiva relativa à classe trabalhadora e/ou do proletário: a classe que-vive-do-trabalho, que engloba exatamente todo um corpo social que estabelece suas relações conforme esse sistema de metabolismo social do capital, na aglutinação da esfera pública e privada, que contraditoriamente homogeneíza e fragmenta tais esferas” (ANTUNES, 1999).

Essa transformação, na visão de Chesnais (1996), acelera a mundialização do capital. É um novo direcionamento da economia mundial, na di-

reção de aspectos especulativos do capital, que se direciona ainda para aspectos financeiros, ampliando assim o lucro rápido, olhando para mercados globais. É um capital que não produz investimento ou reinvestimento, não se aplica no desenvolvimento do Estado enquanto indutor da economia, não gera emprego: seu único objetivo é gerar mais dinheiro.

E Viana (2009) vai além: enxerga nesse movimento o marco histórico do regime de acumulação integral do capital, principalmente em relação ao mundo do trabalho. Para este autor, o termo flexibilização pode significar a “capacidade de aptidão a várias coisas ou aplicação” ou “submissão e docilidade” (VIANA, 2009). Essa aptidão múltipla, essa flexibilização, significa justamente o contrário. Paradoxalmente, não existe “flexibilização” do aparato produtivo e muito menos dos trabalhadores, o que existe é uma “inflexibilidade”, pois tanto o aparato produtivo quanto os trabalhadores são submetidos “inexoravelmente” e “implacavelmente” ao objetivo de aumentar a extração de mais-valor relativo (VIANA, 2009).

Nos anos 1980 e 1990 o mundo acompanhou plantas industriais transferidas para locais onde a mão de obra fosse mais barata, onde fosse mais fácil implantar o aparato tecnológico que não recebe salário e é substituído sem protestos. Onde os incentivos fiscais fossem volumosos e os lucros altamente vultosos, de acordo com os interesses dos capitalistas das matrizes, situadas em países centrais.

Dessa forma, o toyotismo permite o avanço global para conceitos que auxiliam o acúmulo do capital, como por exemplo a gestão “enxuta”, mercados com mão de obra barata, trabalhadores polivalentes, uso indiscriminado de terceirizados, automação e sistemas on-line capazes de reduzir estoques e dispor de pouco tempo para produzir efetivamente.

Em resumo: conferiu-se autonomia às empresas para buscar mercados e as plantas industriais se mudaram para países e comunidades onde as melhores condições eram ofertadas – senão mais vantajosas.

Concomitante a essa transformação, ocorreu a perda gradativa da classe trabalhadora. A atividade sindical foi reduzida, “ignorou-se a ação

dos sindicatos locais e houve a cooptação de trabalhadores para participação direta nas comissões das fábricas tirando a própria solidariedade entre os trabalhadores” (GUILHERME, 2013).

Sem sindicatos estruturados a defesa de direitos trabalhistas adquiridos se fragiliza. Isso deixa a flexibilização da legislação, que defende os trabalhadores, desmontada e gera consequências diretas para o mundo do trabalho, reduz a força de organização de classe, assim como quebra o conceito e solidariedade entre profissionais ligados aos sindicatos.

Harvey (2005) aponta como consequência do toyotismo e da acumulação flexível (como do neoliberalismo) foi a transformação do trabalho coletivo em individualizado. “Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares” (HARVEY, 2005, p. 32), sendo que o espaço de solidariedade dá espaço à individualização e, um pouco mais, à competitividade entre os trabalhadores no próprio trabalho.

“Tem-se no trabalho o espaço de realização individual sem a preocupação de como alcançar os seus objetivos, pessoas são somente degraus através das quais se pode chegar ao topo da escada. Nessas condições, a competição se acirra a ponto de o indivíduo abandonar sua família, eventos sociais e centrar-se somente em alcançar suas metas. Mais adiante, a abordagem sobre as consequências dessa competitividade se refletiram no corpo e na saúde mental dos trabalhadores, principalmente nos bancários” (GUILHERME, 2013).

3) A FETEC dá lugar à luta pelos trabalhadores do Ramo Financeiro: Nasce a FETRAFI-NE

O ano era 1993, a FETEC-CUT/NE acabara de sair do papel. Fora oficializada numa assembleia geral de fundação, seguida de posse, em Fortaleza (CE), em dezembro de 1992. Reunia, à época, dirigentes de sete estados e três sindicatos regionais. A FETEC nasceu para, “por meio de sua organização e união, visar as melhorias nas condições de vida e de trabalho dos bancários do Nordeste do Brasil, defender a independência e autonomia da representação sindical (os sindicatos fundadores e todos os que a ela venham a se filiar) e para atuar na manutenção e defesa das instituições democráticas”, como destacam os artigos iniciais de seu estatuto.

Estatutariamente definida, “a representação da categoria profissional abrange todos os empregados em bancos comerciais, bancos de investimentos, financeiras, empresas de captação de poupança, caixas econômicas, bancos múltiplos, cooperativas de crédito, empresas de crédito em geral, e ainda as empresas integrantes do grupo econômico destas, a estas coligadas ou que lhes tenham como “holding”, bem como qualquer empresa que seja contratada para prestação de serviços às empresas integrantes do sistema financeiro, cujo desempenho da atividade econômica de empresa ou da ati-

vidade profissional dos empregados contribua de forma direta ou indireta para a construção e desenvolvimento da atividade econômica preponderante da empresa principal ou contratante do serviço”, revela outro trecho do documento fundante da FETEC-CUT/NE, para explicar sua representação, e mantido no documento de fundação da FETRAFI-NE.

E quem nos ajuda a compreender melhor isso são os dirigentes e a história da luta. Nunca é demais lembrar que as organizações sindicais bancárias daquele período possuem dois eixos, estruturados a partir de duas confederações distintas que disputam a representação da mesma categoria profissional. Uma é a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A outra é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC).

A Contraf-CUT (incluindo as diversas federações e sindicatos de base filiados), cuja representatividade corresponde a mais de 90% da categoria, à época de sua fundação, se faz presente nas negociações coletivas pelo poder que emana de suas entidades de base.

Essa também é uma das prerrogativas e deveres estabelecido no estatuto de fundação da FETEC, onde o artigo sexto delimita, de forma clara e objetiva, os seguintes termos:

- A) Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses coletivos ou individuais da categoria profissional, mediante outorga de poderes dos sindicatos representados pela Federação, em especial os sindicalizados.
- B) Celebrar Convenções, Acordos Coletivos e Contratos Coletivos de Trabalho enquanto representante de entidade de primeiro grau.
- C) Estabelecer Contribuições Federativas a todos aqueles que participam da categoria representada na base territorial dos sindicatos filiados direta ou indiretamente, de acordo com as decisões referendadas em assembleias das entidades sindicais de primeiro grau;

- D) Colaborar, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionarem com sua categoria;
- E) Instalar representante sindical, ações, seções, subseções, delegacias, departamentos ou qualquer outro organismo nas regiões abrangidas pela Federação de acordo com suas necessidades;
- F) Filiar-se à Confederação de grupo, Centrais Sindicais e a outras organizações sindicais, inclusive de âmbito Internacional, de interesse dos trabalhadores, mediante a aprovação em congresso da Federação;
- G) Manter relações com as demais associações de categorias profissionais para a concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses nacionais;
- H) Colaborar e defender a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo, garantida a autodeterminação dos povos;
- I) Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais do homem;
- J) Estabelecer negociações com a representação da categoria econômica, visando a obtenção de melhorias para a categoria profissional;
- K) Representar a categoria profissional abrangida pelos sindicatos filiados nos Dissídios Coletivos;
- L) Constituir serviços para promoção de atividades culturais, profissionais e de comunicação;
- M) Estimular a organização da categoria por local de trabalho e por empresa.

O arcabouço delimita uma representação de caráter democrático, estimulando a responsabilidade da direção em nome da categoria. Mais importante, no entanto, é que a FETEC, assim como todos os sindicatos cutistas, direcionam a forma de atuação para um ambiente onde qualquer um pode



Marcos Saraiva:

Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará e da APCEF/CE. É secretário de Política Sindical da Fetrafi-NE; secretário de Cultura do Sindicato dos Bancários do Ceará; diretor de Administração e Finanças da FENAE

se manifestar para que as opiniões divergentes sejam respeitadas e tenham a possibilidade de ser expostas diante do conjunto da categoria em suas instâncias decisórias, seja nas reuniões diretivas, assembleias ou consultas sobre um tema proposto.

Era uma contraposição ao que estabelecia o modelo anterior, do sindicalismo pelego, dirigido a partir de representação nacional infiltrada por interventores e que pouco dialogava com problemas locais, com a base, o trabalhador que está no banco, na corretora, na cooperativa. Ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, ex-diretor da FETEC, Marcos Saraiva fala sobre essa questão: “durante muitos anos a gente viveu com o fantasma da CONTEC. A CONTEC era uma entidade sindical, que a gente chamava de pelega, e eles tinham o reconhecimento, pelos empregadores, que era mais fácil de negociar com os caras e aprontavam (desconsideravam decisões da base) por lá”.

Aprontavam, pois a negociação com a representação dos bancos (FEBRABAN), deixava a desejar para a categoria. Nos bancos, os bancários e bancárias viviam realidades nas quais problemas precisavam da intervenção das entidades de base. A maior parte dos sindicatos já estava sob a tutela de sindicalistas com essa preocupação, de cariz cutista.

Um bom exemplo vem da dirigente Suzineide Rodrigues, do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, que falou para esse livro em entrevista preparada para compor essa obra. Sua história de

vida ajuda a compreender o comprometimento das lideranças bancárias progressistas. “Eu entrei no movimento em 1991, no movimento sindical, integrando uma chapa única às eleições do Sindicato dos Bancários de Pernambuco. Nós fizemos uma convenção cutista, e essa foi a única convenção cutista que eu participei até hoje. A gente tinha dois grupos no Sindicato e eu integrava o grupo que era da Articulação Sindical (Grupo majoritário no movimento sindical de Pernambuco). Eu era nova, estava ainda com meu filho com três meses de idade. E aí fui convidada para vir para o Sindicato, e meu filho parou de mamar porque eu tive que vir para a luta sindical, convidar os bancários e estender essa luta. E eu já vinha dos movimentos sociais, participava das comunidades eclesiais de base (CEBs da Igreja Católica), da Juventude do Meio Popular (JMP). E aí fui apresentada ao pessoal da Articulação Sindical através do Chico do PT (dirigente sindical e integrante do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco), o nosso Chico do Banco do Brasil, e aí a gente se reunia clandestinamente com as pessoas dos bancos privados, porque naquela época, se você participasse de uma assembleia, ou se declarasse, alguma postura, alguma atividade ou que estava em contato com o sindicato, os bancos demitiam. Os bancos privados”, explica a atual superintendente regional do Trabalho de Pernambuco, responsável pelo Ministério do Trabalho neste estado nordestino.

Ela falou ainda sobre sua trajetória no Sin-



Suzineide Rodrigues:
*Superintendente da
Delegacia Regional do
Trabalho de Pernambuco.
Foi presidente do
Sindicato dos Bancários
de Pernambuco, membro
do Comando Nacional
dos Bancários e dirigente
executiva da FETRAFI-NE*



Marcos Vandaí:
delegado sindical de base e ex-dirigente do Sindicato dos Bancários do Maranhão. Foi dirigente da CUT Maranhão, da FETEC-NE, da CONTRAF-CUT

dicato: “Então eu entrei em 1991. Entrei como suplente da secretaria da mulher. E de lá pra cá eu participei de várias secretarias. Da mulher, de formação, de finanças, fui secretária-geral. Aí fui secretária de finanças depois. E presidente e agora voltei para a secretaria de finanças. Nesse período participamos de dois momentos difíceis. Tivemos eleições e houve mudança”, conta a dirigente, para explicar sobre a importância de ela ter integrado a luta dentro da própria Federação, principalmente pela falta de representação na base das entidades com lugar cativo nas mesas de negociações e que não representavam os anseios da base.

Por conta dessa não representatividade de FEEBs e da CONTEC, uma série de problemas não “aderia” à mesa de negociação. E isso ocorria por uma razão que fez surgir a FETEC, como nos explica Saraiva, para quem a “criação da FETEC só veio a fortalecer a nossa luta, e ampliar a capacidade de nosso diálogo. É tanto, que os nossos sindicatos participam do Comando Nacional. Muito importante a criação desse instrumento de luta. E quanto mais organização nós temos, maior o número de pessoas pensando e representando, melhor para ajudar a categoria”, argumentou Saraiva, em entrevista concedida para a produção desse livro de memória e resgate da História da Federação.

Outro que vem ajudar a relembrar esse tempo de enfrentamento às condições adversas da categoria bancária, naquele momento histórico, é o dirigente Marcos Vandaí Tavares Rolim, para

quem a articulação do campo cutista, no Maranhão do fim da década de 1980, foi fundamental para a luta ganhar uma nova roupagem e romper-se com o domínio dos pelegos na entidade bancária daquele tempo. “Então meu ingresso se dá nesse momento, de derrota, de 1987. Eu sou parte já da segunda geração que em 1991 é eleita numa campanha que mobiliza inclusive toda a capital, toda a cidade de São Luiz toma conhecimento a partir da forma como foi feita a campanha da chapa vitoriosa, do MOB-CUT em 1991”, relembra Vandaí, para quem a luta pela construção de uma entidade de representação da classe trabalhadora não era uma tarefa fácil.

Vandaí vai além e resgata uma importância fundamental no contexto da história de existência da FETEC-CUT/NE: “Esse processo de consolidação da FETRAFI-NE, como está desenhado hoje, é necessário que se faça um resgate histórico e opção acertada, a partir da orientação do novo sindicalismo com a fundação da CUT lá em 1983, de criar as alternativas que rompam com as amarras do corporativismo, com as federações pelegas, com essas estruturas que estavam vinculadas ao controle do Estado, e tendo à frente representantes comprometidos com esses interesses do capital, e no nosso caso com os interesses dos banqueiros mais diretamente, é que se faz a opção de ao invés de disputar a FEED, que é a federação pelega, optou-se por se criar uma estrutura considerando que a grande maioria dos sindicatos, da base do Nordeste ali já estavam sob essa orientação, estavam filiados à CUT, e tinham essa concepção de um sindicato de base, de um sindicato classista, de um sindicato atuante no conjunto das lutas dos movimentos sociais, é que se faz a opção acertadíssima pela criação da FETEC (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito) que se consolida passa a ter uma legitimidade, e ganha, no campo ideológico, na representatividade e da conquista de direitos para a categoria, a legitimidade de se manter como legítima interlocutora e representante do conjunto dos bancários dessa região do Nordeste, que vai, culminar depois, com a efetivação da FETRAFI-NE, que passa por um processo que consolida, recebe esse bastão da FETEC, da legitimidade e agora passa também a ter a efetiva legalidade e representa-

ção jurídica, reconhecimento a partir da carta sindical, e se consolida mais ainda nesse cenário político e esse conjunto desses sindicatos, são fortalecidos por essa representação e fortalecem nessa instância, de organização da região Nordeste. Então esse processo foi acertado, o Maranhão teve uma participação direta nesse momento. O tempo em que permaneceu nas fileiras da FETEC era o terceiro maior sindicato da base da Federação, teve um papel importante nessa luta e nessa consolidação que a partir daí que se deu a transição para a FETRAFI-NE”, defende Marcos Vandaí.

Não dá para descartar que, ao mesmo tempo que a FETEC-CUT/NE surge no horizonte de defesa dos interesses da categoria bancária, transformações ocorrem no mercado de trabalho da categoria. Se no período que vai do início dos anos 1980 até meados dos anos 1990 a maior fatia da categoria bancária era formada por escriturários, porta de entrada da categoria, hoje esse percentual é, em média 32% (DIEESE, 2017). Os gerentes hoje representam 39% da categoria; e os demais postos de trabalho se espalham entre as funções de assistente, analista, técnicos e outros.

Há uma intensão deliberada da direção das empresas do setor em aumentar o número de funcionários com cargos mais elevados para que assim pudesse exigir maior comprometimento dessa faixa salarial. E a diferença salarial entre os cargos “menores” e a fatia que ocupa a gerência não é significativa.

“O objetivo de ampliar o compromisso, a articulação dos trabalhadores com os negócios dos bancos. A ascensão profissional nos bancos está atrelada a um ideal construído pelas instituições no espaço de trabalho de “comprometimento”, “confiança”. Um funcionário de cargo gerencial está mais inserido na lógica defendida pelo banco – seja ele público ou privado –, ou seja, o trabalhador torna-se propenso a atender aos direcionamentos da empresa, em detrimento da organização dos trabalhadores, seja no local de trabalho ou junto aos sindicatos.” (MALERBA, 2017)

Quanto mais alto o cargo que ocupa o trabalhador ou a trabalhadora, o salário receberá uma pequena majoração. Mas eles acabam por aderir à política de valorização com uma maior fatia nos programas de remuneração variável. “Os funcionários recebem valores maiores conforme os cargos que ocupam, aumentando os ganhos variáveis de acordo com as posições mais elevadas” (MALERBA, 2017).

Não se pode deixar de perceber, porém, que a passagem da fase do capitalismo industrial no mundo foi suplantada pela fase do capitalismo financeiro (CHESNAIS, 1996), que transforma a economia de todo o mundo, também influencia o Brasil.

Novas formas de trabalho, calcadas nos princípios do toyotismo de eficiência, produtividade, gestão, controle de qualidade, agilidade, flexibilidade e adaptação ao mercado consumidor, passam a nortear as principais empresas do país, que estão se adaptando aos novos tempos de forma a se inserir num mercado mundial.

“No caso dos bancos brasileiros, passou a ser a tônica por toda a década de 1990 a gestão da eficiência e a qualidade dos serviços, a expansão da automação, a redução de quadros funcionais, a terceirização, a aquisição de máquinas e equipamentos autônomos, a agressiva propaganda mercadológica foram propulsores para a lucratividade e ganhos conferidos num período de inflação baixa e alta competitividade pelos demais entes bancários.” (GUILHERME, 2013)

Outra característica do período pós-plano Real, na segunda metade da década de 1990, quando essas mudanças estavam transformando o setor bancário brasileiro sobremaneira, foi a quebra da reserva de mercado para produtos tecnológicos, o que gerou uma competição bastante considerável entre as várias instituições, públicas e privadas, levando em consideração a competição de bancos estrangeiros num cenário de mercados financeiros internacionalizados.

Com esse caldo da cultura pós-moderna, em meio à globalização, à “revolução” proposta a partir das novas tecnologias da informação e da comunicação que perpassaram o mundo do trabalho sob diversos aspectos, o sindicalismo bancário também foi se obrigando a alterar sua cultura e a inovar em suas lutas e embates.



Maria da Conceição Bezerra: *ex-dirigente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte e da FETEC-NE. Também foi dirigente nacional da CONTRAF-CUT e membro da Comissão de Igualdade de Oportunidades (CGROS)*

Nesse sentido, é fundamental resgatar que a FETEC passa a fazer a preparação para a transição de sua luta. Embora tenha o respeito, a adesão e a representação formal, por meio de suas entidades de base, os Sindicatos cutistas que integram seu corpo diretivo e se organizam por meio da Federação, as Federações estaduais, que sustentam a existência da CONTEC, seguem sugando os recursos que, por direito e decisão da base, deveria ser da FETEC-CUT/NE.

Essa luta se torna ainda mais ilustrativa a partir do relato de uma dirigente histórica, a potiguar Maria da Conceição Bezerra, dirigente sindical do Rio Grande do Norte. Conceição relembra que o Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, se negou a ingressar na CUT durante seu período inicial. “Fomos contra a criação da CUT. E permanecemos na FEEB”, revela a dirigente, para logo a seguir resgatar a mudança de postura dos bancários do Rio Grande do Norte: “na década de 1990, veio a se filiar à CUT, e com isso, nas discussões internas em relação a todo o processo de organização da categoria, foi fundada a FETEC-CUT/NE (Federação dos Trabalhadores em Empresas de

Crédito do Nordeste), onde participamos ativamente. Com a grande discussão que existia no Departamento Nacional dos Bancários, da CUT, que depois veio a ser CNB, e hoje se chama CONTRAF-CUT, a discussão era: ou fazer oposições bancárias, em todo o país, exatamente para tornar o Sindicato um movimento bancário forte para fazer frente à CONTEC e às Federações pelegas. Por isso a necessidade das FETECs. No início seria exatamente a FETEC, que significa Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; com a discussão na categoria e na CUT, de discutir a questão do nosso ramo, foi aí que passou a ser a CONTRAF-CUT, e depois passou a se transformar de FETEC em FETRAFI-NE. Depois que já tinha sido fundada a FETEC. Por isso, que houve o avanço em todo o país”, enxerga Conceição.

Mas a luta, por mais boa vontade de seus integrantes, depende de recursos. O dinheiro é necessário para organizar a luta em encontros, realização de decisões coletivas que precisam ser organizadas, debatidas e formular, de forma organizada, estratégias de luta. E isso é uma verdade fática. Ninguém consegue, por exemplo, enviar uma representação para uma negociação com a FENABAN, de Campina Grande, no interior da Paraíba, no sertão Nordestino, para São Paulo, se não tiver em caixa recursos para essa viagem cujo custo é consideravelmente alto.

Nesse sentido, é fundamental ouvir o ex-diretor de finanças da FETEC-CUT/NE, Márcio dos Anjos, atual presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas, a quem a produção dessa obra ouviu para detalhar a evolução que a Federação apresentou e como essa situação, da falta de recursos oficiais, por falta de uma carta sindical de plena representação, se deu na prática.

A respeito dessa questão, segue o relato do dirigente integrante da FETRAFI-NE, Márcio dos Anjos:

“Quando houve esse Congresso para eleição de uma nova chapa, ao invés de eu fazer parte dessa pasta (Diretoria Jurídica), em virtude de uma divergência existente entre nós, da disputa de um mesmo sindicato de dois grupos que buscavam a tesouraria. E veio para que eu pudesse aceitar a pasta de Finanças, meu nome foi escolhido por consenso”, revela Márcio,



Márcio dos Anjos:
Presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas, membro do Comando Nacional dos Bancários, secretário para Assuntos de Segurança Bancária e de Políticas contra a Terceirização da FETRAFI-NE

para quem a missão era uma questão de respeitar a hierarquia e a forma coletiva de aparar arestas nas negociações internas entre os grupos que ajudam a construir a Federação.

“E a FETEC funcionava numa sala, que pertencia ao Sindicato dos Bancários de Pernambuco. Essa sala foi cedida para que a FETEC, de lá, fizesse sua atuação enquanto Federação. Porém, do ponto de vista da arrecadação, eu me surpreendi por ser tão pequena. A arrecadação total só dava para cobrir as despesas administrativas de dois funcionários, pagamento do condomínio, a questão da energia elétrica, e nos sobrava muito pouco. Ou seja, a FETEC era totalmente inviabilizada do ponto de vista financeiro e do ponto de vista de fazer sua ação política – já que política requer recursos”, deixa claro o dirigente, que hoje ocupa uma das 37 cadeiras do Conselho Nacional da CONTRAF-CUT e ajuda a gerenciar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro no Brasil. Márcio é extremamente respeitado nos círculos diretivos da entidade.

E ao se deparar com o problema, foram feitos esforços para propor a todas as entidades da base “um rateio de arrecadação para a formação de um fundo que desse autonomia financeira e a possibilidade de a Federação pudesse fazer a luta”, revela Márcio dos Anjos.

O objetivo desse rateio era dar “possibilidade de a representação dos bancários do Nordeste estar presente às discussões de Comissões de Empre-

sas (COES – Comissão de Organização dos Empregados). É só questão de nomenclaturas diferentes: nós temos as CEBB, do Banco do Brasil; CEE Caixa, da Caixa Econômica Federal; e nós temos as COES nos bancos privados. E todas funcionam da mesma maneira”, detalha Márcio, para quem a presença ou não, de representantes nordestinos, poderia vir a aprimorar a luta e levar as demandas locais para que fossem debatidas em âmbito nacional.

“Nós não tínhamos a participação dessas pessoas do Nordeste nessas comissões. Se nós não tínhamos recursos na Federação, como iríamos custear essa representação do Nordeste? Então foi esse o pensamento inicial de termos de criar um rateio, já que a arrecadação como estava não tinha como nos garantir representatividade”.

Na prática, esse rateio era um valor muito parecido com o total da arrecadação que a Federação consumia para sua manutenção. “E assim conseguimos estabelecer duas situações: primeiramente dobrar a arrecadação. E em segundo lugar conseguimos nos inserir no cenário nacional, enviando representantes para as comissões (BB, Caixa e bancos privados)”, esclarece o dirigente.

O sucesso da empreitada, decidida por consenso, foi tão completo que ao mesmo tempo que os recursos foram se acumulando num fundo para garantir a inserção política da entidade, a FETEC-CUT/NE pode realizar outro sonho. “Conquistamos uma sede própria, pois num primeiro momento não haviam reuniões nacionais tão frequentes. Com essa folga financeira, a entidade passou a ter recursos e demos esse salto maior que foi adquirir um espaço nosso”.

Foram três situações que transformaram a entidade. “Primeiro conseguimos dobrar a arrecadação. Com recursos em caixa, pudemos nos mobilizar e fazer parte das discussões em âmbito nacional; ao mesmo tempo, tivemos capacidade financeira para adquirir uma sede própria”, revelou o dirigente.

Com esse diferencial, e a parceria de todos os sindicatos filiados, a Federação teve a possibilidade de ampliar a participação nas questões na-

cionais. Isso fortaleceu a Federação, ampliou seu reconhecimento e abriu a possibilidade transformar demandas da base em políticas de defesa dos bancários da região Nordeste.

“Mas ainda assim era insuficiente, porque nós não recebíamos o quinhão destinado à representação das federações, do imposto sindical, pois naquela oportunidade e até hoje ainda existe, a FEEB. Mas nós não recebíamos, pois como a FETEC era uma estrutura paralela, e ainda estava em questão se quem receberia seríamos nós ou a FEEB, vinculada à CONTEC”, explica Márcio, para quem o passo seguinte era superar essa situação de, mesmo tendo a legitimidade política e fática de ser representante dos integrantes da classe trabalhadora do ramo financeiro do Nordeste do Brasil, ainda assim não era reconhecida juridicamente como a verdadeira entidade de segundo grau que receberia os repasses dos recursos para realizar a luta em defesa de trabalhadoras e trabalhadores.

4) Os primeiros passos da entidade. Articulada e guerreira, a FETRAFI-NE reconfigura a representação dos bancários do Nordeste na luta pela Convenção Coletiva de Trabalho

E para alcançar esse objetivo de representação total (legitimidade política e jurídica, no contexto real) e transformar a Federação que representava a maioria dos bancários e trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro do Nordeste do Brasil, a alternativa mais próxima era alterar a condição da FETEC-CUT/NE, transformando-a numa entidade que alcançasse e abarcasse esse quinhão de representatividade. “Veio a FETRAFI-NE. A FETEC-CUT/NE foi extinta e criou-se a FETRAFI-NE. Por meio de um movimento, nacional, nós passamos (eu além de presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas, sou um dos membros do Comando Nacional dos Bancários – nós somos 37 pessoas distribuídas ao longo desse grande País) na negociação, quando veio a Lei 13.467/17, ou seja, a Lei Trabalhista (Lei que instituiu a Reforma Trabalhista e tolheu uma série de direitos da classe trabalhadora) que veio com o objetivo claro de beneficiar o patrão, o empregador, e prejudicar o trabalhador, nós conseguimos uma coisa que talvez os demais trabalhadores não conseguiram”, pondera Márcio dos Anjos, que é justamente fazer o negociado se sobrepor ao legislado, beneficiando a classe trabalhadora mobilizada, articulada e capaz de operar nas “brechas” da Lei.

Para isso, a organização e a representatividade dos bancários foi decisiva para a vitória interposta a partir de um aparato legal pensado para destruir a organização sindical brasileira em todos os seus sentidos.

“Ora se a essência da Lei é a prevalência do negociado sobre o legislado, nós efetivamente praticamos isso. E isso fez com que nós conseguíssemos a proeza de não termos, mesmo com a Lei em vigor, nenhum direito dos bancários e das bancárias desse país retirados ou diminuídos. No des-governo que nós estamos aí (faz referência às gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro, como presidentes, pois a entrevista foi concedida ainda em 2022), num golpe acontecido e no desgoverno que assumiu depois do golpe. E mesmo assim nós conseguimos que nenhuma perda acontecesse para a categoria bancária. E dentro disso, dessa negociação, nós conseguimos também, em virtude da modificação do imposto sindical, onde ela correspondia (vou falar pelo meu Sindicato – AL) a 33,33% da receita, e vou fazer aqui uma analogia, você tem um cheque especial e de repente o banco lhe toma essa reserva, como é que você vai sobreviver? E foi exatamente isso que aconteceu. E como a gente reagiu: nós negociamos e o que vale é o negociado sobre o legislado e nós conseguimos superar essa situação que estava nos sendo imposta, deliberadamente”, pondera Márcio dos Anjos, membro destacado do Comando Nacional dos Bancários da CUT, dirigente histórico da FETRAFI-NE.

Ampliando a representatividade de trabalhadoras e trabalhadores

Quem ajuda a contar também, sobre as mudanças de FETEC-CUT/NE para FETRAFI-NE, é o atual secretário-geral da CONTRAF-CUT, Gustavo Machado Tabatinga Júnior, um cearense que tem história na base do Sindicato dos Bancários do Ceará, mas que ajudou a mudar a estrutura e ampliar a representação de outras entidades e todas as regiões do Brasil. Foi por conta dessa experiência, jurídica principalmente, que ele foi convidado a compor a direção da Confederação e hoje está em São Paulo.

Tabatinga foi ouvido pela produção desse livro e deu sua versão sobre as mudanças, necessárias, para que a categoria evitasse o desmonte proposto e estabelecido pelo setor financeiro em relação à classe trabalhadora.

“Na época da fundação da FETEC-NE, tinha ainda o Rio Grande do Norte e o Maranhão, dois sindicatos que se desligaram da FETEC-CUT/NE por conta de outros processos, num outro momento político. Não havia como se montar uma federação de base estadual (no Nordeste), pois a maioria dos sindicatos que compunham a FETEC, à época, eram sindicatos de representação estadual. Mas também por outra coisa: só existe o nordestino. É o único gentílico utilizado para identificar, um povo de uma determinada região exclusiva do país. Ninguém usa nortino, centro-oestino, sudestino, e assim por diante. É meio esquisito isso de explicar, mas justamente esse ponto de vista e esse jeito diferente do nordestino se sentir nordestino, apesar de o cearense ser bem diferente do pernambucano, bem diferente do paraibano, todos têm um ‘que’ exclusivo e único de unidade, que no movimento sindical bancário não poderia ser diferente, e a gente optou por esse tipo de organização”, lembrou o dirigente, que entrou na categoria no início do Século XXI, aprovado num dos raros concursos realizado ainda durante o segundo mandato de FHC.

Tabatinga explica ser a FETEC uma federação nascida com forte oposição jurídica das Federa-



Gustavo Tabatinga:
*secretário-geral da
Confederação dos
Trabalhadores do Ramo
Financeiro (Contraf-
CUT) e dirigente da
FETRAFI/NE. Foi dirigente
executivo do Sindicato
dos Bancários do Ceará*

rações existentes nos Estados e regiões do Brasil. Como já existiam, e apresentavam como característica ser atreladas aos patrões, herança “do que era a ditadura militar”, pondera Gustavo. Ele argumenta, num determinado momento “não tenho como precisar a data, a gente percebeu que era mais fácil fundar um novo CNPJ, uma nova estrutura estatutária, e fazer a sucessão de uma para a outra do que de fato a gente procurar regularizar por meio do processo judicial”.

Nesse momento, em 2011, Gustavo relata ter vivido verdadeira maratona para angariar os documentos necessários para a transformar a “antiga” Federação na atual FETRAFI-NE. “A gente procurou os sindicatos que não tinham impedimento naquele momento e fundamos uma nova Federação. Eu estava no Congresso de fundação, lá no Recife, fiz a defesa, participei da assinatura do primeiro estatuto, da primeira ata constitutiva, briguei com os cartórios no Recife, peguei um carro alugado e fui atrás de assinaturas pelo interior da Paraíba, fui no interior do Ceará, interior do Piauí. Saí colhendo assinatura das pessoas por que a gente precisava ter toda a documentação pronta tão logo fosse feito o Congresso de fundação, para evitar uma nova judicialização”, conta o dirigente.

E a entidade foi criada sob características ampliadas, numa estrutura jurídica para representar além de bancários, os trabalhadores do ramo financeiro. “Por isso que a gente optou também pelo nome de Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste. E hoje, trabalhando na CONTRAF-CUT, posso dizer sem sombra de dúvidas, é a Federação que tem a mais ampla atuação política entre todas as outras Federações que compõem a Confederação”, argumenta o secretário-geral da entidade responsável por defender a classe trabalhadora em mesas de negociação e renovação da CCT.

“É a única de que fato faz o papel de federar sindicatos. A gente tem uma estrutura chamada Comando Nacional dos Bancários, que faz a negociação. É como se a gente tivesse o comando nacional dos bancários do Nordeste, onde a gente tem um espaço de diálogo e de disputa política, e é lá que a gente fecha o bloco do Nordeste”.

Cheio de orgulho pela forma como a entidade funciona, Gustavo defende ser a FETRAFI-NE a representante do espírito da união de entidades de base, funcionando lastreada no respeito, e carregando para a mesa de negociação tudo o que as entidades recebem a partir de suas bases: “quando a gente chega em São Paulo, com as nossas reivindicações, a gente não vem com as propostas individualizadas por entidade. Ah, aqui é a proposta do Ceará, aqui é a proposta de Pernambuco, do Piauí, demanda da Paraíba, demanda do Cariri. Não. A gente chega e diz: aqui é um bloco só. Aqui é o Nordeste”.

Esse é o peso que diferencia a representatividade da FETRAFI-NE em negociações de renovação da CCT ou nas comissões. “Ao invés de chegar com um sindicato de dez mil trabalhadores, a gente chega com uma Federação de 40 mil trabalhadores. E aí está o nosso peso. Fica bem maior e esse é o nosso grande diferencial em relação a todas as outras Federações. É uma peculiaridade nossa, e é por isso que eu gosto tanto de estar nesse espaço”, finaliza Gustavo, profissional responsável por coordenar atividades das secretarias e setores da CONTRAF-CUT para integrar a ação da direção executiva (A entrevista foi concedida em dez/2022).

Quem também opina sobre a forma como é rica a história da Federação é a dirigente pernambucana Suzi Rodrigues, hoje superintendente regional do trabalho em Pernambuco, mas uma histórica integrante da categoria e dirigente aguerrida por sua longa história no Sindicato e na FETRAFI-NE.

Ela não apenas reconhece a forma como a entidade se organiza a partir das entidades de base, mas também por sua evolução. “Participei a todo momento, da história da Federação. Desde quando a FETEC-CUT/NE foi criada até hoje. E a gente só teve a melhorar com a nova Federação. E com a atuação que a nossa Federação vem tendo nos últimos anos. A nova geração, da FETRAFI-NE, trouxe um novo tipo de relações, mais igualitárias e mais debatidas no seio da categoria”, pondera Suzi, realçando o debate sobre gênero e o estímulo a haver mais igualdade e reconhecimento nas questões de remuneração e oportunidades nas cláusulas da CCT.

Crítica em relação às ações pensadas pelas autoridades que propuseram, legislaram e aprovaram as mudanças na legislação trabalhista, Suzi lamenta o atual governo não ter força para anular o que passou a valer para a classe trabalhadora: “Para mim, a Reforma Trabalhista foi pensada e projetada para enfraquecer a organização da classe trabalhadora. E nós, da categoria bancária, nossa organização nacional, a unidade nacional, o modelo de organização que a categoria bancária construiu, ajudou a nos fortalecer. Enfrentamos a reforma trabalhista e não perdemos direitos. Isso foi possível devido à força do Comando Nacional, da CONTRAF-CUT, da nossa FETRAFI-NE, das outras federações e dos bancários do Brasil. Conseguimos enfrentar essa reforma trabalhista que retirou muitos dos direitos dos trabalhadores”, comemora Suzi, lamentando, no entanto, perdas impostas pela força dos ataques neoliberais advindos do novo modelo aprovado pelo Congresso Nacional.

Para Suzi Rodrigues, a denominada Reforma Trabalhista “tirou a homologação do Sindicato, e o imposto sindical, mas nós da categoria bancária conseguimos superar essa ausência do imposto com um novo modelo da CCT, onde a gente conseguiu instituir a taxa negocial. Então, tem uma Convenção Coletiva e a gente passou por Temer (Michel Temer, o presidente que traiu a ex-presidente Dilma Rousseff e deu um golpe de estado com verniz de impeachment e legalidade, mas que depois ficou comprovado que não houve ilegalidade nos procedimentos fiscais adotados pela administração da ex-presidenta), a gente passou por Bolsonaro; e chegamos agora, vivos, sobreviventes e resistentes. Porque a nossa luta dos bancários é uma luta forte, reconhecida no Brasil inteiro, esse modelo de organização nacional, que todos os bancários têm uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Isso ajudou a gente a se fortalecer e a fortalecer a Federação. A gente não perdeu benefícios, a gente fez conquistas, esse ano mesmo a gente além de manter as outras conquistas renovamos o acordo por dois anos, que já são três convenções assinadas com acordos de dois anos de duração. Bianual. Isso deu um fortalecimento para que a gente pudesse passar e atravessar

toda essa reforma trabalhista, toda a perseguição: do golpe de Temer; da eleição do inominável, até chegar agora com ganho real, com aumento em nossos tickets, e manutenção nos benefícios. É claro que algumas coisas, como a homologação, a gente perdeu; não conseguiu fazer. Mas, na maioria da nossa CCT a gente não teve perda. Muito pelo contrário. A própria dificuldade ajudou a gente a se fortalecer e fechar um acordo bianual, e isso é uma grande vitória na nossa categoria. A manutenção da nossa convenção coletiva é uma grande vitória que a categoria tem, que a gente vinha discutindo desde a FETEC-CUT/NE, a questão da mesa única, porque na época do Fernando Henrique Cardoso os bancários dos bancos públicos ficaram oito anos sem ter aumento, sem ter tickets, e foi com a retomada do governo Lula, e o fortalecimento dessa organização nacional que nós conseguimos fazer a mesa única e hoje nós temos uma Convenção Coletiva de Trabalho. Parabéns para a nossa categoria, parabéns para a Federação, e parabéns para os dirigentes do Nordeste da categoria bancária”, elogia Suzi, num momento de reconhecimento da força e da garra de quem sempre fez a defesa dos interesses da classe trabalhadora, da organização da categoria a partir das lutas da base, uma forma de ampliar conquistas e fazer do espaço de negociação um momento de vitórias, completando: “A luta de classes sempre vai nos fazer correr pela manutenção dos direitos. Nós temos um monte de desafios nesse sentido: o primeiro é o enfrentamento ao avanço tecnológico. A gente precisa se preparar para a mudança que vai se configurar na classe trabalhadora e em nossa categoria. Nós tivemos várias mudanças com relação ao avanço tecnológico, e a nossa categoria é uma das mais atingidas. Nós já fomos um milhão e meio (sic) e hoje somos pouco mais de 400 mil no Brasil. Então é um desafio a gente pensar na ‘Revolução 5.0’ (sic), Inteligência Artificial, e a gente poder se preparar para essa nova era, porque os bancos querem lucrar e vão ter mais lucros com menos trabalhadores e evidentemente que eles vão diminuir, querem diminuir, os direitos, benefícios e garantias”, explica Suzi, para quem o grande desafio está em, os integrantes do ramo financeiro do Brasil “acompanhar os avanços tecnológicos, tentar

incluir todos os agentes, todos os trabalhadores, que hoje prestam serviços no sistema financeiro. Então é preciso ampliar o debate por ramo de atividade. A outra é a gente se organizar enquanto classe trabalhadora, juntar todas as centrais sindicais pra poder fortalecer as mudanças que precisam ser feitas nessa reforma trabalhista. O ideal seria a gente revogar. Fazer um revogação. Inclusive a CUT e as demais centrais sindicais entregaram a plataforma da classe trabalhadora ao presidente Lula. Mas não vai ser possível fazer, porque a conjuntura do Congresso Nacional não nos permite. A gente elegeu o presidente Lula mas não temos maioria no Congresso Nacional”, analisa a dirigente que hoje está num outro patamar na defesa da classe trabalhadora, por ser a superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco.

Suzi, no entanto, enxerga a Federação como indutora de muitas lutas e a defesa das categorias que se integram na luta por melhores condições de trabalho, salários e vida. Para ela, a “FETRAFI-NE tem esse desafio de unificar, de unir cada vez mais o Nordeste. Que seja uma Federação com intervenção positiva, crítica e responsável, e acima de tudo: a gente pensar em políticas públicas, pensar em formas de organização, para ter todos os trabalhadores do ramo financeiro incluídos na nossa Convenção Coletiva. Então pra mim, estar dentro da Federação durante toda essa trajetória, de trinta anos, porque eu tenho 33 anos de Sindicato, então eu tenho esse tempo e completo aniversário junto com a Federação; e ver toda a evolução da nossa CCT, a ampliação de cláusulas, a organização e fortalecimento hoje, dos Sindicatos do Nordeste, e a gente vê como e quanto a gente aprendeu, e também amadureceu. Então esse grande desafio que é manter essa organização, manter essa unidade de todos os sindicatos nordestinos, então é isso. A gente tem que continuar com o desafio, e tentar ver o que pode fazer nessa alteração na reforma trabalhista, se engajar com os movimentos sociais, se engajar com outras centrais sindicais. Porque precisamos estar juntos. A classe trabalhadora precisa se unir para fazer a pressão, junto ao governo Lula, que é um governo em disputa, onde nós da classe trabalha-

dora não somos hegemonia, não temos maioria, e precisamos disputar o poder e ganhar em representação e em representatividade. Então é preciso que as pessoas os dirigentes sindicais estejam cientes de que quanto mais estivermos na base, quanto mais tiver formação política, a gente vai avançar. Então, fundamental, além de tudo isso, é a presença na base, formação política, unidade nacional e manutenção de todos os direitos estabelecidos e garantidos em nossa Convenção Coletiva de Trabalho. Agora estou na Superintendência do Trabalho de Pernambuco, tendo como objetivo ser essa voz da classe trabalhadora, que o Ministério do Trabalho cumpra o seu papel que é fiscalizar, que é de orientar e principalmente a manutenção dos direitos estabelecidos a partir da CLT e dos direitos constitucionais da classe trabalhadora. E também no papel de mediar as negociações e os conflitos, e achar o melhor caminho possível para a gente poder alcançar bons acordos. Aprendi muito com as nossas negociações coletivas no Comando Nacional e quero colocar em prática esse aprendizado nesse novo desafio. Negociação e diálogo com os empresários, com os patronatos. Porque a gente agora também precisa de emprego, de salário digno, precisa de saúde, nessa nova etapa como dirigente do Ministério do Trabalho”, reconheceu Suzi.

Etapas da mudança

Importante resgatar ainda uma visão do dirigente que estava ajudando a conduzir a entidade nos dias que se optou pela fundação da FETRAFI-NE, que é Rostand Lucena. Para ele, a mudança de FETEC para FETRAFI-NE, se deu por a entidade fundada em 1992 ter “a legitimidade política. Porém não tínhamos a representação jurídica. A FETEC-CUT/NE tinha toda uma estrutura mas com necessidade de uma injeção financeira por parte das entidades – os Sindicatos contribuía com a FETEC-CUT/NE, os Sindicatos eram quem bancavam as comissões de organização dos empregados. A comissão Nacional do Banco do Brasil também todo esse aparato que se havia uma necessidade de se participar dos fóruns de discussões, das reuniões, das preparações. Tudo isso era bancado pelas entidades através de cotas,

via FETEC-CUT/NE. Cotas proporcionais de acordo com o tamanho de cada entidade. E legalmente, a FETEC não podia ter (receber) nenhum recurso financeiro oficial. Tudo isso dependia da discussão política, da boa vontade política, dos Sindicatos. E aí, eu abro um parênteses aqui para ressaltar a importância de cada companheiro que passou por esses momentos mais difíceis, desses momentos de um embate maior, e das entidades que tiveram a maturidade política suficiente para sustentar uma entidade que era, foi e será importantíssima para a organização da categoria, na região”, ressalta Rostand Lucena, numa referência de reconhecimento de todos que ajudaram a construir essa potência de representatividade que é a FETRAFI-NE.

Diante desse cenário, havia uma necessidade, de fazer com que, juridicamente, a FETEC-CUT/NE passasse a ser reconhecida como entidade. “Porém, tinha um entrave jurídico. Já existia uma entidade de segundo grau. Uma federação na mesma base. E diante da unicidade sindical, você não poderia colocar outra entidade na mesma base territorial de uma já existente. Nós tentamos, algumas vezes, regularizar a FETEC-CUT/NE, e não conseguimos. Não tinha jeito. Quando nós estávamos na presidência, em 2010, nós buscamos a CUT e aí nós já tínhamos feito essa discussão, e buscávamos alternativas. Qual seria o caminho para regularizar a FETEC-CUT/NE? Nós buscamos a CUT, naquela época o companheiro Jacy Afonso, que tinha sido presidente do Sindicato de Brasília, era um dirigente de grande repercussão nacional, estava na CUT, e nos apontou um caminho junto com o jurídico da CUT. A CUT deu um apoio fantástico na regularização”, agradece Rostand.

E qual foi o caminho? “Olha, enquanto FETEC não vai haver solução. Não vai conseguir regularizar. Cria-se outra entidade. E aí nós criamos e passou a ser FETRAFI-NE, abrigando não só bancários, mas todos os trabalhadores em empresas de crédito etc. Nós ampliamos um pouco a base, até para que juridicamente a gente pudesse ser reconhecido, e finalmente, depois de uma batalha de anos, nós conseguimos regularizar a FETRAFI-NE e participamos também dessa mudança. Houve um período de mudança,

entre FETEC e FETRAFI, permaneceram as duas durante um curto período, até que a FETEC-CUT/NE pudesse ser extinta. E finalmente chegasse, onde hoje estamos, e a FETRAFI-NE reconhecida e a partir daí recebendo os recursos que ela já teria direito, pelo menos na nossa visão. Mas, o que interessa é que o fruto de uma batalha de anos e anos, resultou na vitória e a FETRAFI-NE foi reconhecida”, expõe Rostand Lucena.

A FETRAFI-NE, desde antes de se tornar a representante de todos os trabalhadores do ramo financeiro, ou seja, desde quando era a FETEC, a entidade teve representantes em todas as mesas de negociações decisivas para alcançar as principais conquistas da categoria bancária, mas além disso, também ajudou a formular nas mesas de negociações nacionais. “Hoje nós temos dirigentes do Nordeste participando das negociações com os bancos públicos, temos diretores da entidade do Nordeste participando de negociações em todas as comissões por banco, comissões nacionais. Temos dirigentes da FETRAFI-NE participando da direção da CONTRAF-CUT. Ou seja, participa de toda a elaboração das pautas de reivindicações, participa das negociações e participa dos embates. Porque em várias vezes a entidade organizou mobilizações regionais”, finaliza Rostand, demonstrando a força e o empenho da entidade na representação da categoria e do ramo.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). In: Revista Sociologia e Política, Curitiba, n. 19, p. 71-94, nov. 2002.

ANTUNES, Ricardo. Ricardo Antunes. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica, 1996.

GUILHERME, Marcelo Siqueira. Ser ou estar bancário? A reestruturação produtiva e suas consequências para os bancários e o movimento sindical bancário. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB. 2013 (<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14247>)

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. _____, 2008.

_____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

MALERBA, Paulo E. S. Bancários: identidade e sindicalismo de classe média. Revista de Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, v.06.02: 497–522, agosto, 2016.

VIANA, N. O capitalismo na era da acumulação integral. Aparecida (SP): Editora Idéias & Letras, 2009.

Periódicos

ALVES, Giovanni. Revista de Sociologia Política Curitiba – UFPR, 2000. Pág. 111-124. Artigo: DO “NOVO SINDICALISMO” À “CONCERTAÇÃO SOCIAL” ASCENSÃO (E CRISE) DO SINDICALISMO NO BRASIL (1978-1998).

CAPÍTULO 5

- 1) O diferencial da FETRAFI-NE para os trabalhadores do ramo financeiro do Nordeste.
- 2) A luta protege os interesses dos trabalhadores.
- 3) Superando ataques com a defesa articulada e capaz de reagir aos ataques do capital.
- 4) Como os bancários do Nordeste enxergam os desafios: a visão dos dirigentes do Nordeste sobre a questão dos trabalhadores do ramo financeiro.
- 5) As negociações, as lutas e as conquistas materializadas pela CCT.
- 6) A evolução das conquistas de trabalhadores/trabalhadoras do ramo financeiro.
- 7) O caso das certificações – é bom ou ruim para a categoria bancária? Seria uma armadilha?
- 8) Como a organização da luta se reflete nas mesas de negociações?
- 9) Reflexos do golpe: apesar de propor retrocesso trabalhista, a Lei 13.467/17 resultou em fortalecimento das negociações coletivas dos bancários.
- 10) Prognósticos e a pesquisa com a categoria.
- 11) O caminho do sindicalismo a partir do exemplo da FETRAFI-NE

1) O diferencial da FETRAFI-NE para os trabalhadores do ramo financeiro do Nordeste

Resgata-se aqui um fragmento da entrevista de João Vaccari Neto, histórico dirigente da categoria bancária, na luta desde a década de 1970. “Nós tivemos recentemente, uma política feita pelo governo Bolsonaro (2019 a 2022), de destruição dos direitos dos trabalhadores. E agora nós vamos entrar na fase na qual nós queremos rediscutir o direito dos trabalhadores. Mas nós queremos rediscutir eles a partir de dois princípios básicos: o fortalecimento da negociação coletiva e a liberdade de organização dos Sindicatos. São dois pilares que nós temos que ter. Porque sem esses dois, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Se não fortalecer o espírito da negociação coletiva, e quem representa (a classe trabalhadora) na negociação coletiva, quem cumpre? Então nós temos que ter o princípio básico da negociação da convenção coletiva, das negociações coletivas. E o outro é o princípio do fortalecimento da unidade e da autonomia do Sindicato para poder se organizar”.

Autonomia sindical e respeito à legitimidade da representação. Esses são conceitos que podem ajudar a garantir a defesa dos interesses do trabalho no embate diante do capital e de sua gigantesca força no enfrentamento

cotidiano, já longo e tradicional, entre esses dois polos de interesse. Caso a autonomia e a legitimidade dos trabalhadores prevaleça, garantindo de forma democrática a fórmula cutista que nasceu do modelo criado a partir das lutas advindas da retomada do enfrentamento ao capital por parte do Trabalho, momento denominado de “novo sindicalismo” (ainda em fins da década de 1970 e ao longo dos anos 1980), o caminho da classe trabalhadora precisa se resguardar, com a manutenção de modelos por meio de uma legislação que requalifique a luta e resguarde a força do Trabalho nessa relação.

As vitórias ocorreram na seara da disputa pelo poder a partir das organização de base, os Sindicatos. E a FETRAFI-NE é uma entidade de segundo grau que ajuda a compor e dar legitimidade à CONTRAF-CUT, entidade maior e responsável por sentar à mesa de negociações e expor o que pedem os trabalhadores aglutinados na base e que definem – democraticamente – ao longo da construção da pauta de reivindicações entregue aos empregadores na mesa de negociação.

Em outros termos: democracia de base para construir a legitimidade por meio da história por ela erigida, desde a década de 1990, nos mais complexos contextos da luta da classe trabalhadora, principalmente dos bancários e bancárias – mas não exclusivamente destes profissionais – estabelece uma nova realidade (não dada, mas conquistada) a partir do cotidiano de enfrentamento entre capital e trabalho.

A existência da Federação se dá pela necessidade de representar o ramo financeiro de forma completa. E para compreender de forma ampla e contextualizada é importante ouvir o dirigente que está à frente da entidade desde o fim da primeira década desse Século XXI, atual presidente, Carlos Eduardo Bezerra Marques.

Em sua análise, Carlos Eduardo defende que o “modelo de organização sindical que nós temos entre os bancários, neste momento, é o resultado de algumas décadas de acúmulo de organização. O foco era a autonomia sindical. E essa autonomia e liberdade sindical era percebida diretamente com



Lindonjhonson Almeida de Araújo: secretário-geral da FETRAFI-NE; presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, membro do Comando Nacional dos Bancários. Foi dirigente sindical da FETEC-NE

quem tem que definir os rumos do Sindicato, que é o trabalhador”, pondera Carlos Eduardo, para completar: “a primazia é do Sindicato. E as entidades, do ponto de vista da organização vertical (como é o caso da FETRAFI-NE, sob o aspecto regional; e nacional, como é o caso da CONTRAF-CUT), têm que ter consonância, para que a democracia e a liberdade de uma entidade sindical possa ser escutada por todas as entidades que vão aglutinando o processo de organização. Seja no Estado, no Nordeste, no Brasil e fora do Brasil”, exemplifica Carlos Eduardo.

Para Lindonjhonson Almeida de Araújo, secretário-geral da FETRAFI-NE, a essência desse serviço ofertado ao público em geral, do trabalhador ou trabalhadora bancária, “além de gerar um atendimento, fazendo com que uma concessão pública que é a moeda, através de um ente econômico, que é uma instituição financeira, e possa discutir a quem serve, a quem presta, qual a condição de trabalho, acaba sendo um processo que se você discutir isoladamente, em um município ou em um estado, você perde a noção de enfrentamento de um setor que não se organiza nem municipalmente nem no âmbito do Estado; mas se organiza como um setor econômico para todo um país, em lastro a uma organização do setor do sistema financeiro mundial”.

E quando o dirigente aponta para essa questão, ele está alertando para os movimentos já relatados nessa obra, que nos remetem a um con-

junto de fatores econômicos e de organização da atual fase do capitalismo mundial, que é a fase do capitalismo financeiro alcançado na acumulação de capital um fim em si, mas, muito além disso, se transforma em um regramento e uma ação lastreada em preceitos e formatos apregoados pelo neoliberalismo.

E para enxergar melhor essa situação, nos valem da visão de Vito Giannotti, que aponta para questões fundantes, a partir de sua análise da chamada terceira “Revolução Industrial”, quando as técnicas de produção “explodiram” toda uma técnica de produção existente no momento exatamente anterior ao atual. O objetivo maior era a busca do lucro da maneira mais absoluta sem nenhum verniz de preocupação com a sociedade.

As empresas, inclusive os bancos, passam pela implantação de novas roupagens em suas administrações, como, por exemplo, uma nova gestão participativa estimulando a competitividade, propagada por meio do próprio trabalhador bancário.

“Não seria fácil introduzir essa visão de mundo, se houvesse um movimento operário em fase ascendente, seja política seja ideologicamente, a introdução dessa nova mentalidade provocou mudanças cada vez maiores nas atitudes da classe trabalhadora, e sem dúvida, inibiu sua ação de reivindicação e luta, e novas formas de gerenciamento são aplicadas aos trabalhadores.” (GIANNOTTI, 2007)

Ou seja, o modelo administrativo tradicional ficou para trás. Não existe aquilo que Ford e Taylor pregavam, com o operário sendo comparado apenas a um “macaco amestrado”. Agora, o fetiche capitalista exige de toda a força de trabalho qualidade total dos trabalhadores. E eles e elas são envolvidos nessa empreitada empresarial por meio dos círculos e controle de qualidade CCQ. Processos que tiveram grande difusão a partir do Japão, se espalhando para o mundo todo, com o objetivo de melhorar a qualidade na produção e também na prestação de serviço.

Embutido nesse processo, por traz da falácia de melhoria nos processos e na melhor qualidade dos serviços prestados, está o binômio: lucro e redução de custos na produção. Ou seja, para aumentar a lucratividade dos negócios, é preciso envolver os trabalhadores e trabalhadoras, em atitudes colaborativas. Todos são doutrinados nesse sentido, assediados para colaborar e defender a empresa. Independente se você é gerente ou faxineiro. Todos “irmãos”, sem essa história de classes sociais e luta de classes. É o tal fim da história.

A consequência, por óbvio, é a imediata proliferação de um mal que persiste até hoje: acumulação de funções do profissional que manteve seu vínculo de emprego, pois o sistema previa uma redução de custo por meio do chamado enxugamento dos postos de trabalho, visto que muitas funções foram deixando de existir em função da substituição da mão-de-obra humana pela introdução de tecnologia. E o acúmulo de função vai da multifuncionalidade, exigida de todos os trabalhadores, independente da função que exerce, até o aumento da responsabilidade pelo perfeito funcionamento da seção na qual o profissional trabalha.

Isso resulta, é evidente, em mais estresse, mais pressão, mais loucura e o fim de qualquer vida pessoal ou familiar, e, claro, mais desemprego. O economista Paul Streeten descreve assim a avalanche dos programas de ajuste:

... ajustamentos que respondem a mutantes vantagens comparativas são custosos. Eles implicam mudanças nas ocupações, frequentemente mudança de residência, períodos de desemprego e incerteza e, geralmente, revolta e ruptura. Em um ambiente internacional em que as vantagens comparativas mudam rapidamente, a política comercial pode se tornar uma política para errantes: ela impõe o imperativo de se mover de uma ocupação para outra, de uma residência para outra.

E a pressão por aceitar essa “nova realidade” se impõe à classe trabalhadora como uma necessidade do sistema. Na lógica neoliberal, é preciso retirar do meio do caminho a resistência que significa aceitar a intervenção do Sindicato, “enquanto órgãos de reivindicação e de organização” (GIANNOTTI, 2007).

O objetivo de alterar o estado de coisas com o qual se dá o ambiente de trabalho, faz mudar também a forma como se compreende o trabalho do profissional. E se, ao invés de focar no interesse público de sua atividade, o trabalhador e a trabalhadora se atém única e exclusivamente na lucratividade e na eficiência da empresa na qual ele/ela trabalha, cujo objetivo é única e exclusivamente o lucro, pode-se considerar normal essa “pauta”. Mas isso terá um custo social gigantesco.

Abramos parênteses aqui para dar um exemplo claro nesse sentido, de você fazer parte desse jogo de interesses da área financeira mundial, e incluir um pequeno trecho de Ladislau Dowbor, economista e professor, que publicou um livro interessante do ponto de vista de esclarecer à sociedade a forma como a concentração da riqueza e a forma como o uso desse poder econômico pode alterar a força do capitalismo mundial e a concentração dessa riqueza:

Um aporte essencial do estudo de Morin é a análise de como este grupo de bancos vai se dotando, a partir de 1995, de instrumentos de articulação como a GFMA (Global Financial Markets Association), o IIF (Institute of International Finance), a ISDA (International Swaps and Derivatives Association), a AFME (Association for Financial Markets in Europe) e o CLS Bank (Continuous Linked Settlement System Bank). Com o uso de tabelas, Morin apresenta como os maiores bancos se distribuem nestas instituições. O IIF, por exemplo, “verdadeira cabeça pensante da finança globalizada e dos maiores bancos internacionais”, constitui hoje um poder político assumido. “O

presidente do IIF tem um status oficial, reconhecido, que o habilita a falar em nome dos grandes bancos. Poderíamos dizer que o IIF é o parlamento dos bancos, seu presidente tem quase o papel de chefe de Estado. Ele faz parte dos grandes tomadores de decisão mundiais". (MORIN, 2015)

Mas essa é uma questão de concentração de riqueza, o que não pode tirar nosso foco principal, que é a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, historicamente, se olharmos para os anos 1990, quando o Brasil teve duas gestões focadas em políticas neoliberais (os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso), o objetivo foi buscado por duas formas: cooptação de sindicalistas que admitiam a visão neoliberal (a Força Sindical e boas parcelas da CGT); e o combate e até a destruição dos sindicatos e das entidades cujo foco era a defesa dos interesses da classe trabalhadora e de uma sociedade mais inclusiva.

E essa situação não se dava apenas em países da periferia global, como é o caso da América Latina. Na Europa, gradativamente, o sindicato segue os passos dos partidos social-democratas ou comunistas, os quais, gradativamente vão se transformando em linha auxiliar dessa “nova visão socio-liberal”.

Carlos Eduardo pondera: “como dizia François Chesnais, essa psicologia do dinheiro acaba trazendo um processo de desafio constante para o direito dos trabalhadores, porque o dinheiro passa a ser um produto que em transformação vai criando novas formas de atingir aquele trabalhador bancário e a população”.

E a reação a essa situação onde o arcabouço de transformação tenta instalar, a “ferro e fogo”, a visão neoliberal, há uma reação dos sindicalistas do campo cutista. E uma das principais organizações que busca fazer esse enfrentamento é a CNB, que depois se transforma em CONTRAF-CUT, assim como a FETEC-CUT, que vem a se transformar em FETRAFI-NE. E para compreender melhor, trazemos a visão de Esdras Luciano, secretário

de Bancos Privados da entidade: “Então, o nosso modelo de organização, quando ele passa a perceber essa situação, já está operando com a organização por local de trabalho, delegados sindicais, diretoria de sindicato, com eleições participativas, sindicalização, filiação de entidades sindicais, projetos de negociação coletiva não isolada mas articulada nacionalizada, centralizada, discutindo se mexeu com um mexeu com todos, independentemente das instituições financeiras, dá um arcabouço diferencial, que permite que saia da tradicional repercussão, de que o sindicato representa os interesses econômicos imediatos de reposição de poder de compra, mas para além disso discutir as grandes questões essenciais de igualdade de oportunidades, de saúde, de previdência, de raça, de um trabalhador que além de ter uma relação de trabalho também é um cidadão que precisa e carece de uma Justiça Social maior ainda que o trabalhador bancário se veja, socialmente, na compreensão da sociedade né, como uma classe média, que precisa se perceber, como uma classe trabalhadora sempre, pra ter a empatia e a solidariedade de classe com os desvalidos, que com o trabalho dos bancários podem ter uma alternativa para que os bancos atendam melhor à população”, posiciona o dirigente, que comanda o paraibano Sindicato dos Bancários de Campina Grande.



Esdras Luciano:
secretário de Bancos Privados da FETRAFI-NE; presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande, membro do Conselho Político da FETRAFI-NE

2) Como a luta protege os interesses dos trabalhadores

Os programas neoliberais que tomaram conta do mundo para incrementar o chamado regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, conforme denominação dada por François Chesnais (1996), provocaram a reestruturação dos sistemas financeiros nacionais de toda a América Latina (também foram identificadas situações em muitos outros pontos do Planeta, pois se trata de um movimento coordenado).

Mas a adoção de medidas de liberalização comercial, desregulamentação financeira e privatização da economia e de várias empresas estatais que auxiliam a indução da movimentação econômica, “permitiu uma significativa ampliação dos fluxos de capitais estrangeiros, atrelando cada vez mais às políticas econômicas e monetárias desses países aos dinamismos das economias hegemônicas e inserindo-os de modo subordinado aos movimentos de mundialização do capital” (JINKINGS, 2007).

E para combater esse tipo de situação, o movimento sindical se mostra presente para levar o debate para o público. Na visão de Clécio Morse, secretário de Políticas Sociais da Federação, é “importante dizer que a FETRAFI-NE tem lado, nós temos a clareza de que a classe trabalhado-

ra precisa ser enxergada de maneira diferente por parte do poder e do governo. Somos nós que produzimos a riqueza deste País. É aquela velha questão que hoje todo mundo diz que está ultrapassada. Mas é a realidade. Mesmo com um mundo tecnológico diferente do mundo não tecnológico, de um mundo industrializado, a mais-valia é o que até hoje produz riqueza. É o que hoje ainda faz com que existam classes diferentes. Esse conceito ele é básico. E é muito importante até hoje. Sabemos que a categoria bancária não se reduziu apenas por conta da mais-valia, a tecnologia trouxe novos momentos e nós estudamos isso também, enxergamos o mundo do trabalho hoje de maneira diferente. Mas a essência da relação do capital com o trabalho, permanece a mesma”, reforçando assim o fundamento de representação e luta da categoria bancária, diante das mudanças experimentadas pela classe trabalhadora como um todo.

Assim é importante resgatar, historicamente, durante os anos 1990 o setor financeiro observou o ingresso de vários grupos estrangeiros, de bancos a financeiras, na América Latina, situação viabilizada pelas políticas de abertura econômica proposta pelos governos de cariz neoliberal, como Collor e FHC, abrindo o mercado do Brasil para a pressão concorrencial financeiros que dominavam o mundo.

Com o fluxo de “porteira aberta”, o grande capital privado transnacional ocupou muito espa-



Clécio Morse: diretor de Administração e Patrimônio do Sindicato dos Bancários do Ceará e Secretário de Políticas Sociais da FETRAFI/NE

ço em sistemas bancários dos países da região, ampliando a participação nesses sistemas, ampliando, por meio de compra de ativos e instituições, a concentração e da centralização de capital no setor, estimulando ainda, por parte de governos com raízes em visões neoliberais, da privatização do setor financeiro estatal.

“No sistema bancário brasileiro, o crescente poder do capital privado transnacional evidencia-se nos dados contidos em relatório do Banco Central do Brasil sobre a evolução do sistema financeiro nacional. Segundo o relatório, em dezembro de 1997 os bancos com controle estrangeiro no Brasil respondiam por 12,82% dos ativos totais do sistema bancário nacional, enquanto no final de 2003 esse percentual alcançava 20,73% (BACEN, 2004).” (JINKINGS, 2007)

Outro dado que demonstra uma mudança, uma ruptura com aquilo estabelecido como regra após as experiências pouco alvissareiras das décadas iniciais do Século XX no setor bancário brasileiro, foi a entrada de estrangeiros que adquiriram participação no sistema financeiro nacional. Houve um encolhimento do segmento estatal, assim como uma evolução significativa da presença estrangeira no setor de bancos.

E esse fortalecimento do capital estrangeiro decorreu da aquisição e/ou incorporação de bancos privados nacionais e instituições estatais. E opera de forma coordenada em todo o mundo, indicando uma tendência para a reorganização dos sistemas financeiros nacionais, concentrando capital. Esse fenômeno faz migrar para o sistema financeiro brasileiro capitais privados provenientes de todo o Planeta, com destaque para europeus, estadunidenses e latino-americanos.

Importante frisar que Minella (2002) assinala ser esse movimento de domínio sobre esses grandes recursos proporciona um alto grau de concentração de recursos no Brasil, sob o controle de alguns grandes grupos financeiros privados. Isso “confere a estes grupos não apenas o poder econômico

de gerenciar um gigantesco fluxo de capital, mas também poder político quanto à definição de políticas macroeconômicas”.

E a prova de que esse modelo de desnacionalização do setor ocorreu no período onde era mais forte a política neoliberal, está nos dados coletados entre 1997 e 2003, no Banco Central do Brasil (Bacen), onde foi registrada uma queda de 50,05% em dez/1997 para 35,23% em dez/2003 (BACEN, 2004) na existência de instituições estatais no sistema financeiro do País.

A queda só não foi ainda maior por ser o Banco do Brasil (BB) em conjunto com a Caixa Econômica Federal (CEF) – unidos – representarem aproximadamente 30% do volume de recursos que circulam no sistema financeiro nacional. Mas é importante salientar o que se passou nesse período com os bancos públicos do Brasil, pois isso dá uma noção do quão nociva é a política neoliberal instituída por organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) assim como o BIRD, cujas premissas são justamente a venda de ativos nacionais, a privatização e a desburocratização do Estado para facilitar o capital privado a agir dentro do sistema financeiro do Brasil.

Reinaldo Gonçalves, na obra *Globalização e Desnacionalização* (Gonçalves, 1999), aponta parte das ações privatistas do governo Fernando Henrique (1995-2002), relaciona como um problema crônico desse período no Brasil a força do poder econômico e político advindos da concentração do capital, perceptível com as vendas de bancos estatais e a redução drástica dessa participação no setor bancário nacional/estatal. De 32 bancos federais e estaduais componentes do sistema bancário estatal brasileiro em 1995, restavam 14 em dezembro de 2003, de acordo com dados do Banco Central (BACEN, 2004). Em 2004 e em 2006, mais dois bancos seriam privatizados, ambos adquiridos pelo grande grupo financeiro privado Bradesco: o Banco do Estado do Maranhão e o Banco do Estado do Ceará. O desmonte do sistema resultou na privatização de 13 bancos entre 1997 e 2006, enquanto outros foram liquidados ou transformados em agência de fomento.

O setor bancário, do ponto de vista de poder, tem uma grande repre-



Lucius Fabiani: Foi presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, presidente da FETEC-CUT/NE; membro da executiva nacional dos bancários CNB-CUT e do Comando Nacional do Bancários (CONTRAF/CUT)

sentatividade política e econômica, e quando o estado retira seu poder ao privatizar seu banco, que poderia ajudar a fomentar as políticas públicas, retira o poder ou a possibilidade de um ente de caráter eminentemente social que é o poder público, de intervir e ajudar a sociedade a alcançar possibilidade de defender uma sociedade mais justa.

Assim, enquanto o Estado brasileiro, nas suas esferas federal e estadual, desmonta sua estrutura e cede à tese do neoliberalismo, diretamente no que diz respeito ao sistema financeiro e bancário nacional, as entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores dão um passo na direção contrária.

São sete Sindicatos representando a categoria tanto em bancos (de todas as origens e singularidade) como em outras instituições onde haja trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro no Nordeste.

E como as histórias e as vivências das direções da FETEC-CUT/NE e depois da FETRAFI-NE, ajudam a compreender a influência que o poder do capital pode gerar nas disputas e fazer com que as desigualdades transformem situações, vale aqui um resgate histórico, que ajuda a contar um pouco sobre essa influência e a luta por uma representação democrática, que sempre guiou o movimento sindical do Nordeste – e do Brasil.

Nesse sentido, é importante resgatar a eleição que colocaria a então oposição bancária, no comando do Sindicato dos Bancários da Paraíba, antes mesmo da criação da FETEC-CUT/NE. E o relato é

sobre um processo eleitoral ocorrido em 1991, contado por quem o viveu intensamente: Lucius Fabiani, dirigente de proa dos bancários do Nordeste, que já ocupou a cadeira de presidente da FETEC-CUT/NE, mas que à época do que será relatado, era ainda da base da categoria e havia participado, meses antes, da greve de 1990 dos bancários, ainda como trabalhador do Banco Itaú, em João Pessoa.

“Fui para o Sindicato, mesmo com ressalvas de meu pai. Foi uma eleição complicada lá na Paraíba (pleito de 1991). Um movimento de resistência, porque nós ganhamos a eleição e a chapa que perdeu conseguiu uma liminar para assumir o Sindicato no lugar da nossa chapa. Isso gerou um movimento de impacto nacional. O presidente da CUT na época era Jair Meneghelli. O Jair foi de São Paulo para lá. Nós organizamos uma resistência no Sindicato, porque tinha um despacho, uma liminar expedida pelo juiz. Os perdedores iriam assumir o Sindicato no dia da posse. E nós nos organizamos: a CUT, o movimento sindical bancário nacional foi para lá. Jair Meneghelli, o MST, pastoral da terra, e as bancadas do PT, do PCdoB, PDT, os partidos de esquerda, o PV daquela época, e nós nos encastelamos dentro do Sindicato. “Daqui a Justiça não tira”! Eu me lembro muito bem de uma ligação emblemática de Jair Meneghelli para o então ministro da Justiça do Governo Collor, Jarbas Passarinho, dizendo a ele, claramente: “ministro daqui nós só sairemos machucados. Vai ter sangue!” E isso teve uma repercussão nacional. Isso foi matéria da Folha de S. Paulo. Isso



Jair Meneghelli, primeiro presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ex-deputado federal pelo PT

lá em 1991. Então, enfim, em função de toda essa mobilização, através de um recurso jurídico, nós conseguimos efetivamente tomar posse. Ganhamos na Justiça. Mas essa decisão judicial, no Judiciário da época, muito conservador, só foi possível porque a CUT organizou junto com o movimento sindical bancário, esse movimento de resistências, com apoio do MST, para que a democracia fosse restabelecida, e o estatuto do sindicato fosse respeitado. A vontade da categoria que havia escolhido a gente por ampla maioria”, conta emocionado Fabiani, complementando: “Não foi isso que levou à criação da Federação, pois esse debate já existia, já havia, era um debate estratégico: de como enfrentar a estrutura oficial? Mas essa luta lá da Paraíba, do Sindicato da Paraíba, ela é emblemática. Porque era uma luta contra o oficialismo. Uma luta contra a CONTEC. A nossa disputa lá, era contra os pelegos, que nós havíamos derrotado em 1988. Que a CUT derrotou em 1988. E esses pelegos tinham um ministro fascista. Ministro indicado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tinha muita influência política. E pelo Brasil afora, esses problemas aconteciam”, relembra Lucius Fabiani, para que todos entendam a importância de ser criada a FETRAFI-NE em substituição à FETEC-CUT/NE, uma vez que a Justiça, diante da influência do capital, pode ser um entrave na negociação.

3) Superando ataques com a defesa articulada e capaz de reagir aos ataques do capital

E esse exemplo também é uma forma de demonstrar que a organização da classe trabalhadora faz toda a diferença quando o jogo do poder se transforma a partir da base. Quando a base é aguerrida e todos têm consciência, uma vitória é construída e gera frutos. E foi justamente a insistência e a pegada de responsabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras, que inspira a direção da FETRAFI-NE.

Nesse sentido, vale a explicação dada por Patrício William Almeida Vieira, ex-dirigente e atual advogado em defesa de causas trabalhistas, que participou ativamente do movimento que criou a FETEC-CUT/NE, no início dos anos 1990. Para Patrício, a leitura dele e da então direção do Departamento Nacional dos Bancários da CUT, em relação à estrutura que direcionava a “luta” da classe trabalhadora era “a CONTEC não luta, a CONTEC é acomodada. A CONTEC, por exemplo, não fazia negociação coletiva, ampla. Preferia ajuizar um dissídio coletivo no TST e esperar que o TST resolvesse o conflito, acerca da remuneração salarial dos bancários. Nós não. Nós tínhamos uma compreensão de que esse modelo não nos servia. A negociação coletiva, o ganho salarial dos bancários, há de refletir o movimento real.

Então, por isso, nós tínhamos uma leitura de que a estrutura sindical montada a partir da construção da CUT – vou usar uma expressão aqui que era usada na época – era combativa”, exemplifica Patrício Vieira.

Ele lembra ainda que havia uma outra questão: enquanto se esperava luta, suor e empenho dos dirigentes sindicais, em relação às FEEBs e à CONTEC, a situação era de lamentar. “E os caras eram pelegos. Essa é uma rotulação da época. Era isso que norteava. Não sei se de fato, mas a experiência mostrou que de fato que o movimento sindical cutista era combativo.”

E essa combatividade resultou que, pouco depois, foi criada uma estrutura em formato de Federação (a FETEC-CUT/NE), para defender os interesses e organizar a luta de classes a partir da categoria bancária no Nordeste do Brasil. E o resultado dessa organização se vê, até hoje, a partir de um documento surgido desse referencial de luta.

Para se compreender um pouco melhor, podemos buscar os primórdios de uma luta que garante às categorias que convivem sob o “guarda-chuva” da representação dos trabalhadores do ramo financeiro em todo o Brasil: a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). E para resgatar essa conquista, vamos beber na fonte de outra produção que resgata a história da categoria, que é o livro que conta a história dos 30 anos da CCT, escrito por Carlos Eduardo Bezerra Marques, e que ajuda a esclare-



Patrício William:
*ex-diretor do Sindicato
dos Bancários do Ceará;
advogado trabalhista*

cer as lutas e conquistas da classe trabalhadora bancária desde a década de 1990, em trechos que ajudam a compreender os “30 ANOS DE CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS”.

Em abril de 1992, a categoria bancária foi assombrada por uma inflação galopante – assim como todos os demais cidadãos brasileiros. E não era possível esperar mais. Para demonstrar sua reação, a direção da luta sindical bancária lança então uma campanha nacional de emergência, e assim tentar compensar as perdas salariais. E em 1992, a inflação acumulada chegaria a insuportáveis 1.149%.

A minuta proposta na mesa de negociação, a Executiva Nacional dos Bancários apresenta como proposta a reposição da inflação e um aumento real da ordem de 26%. Os números são lastreados pelos estudos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) lastreado pela variação do Índice de Custo de Vida, índice apontado com base na cesta de bens e serviços definida pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), para que o cálculo acompanhe as mudanças de consumo das famílias paulistanas ao longo do tempo. Os grupos utilizados para este cálculo são: Alimentação, Habitação, Equipamentos Domésticos, Transporte, Vestuário, Educação e Leitura, Saúde, Recreação, Despesas Pessoais e Despesas Diversas.

Além da questão salarial, o Comando faz alusão à defesa do emprego (havia uma redução no número de postos de trabalho), ampliação do horário de atendimento das 9h às 17h, para ampliar a prestação de serviços bancários; e a adoção de um contrato coletivo de trabalho de caráter nacional.

“Durante a campanha de 1991, a categoria havia dado um passo importante nessa direção. Após uma greve de três dias, além da reposição das perdas, da produtividade e da formação de uma comissão de segurança bancária, os bancários conquistaram ainda a unificação nacional dos pisos salariais e a não utilização da Justiça do Trabalho no confronto entre

patrões e empregados nos bancos privados. Embora, nos bancos públicos federais, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tenha mais uma vez interferido nas negociações aplicando multas pela greve e suspendendo direitos sociais.” (MARQUES, 2023)

E ao final da campanha de 1992, o aumento real foi de 5%, com a recomposição bimestral de parte da inflação, aumento do tempo de auxílio creche de 72 meses para 83 meses, unificação do auxílio alimentação e a formação de uma comissão de trabalhadores e representantes das empresas para debater a questão da segurança bancária.

Mas a luta realmente se mostrou vitoriosa por uma outra questão. Pela primeira vez, os bancários conquistam seu mais primordial documento: a Convenção Coletiva Nacional de Trabalho (CCT), um documento que até hoje nunca deixou de ser acordada entre o capital e o trabalho.

Naquele ano, esse documento, símbolo da vitória da luta contra o peleguismo (herança da ditadura), era fruto da Confederação Nacional dos Bancários que em intensa negociação criou um arcabouço de artigos em defesa da categoria, e, à época, representava sete federações e 120 sindicatos, alcançando nada menos que 85% de todos os bancários do Brasil. “A partir daí, os bancários passaram a ter um instrumento legal que garantia os mesmos direitos a todos os trabalhadores da categoria em todo o país, fruto de muitas décadas de luta” (MARQUES, 2023).

A Convenção Coletiva de Trabalho é uma das mais fundamentais regras para uma categoria profissional. São as regras que estabelecem, entre si, capital e classe trabalhadora, para determinar o que vai valer quando se celebra um acordo entre essas duas partes. Vale para todos os integrantes daquela categoria, e serve para estabelecer que não haverá diferença entre qualquer trabalhador daquela categoria.

Como a CCT é assinada por duas entidades de caráter nacional – FENABAN e CONTRAF-CUT – ela vale para todos os bancários do Brasil,

não havendo qualquer diferenciação, seja por banco ou por região geográfica.

“O conceito de Convenção Coletiva é mais amplo do que o de Acordo Coletivo, quando a negociação e a assinatura do acordo se dão entre uma determinada empresa e os sindicatos representantes de uma categoria profissional, como aqueles que assinamos com Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Bradesco, Santander, Itaú etc. Já a minuta ou pauta de reivindicações é o documento que contém as reivindicações dos trabalhadores apresentadas à empresa.” (MARQUES, 2023)

Importante ressaltar que a CCT dos bancários, embora tenham havido muitos ataques ao longo da desconstrução dos direitos da classe trabalhadora ao longo do período que sucedeu o golpe que derrubou a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, a força do conjunto da categoria evitou a tentativa de desconstruir essa conquista por parte das entidades do capital.

E isso prova o quanto a união da classe trabalhadora pode significar vitórias na luta de classes.

4) Como os bancários do Nordeste enxergam os desafios: a visão dos dirigentes do Nordeste sobre a questão dos trabalhadores do ramo financeiro

Os trabalhadores do ramo financeiro do Nordeste contam com um instrumento de luta que é sua Federação. A Federação tem um escopo de luta que vai além dos direitos da classe trabalhadora, por uma razão convincente: a entidade tem um lado. O lado do proletariado. E quem começa a nos mostrar isso é Gustavo Tabatinga, o secretário-geral da CONTRAF-CUT, traz uma visão muito clara sobre a força da entidade.

“Quando a gente chega em São Paulo, com as nossas reivindicações, a gente não vem com as propostas individualizadas por entidade. Aqui é a proposta do Ceará, de Pernambuco, do Piauí; ou, aqui é a demanda da Paraíba, do Cariri. Não! Chega e diz assim: aqui é do Nordeste. Esse é o peso que nos diferencia. Ao invés de um sindicato de dez mil trabalhadores, temos uma Federação de 40 mil trabalhadores. Fica bem maior e é o nosso diferencial em relação a todas as outras Federações. É uma peculiaridade nossa, e é por isso que eu gosto tanto de estar nesse espaço”.

Essa representatividade tem um lastro importante, e para compreender melhor sobre esse lastro, torna-se fundamental compreender e resgatar essa história. Assim, colocamos aqui, nesta etapa do livro em comemo-

ração aos 30 anos da FETRAFI-NE, trechos das entrevistas feitas com dirigentes da entidade ao longo dos últimos meses, com o intuito de mostrar o quanto o foco está na defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria, a partir de uma posição política.

O secretário de Administração e Logística da Federação, Ribamar Pacheco, traz algo muito ilustrativo a esse respeito: “Teve aqui no Estado do Ceará a questão do BEC (Banco do Estado do Ceará, privatizado no início da primeira gestão Lula, em 2003), a privatização do BEC; teve a questão da privatização da COELCE (Companhia de Eletricidade do Ceará). Nós perdemos esses patrimônios, por conta do período dos governos neoliberais do Fernando Collor (1990-1992) e do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Por isso é importante fortalecer essa consciência de classe dos trabalhadores. Porque patrão ele visa o lucro e a expropriação do trabalhador. Como isso se dá? Fazer com que a empresa lucre mais com menos trabalhadores, hoje é a concepção que a gente vê, em nível de Brasil e em nível mundial. E é isso que a gente quer, nós queremos trabalhadores conscientes, organizados e unidos, para fazer o enfrentamento e para que consigam, ter um local de trabalho onde ele tenha tranquilidade para desempenhar sua função sem ser explorado”.

Ou seja, o conceito primordial, nessa conjuntura histórica, onde o modelo de redução da pre-



José Ribamar Pacheco: secretário de Administração e Logística da FETRAFI-NE; secretário de Finanças do Sindicato dos Bancários do Ceará

sença do estado nacional na economia, com a venda de ativos, como ocorrido ao longo do período exatamente posterior ao golpe de estado efetuado a partir do falso impeachment da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, em agosto de 2016, até o fim do período do mandato do presidente eleito em 2018, com uma pauta de destruição da presença do Estado onde quer que ele estivesse organizado, dá uma dimensão da responsabilidade e do posicionamento político da FETRAFI-NE, em favor de um lado dessa História. O lado da classe trabalhadora.

Por conta disso, da importância de regularizar a representação da categoria, de incluir todos os trabalhadores do ramo financeiro em sua base, para dar conta de representar concretamente até mesmo quem atua em Fintechs, é que a Federação orientou seus integrantes da base a mudar seus estatutos e aderir a uma representação mais larga. “Todos os Sindicatos, da base da CONTRAF-CUT, que integram o sistema, incluindo aí também os sete integrantes da FETRAFI-NE, foram orientados a alterar e fizeram suas devidas atualizações dos seus estatutos, para abranger não apenas os bancários, mas também todos os trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro que atuam nas suas devidas bases sindicais”, explica Ribamar, para quem efetua serviço bancário. “Nós reivindicamos a bancarização desses profissionais”.

Essa questão já está “pacificada” dentro da categoria, em suas entidades de base (sindicatos), nas entidades de segundo grau (federações) ou em sua entidade de representação geral de terceiro grau, a CONTRAF-CUT.

“Sejam vendedores de seguros dentro das agências; trabalhadores das lotéricas; aqueles dentro de guichês das farmácias, recebendo pagamentos; todos são considerados integrantes da nossa base. Todo profissional com essa responsabilidade, nós entendemos que executam serviços bancários, ou seja, eles têm que ser bancarizados. Dessa forma, têm os mesmos direitos da contratação dos bancários. Ou seja, recebem todos os benefícios, vantagens e direitos que estão na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária, que é negociada com a FENABAN. E é uma luta incessante que a

gente tem travado no sentido de inserir todos esses profissionais exercendo esses direitos”, preconiza Ribamar Pacheco.

Já o atual presidente do Sindicato dos Bancários de Campina Grande, na Paraíba, Esdras Luciano, nos ajuda a compreender outra questão. “As entidades de segunda instância que abrangem sindicatos por região, tem papel fundamental no fortalecimento das entidades sindicais, na organização das pautas da região, no nosso caso, do Nordeste. A FETRAFI/NE atua na construção de pautas unificadas levando em conta a realidade do Nordeste. Isso é fundamental dentro das discussões do cenário nacional”, explica Esdras, que é o Secretário de Bancos Privados da FETRAFI-NE.

5) As negociações, as lutas e as conquistas materializadas pela CCT

Em 1992, aconteceu um Congresso de fundação da Confederação Nacional dos Bancários dentro da estrutura da Central Única dos Trabalhadores (DNB-CUT). E, meses depois, ocorreu um fato histórico: a assinatura da primeira Convenção Coletiva Nacional de Trabalho com a Fenaban, abrangendo apenas bancários de bancos privados. E essa estrutura, que nasceu há pouco mais de 30 anos, trilhou uma longa construção histórica, a qual chega hoje a ser uma representação muito significativa.

Transformada em Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT), tem a representação de 108 sindicatos de todos os quadrantes do Brasil. E para representá-los, nada menos que nove Federações, cujas representações são desde estaduais até por regiões, como a FETRAFI-NE. E a representação internacional dessas agremiações é a UNIGlobal Union, a qual a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é filiada.

Para que todos possam compreender, as negociações coletivas seguem uma estrutura que pode ser definida assim: do lado do capital, está a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Pelo lado dos trabalhadores, para construir e assinar documentos que, ano após ano, garanta a manutenção

das principais conquistas (entre direitos e benefícios) e para amealhar novos ganhos financeiros e novas vantagens sendo incorporados na CCT dos bancários, estão os representantes do Comando Nacional dos Bancários de um lado, o qual é formado por 118 sindicatos e 11 federações. Além da CUT, integram esse conglomerado de defesa da classe trabalhadora outras três centrais sindicais: Intersindical, CTB e UGT; e, mesmo não sendo membro do Comando, assina o documento a CSP-Conlutas. O total de bancários representados por esse conglomerado é de 94% dos trabalhadores e trabalhadoras. Na mesa de negociação da CONTEC, figuram os 6% restantes da categoria, e compõem a mesa negocial as centrais sindicais Força Sindical, UGT e NCST.

Muito importante trazer ainda outros números: em 2023, a categoria bancária, no Brasil, é formada por 442.560 indivíduos, segundo análise das Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A média de sindicalização é de 52% entre todos os sindicatos do País.

Os trabalhadores organizados sob o “guarda-chuva” do Comando Nacional, têm atividades ao longo de todo o ano, por conta de agendas extensas. São debates na base a partir das comissões de empresas, onde cada banco faz as suas discussões internas e depois vai debater as propostas que geram, depois de assinada a CCT, Acordos Coletivos por banco, os quais trazem as especificidades da instituição bancária daquela coletividade.

Antes de fazer as negociações para a CCT, no entanto, o Comando Nacional debate com a Fenaban em mesas temáticas. Hoje em dia são três essas mesas: “Igualdades de oportunidades”; “Saúde do Trabalhador” e “Segurança”. Essas mesas têm dois objetivos: realizar campanhas e orientações; assim como elaborar sugestões de cláusulas (novas e/ou aperfeiçoadas) para serem acrescentadas ou melhoradas nas Convenções Coletivas de Trabalho a serem assinadas.

A negociação, para a elaboração da Convenção Coletiva de Trabalho, segue um rito, chamado de trabalho de preparação das minutas de reivindicações dos bancários. São etapas que se iniciam na base de todas as entida-

des sindicais, com a Consulta Nacional dos Bancários. Depois ocorrem os encontros dos empregados de cada banco privado. Concomitante, são realizados os Congressos dos Bancos Públicos. Encerradas essas etapas e construídas as propostas, são organizadas as Conferências Estaduais seguidas por Conferências Regionais.



Tomaz de Aquino e Silva Filho: foi presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará por dois mandatos (1994-1997 e 1997-2003), é secretário de Imprensa e Comunicação da FETRAFI-NE e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB

Já as reuniões por locais de trabalho têm a obrigação de ocorrer ao longo de todo o tempo – antes, durante e depois das negociações nacionais. Nesses encontros todas as proposições, além de poder detectar qualquer irregularidade que pode ser colocada diante dos representantes da Fena-ban, ou gerar novos artigos que solucionem o problema. E, finalmente, para completar a estrutura de negociação, as assembleias de base, que ocorrem em diversos momentos: eleição de delegados/delegadas para conferências, aprovação da minuta da categoria e avaliação das propostas.

Quem nos conta como se chega a esse nível de organização é o ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Tomaz de Aquino. Para ele “a FETRAFI-NE tem hoje um papel muito importante. Assim como suas similares – as FETRAFI meio Norte (Centro-Oeste e Norte do Brasil), Minas, Rio-Espírito Santo, São Paulo – elas constituem um organismo que dá suporte à organização nacional dos Bancários através da CONTRAF-CUT”, explica, complementando: “Hoje nós conseguimos manter a Convenção Nacional dos Trabalhadores (CCT) por conta disso. Pois quando a CCT, que eu

acho que é a primeira categoria que teve uma convenção nacional, entra em vigor, o bancário do Chuí ganha o mesmo que o bancário do extremo-norte. São poucas as categorias que têm uma convenção nacional. O que o bancário da Avenida Paulista (centro financeiro do Brasil) ganha é igual ao que recebe o bancário da pequena Piquet Carneiro, no interior do Ceará”, pondera o dirigente que hoje ocupa a Secretaria de Imprensa e Comunicação da FETRAFI-NE.

6) A evolução das conquistas de trabalhadores/ trabalhadoras do ramo financeiro

As negociações realizadas pela entidade nacional, com a participação ativa da FETRAFI-NE, gerou ganhos consideráveis no acumulado entre 2004 e 2020. O cálculo promovido pelo DIEESE aponta para um índice acumulado de inflação, medido segundo o INPC-IBGE da ordem de 191,86%. As negociações colocaram um aumento real de 21%, com o índice de reajuste dentro da CCT atingindo a marca de 253,17%; já o reajuste do piso salarial previsto pela CCT foi da ordem de 315,79%, alcançando um aumento real de 42,5%.

“Tudo isso é fruto de uma objetiva luta do conjunto da categoria bancária. Os dirigentes estão preparados para, na mesa de negociação, estabelecer parâmetros de vitórias. De mais a mais, não há como negar que o setor financeiro, o ramo financeiro, obteve uma lucratividade avassaladora ao longo desse período”, explica Carlos Eduardo Bezerra Marques, presidente da FETRAFI-NE.

E assim como houve uma significativa evolução no conjunto de ganhos e benefícios, o ambiente de trabalho, as vantagens e o estabelecimento de direitos difusos, faz da categoria bancária e dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro, como conjunto recortado da classe trabalhadora

com a maior demonstração de ganhos e a maior evolução em termos de conquistas, pois a CCT vai muito além de recomposição salarial e aumento real.

Somente em 2010, a CCT incorporou um mecanismo onde trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro encontraram ferramentas para combater situações de assédio moral. Para as famílias, a chegada de um novo membro significou a ampliação da licença maternidade, vantagem que teve início de negociação em 2009, mas foi implantada na CCT seguinte. Da mesma forma, o documento garantiu isonomia aos casais homoafetivos. Em 2011, a mesa de negociação estabeleceu o fim da divulgação de rankings individuais, uma forma de perpetuar o assédio moral e a estabelecer disputas e cobranças por parte de gerentes. Outra vantagem desse ano, foi o período ampliado de aviso prévio proporcional; um reajuste diferenciado para os vales refeição e alimentação; assim como o estabelecimento de mecanismos para a realização de um novo censo da categoria. Ponto para a representação da classe trabalhadora, pois em 2012 também se deu a implantação de um projeto piloto de segurança.

Em 2013, há um aperfeiçoamento do instrumento de combate ao assédio moral, estabelecendo como meta a redução do prazo de resposta a essa situação dentro das agências e ambientes de trabalho. Colado a esse aperfeiçoamento, os bancários conseguiram efetivar a proibição de cobrança de metas via SMS. Em reconhecimento à assiduidade, um dia de folga. Na seara da economia, houve aumento de 2% para 2,2% do lucro líquido dos bancos em relação ao pagamento da PLR. Também houve a formação de um grupo de trabalho para analisar as causas de afastamento dos bancários; assim como foi realizado um seminário sobre mudanças tecnológicas.

No ano seguinte, em 2014, é dado início a um projeto polêmico. Os bancos aceitam pagar por exames de CPA10 e CPA20. A mesa acorda com a direção da Fenaban uma cláusula onde há previsão de implantação de uma forma equilibrada de estabelecer a cobrança, não abusiva, de metas por parte das chefias de agências para a categoria. Ao mesmo tempo, por conta do avanço telemático, foi proibida a cobrança de metas via celular.

7) O caso das certificações – é bom ou ruim para a categoria bancária? Seria uma armadilha?

Ferrenho crítico do modelo de certificação, que hoje vigora nos bancos, como forma de autorizar determinadas operações que, à luz da legalidade pode ferir o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o dirigente da FETRAFI-NE, e ex-presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, Lucius Fabiani, nos traz uma reflexão importante sobre as CPA10 e CPA20.

E tudo isso se dá justamente no quesito remuneração e melhoria da condição salarial dos bancários. “Hoje o cara entra como escriturário, com o piso da categoria, e no primeiro nível de função já dobra o valor do salário. Todo mundo que entra quer crescer, melhorar o salário. E ele precisa entrar na dinâmica e na lógica dos bancos. Dos programas do banco. Apresentou resultado, tu já dobra o teu salário. Do primeiro nível, da função de assistente de negócios, assistente de gerente, pra um gerente de carteira, um gerente de contas, ele já dobra, o que significa quatro vezes mais do que aquele salário primeiro”, contextualiza Fabiani.

O ambiente competitivo criado dentro do espaço laboral dos bancários, independente de qual instituição você trabalhe, corrobora esse querer crescer na cadeia de produção. “Então todo mundo vai querer também se

matar, trabalhar muito, apresentar resultado, pra poder chegar e fazer e se encarregar”, reconhece Lucius, para quem é algo relativamente natural, pois o ambiente é transformado pela competição “insana”.

Assim, complementa Fabiani, é preciso “ganhar melhor para sustentar a família. Então você não tem mais aquela estratégia dos planos de cargos e salários. Você não tem mais. Essa é uma coisa que muito provavelmente vai se acabar. Por exemplo, tem um debate muito sério hoje que os bancos fazem, os bancos exigem a certificação dos bancários. Pra muito bancário, aquilo é uma exigência de qualificação. E na verdade não é”, denuncia o dirigente.

Para Lucius Fabiani “certificação é uma exigência de proteção do sistema financeiro. O sistema financeiro quer se proteger. Porque a partir do momento que eu sou obrigado a aplicar um código de autoregulação da AMBIMA, nos meus negócios, no meu dia-a-dia, que é uma exigência dos bancos, os bancos exigem. Você só é gerente se tiver a certificação CPA10, CPA20, CEA. Então assim: a partir do momento que os bancos estão exigindo isso, ele está exigindo de você, certificado, a fazer uma venda casada. A empurrar um produto do gerente para obter um resultado. E isso contraria diretamente o código de autoregulação da AMBIMA”, explica o dirigente da FETRAFI-NE, completando seu raciocínio: “Ou seja, é uma grande contradição. Sem falar do código de defesa do consumidor e na própria lei. Nós temos casos hoje já de bancários que por cumprirem as determinações dos bancos, são penalizados, punidos, regressivamente, pelo próprio banco. Porque o cara (o consumidor) vai lá, ele teve o direito do consumidor desrespeitado... o bancário para atingir uma meta empurrou no cliente um produto. O cliente descobriu depois, ganhou indenização do banco, na Justiça, que é claro é muito fácil ganhar... daí o banco diz: oxenti (sic) perdi; eu vou atrás de quem? Do bancário, que viabilizou a operação. Você é CPA10, você sabia que não podia fazer isso. Você vai ter que devolver o dinheiro para o banco, do prejuízo. É um paradigma. É uma contradição do sistema”, denuncia Lucius.

E a pergunta que fica no ar é: como nós vamos vencer isso? “Nós temos que dizer: se o banco exige de mim a certificação, eu vou cumprir estritamente isso aqui. Eu não vou fazer venda casada, eu não vou empurrar produtos para os clientes, fazer negócios forçados com o cliente porque estarei contrariando o próprio código que é exigência dos bancos”, ensina o ex-presidente do Sindicado dos Bancários da Paraíba.

Talvez uma boa medida para entender esse movimento e compreender a crítica de um dirigente que denuncia esse movimento que tem origem nas direções das instituições bancárias pode ser compreendido pela contribuição concedida pela obra do professor Ladislau Dowbor, “O Capitalismo se desloca”, num trecho no qual ele aponta as concentrações de riqueza e os mecanismos que implicam em concentração de riqueza.

“A revolução tecnológica que vivemos – tal como foi a Revolução Industrial – gera uma fratura entre o trabalho sofisticado e criativo dos que organizam e gerem o sistema e o trabalho dos que apenas operam segundo instruções recebidas, cada vez mais substituídos pela automação, pela robótica e pela inteligência artificial.” (DOWBOR, 2020)

Dowbor nos incita à reflexão, ampliando esse debate a partir de outras incursões como a crítica à concentração de riqueza que o atual estágio do Capitalismo produz no cotidiano de nosso mundo. Não se pode, no entanto, deixar de compreender o trabalho que a estrutura sindical brasileira, nos seus diversos níveis, mas com o enfrentamento pertinente à dura realidade imposta pelo capital, nos dá no dia-a-dia de negociações a partir de representações da classe trabalhadora.

8) Como a organização da luta se reflete nas mesas de negociações?

Em 2015, os bancos, já com a massificação de bancários alcançando as certificações e atuando conforme a sanha por dinheiro que isso reverte com as vendas casadas, esse estímulo reflete em obrigações dos negociadores que, em plena mesa, exigem a criação de um Grupo de Trabalho para analisar as causas de afastamento/adoecimento no setor bancário.

E no ano seguinte, em 2016, foi criado um Grupo de Trabalho para analisar critérios de realocação e requalificação de bancários, nos bancos, além de a renovação da CCT estabelecer em seu conjunto de regras uma “estabilidade pré-aposentadoria”.

Pontos importantes, que demonstram o quanto a organização e a luta ajuda a fazer das mesas de negociações um espaço de conquistas, se estabelece quando, em 2013, se estabelece uma redução no valor a ser cobrado de IR para o que é ganho de PLR. Essa foi uma vitória da mobilização da classe trabalhadora, visto que além de bancários, metalúrgicos e outras categorias estabeleceram a força da mobilização, coletando mais de cem (100) mil assinaturas, e o documento serviu de pressão para negociar com o Governo Federal e o Congresso Nacional.

Por meio dessas lutas, foram estabelecidas isenções de IR para valores abaixo de R\$ 6.675,55. E acima desse piso, a nova tabela progressiva garantiu descontos bem inferiores.

9) Reflexos do golpe: apesar de propor retrocesso trabalhista, a Lei 13.467/17 resultou em fortalecer as negociações coletivas dos bancários

Em vigor desde 2017, a reforma (ou seria deforma) trabalhista (Lei 13.467, de 2017) mudou as regras relativas a remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras, sempre em detrimento dos interesses da classe trabalhadora e vantagens para o empregador, de maneira a aprofundar a concentração de riqueza, como mais um passo dado pelo neoliberalismo no sentido de avançar com o capitalismo financeiro. A norma foi aprovada para desconstruir os direitos trabalhistas, gerar maior desemprego e gerar mais o subemprego no mercado de trabalho e simplificar, para o lado patronal, as relações entre trabalhadores e empregadores, de forma a tentar demonstrar equilíbrio.

E por uma série de questões, a geração dessa legislação contra os trabalhadores, acaba por atingir de alguma maneira a categoria bancária. Porém, diante da organização e do esforço em defesa dos interesses dos trabalhadores, não consegue desfazer o que de mais caro é para o bancário e a bancária: a CCT. Tanto que, na negociação coletiva de 2018, em proposta que se estendeu por mais tempo que o que normalmente se utilizava para se alcançar acordos. Foram realizadas dez rodadas de negociação, e Fenaban

e o Comando Nacional dos Bancários alcançaram a reposição total da inflação, e uma renovação garantida por dois anos, com ganho real de 1,31% no primeiro ano e mais 1% em 2019, acima da inflação do período – lembrando que a data-base da categoria bancária é o dia 1.º de setembro.

A CCT foi renovada em sua integralidade. Ou seja, o esforço feito para desconstruir os avanços e as conquistas, direitos e benefícios, e a Convenção Coletiva mais longeva no sindicalismo brasileiro, não serviu para os poderosos donos de bancos. E a negociação ainda preservou PLR integral às grávidas em licença maternidade e para os afastados por doença ou acidente de trabalho.

O bancário/bancária demitido não precisa mais requerer o pagamento da PLR proporcional caso tenha conta corrente ativa no banco do qual foi dispensado. Caso não tenha essa conta, ganha prazo para requerer o pagamento.

Outra cláusula que ampliou direito foi a de gratificação de função, com previsão de 55% de comissionamento. A CLT previa 33%, e a Fenaban apontou para esse retrocesso. Mas a pressão da mesa manteve o mínimo de 55%.

Importante salientar que a partir da famigerada “Reforma Trabalhista”, a CCT teria nada menos que 43 cláusulas afetadas. Significa nada menos que 61% das cláusulas reformuladas, com perdas da ordem de 13 referentes a empregabilidade; quatro sobre igualdade de oportunidades, cinco sobre liberdade sindical; 11 sobre remuneração; e outras sete a respeito de saúde e condições de trabalho.

A articulação, o poder de convencimento e o profissionalismo da organização dos trabalhadores, no entanto, fez cair por terra o “desejo” dos patrões. E a representação da classe trabalhadora bancária, com presença marcante da FETRAFI-NE, fez constar a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, como forma de reduzir a pressão por metas; salário substituto (cláusula 5ª) e a cláusula do vale-transporte, com 4% de desconto sobre o salário base; Os bancários e as bancárias terão

até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias; volta a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10^a); e foi instituído o vale-cultura (cláusula 69^a) conforme queriam os trabalhadores, para que o direito esteja garantido caso o governo retome o programa.

A demora em assinar o documento também se deu pela conquista do direito a parcelar em até três vezes o adiantamento de férias que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso. Foi estabelecida a garantia da realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamentos já realizados nos anos de 2009 e 2014, fundamentais para traçar o perfil da categoria e ajudar na promoção da igualdade de oportunidades para todos. A proposta também prevê a manutenção dos direitos da CCT para todos, inclusive os hipersuficientes. Esses trabalhadores, cerca de 91 mil na categoria que têm curso superior e ganham mais de R\$ 11.291,60 (dois tetos do INSS), estariam expostos a negociar diretamente com os patrões e poderiam perder até a PLR, de acordo com a draconiana nova lei trabalhista, estabelecida após o golpe de 2016.

Enfim, para garantir a autonomia desse grupamento que ajuda a construir, reelaborar, manter e ampliar conquistas, o trabalhador ganhou ainda, nessa negociação o direito de manter a estabilidade e o reconhecimento por parte dos bancos e suas organizações, os dirigentes sindicais. Viabilizado, também, em cláusulas da CCT, a frequência do dirigente em locais de trabalho; assim como as regras das entidades, que elegem de forma democrática e transparente, a duração dos mandatos e suas devidas liberações para atuar na defesa da categoria.

Por fim, mas não menos importante, a regra que estabelece o financiamento dessa estrutura de defesa da classe trabalhadora. O modelo de financiamento deixa para trás o imposto sindical, o qual servia a várias entidades sem representação, e estabelece a Contribuição Negocial. Agora, ao invés de o sistema de defesa do interesse da classe trabalhadora, formado por sindicatos, federações e confederação, ser financiado compulsoriamente

te, o trabalhador/trabalhadora vai aprovar em assembleia realizada para aprovar as mudanças da CCT. Nesse caso haverá a aprovação de regra única vigente para todas as bases compreendidas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Desconto único, sem direito à oposição individual.

“Temos uma Convenção Coletiva nacional. O segmento público ou privado está contemplado dentro dela. Qualquer negociação feita no Comando Nacional, feita com a Fenaban, braço da FEBRABAN (dos banqueiros) aonde isso existir é um acordo só, com segmento público ou privado dentro dela. Veja a complexidade, mas ao mesmo tempo a grandiosidade do fechamento de um acordo como esse. Garantindo as discussões específicas por banco. Então nós temos a Convenção Coletiva nacional, mas não impede que paralelamente nós venhamos a discutir as condições específicas de cada banco, e são mais de cem bancos”, analisa Márcio dos Anjos, integrante do Comando Nacional.

10) Prognósticos e a pesquisa com a categoria

A FETRAFI-NE usa seus recursos para aprimorar suas condições de luta e assim indicar de forma profissional o caminho a seguir para melhor representar sua base. E uma das ferramentas para encontrar o melhor caminho são pesquisas, quantitativas e qualitativas, para conhecer melhor o perfil da categoria e encontrar alternativas de melhor representá-la.

Já foram realizadas duas pesquisas de campo em anos anteriores, as quais demonstraram características dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso contribuiu com o trabalho dos sindicatos do Nordeste, por consequência baliza também a organização e as estratégias de atuação da FETRAFI/NE. Os documentos gerados a partir desses estudos ajudam a identificar as demandas e anseios da categoria.

São consultados bancários e bancárias de todos os Estados onde há Sindicatos filiados à FETRAFI/NE (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí; assim como as bases regionais de Cariri e Campina Grande). Por meio das respostas, um grupo formado por dirigentes e pesquisadores se debruça sobre os resultados, e formula a adoção de ações sindicais de interesse da categoria.

“Tal ação visa diagnosticar as opiniões e percepções dos bancários e bancárias tanto em relação às ações sindicais e federativa, bem como suas percepções de conjunturas sociais e políticas”, comenta o vice-presidente da FETRAFI-NE, Odaly Bezerra, para quem a gestão da entidade tem empenhado esforços para incluir mais representantes nas suas ações, e a pesquisa ajuda muito a determinar o caminho a ser seguido.



Odaly Bezerra: vice-presidente da FETRAFI-NE; presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí, membro do Comando Nacional dos Bancários. Foi vereador de Teresina/Piauí

Nesse sentido, Odaly Bezerra evidencia como a Federação busca “incluir a política de defesa dos bancos públicos, de combate ao assédio moral, combate ao assédio sexual, e todos os problemas enfrentados no sentido de preservar os interesses da categoria”, enaltece Bezerra, para quem a entidade, por conta das características de luta e enfrentamento, demonstra ser uma das principais entidades na defesa da classe trabalhadora bancária e do ramo financeiro do Brasil.

A pesquisa, argumenta Odaly Bezerra, “em cima dos dados apresentados, temos um plano de trabalho. Por exemplo, a questão da pandemia. O que a Federação fez durante a pandemia de Covid-19? Nós estivemos presentes, acompanhando de perto e buscando soluções para os problemas surgidos a partir do espalhamento do vírus junto à população e, conseqüentemente, junto às trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro. No Piauí, por exemplo, conseguimos vacinas para todos os bancários, bancárias e prestadores de serviços, na faixa etária de 18 anos a 42 anos, que é

aonde estava sendo atendida e priorizada uma demanda sinalizada pela categoria nesse estudo. A conquista também se deu por uma boa articulação entre a entidade de base, o Sindicato dos Bancários do Piauí, e o Governo do Estado. Foi uma ação extraordinária. Além disso, também estamos focando no combate aos assédios moral e sexual, principalmente no auge da pandemia, quando essa situação se agravou de forma exponencial. E a pesquisa nos ajudou a identificar esses pontos prioritários indicados pela categoria”, exemplifica Odaly Bezerra.

11) O caminho do sindicalismo a partir do exemplo da FETRAFI-NE

Outra questão que se dá e precisa ser evidenciada nesta obra é a representação da Federação e o modelo sindical a ser aperfeiçoado e, em determinados aspectos, aprofundado. Fica evidente ao se analisar o cotidiano da luta sindical na base da Federação que sua representação e o direcionamento de seus esforços para que haja uma luta encampada pela sociedade, transcende o conceito de categoria ou mesmo de ramo financeiro.

Neste sentido os argumentos são apresentados pelo presidente da entidade, Carlos Eduardo Bezerra Marques. “Este agrupamento (o grupo que tomou conta do Sindicato no Ceará, ainda na década de 1980, mais especificamente em 1988, nas eleições vencidas pelo então MOB – Movimento de Oposição Bancária) transcendia a entidade sindical. Mas na base do estado do Ceará se percebeu em lideranças que vieram através de partidos de esquerda, prioritariamente a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) em aliança com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outros agrupamentos, que conviviam num processo de resistência às opressões e luta por direitos, no exercício de uma democracia pós-ditadura, e que, numa transição a um governo democrático popular buscavam renovar seus quadros, e nessa leva

identificaram a minha trajetória no movimento estudantil, entrando dentro do setor bancário, por concurso público no Banco do Brasil, para a direção do Sindicato”, revela Carlos Eduardo, sua experiência pessoal para integrar o grupo de direção da entidade.

Ele revela detalhes de sua acolhida no seio da entidade de base, cuja História se confunde com a do movimento chamado de “Novo Sindicalismo”, “com fortalecimento da sua organização para enfrentar os grandes temas, não somente da relação entre capital e trabalho imediato. Ou seja, não apenas o salário, mas discutindo o salário, a saúde, a previdência, o emprego, o projeto, as políticas públicas, e como o Sindicato cidadão poderia ajudar a fortalecer o próprio movimento sindical e as organizações sindicais que viessem a fortalecer alternativas e plataformas, para que a sociedade tivesse outra visão além da visão tradicional autoritária do estado brasileiro”, descreve, tendo como pano de fundo o momento no qual o Brasil se livrara da ditadura (meados dos anos 1980) até caminhar em direção às lutas por novas conquistas para uma sociedade mais inclusiva.

Ou seja, é preciso ter um lastro, uma origem e uma História, para saber de onde “beber” para construir o caminho a ser trilhado no presente e pavimentar um futuro de conquistas. Nesse sentido, um legado que manteve essa articulação de princípios e premissas de organizações nacionais, a partir de sindicatos de base e das federações, e entre elas a FETRAFI-NE.

Assim, a FETRAFI-NE torna-se uma organização, em defesa do interesse dos profissionais de todo o ramo financeiro, sem a distinção entre público e privado, entre capital e interior. Essa escola gera uma representatividade que busca a sua renovação pela percepção do que acontece efetivamente no perfil da própria categoria.

“Então: aumenta mulheres, há uma demanda para que aumente a representação de mulheres no Sindicato e na Federação. Tem mais jovens entrando nas instituições bancárias, portanto é preciso ter mais jovens na composição das entidades de representação”, pondera Esdras Luciano, presidente do Sindicato de Campina Grade, na Paraíba, e secretário



José Eduardo Rodrigues Marinho: *secretário de Imprensa do Sindicato dos Bancários do Ceará; presidente do Conselho Fiscal da Previ. Foi do Conselho Fiscal da CASSI*

de Bancos Privados da FETRAFI-NE, reforçando uma visão segundo a qual “é preciso que tenha bancários de todos os bancos. Essa premissa induz, estimula um processo de organização que, ao ser renovado, mesmo com divergências políticas dos grupos ali reunidos, às vezes nem tanto no campo da esquerda, mas de interesses outros que os do capital, não consegue vencer essa proposta que constrói o legado talvez desses últimos trinta anos não só do Sindicato, mas do novo sindicalismo, sendo culminante esse processo que hoje estabelece nos bancários. Mas sempre valorizando o estatuto do Sindicato, eleições sempre livres, democráticas e participativas. Com eleições com disputas, com eleições sem disputas. Mas sempre primando para que a vontade do trabalhador aponte o caminho para onde as instituições que as representam devem seguir”, esclarece Luciano.

José Eduardo Rodrigues Marinho, suplente da direção da FETRAFI-NE, reforça ser o modelo de organização sindical dos bancários, resultado de algumas décadas de acúmulo de organização “em busca de autonomia sindical”. E essa autonomia e liberdade sindical são percebidas e exigidas pelo trabalhador. “Então a primazia é do Sindicato”, enaltece José Eduardo, para quem as entidades, do ponto de vista da organização vertical, precisam ter consonância para a democracia e a liberdade de suas representações de base (Sindicato) “possa ser escutada por todas as

entidades que vão aglutinando o processo de organização. Seja no Estado, no Nordeste, no Brasil e fora do Brasil”, ensina Marinho.

Para a direção atual da FETRAFI-NE, os prognósticos de futuro não podem abrir mão do modelo de negociação e organização. Por isso, o instrumento das pesquisas qualitativas e quantitativas, que vêm apontando os caminhos a serem seguidos pelas direções dos Sindicatos de base e da própria FETRAFI-NE, deixa um legado. Com uma estrutura como essa, onde modelo é lastreado pela opinião e posição do trabalhador/trabalhadora, torna mais difícil a postura antissindical, pois se consegue assim superar desafios constantes: “de comunicação, de organização, de aglutinação, de acesso e de que a sua voz seja escutada”, comenta Carlos Eduardo, complementando o raciocínio: “Eu não sei se a gente tem um modelo, depois da reforma trabalhista, que a gente consegue manter, para o conjunto do movimento sindical brasileiro as mesmas premissas. Mas com certeza, com a mais absoluta certeza, o nosso modelo de organização, nos deu a condição de nos defender, mesmo diante de condições tão nefastas, como a destruição que significou o conjunto de mudanças propostas e aprovadas a partir da chamada Reforma Trabalhista, que destruiu o arcabouço legal de proteção do trabalhador brasileiro, durante esses períodos autoritários de fragilização da democracia brasileira. O que nesse momento faz com que todos sofram, principalmente a classe trabalhadora e os mais pobres”, opina o presidente da entidade.

Bibliografia

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica, 1996.

DOWBOR, Ladislau. O Capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores do Brasil. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. São Paulo, Paz e Terra, 1999. 237 p.

JINKINGS, Nise. Os bancários brasileiros entre a precarização do trabalho e a mundialização financeira. Guadalajara, México, 2007.

MARQUES, Carlos Eduardo Bezerra, 30 ANOS DE CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS. "Um processo de negociação coletiva setorial sem paralelo na história do Brasil". Fortaleza-CE, 2023.

MINELLA, Ary. Elites financeiras, sistema financeiro e governo FHC. In: W. RAMPINELLI, Waldir; OURIOQUES, Nildo (Orgs.). No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC. 2ª edição, São Paulo, Xamã, 1998. p. 165-199.

MORIN, François. A Hydra Mundial. O Oligopólio Bancário. Montreal, Lux Editor, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para enfrentar a luta é preciso fôlego,
organização, recursos e preparação

Parece ser inegável a qualquer trabalhadora ou trabalhador com um mínimo de consciência de classe, clareza de princípios, e com capacidade de articular uma análise crítica da realidade brasileira, que o Brasil vive, desde 2016 tempos nos quais há um rompimento claro daquilo que se almejava como uma tentativa elaborada e, até certo ponto bem-sucedida, de conciliação e avanços para a classe operária, do proletariado, em caminhar com vantagens para trabalhadores/trabalhadoras e empresários, empregadores e patrões, numa espécie de “jogo de ganha-ganha”, como costumam analisar os observadores externos, numa negociação que se encerra de forma positiva para os dois lados envolvidos. A chamada conciliação de classes, conduzida de forma magistral pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos seus dois primeiros mandatos como presidente da República Federativa do Brasil, entre os anos de 2003 e 2010, deixou um “cheiro” de possibilidade no ar, capaz de suscitar uma forma de sonhar.

Mas esse movimento foi rompido de forma brusca e inusitada. O cenário mudou de forma drástica, sendo implodida a tentativa de conciliar, trocada por uma maneira truculenta e até mesmo imoral quando, numa jogada bizarra e indefensável, o então presidente da Câmara dos Deputados, representante do MDB do Rio de Janeiro, Eduardo Cunha, por prerrogativa pessoal do cargo que ocupava, aceitou inusitado pedido de impeachment contra a então presidenta do Brasil, a petista Dilma Vana Rousseff.

Estávamos em dezembro de 2015 e Cunha era acusado de ter contas onde movimentava recursos de propina, em bancos da Suíça. Propinas advindas de sua posição privilegiada no cenário político nacional.

A acusação levou a um pedido de processo de cassação do mandato do então presidente da Câmara, no Conselho de Ética da Casa. Em “retribuição” aos votos de dois deputados petistas (é bom ressaltar que Dilma foi eleita pelo Partido dos Trabalhadores) naquele colegiado, em favor do processo de investigar Cunha, confirmar (ou não) e punir a autoridade máxima da Casa Legislativa. No mesmo instante que o processo foi iniciado, Cunha desengavetou um pedido de impeachment contra Dilma e o

colocou em andamento, dia 15 de dezembro de 2015, ante a aceitação do seu processo de cassação.

Assim numa sessão convocada para acontecer num domingo, em 17 de abril de 2016, o pedido para o impedimento da então presidenta foi votado no plenário da Câmara dos Deputados. Transmitida por praticamente todos os canais de televisão do Brasil, a sessão foi uma sucessão de absurdos. Mais de dois terços dos deputados votaram pela aceitação daquele pedido lastreado pela farsa chamada de “pedaladas fiscais”. No centro do problema, no entanto, estava a falta de governabilidade no exercício do poder por parte de Dilma. “É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo”, discursou Dilma em 31 de agosto de 2016, quando foi apeada do poder quando o processo de impeachment foi votado no Senado Federal.

Simbolicamente, foi ali que oficialmente se deu a ruptura entre capital e trabalho. O que eram “concessões”, deixaram de existir. Com a decisão, cristalizou-se uma falcatrua da política nacional, visto que, em gestões anteriores, desde praticamente Itamar Franco (1992-1994), mecanismos de atrasos e adiamentos de transferências de recursos, para que se honrassem compromissos de outra monta, já haviam ocorrido nas gestões de todos os presidentes, passando por exemplos nas duas gestões dos antecessores de Dilma: as gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002 – dois mandatos), do PSDB; e na do petista Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010 – também dois mandatos) e isso se repetiu inclusive na primeira gestão da própria Dilma (2011-2014).

O pano de fundo dessa farsa e usado como desculpa para tal descalabro político era a falta de habilidade fiscal ou do rigor inesperado por observar por parte dos auditores fiscais do Tribunal de Contas da União (TCU), mascarava a verdadeira razão em se extinguir o comando de um partido

cujo nome colocava no poder o interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras – o Partido dos Trabalhadores.

E assim, no hoje longínquo ano de 2016, mais precisamente em 18 de abril, se encerrava um ciclo de conciliação entre trabalhadores e capital, tendo início um ciclo de empoderamento da chamada classe dominante – ainda mais poder de quem já está no comando do modelo capitalista concentrador de riquezas.

O impeachment de Dilma levou ao mais alto cargo da República o cor-religionário de Eduardo Cunha, o então vice-presidente Michel Temer, também do PMDB. Mas Temer tinha um “plano”, o qual recebia o simbólico nome de “Ponte para o Futuro”.

Mas e o que dizia o “mirabolante” plano? Em linhas gerais, o programa previa menor segurança jurídica e direitos aos trabalhadores, trabalho efetivo por mais anos aos idosos e medidas que, na prática, poderiam inviabilizar os direitos universais de acesso a serviços públicos por parte da maioria da população. Tudo isso ocorreria em linha com mudanças prevista pelo então novo governo após o impeachment, como a reforma da Previdência com idade mínima para aposentadoria aumentando; a reforma trabalhista (na verdade uma contra-reforma, onde o instrumento que daria equilíbrio à relação entre capital e trabalho teve uma quebra significativa) e uma série de outras medidas que reduziria o tamanho e a importância do Estado em prover, aos pobres, por meio de políticas de acesso a bens e serviços públicos. Cabe até um parênteses nesse ponto: um dos primeiros pontos do Governo Temer foi a edição de uma medida provisória para a implantação de um novo modelo para o Ensino Médio. Outra forma de eliminar possibilidades de o Estado seguir servindo aos menos favorecidos foi a implantação do “Teto de gastos”, por meio da aprovada Emenda Constitucional Número 95 congelando – pasmem – por vinte (20) anos os gastos com Saúde, Educação, Moradia, Segurança Pública e várias outras incumbências de um Estado onde a maioria da população não tem recursos para gastar com essas e outras atribuições.

Ou seja, desde 2016, passamos por dois governantes de cariz conservador e que indicam a redução do tamanho e do caráter público do Estado brasileiro, em franco contraponto àquilo estabelecido na Constituição Federal de 1988.

E é por essa razão que essa obra, idealizada para comemorar os 30 anos de existência da Federação cujo objetivo é defender os interesses de trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro do Nordeste do Brasil, e por consequência de toda a classe trabalhadora do Brasil, não poderia deixar de fazer esse resgate dos últimos seis anos do Brasil. O golpe de 2016, a eleição de um representante da extrema-direita e que se posiciona claramente contra os direitos da classe trabalhadora, inclusive montando um ministério anti-povo, comandado na Economia por um dos “Chicago-Boys” responsável por transformar o Chile no laboratório da desconstrução do estado de bem-estar social e modelo internacional do “sucesso” do neoliberalismo, o “posto Ipiranga” Paulo Guedes, além do estabelecimento de ações que se destinam a fazer do Brasil um novo espaço de desenvolvimento das políticas neoliberais e de exclusão dos pobres dos direitos estabelecidos no texto da Carta Magna de 1988.

É por essa razão que iniciar as considerações finais de forma mais clara e objetiva, demonstrando o quão importante é resgatar o caráter de luta da FETRAFI-NE ao representar de forma honesta e articulada a defesa dessa faixa da classe trabalhadora, trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro, é mais que necessário: é um dever de fato com a forma como se constituiu a Federação, desde dezembro de 1992, em sua assembleia de fundação.

No bojo da luta que seguiu após o golpe de 2016, e mesmo muito tempo antes, ainda no período de fundação da entidade, a classe trabalhadora se auto atribuiu uma série de responsabilidades, ações, estratégias e demonstrações de força por meio das suas organizações de base.

Mas desde o fim do ano de 2021, uma nova ferramenta se inseriu no contexto de luta. Embora o eixo fundador da FETEC (lá em 1992) tenha sido



Fabiano Moura:
presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, secretário de finanças da CUT/PE, membro do Comando Nacional dos Bancários, integrante do Conselho Político da FETRAFI-NE

a democratização dos caminhos de enfrentamento e de defesa dos interesses do proletariado, ao escolher a forma democrática desde a base – em contraponto à forma como as estruturas vigentes se moviam, com o mínimo de ações em defesa da classe trabalhadora e conluio junto ao capital por parte das FEEBs (Federações dos Empregados em Estabelecimentos Bancários) e da CONTEC (Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), em atos explícitos de pelegagem.

E o caminho foi ampliar a forma de auscultar a classe trabalhadora. Para tanto a FETRAFI-NE promove pesquisas quantitativas e qualitativas, promovidas por um instituto com capacidade técnica e que ajuda a compreender o que a classe trabalhadora representada pelos integrantes dos serviços do ramo financeiro, o que elas e eles pensam a respeito do seu futuro, como apontam seus interesses, analisam o momento econômico e político do País, assim como seus integrantes de base se posicionam em relação à condução da coisa pública.

Quem nos elucida melhor a importância dessas sondagens é o integrante do Conselho Político da Federação, Fabiano Moura, também presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, para quem as pesquisas servem como instrumento para posicionar a Federação “em relação aos outros entes e organizações sindicais, e também nas lutas para o interesse da classe trabalhadora do Brasil”, explica Moura.

A pesquisa acontece buscando entender essa expectativa e os pontos principais. “Agora em 2023, um dos pontos que tem uma relevância política muito grande, é a questão da Democracia. Nós tivemos ataques à Democracia, e o quanto que isso é observado, na opinião dos trabalhadores do ramo financeiro? Muitos desses trabalhadores entendem que os ataques à Democracia aconteceram, e podem acontecer novamente. E isso mostra o quanto a luta pela Democracia no Brasil, pra garantia de que os processos políticos, aconteçam de forma democrática, republicana, com liberdade de atuação. No movimento sindical, enfrentamos uma dificuldade muito grande contra o autoritarismo, contra a liberdade sindical. Então nós precisamos fortalecer os princípios de democracia, de liberdade sindical, do ponto de vista político”, enfatiza Carlos Eduardo Bezerra Marques, o presidente da FETRAFI-NE.

Já Odaly Bezerra, vice-presidente da entidade, nos ajuda a compreender que esse tipo de pesquisa auxilia em posicionar a classe trabalhadora: “observar se há aceitação maior ou menor, qual é a expectativa com o Governo do presidente Lula, significa também margem para que a gente possa embarcar nessa expectativa e fortalecer a luta política nesse sentido”.

Os acontecimentos relacionados ao 8 de janeiro de 2023, dividem opinião entre quem entende que fortaleceu muito a Democracia e aqueles que compreendem existir ainda um risco considerável contra o ambiente democrático. O fato do golpe de 8 de janeiro (de 2023) não ter ocorrido conforme o sonho dos golpistas, não quer dizer que está tudo resolvido e que podemos seguir com “síndrome de Poliana”^(*).

Há um percentual dos integrantes do ramo, ouvidos na pesquisa mais

(*) Poliana é um clássico da literatura infanto-juvenil, da estadunidense Eleanor Porter, publicado originalmente em 1913. A personagem Pollyanna é uma mocinha que se guia pelo empenho gentil e crédulo de sempre procurar o “lado bom” em tudo. No Brasil o livro popularizou o termo “poliana”, que se transformou em adjetivo. Ainda que a maior parte dos dicionários mais populares não registrem o verbete, ele pode ser encontrado no Wikcionário, que o descreve como relativo à “pessoa que é excessiva e idealistamente positiva, otimista e inocente, pura, ingênua”.

recente, apontando para que tudo ficou do mesmo jeito, tudo muito igual, e que enfraqueceu um pouco ou muito a Democracia. E é mais ou menos o percentual “bolsonarista”, por volta de vinte por cento (20%), considerando com o igual, soma quarenta por cento (40%). “Existe uma polarização e o conceito da Democracia é uma das premissas da organização sindical. Os direitos humanos (DH) eles vão perceber, para qualquer Democracia Ocidental, que tem que ter liberdade civil, liberdade partidária, liberdade religiosa, liberdade sindical, liberdade de imprensa... para que os preceitos de Justiça Social possam prevalecer”, pondera Esdras Luciano, secretário de Bancos Privados da entidade.

Ou seja: quando, no Brasil, uma tentativa de golpe dessa ocorre, atacando os três Poderes da República, e tem uma opinião dividida na categoria bancária, sobre o fortalecimento ou não, decorrente da resistência a esse golpe (de 8 de janeiro), é um recado importante que merece um destaque, entre as considerações que a Federação faz sobre os princípios estatutários de defender a Democracia.

A pesquisa mostra também a importância de temas relacionados a atuação do Sindicato junto ao Governo. Nesse caso o Governo Lula 3 (iniciado em janeiro de 2023). “Avançar na luta dos bancários, trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro, reconstruir direitos trabalhistas, retomar o aquecimento de emprego, valorizar e fortalecer as entidades sindicais. São temas percebidos pelos trabalhadores bancários como temas muito importantes. Isso demonstra que a Federação pode ajudar no apoio às entidades sindicais para que essas lutas tenham visibilidade na sociedade, visibilidade na relação institucional com governos, parlamentos, judiciário; mas também com a própria categoria para que ela se entenda sobre o que que é preciso como organização para que essas expectativas sejam atendidas. Sob o risco de, se algo não for atendido, levar ao enfraquecimento da organização sindical e da luta pela conquista desses objetivos”, estima Lindonjohson Almeida, secretário-geral da FETRAFI-NE

Espelho do momento

A Federação também faz por meio da pesquisa um processo de conhecimento da opinião dos trabalhadores/trabalhadoras, sobre a atuação da própria entidade. “O “retrato” que a gente acha mais importante é sobre a visibilidade e o conhecimento da própria Federação. Durante as campanhas salariais normalmente as entidades sindicais têm uma atenção maior, por conta dos outros interesses relacionados às contratações, direitos sociais e econômicos. E a Federação ela tá aumentando o seu grau de conhecimento, mas ela tem muito a ser percebido, pelos trabalhadores bancários e do ramo financeiro. Pouco mais de um terço da categoria tem algum conhecimento que existe uma federação que apoia os sindicatos que faz parte da estrutura do movimento sindical. Isso por si só já é importante, porque dá o cenário de que se você não conhece como você se organiza, com certeza você tem muito mais dificuldades de fazer essa organização atuar de forma mais forte, consistente pra conquista dos objetivos coletivos da luta política”, analisa Carlos Eduardo, em alusão aos apontamentos da pesquisa.

“Ainda assim também é importante, além do conhecimento, como é que é avaliada a atuação da entidade Federação. Então os trabalhadores conseguem perceber a importância, daqueles um terço, ou um pouco mais de um terço, que conhece minimamente a Federação, avalia positivamente a atuação da entidade de segundo grau. Há uma aprovação da maioria, dos que conhecem a federação, sobre a atuação da federação junto aos sindicatos, junto aos bancários, junto às negociações. É uma aprovação que é importante porque aponta que, mesmo diante das dificuldades, a Federação tem acertado na sua relação com os sindicatos e na sua posição para apoiar a luta dos sindicatos junto aos trabalhadores e trabalhadoras”, explica o secretário de Bancos Privados da Federação, Esdras Luciano, ao olhar para os números do levantamento.

Aprovação na forma de defender a categoria

A pesquisa também aponta que o conjunto dos sindicatos da Federa-

ção do Nordeste do Brasil, tem uma aprovação extraordinária, e isso já vem sendo apontado ao longo das outras pesquisas já realizadas. Mais de 60% de aprovação com os índices de rejeição, de ruim e péssimo, que ficam bem próximos de um dígito, segundo a última sondagem.

Isso é importante, pois demonstra a proximidade entre as lutas, posições, demandas e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo financeiro e a atuação, o lado político e a forma de agir das entidades sindicais. “Ainda que a gente avalie que entre conjuntura política quando você está fazendo oposição a um processo de governo, por conta de Bolsonaro que se posicionou contra o ativismo de defesa da classe trabalhadora e contra as entidades sindicais, e você vê a expectativa diante de um Governo Lula, de que a tendência é fazer aquele processo de alteração entre a expectativa de ser pedra ou vidraça. A luta, ela precisa se adaptar sempre às dificuldades das oportunidades de poder. Porque há sempre uma confusão por parte da classe trabalhadora sobre estarmos mais empoderados ou não. Eventualmente os trabalhadores conseguem perceber que estão muito empoderados e porque essa percepção não tem lastro numa realidade porque quando você ganha uma presidência da República, você não ganhou o poder efetivamente de forma absoluta e efetiva, do Estado brasileiro, ou no mundo; ou do ponto de vista da relação entre capital e trabalho. Então essas são sempre demandas e desafios, de comunicação, de conscientização política, de formação, para que a gente tenha o devido momento de valorizar as conquistas, valorizar a força da nossa organização, valorizar as nossas forças sociais. Mas também compreender que elas se inserem num tecido político social bem difícil. Um tecido social hostil às propostas trabalhistas”, avalia José Eduardo Marinho, olhando para um extrato fundamental da pesquisa, como forma de delinear o posicionamento da Federação e servir como parâmetro para a atuação dos Sindicatos junto à base, além de, obviamente, estabelecer o caminho a ser trilhado pela Federação em relação à sua forma de construir a negociação para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

A pesquisa também aponta mais da metade dos sindicatos da FETRAFI-NE e a própria federação têm uma forma sintonizada e coordenada de atuação. Os demais respondentes, que não apontam essa percepção, não sabem responder. Não percebem essa afinidade na forma de atuar. Falam de uma atuação que é independente, distante. Isso é importante porque mostra que, ainda entre os que conhecem, ou os que não conhecem, ao se perguntar sobre como as entidades sindicais se organizam, no ramo financeiro, no caso do Nordeste, em relação à FETRAFI-NE, há uma percepção de mais sintonia e coordenação entre a forma de atuar do Sindicato com a estrutura vertical.

“Isso é importante também porque vai mostrar nosso modelo de organização junto à CONTRAF-CUT, junto à organização de comando nacional, e as lutas que a gente desenvolve, de forma articulada, nacionalizada, centralizada. É o mesmo calendário, são as mesmas reivindicações, ainda que a gente faça isso com autonomia e liberdade sindical, em cada entidade sindical que participe dessa luta”, analisa o vice-presidente da entidade, o piauiense Odaly Bezerra. Isso corrobora uma análise feita ainda em 2014 pelo professor aposentado da Unicamp, Luiz Gonzaga Belluzzo, para quem o atual estágio do capitalismo, onde os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras é cada vez menos valorizado pelo conjunto do capital, ao se organizar em favor de seus direitos é uma prerrogativa fundamental para a classe trabalhadora, uma vez que o momento aponta para “um verdadeiro massacre dos direitos e conquistas trabalhistas e fim do estado do bem-estar social na Europa, com reação pífia dos trabalhadores. É assim que funciona o capitalismo. Vamos ganhar competitividade e flexibilizar o mercado de trabalho. Foram criadas as condições para enfraquecer os sindicatos e os trabalhadores. Sabe o que isso significa? Descer a porrada em cima de vocês”, concluiu Belluzzo, em evento que foi realizado em agosto daquele ano, em Brasília. É por isso que a organização de base, lastreada por uma entidade de segundo grau articulada e forte, pode fazer toda a diferença em favor dos trabalhadores.

Nesse sentido, o atual presidente da FETRAFI-NE, Carlos Eduardo Bezerra Marques, ao analisar o conjunto de questões e apontamentos advindos do resultado da pesquisa, considera como principal efeito advindo dos dados a direção de um alinhamento efetivo “da Federação em apoiar os Sindicatos, ao perceber as condições de trabalho a partir das expectativas dos bancários. Sobre a atuação do Sindicato: se eles garantem mais proteção, ou menor proteção aos integrantes da categoria; se conhecem bem a realidade dos bancários? Sobre o poder de mobilização. Sobre a sua linguagem e comunicação, sobre a posição política. Sobre se os dirigentes e os representantes do sindicato se comunicam bem e sabem o que está acontecendo? Se tem um trabalho de base que é reconhecido? Se conseguem negociar bem? E todos esses pontos são percebidos como pontos positivos”, se orgulha Carlos Eduardo, lembrando que “o trabalhador tem abertura, tem a confiança para denunciar”, a pesquisa aponta, diz Carlos Eduardo, ao esmiuçar o resultado apontado pelo levantamento.

Levantamento esse onde, o trabalhador do ramo financeiro, denuncia se tem receio em denunciar algum abuso. “De ele relatar isso ao Sindicato ou não é importante. São todos pontos que são percebidos positivamente pela categoria e mostram o objetivo da Federação de apontar aos sindicatos onde a ação das entidades estão conseguindo acertar mais, conseguindo atingir melhor os objetivos, mas também em analisar e apontar quais os pontos onde se pode considerar haver dificuldades (em algum banco, em algum tema). Assim os sindicatos têm a possibilidade de se reorganizar para atender a expectativa de seus representados em relação ao funcionamento das próprias entidades sindicais”, revela Lindonjhonson, ao abordar a razão pela qual a entidade está construindo uma série de pesquisas para gerar subsídios que ajudem a agregar informações para a construção de um caminho para atuação dos sindicatos que formam a Federação.

A pesquisa também mostra os acertos, principalmente em relação às conquistas e vitórias alcançadas ao longo das negociações. O exemplo mais enfático é a PLR. “O que nós temos contratado de Participação nos Lucros e

Resultados, e nosso modelo de contratação, com a vigência de dois anos, e quanto isso vem de um amadurecimento das relações de negociações coletivas, ao longo do tempo, é percebido como processos que são muito importantes e que o nível de satisfação ou reconhecimento dessas estratégias ou desse tema de contratação do impacto econômico, como é o caso da PLR, é bem destacado. Então assim: aumento real, PLR maior, manter os direitos, a vigência do acordo trazendo proteção por mais tempo. Isso, em momentos que tivemos greve e agora em momentos sem greve, isso é muito importante, porque demonstra que a categoria além de disposição para a luta, também ela amadurece na sua organização, então a importância de que o seu processo organizativo deve aperfeiçoar a forma de dialogar com o setor patronal em termos de negociação coletiva, em termos de mobilização, de representação, e isso é um destaque que não é dessa pesquisa, mas de como a Federação pode, coordenando os Sindicatos, agregando informações e estratégias para levar ao Comando Nacional, no período das negociações coletivas, entender como é que isso é percebido pelos trabalhadores, para que isso possa ser avaliado junto à organização das campanhas”, finaliza Carlos Eduardo, em relação à importância desse instrumento de consulta à base na construção democrática de estratégias.

Nunca é demais salientar, no entanto, que há sempre momentos, e ambientes nos quais a decisão não é centralizada nas mãos da direção de entidades, mas sim em formação de consensos depois de muitas oportunidades de participação dos integrantes da categoria, desde as reuniões nos locais de trabalho, por meio dos dirigentes que atuam lá; nas visitas da direção, antes e durante as campanhas pela renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); nas assembleias de debate das propostas, contrapropostas e aprovação da pauta de reivindicação que vai à mesa de negociação; assim como nas assembleias que aprovam a pauta ou indicam a necessidade de recrudescer com a realização de greves para obter o convencimento dos patrões sobre aquilo que é a reivindicação da classe trabalhadora.

Ou seja, a razão pela qual a FETRAFI-NE foi forjada e criada, ainda

como FETEC-CUT/NE, que era justamente gerar o respeito pela participação e opinião da base e construir de forma democrática a decisão da categoria ou do ramo, se encontra plenamente realizada.

Mas não é possível ficar parado. E por essa razão, em função de todo o ataque e ameaça construída a partir do golpe, os dirigentes do ramo financeiro não se contentam em vitórias nas mesas de negociação. Para isso, pensa-se numa alternativa plausível e de consenso, no qual se discuta formular uma espécie de reforma do sistema sindical brasileiro.

Afinal, nunca é demais lembrar dos anos recentes. As propostas do Governo Bolsonaro em relação às organizações sindicais no Brasil é de desmonte. O projeto neoliberal, de pluralismo sindical, cujo objetivo é a fragmentação, num movimento desagregador e onde poucos trabalhadores tenham um sindicato para pulverizar e fragmentar a luta. O objetivo é ter milhares de sindicatos, e não ter a força da união e do posicionamento para fazer frente à posição do capital, a posição dos empregadores. E isso acaba desequilibrando profundamente a balança das relações de força para estabelecer direitos individuais e coletivos, esse individualismo se sobrepõe a uma possibilidade de conquista coletiva ou de representação coletiva.

Assim, é importante nutrir essa obra de uma reflexão do professor Ricardo Antunes, para quem

“O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é, então, criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva. Isso em uma fase em que nunca o capital foi tão destrutivo em relação ao trabalho, à natureza e ao meio ambiente, em suma, à humanidade. A recusa à separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, realizada pelos sindicatos, e ação política, produzida pelos partidos, é absolutamente imperiosa e mesmo imprescindível quando se pretende derrotar o poderoso e totalizante

sistema de metabolismo social do capital, estruturado a partir do tripé Estado, capital e trabalho assalariado. A ação contra o domínio do capital em busca do socialismo deve articular luta social e luta política em um complexo indissociável. O mundo do trabalho e as lutas sociais de classe, em suas complexas relações com a luta ecológica, de gênero, étnica, racial, geracional etc., têm cada vez mais uma conformação mundializada. Com a expansão do capital em escala planetária e a nova forma assumida pela divisão internacional do trabalho, as respostas do movimento dos trabalhadores assumem um sentido universalizante ainda maior. Assim, cada vez mais as lutas nacionais devem estar articuladas com uma luta de amplitude internacional. As lutas pelo direito ao trabalho, pela redução das jornadas, pela ampliação dos direitos sociais, por um modo de vida que se contraponha aos valores e interesses do capital carecem de uma articulação internacional expressiva, de uma forte solidariedade para que suas formas de confrontação possam se tornar vitoriosas. À mundialização dos capitais corresponde, portanto, cada vez mais e de modo intransferível, uma mundialização das lutas sociais e do trabalho". (ANTUNES, 2018)

A quebra da solidariedade de classe e essa fragmentação que acaba por desvalorizar a negociação coletiva tem impacto direto também nas organizações já existentes, sobre sindicalização, diminuição de base de representação, redução da densidade sindical, desproteção da cobertura sindical em contrato coletivo que limita quem são as pessoas que podem ser beneficiadas pelos direitos contratados.

Então as formas onerosas de contratação; a fragilização das Democracias por meio da fragilização das organizações sociais, diminui o diálogo social, enfraquece o processo de negociação coletiva e gera uma competição por sobrevivência que leva os trabalhadores a um individualismo de

barbárie em relação às conquistas coletivas e isso talvez seja a grande justificativa, não só no Brasil, mas no mundo, de como o fortalecimento das entidades sindicais pode fortalecer a economia. Pela sustentabilidade maior das relações de trabalho da organização do trabalho dos direitos dos trabalhadores, em relação à produtividade, em relação ao fortalecimento das próprias empresas, em relação ao resultado da economia.

Para reverter esse quadro de ataques, e que ainda conta com muitos apoiadores dentro do Congresso Nacional, pois o ex-presidente, mesmo não sendo reeleito em 2022, reforçou a posição conservadora e antiprogressista no Congresso Nacional, ao eleger uma bancada ainda maior, conforme indicam análises como a do Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (DIAP), órgão que aponta ter havido um aumento na representação de parlamentares de direita. O recado dos brasileiros nas urnas, no primeiro turno das eleições de 2022, demonstra a consolidação do pensamento de direita, preponderantemente conservador, que se revelou de forma mais nítida na população. A partir de 2018, e, sobretudo, após esses 4 anos de governo Bolsonaro, ganhou mais força e aderência na sociedade.

A eleição de representantes desse pensamento ao Poder Legislativo federal é demonstração de força dessa vertente política no País. Na Câmara dos Deputados, os partidos que elegeram parlamentares com essa linha de pensamento político, aumentaram de 210 para 259 representantes. No Senado, a direita também aumentou o número de representantes: 22 para 36.

Como efeito da polarização nacional, a esquerda também cresceu em relação à representação no Parlamento para 2023. Esse matiz política aumentou, de 73 para 94 deputados federais eleitos, e, no Senado, de 6 para 9, que representam os partidos ligados à esquerda na Casa.

A partir desses números, e para não deixar que o “bonde da História” atrole o interesse da classe trabalhadora, há uma articulação entre as principais lideranças sindicais do Brasil, incluindo aí também os mais preparados dirigentes da FETRAFI-NE para elaborar uma proposta de retomada da força, independência e autonomia do sindicalismo no Brasil.

O objetivo é promover a atualização do sistema de valorização da negociação coletiva, denominado como “atualização do sistema de relações de trabalho de todo o sistema sindical”. A Federação já está conduzindo estudos e participando de momentos coletivos para delinear a proposta, que vem sendo elaborada desde a implantação da chamada reforma trabalhista em 2017.

Na verdade, se olharmos pelo retrovisor da História recente, veremos que em 2016 ocorreu o golpe, em 2017 aquilo que os conservadores nomearam como “reforma trabalhista” (uma série de mudanças que enfraqueceu alhures a posição da classe trabalhadora no embate contra o capital). A seguir, em 2018, ocorreu uma aberração que foi a eleição de Jair Bolsonaro (não se pode perder de perspectiva que Lula foi alijado do processo por uma intervenção jurídica, conhecida como Lawfare {formada do inglês law, “direito”, e warfare, “guerra”; em português: guerra jurídica} – uma palavra-valise introduzida nos anos 1970 e que originalmente se refere a uma forma de guerra na qual o direito é usado como arma), e por conta desse empoderamento da direita, em 2019 os conservadores tiveram força para estabelecer a reforma da previdência, com impactos na terceirização, no ativismo, na atuação sindical, depois ainda o Brasil foi acometido pelo vírus da “Covid-19” que se transformou numa pandemia planetária.

Em resumo, desde 2017 tem havido resistência do campo do trabalho, o qual vem sendo realizado pelas organizações sindicais como um todo. Foram anos onde sistematicamente houve ataques às organizações sindicais e aos direitos dos trabalhadores.

As negociações coletivas foram desvalorizadas, foram estabelecidas e reformadas práticas antissindicais, criminalização das lutas populares, ataques à subsistência e à manutenção das entidades sindicais, ataques à filiação dos trabalhadores aos sindicatos. Ataques às contribuições assistenciais ou negociais, definidas em assembleias, fruto de conquistas a partir de acordos firmados e votados em assembleias e aprovados pela maioria, aprovados em negociações coletivas.

Além da perspectiva de alterações graves como a retirada de direitos trabalhistas, como foi o caso do fim da ultratividade. Mudanças trouxeram a facilitação de problemas como a rotatividade, precarização, insegurança.

Vale aqui um alerta que nos faz o professor Márcio Pochmann, que no artigo “Desafios atuais do sindicalismo brasileiro”, publicado na obra coletiva *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*, organizada pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) argumenta:

“...o avanço das políticas neoliberais, responsável pelo maior desemprego e ocupações precárias, levou ao enfraquecimento da capacidade laboral de contratar e negociar, transformando os sindicatos – cada vez mais – em instituições de prestação de serviços. Em síntese, as mudanças no sindicalismo brasileiro ocorreram condicionadas pelas políticas governamentais de: (i) reforma do Estado (previdenciária, tributária e administrativa), (ii) privatização do setor produtivo estatal (energia elétrica, telecomunicações, siderurgia, entre outros), (iii) reorientação das políticas sociais (descentralização, contenção e focalização dos gastos) e (iv) adoção de medidas de flexibilização das relações de trabalho e de desregulamentação do mercado de trabalho. No que diz respeito ao setor privado, frente ao aprofundamento do processo de reconversão econômica e de ampliação da concorrência intercapitalista, constatou-se a existência de importantes mudanças estruturais. As políticas macroeconômicas de liberalização comercial e financeira e de estabilização monetária (elevada taxa de juro e valorização cambial) levaram as empresas a adotarem diversos programas de reengenharia, terceirização, nova organização do trabalho e gestão da produção, favorecendo, em síntese, a especialização da produção e a dependência das importações. Na realidade, essas medidas empresariais, combinadas com o funcionamento do mercado de trabalho extremamente desfa-

vorável ao trabalhador nos anos 90, terminaram por aprofundar ainda mais a concorrência pelos postos de trabalho existentes, ao mesmo tempo que ampliou-se o movimento de discriminação nas contratações de trabalhadores. Com isso, o núcleo duro das empresas modernas tornou-se mais enxuto e seletivo, preferencialmente para trabalhadores com idade entre 25 e 40 anos de idade, com maior tempo de serviço, mais alto grau de escolaridade e com rendimentos oscilando cada vez mais de acordo com o cumprimento das metas de produção e vendas. Ao mesmo tempo, a redução das hierarquias funcionais, o enxugamento de postos de trabalho tradicionalmente de classe média, a proliferação de variadas formas de subocupação de mão-de-obra e trabalho autônomo para grandes empresas favoreceram a valorização da cultura individualista no interior da classe trabalhadora. Nesse sentido, surgiram novidades que necessitam ser ressaltadas, como grupos semi-autônomos, células de produção, trabalho multifuncional no interior do processo produtivo nacional, ainda que não possam ser generalizadas para o conjunto do país.” (POCHMANN, 2005)

O quadro de resistência se justifica não somente para reconstruir, mas aperfeiçoar e valorizar a atuação dos Sindicatos, para as negociações coletivas. Nesse ponto, os bancários e suas entidades de proa aparecem como um exemplo capaz de dar uma contribuição no processo de organização. Surgem como uma das referências para aperfeiçoar as relações de trabalho no Brasil.

A ideia é construir uma possibilidade fática em fortalecer, junto ao ramo financeiro, junto à Central Única dos Trabalhadores e às demais centrais sindicais; junto inclusive à classe trabalhadora como um todo, uma relação institucional com o Parlamento, com o Executivo, com o Judiciário,

com capacidade de dialogar e estabelecer mudanças nas condições de organização que existem hoje.

Escalonar para uma transição que potencialize a dimensão coletiva da liberdade sindical. E também do que esse conceito significa hoje, na base da representação definida nas leis atuais, onde os aspectos democráticos e de representatividade, permitam haver mais agregação, mais proteção sindical, mais relações sindicais, autônomas organizativas, com capacidade de ter seu financiamento e até a sua autorregulação diante da ideia de que o poder normativo da Justiça do Trabalho não consegue abranger todas as suas ações.

Não se pode negar também ser o Ministério do Trabalho um instrumento sem capacidade de conseguir hoje equilibrar e dar resposta a todos os conflitos, dentro das entidades sindicais, e que a ausência de uma representação organizada, fragiliza a proteção e o próprio trabalhador.

Por conseguinte, a possibilidade de num governo Lula, é de avançarmos. Isso se apresenta como uma possibilidade de a Federação ter propostas para atualizar leis, dialogar com o setor econômico empresarial, se organizar e debater com organizações do Estado, com o parlamento, com o Judiciário.

Buscando o quê? Com os objetivos claros, de ter a negociação coletiva valorizada, fortalecida, com sindicatos representativos, representação sindical ampliada, evidencia-se que representar o ramo financeiro, não somente os bancários, mas os bancários, os financiários, cooperativas, os terceirizados que atuam dentro do sistema financeiro nacional, encontrarem no sistema uma representação qualificada.

E ao fazer isso, ter um patamar, de um acordo de setor, de ramo. E isso fortalecer a economia, porque além de ter o reconhecimento dos direitos econômicos e sociais, esses trabalhadores, apontam para uma atuação que seja menos nefasta à vida dos trabalhadores e a atuação junto à sociedade. "Fazer essa agregação sindical mais motivada, de ter entidades sindicais juntas como nos bancários nós temos, organizamos na federação, na

CONTRAF-CUT, no Comando Nacional dos Bancários para ter negociações nacionalizadas, centralizadas, articuladas, garantindo os mesmos direitos para todo o país. E essa autonomia sindical é ter também para a sua própria organização, para o seu próprio financiamento, com uma unidade fortalecida com autonomia para regular e operar o sistema de relações do trabalho e no caso dos bancários nós fizemos uma Convenção Coletiva de Trabalho, de relações sindicais, que tem a manutenção e reconhecimento de dirigentes, manutenção e reconhecimento de frequências livres com ônus para o empregador para a atuação sindical, e o mais importante: o reconhecimento da legitimidade; o reconhecimento das entidades sindicais diante dos seus próprios conflitos. De base de representação, como a territorialidade. E isso tudo apoia a organização e é uma das referências de organização do ramo financeiro e também da categoria bancária para o conjunto da classe trabalhadora e para o tecido jurídico nacional, poder estar mais afeito aos desafios do que são essas transformações no mundo do trabalho”, traduz Lindonjhonson, em relação à proposta em estudo nas instâncias do sindicalismo brasileiro.

Na visão do dirigente, pode-se atualizar as relações de trabalho, o sistema de relações de trabalho, alcançar uma maior autonomia para a organização dos trabalhadores nas empresas, sem a interferência do Estado ou de outra parte interessada. Para tanto, é condição *sine qua non* não dificultar a sindicalização. Não dificultando a organização, não dificultando a mobilização, não dificultando o processo de luta, de diálogo, de contratação, de greve. E estabelecer isso por meio de uma autorregulação, para definir regras e a forma de funcionamento do sistema de relações de trabalho, entre o setor econômico, o setor profissional e o setor patronal.

Sem perder a perspectiva de avanço, de reconfiguração, novamente vamos beber nas ideias do professor Márcio Pochmann, para quem:

“A sociedade salarial, sonhada por tantos progressistas e posta em prática com as lutas dos abolicionistas na década de 1880 e dos tenentistas nos anos de

1930, sofreu forte impacto nas três últimas recessões econômicas. Nessa perspectiva panorâmica da trajetória do mundo do trabalho, suas transformações terminaram por impactar direta e indiretamente a forma de organização e de atuação do sindicalismo brasileiro. Em grande medida, o sujeito social fundante no interior da classe trabalhadora constitui a base pela qual a organização laboral estabelece a sua representação de interesses e ações de lutas. Se na antiga sociedade agrária, os artesãos se constituíram como sujeito social das entidades de ajuda mútua, o operariado industrial assumiu centralidade no interior do sindicalismo de ofício e, posteriormente, no sistema corporativo de relações de trabalho. Atualmente, a emergência do contapropriista em plena transição antecipada para a sociedade de serviços apresenta-se como possibilidade crescente de assumir a condição de novo sujeito social. Para tanto, a formatação do modelo de organização e representação dos interesses em relação ao conjunto da classe trabalhadora reafirma a tese de que o sindicato, cujo futuro encontra-se aberto no Brasil, segue fundamental." (POCHMANN, 2022)

A Federação entende a importância da negociação coletiva. Ter uma negociação coletiva valorizada, onde o setor econômico e o setor profissional tenham a compreensão. Ou seja: o trabalhador entender a importância da negociação coletiva; mas também o empregador entender a valorização da negociação coletiva. Ela definir essas regras, as relações, as condições de trabalho, num sistema que tenha boa-fé nas negociações; estabilidade nas relações de trabalho; segurança jurídica das normas que são contratadas; e entender que isso não é bom só para um lado, mas é bom para os envolvidos. Haver clareza de regras e de procedimentos é bom para aqueles representados por esse processo de negociação.

Justiça nas relações de trabalho

A intenção, o objetivo é construir um processo capaz de possibilitar a solução de conflitos. Pra ter uma prevalência sobre aquilo que é um guarda-chuva de proteção de direitos nacionais ou setoriais, ou por ramo, em relação a esses acordos que a legislação atual ou o interesse neoliberal exemplificado naquilo que o governo Bolsonaro/Paulo Guedes fez. Exemplificando: hoje pode ocorrer de fato a possibilidade de cinco trabalhadores assinarem um acordo e não precisa ter nenhum respeito à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

O que isso significa? Um mal exemplo: quer dizer que aquilo que é a luta de todos, que consegue ter mais força para lutar, ser secundarizado diante do individualismo. Então, essa relação entre a individualidade e o individualismo precisa ser estabelecida em patamares de maior Justiça nas relações de trabalho.

A negociação coletiva é uma forma de se fazer isso e os níveis de negociação, seja nacional, seja regional, se é por ramo, se é por empresa, pode ser feito mas precisa respeitar uma certa hierarquização para que haja razoabilidade. Quais são as contrapartidas de você levar em consideração? “Ah, mas eu não consigo fazer uma negociação por todo um setor todo um ramo, aí vai por empresa, porque tem a possibilidade de avançar em algum tema”, exemplifica Esdras Luciano, completando: “mas essa flexibilidade possa estabelecer uma nova possibilidade de haver uma negociação de uma negociação coletiva. E não desestimular as negociações coletivas, como tem acontecido nesse último período”, pondera o secretário de Bancos Privados da entidade.

A garantia de negociações coletivas como a FETRAFI-NE conduz em favor dos bancários, como aquelas que vêm sendo conduzidas ao longo de pelo menos as últimas três décadas, ou como aquelas conduzidas em face ao interesse de integrantes do serviço público, onde às vezes companheiros e companheiras são obrigados a fazer greve para entregar uma pauta de reivindicações, não podem ser perdidos de perspectiva no momento de se

discutir o modelo a ser adotado, olhando para a evolução do sistema/modelo que resultará dessa negociação.

Às vezes, tem que fazer greve para que a negociação avance e se movimente. Então o amadurecimento das relações de trabalho não pode ser só no setor privado. É preciso incluir o setor público na análise do processo como um todo.

Tem que ser no setor público e no setor privado. Tem que acontecer simultaneamente também no setor público o avanço para que todos compreendam que o funcionalismo também tem direitos e esses direitos precisam ser respeitados pelo conjunto da administração pública nos três níveis – municipal, estadual e federal.

Para a FETRAFI-NE, o arcabouço advindo dessa proposta precisa ter o Sindicato como elemento essencial, as entidades sindicais como elementos essenciais para uma negociação coletiva. E nesse novo momento, a partir da implantação de um modelo inclusivo e respeitoso, provocar o constrangimento às entidades econômicas que pretendem ser o ápice das teorias administrativas, com a obtenção de seus resultados econômicos, de que recusar-se a negociar, recusar-se a reconhecer as entidades sindicais, recusar-se ao diálogo social, é um processo que enfraquece as suas próprias organizações, enfraquece a economia, e enfraquece a Democracia e enfraquece as relações no que diz respeito à Justiça Social e o respeito aos Direitos Humanos em última instância.

“Nós precisamos de um sistema sindical que o Sindicato é a base dos interesses de representação dos trabalhadores. Que a agregação dos trabalhadores, inclusive nas categorias hoje, inclusive depois da reforma trabalhista, da autorização da terceirização, inclusive na atividade fim, sem definição mais da atividade preponderante, que a agregação dessas categorias possam dar maior representação dos trabalhadores por ramos, por atividade econômica, como a gente tem procurado fazer nos bancários e a gente tem muito a avançar”, argumenta Carlos Eduardo.

A FETRAFI-NE estimula a organização vertical do sistema sindical

para que atue de forma democrática. Tem as federações, as confederações e centrais sindicais, e elas precisam agir de forma autônoma dentro de suas organizações. É preciso haver um estímulo para unificar a luta em torno de entidades com maior base de representação. E não tenha, por exemplo, um sindicato dos bancários do Banco do Brasil do bairro “A” ou “B”; ou um Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro que trabalham só com captação de documentos. Ou seja: a pulverização enfraquece a representação da classe trabalhadora numa mesa de negociação coletiva.

Então é importante haver critérios de representatividade e representação como fonte de poder coletivo. E aí, para isso, as entidades sindicais precisam respeitar o processo de Democracia, a partir de processos eleitorais democráticos, mandatos eletivos nos sindicatos com um limite de tempo. Transparência na prestação de contas. Reconhecimento da pluralidade quando houver oposições e forças difusas ao longo do processo sucessório nas entidades de base. E transformar esse tipo de procedimento num processo absolutamente normal da Democracia interna de entidades representativas da classe trabalhadora, potencializando o diálogo e elegendo essa condição em “espaço de força” desse processo democrático, onde todos, juntos, precisam ter o mesmo objetivo: fortalecer o conjunto das relações trabalhistas.

A Federação entende a importância de fortalecer organização da Central Única dos Trabalhadores. Esse modelo de organização vem a partir da organização da classe trabalhadora, do novo sindicalismo que aponta para a construção de diálogos e consensos. “Nós precisamos buscar a CONTRAF-CUT nacional, representação nacional, unidade nacional. Então a construção da unidade, a força da unidade, pra ter força sindical, sindicatos fortes, é importantíssimo”; referencia Carlos Eduardo, a partir de onde a entidade bebe na fonte do modelo democrático.

A CONTRAF-CUT segue na mesma linha da Federação, e seu objetivo maior é agregar cada vez mais os trabalhadores que são “expulsos” da representação por parte dos bancos, das holdings financeiras que acabam os

contratando para trabalhar embaixo do “grande guarda-chuva” da empresa, mas sem considera-los bancários para assim solapar seus direitos.

Nunca é demais lembrar que a entidade representa algo em torno de 40 mil trabalhadoras e trabalhadores em seus sete Sindicatos, via FETRAFI-NE.

Exemplo e ação externa

Para superar a condição de que a luta de organização sindical ultrapasse as fronteiras de um único país, o movimento sindical bancário e do ramo financeiro demonstrou capacidade de articulação ao se associar à UNI Global Union. No caso da UNI Global, fica demonstrada a importância de a luta sindical não fique restrita somente ao país porque as mudanças e as transformações no mundo do trabalho, elas não são isoladas. Os desafios ocorrem no mundo. E se espalham em desafios diversos: na tecnologia, na plataformização ou precarização dos empregos. Portanto, buscar fortalecer a atuação da Federação, não só nacionalmente, mas também internacionalmente, em associação com representações de outros níveis, como é o caso da CONTRAF-CUT, ajuda a FETRAFI-NE a promover essa parceria de luta, com a organização junto à UNI Global, que é um sindicato global que reúne 900 sindicatos em 150 países e representa mais de 20 milhões de trabalhadores.

A entidade internacional tem forte representatividade no setor de serviços e demonstra referência nas conquistas e negociações que envolvem os bancos, não somente do país, por meio de acordos-marcos, que garantem direitos mínimos aos trabalhadores do ramo financeiro, que têm atuação nesses bancos que têm sua atuação pulverizada em mais de um país. Isso se reflete, por exemplo, nas disputas de caráter sindical, da organização de luta que envolve bancos públicos e privados.

Por exemplo: o Banco do Brasil é um banco público em nosso País. Mas quando atua no Paraguai, é considerado um banco privado, muitas vezes denunciado por desrespeitar a relação trabalhista de seus funcionários. Por

meio da UNI Global, provocada por entidades sindicais parceiras e unidas em acordos formais, ocorreram denúncias e um acordo marco foi expedido, garantindo assim os direitos dos trabalhadores do Banco do Brasil tanto no Brasil como no Paraguai.

Dessa forma, o respeito à legislação do direito trabalhista no Paraguai foi garantido por meio dessa intervenção. Outro exemplo é que as grandes instituições financeiras do Brasil, como é o caso do Itaú, por exemplo, estão sob a observação e ação da UNI Global, em suas sedes na Colômbia; ou o Bradesco, na Bolívia; ou mesmo o Santander, um banco de origem espanhola, mas que tem negócios vultosos no Brasil e em vários outros pontos do mundo, mas que, por meio da UNI Global, acaba por tendo suas atividades verificadas. E assim para outros setores também esse tipo de união da classe trabalhadora vale e faz reverberar os direitos e a defesa dos interesses do proletariado global. No setor de comércio, de tecnologia da informação e em todos os demais que se relacionam com o processo de organização.

Observadores pela Democracia

Uma experiência exitosa e importante, construída por meio da articulação entre a Federação, os Sindicatos, a Confederação Nacional e a UNI Global, se deu com vistas a observar e constatar a lisura de um processo eleitoral ocorrido nas eleições gerais da Colômbia, ocorridas em 2022. Por meio da indicação dessas e de outras entidades sindicais de todo o País, foi constituída uma delegação de observadores para acompanhar o pleito do país vizinho. Eram observadores eleitorais internacionais.

Do Nordeste, e ligados às entidades de base da FETRAFI-NE, foram selecionados onze observadores, grupo composto por representantes do Piauí, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas. Orientados a fazer o trabalho de garantir a lisura do processo de escolha dos eleitos, o grupo teve um papel importante, na fiscalização das eleições, mas também em encaminhar às autoridades competentes, denúncias relacionadas ao desrespeito, à própria lei colombiana, e também sobre como ocorreram situa-

ções de exposição ao povo colombiano, aos trabalhadores colombianos, com ameaças à vida e aos titulares de candidaturas populares sindicais.

Foram constatadas situações de assassinatos e fraudes eleitorais. E a presença da delegação de observadores internacionais foi importante para inibir a atuação criminosa dos interesses políticos de forças políticas tradicionais, garantindo a lisura do processo. Por coincidência, foi a primeira vez na História da vizinha república, que ocorreu a vitória de uma representação ligada aos movimentos populares na Colômbia, que foi a eleição do primeiro presidente de esquerda naquele país, com a vitória de Gustavo Petro, eleito pelo Partido Colômbia Humana, um ex-guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), mas que havia renunciado às armas há mais de uma década e já integrava inclusive o Parlamento colombiano, como senador.

Essa incursão internacional da FETRAFI-NE, encheu de orgulho todos os trabalhadores do ramo financeiro, pois foi uma intervenção a favor da Democracia no Continente da América do Sul. Demonstrou uma associação da FETRAFI-NE com outras federações do ramo financeiro do País, com a CONTRAF-CUT, integrando uma delegação com mais de 80 observadores internacionais para essa eleição colombiana.

E abre uma frente de luta, dentro do estatuto da Federação, porque a defesa da Democracia, não é uma ação apenas no Brasil, mas também em todos os países do mundo.

Outra oportunidade de ampliar a luta internacional da entidade se deu com a realização do Congresso da UNI Américas. O evento foi uma construção coletiva da FETRAFI-NE, da CONTRAF-CUT e da UNI Américas, o braço da UNI Global no chamado Novo Continente que reúne 14 setores, 14 ramos de atividades.

O Congresso foi realizado no Brasil, em Fortaleza, em junho de 2022. Além de demonstrar a capacidade de organização da FETRAFI-NE, atestar a liderança da entidade, a capacidade de ampliar as relações institucionais nacionais e internacionais, articulando além do ramo finan-

ceiro, o evento demonstrou ainda o fortalecimento das lutas das entidades de base. Sindicatos fortes, representativos, que tenham vazão para as demandas populares, sociais, sindicais e trabalhistas, com impactos diretos em negociações, aumento de formação de lideranças, troca de experiências, ampliação das relações institucionais entre países, apontam a capacidade de a classe trabalhadora no sentido de vencer o jogo contra o capital.

Ajuda a fazer crescer juntos os entes sindicais das diversas instâncias (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, além de representantes de entidades internacionais, como é o caso da UNI Global e seus braços), no movimento sindical em geral. O Congresso, portanto, foi um momento importante, num estágio de internacionalizar a luta da classe trabalhadora.

E essa experiência se ampliará ainda mais em 2023, com a participação de representantes da FETRAFI-NE de mais um congresso internacional da UNION, mundial, a ser realizado na Filadélfia, nos Estados Unidos da América. A atuação da Federação vai ampliando as frentes de luta, garantindo uma permeabilidade de uma relação constante, de uma integração constante, institucional, política, organizativa entre os sindicatos filiados do Nordeste, a Confederação e as outras entidades sindicais que existem no mundo.

Os desafios não são fáceis. É preciso que a gente olhe para o futuro de uma organização, onde a atuação não pode ser somente voltada para uma organização de apoio à atuação do Sindicato. Ela tem que, também, olhando ao ponto da dimensão que teve na negociação coletiva nacional, ter também na relação institucional, junto ao Judiciário, junto ao Executivo, ao Legislativo, sua esfera de influenciar e fazer valer seu poder de interferir e colocar a força da classe trabalhadora como um elemento de ponderação nas negociações e instâncias de poder.

Ter uma relação de debate, e de interação institucional, com os Tribunais, não de um estado ou outro, mas de onde as bases filiadas possam al-

cançar; dialogar com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Dá para fazer um debate coletivo, com procuradores do Ministério Público do Trabalho nos Estados, pois é uma prerrogativa da entidade e obrigação dessa instância de poder ouvir os argumentos para defesa dos direitos difusos colocados. Ampliar o diálogo com os Tribunais, com desembargadores, com Tribunais superiores, seja num processo de organização e autorregulação, sistema de relações de trabalho, direitos trabalhistas. Isso vale também para a questão do Executivo. Ministério do Trabalho, outros ministérios, onde há a atuação da Federação nos termos sindicais de saúde, desenvolvimento. A representatividade da Federação está colocada. E uma comunidade de 40 mil trabalhadores, com força econômica e organizativa, precisa ser encarado e se colocar como um ator com capacidade de formular e agir para defender os trabalhadores e as trabalhadoras do ramo financeiro.

Essa é a nossa obrigação, enquanto classe trabalhadora, lutar contra a existência do chamado exército de reserva, uma excrescência a serviço do capital e que atrapalha a luta por melhores condições de vida. A luta de toda a classe trabalhadora exige essa organização coletiva para destronar o capital por força da união de todos, todas e todes enquanto proletários conscientes de nossos direitos e de que outra forma de estruturação da sociedade depende de nossa força em implantar mudanças no modelo de organização social.

Avante trabalhadoras e trabalhadores.

Sindicatos filiados a FETRAFI/NE



Fundado em 20 de setembro de 1933

O Sindicato dos Bancários e Financeiros de Alagoas foi fundado em 20 de setembro de 1933 com a denominação de Sindicato dos Bancários de Maceió. Seu reconhecimento veio nove anos depois (13 de abril de 1942), com a emissão da carta sindical pelo Departamento Nacional do Trabalho (atual Ministério do Trabalho). Em 16 de junho de 1977 foi ampliada oficialmente a base territorial da entidade, que passou a se chamar Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de Alagoas.

Os primeiros acontecimentos que marcam a história do Sindicato datam do início da década de 60, quando ele vinha sendo conduzido por simpatizantes da Juventude Estudantil Católica (JEC). O rompimento dessa fase teve início com a eleição de uma chapa mista para a entidade, onde havia integrantes da gestão anterior, a exemplo de Everaldo Macedo (presidente), e bancários independentes, como Roland Bitar Benamor (secretário). O presidente eleito deixou o cargo posteriormente para ocupar uma pasta no governo estadual, fazendo com que o secretário assumisse o comando do Sindicato.



A gestão de Roland Bitar Benamor foi marcada por iniciativas de estruturação da entidade e de fortalecimento da luta sindical e política. A diretoria tinha herdado um sindicato com estrutura frágil e poucos associados. Uma das primeiras ações foi realizar grande campanha de sindicalização, o que culminou no crescimento quantitativo e qualitativo da entidade dos bancários. Isto deu forças à diretoria para combater a exploração praticada pelos bancos contra a categoria, que eram maiores naquela época. “Muitas vezes entramos nas agências para tirar colegas que estavam o dia todo no banco, porque a Delegacia do Trabalho não cumpria o seu trabalho”, conta Benamor.

Essa primeira fase áurea do Sindicato viria a ser interrompida em abril de 1964, com o golpe militar que tomou o poder no Brasil. Na época todo movimento sindical foi afetado, em Alagoas e no país. O exército e suas armas tomaram conta das ruas, invadiram os sindicatos e prenderam os sindicalistas, sem dar qualquer chance de reação aos trabalhadores. Os dirigentes de entidades tiveram seus mandatos cassados e foram substituídos por interventores.

Durante quase vinte anos o Sindicato dos Bancários, assim como todo o movimento sindical, ficou atrelado às conveniências do regime, através de limitações impostas pela legislação e pelo Ministério do Trabalho. Foi a época do sindicalismo atrasado, que não fazia denúncias e não investia na luta, baseando suas ações no assistencialismo. Enquanto isto, a espoliação dos bancários pelos patrões era flagrante.

O enfretamento à esta situação começou em 1978, quando alguns bancários alagoanos decidiram se juntar e lançar um grupo para retomar à diretoria do sindicato. A Oposição Bancária, como ficou conhecida, contou com o apoio de outras categorias, segmentos e pessoas que também tentavam soerguer o movimento sindical no Estado,



a exemplo de jornalistas, advogados e ativistas dos direitos humanos. A oposição foi crescendo e ganhando força, até lançar uma chapa, em 1981, para concorrer à diretoria do Sindicato. A eleição deste ano foi fraudada de forma escandalosa pelos que detinham a entidade e pelos que apoiavam a chapa da situação. Foi uma espécie de fraude consentida pela Delegacia do Trabalho, que nada fez para garantir a lisura do pleito. Derrotada por este esquema, a oposição bancária passou outros três anos se articulando, crescendo e se estruturando, para lançar em 1984 uma outra chapa para a diretoria da entidade. Desta vez, com mais força e instrumentos para garantir a transparência das eleições, o grupo sagrou-se vitorioso, fazendo valer a vontade soberana da categoria.





Diretoria eleita em 1984

O dia 7 de agosto de 1984, data em que o Sindicato foi retomando, entrou para a história do sindicalismo em Alagoas e inaugurou uma nova era para os bancários. Foi a partir daí que a entidade rompeu as amarras que a prendia à ditadura militar e partiu para a construção de um sindicalismo classista, que representasse de fato os trabalhadores de bancos. Uma das primeiras lutas da nova diretoria foi para melhorar os salários da categoria, que haviam sido drasticamente achatados pelos banqueiros. Uma mobilização após outra fez com que a entidade se destacasse no movimento sindical e junto à opinião pública, o que ajudou a conquistar cada vez mais a confiança dos bancários.

Campanhas de sindicalização foram realizadas e obtiveram amplo sucesso. O número de associados, que era de 1.100 na gestão anterior, pulou para 4.500 até 1993, e depois para cerca de 6 mil.

Além das lutas sindicais e políticas, que voltaram a efervescer, as ações do novo Sindicato também foram no sentido de ampliar sua estrutura, para



prestar maior e melhor assistência aos bancários alagoanos. O prédio que abriga a sede da entidade foi readaptado, incrementou-se os departamentos médico e odontológico, implantou-se um forte departamento jurídico e criou-se uma ampla estrutura de comunicação, com carros de som, estúdio de rádio, redação, computadores e até uma gráfica.

Tudo foi construído para fortalecer a luta da categoria, que se mobilizava não apenas pelos direitos e interesses dos bancários (defesa do emprego, melhoria salarial, condições de trabalho etc.), mas também para apoiar lutas gerais da sociedade (ensino público e gratuito, direitos da mulher, reforma agrária, melhores condições de vida, justiça social etc.). A entidade também investiu em esportes e cultura, criando e promovendo campeonatos de futebol, realizando festivais de música e construindo o Espaço Cultural dos Bancários – para a divulgação dos artistas bancários e das produções culturais do Estado.

Movimento contra a liquidação do Banco do Estado de Alagoas (Produban) – 1989

Uma das lutas que mais marcou o Sindicato foi a defesa do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN), que entrou em processo de fechamento e

liquidação a partir do governo José Sarney (1986). Esta batalha, que também era contra a privatização dos bancos públicos, tornou-se vitoriosa anos depois, porque forçou o governo federal a reabrir o banco alagoano. Posteriormente vieram outras investidas de Brasília, com novas intervenções/liquidações, o que levou ao fechamento definitivo da instituição em meados da década de 90.

Outra histórica batalha do Sindicato foi em defesa de 167 funcionários da antiga Associação de poupança e Empréstimo de Alagoas (APEAL), que foi transformada em sociedade de crédito imobiliário em abril de 1986, demitindo todos os empregados. A mobilização do Sindicato e dos trabalhadores em várias esferas (estadual, federal, parlamentar, jurídica, política, trabalhista etc.) fizeram com que o Conselho Monetário Nacional autorizasse a absorção dos demitidos pela Caixa Econômica Federal.

No campo político, o Sindicato foi incansável na luta contra a política neoliberal e de usurpação do patrimônio público, que começou a ganhar força no governo Fernando Collor (1990). Além de se opor ao projeto do



governo, que era de arrocho salarial, privatizações, submissão ao FMI e completa abertura ao capital estrangeiro, o Sindicato denunciou e combateu o esquema de corrupção dos “colloridos”, que levaria mais tarde ao impeachment do presidente. A entidade foi a primeira a abraçar, dentro do movimento sindical, a causa do “Fora Collor”, quando ninguém imaginava que ele seria expulso do poder por crime de improbidade administrativa.

No governo Fernando Henrique Cardoso (a partir de 1995), os bancários passaram a viver o maior arrocho salarial da história, sobretudo os trabalhadores dos bancos públicos (BB, CEF, BNB). As privatizações e o nível de submissão do país ao capital internacional tornaram-se sem precedentes. O Sindicato dos Bancários, que sempre se esforçou pela eleição de representantes dos trabalhadores para a presidência da República e os parlamentos, empreendeu uma vigorosa luta contra a política de recessão, arrocho, desemprego e miséria.

Para conquistarmos o país e a qualidade de vida que sonhamos, a luta sindical é muito importante. Mas, só isso, não é suficiente. Nós trabalhadores precisamos garantir a eleição dos nossos verdadeiros representantes para os governos federal, estadual e municipal, bem como para as casas legislativas. As mudanças, necessariamente, também passam por aí.





Fundado em 8 de agosto de 1957

No mesmo ano da posse de Juscelino Kubistchek, 1956, nasce na Paraíba a Associação dos Bancários de Campina Grande, fruto da ideia de um líder bancário de Pernambuco, João Aparecido Lustosa Cabral. A associação



passa a ser um sindicato tendo como seu primeiro presidente, Lúcio Rabelo. Na posse de Rabelo, uma presença marcante, João Goulart. A principal reivindicação daquela época era o pagamento das horas extras e melhores condições de trabalho para os funcionários.

No final dos anos 50, o Banco Industrial de Campina Grande punia



com demissão o funcionário que se associasse ao Sindicato. Nos anos 1960, depois da euforia dos primeiros anos, assim como outras entidades de classe de todo o Brasil o instrumento de luta dos bancários campinenses também enfrenta perseguição política. Década “negra” na história do Brasil. A ditadura com suas censuras alcança todo e qualquer movimento por melhores condições de trabalho feito pelos sindicatos brasileiros. Em abril de 1964, foi designada uma junta governativa para substituir os antigos diretores. A segunda intervenção aconteceu em 1969, quando houve a cassação do mandato de Walter da Paz Rátiz, seu então presidente.

Na década de 1970 o movimento sindical foi calado pela ditadura, e em CG não foi diferente. No fim dessa década, recomeça o processo de redemocratização do País, conseqüentemente, uma abertura maior para as lutas sindicais.

Nos anos 1980 a volta dos lutadores sociais, com a anistia política o movimento sindical





crece no país. Em 1984, o país vivia a luta pela redemocratização, com as “Diretas Já!”. Segundo André Luis de Souza, um dos diretores do Sindicato, em Campina Grande, a volta do movimento sindical se deu exatamente em 1985, quando os bancários paralisaram as atividades de todas as agências bancárias da cidade, com a adesão de 95% da categoria. Os banqueiros aumentaram a pressão e a perseguição às lideranças sindicais. Uma das movimentações mais marcantes da história foi a participação na greve Geral de maio de 1990. Devido a intensa movimentação do



Sindicato, a Paraíba foi o único estado da federação a ter 100% das agências bancárias paralisadas.

Nesse início de década o Sindicato chama a atenção, devido a sua movimentação e boa atuação, dos bancários das microrregiões ao redor do compartimento da Borborema. Tem início então o plebiscito que resulta na incorporação de mais de 17 municípios que até então era restrita a sua sede. Desde aí sua razão social muda para Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários de Campina Grande e Região (Seeb CGR).

Em 1992, categoria do Seeb CGR decide pelo cancelamento da filiação do Sindicato à Federação dos Bancários da Paraíba, passando a fazer parte da recém-criada Federação dos Trabalhadores em empresas de Crédito do Nordeste (FETEC-CUT/NE). O movimento sindical dos bancários de Campina, não atua apenas pelos seus direitos, mas participa também das



reivindicações populares, se une ao “Fora Collor” e a luta passa a integrar outras frentes.

Em 2000, Rostand Silva Lucena é eleito presidente e em 2005 passa a integrar a FETEC-CUT/NE. Em 2006, o Sindicato filia-se a Confederação Na-



cional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (CONTRAF-CUT). Substituta da Confederação Nacional dos Bancários da CUT (CNB-CUT). O Sindicato de Campina Grande esteve presente na aprovação dos estatutos dessa nova Confederação, e a força da unidade e a permanente disposição para a luta constroem a história do Sindicato de CG no movimento sindical brasileiro.



Fundado em 29 de abril de 1959

Em 29 de abril de 1959 nascia, na cidade do Crato, o Sindicato dos Bancários da Região do Cariri, cuja representação atual é de três cidades da região: Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte. Fundado sob a égide da luta da categoria bancária, o Sindicato do Cariri foi sempre uma entidade que ajudou a construir a defesa dos interesses da coletividade. E nesse sentido, os seus e as suas dirigentes sempre pautaram os movimentos sociais e causas históricas. Assim como todas as demais entidades, o Sindicato passou por intervenção do regime militar que golpeou a democracia brasileira.

Mas assim que houve condições, foi no Sindicato dos Bancários e capitaneado por parte de seus dirigentes que a reação ao golpe se deu na região do Cariri, no sul do Estado do Ceará. Foi ali, no prédio do Sindicato dos Bancários do Cariri que as forças progressistas se reuniram para reagir aos desmandos de Fernando Collor, na luta pelo impeachment do então presidente.

Muito além disso, o Sindicato era a proa do movimento em defesa da Mulher, em seu Dia Internacional; nas manifestações pelo Dia do Trabalhador; no Grito dos Excluídos; nas lutas por direitos aos trabalhadores, mais que apenas pelas melhorias da categorias; atuou ainda, na luta pela



liberdade de imprensa e foi precursor ao produzir o primeiro programa radiofônico da categoria no Nordeste do Brasil, no começo da década de 1990, levando a ferramenta da comunicação a outra dimensão na luta de classes para a região do Cariri cearense.

Mas muito além de inovador, integrado nas lutas para melhoria da so-





cidade brasileira e por igualdades entre todos os atores sociais, o Sindicato do Cariri não se furtou à luta pela categoria. Foi nessa seara que o Sindicato mergulhou fundo e conquistou muitas proezas. A partir do fim da década de 1980, democraticamente a base da categoria escolheu os representantes do então Movimento de Oposição Bancária, ligado à CUT, e desde então trilhou na







trincheira anti-neoliberal. Combateu decisões dos governos de FHC e sua sanha por privatizações, movimentos grevistas pela manutenção de conquistas de bancários de bancos estatais. Na obra que comemora os 50 anos da entidade, publicada em 2009, a ex-dirigente e apresentadora da obra, Erivanda de Lima Medeiros, escreve: “Muitos foram os revezes, é certo; mas todos eles ensejaram lições que foram apreendidas, com coragem e altivez por essa valorosa categoria que nunca se vergou frente à opressão e à injustiça”. E isso descreve a forma como o Sindicato do Cariri se apresenta às lutas e desafios de se fazer presente nas demandas de manter uma Convenção Coletiva de Trabalho, conquista cuja finalidade primordial é desse Sindicato em parceria com a FETRAFI-NE.

Sindicato dos Bancários do Ceará

Fundado em 21 de fevereiro de 1933

Em 2023 o Sindicato dos Bancários do Ceará completou 90 anos de história. E esse tempo demarcou um fato: a vanguarda da luta da classe trabalhadora sempre marcou presença na direção do Sindicato. Entidade de raça, garra, luta e consciência, o Sindicato nasceu juntamente com os desafios da primeira metade do Século XX, dez anos antes de ter sido decretada a CLT por Getúlio Vargas, em 1943. Antes mesmo de ela ser o baluarte que reuniu um arco considerável da legislação em defesa dos interesses do proletariado brasileiro, os bancários do Ceará se fizeram





organizar em torno de sua entidade classista.

O Sindicato dos Bancários do Ceará fez, desde o enfrentamento às políticas e ações do Estado Novo, a luta por uma política de enfrentamento às questões da luta de classes dentro do ciclo democrático que se espalhou pelo Brasil do pós-Guerra Mundial, a eleição democrática de Getúlio e sua defesa do trabalhismo como forma motriz da nação; o apoio à liderança de João Goulart em sua luta por manter o sistema presidencialista e pela legalidade; assim como a entidade enfrentou o golpe de 1964, teve dirigentes legítimos cassados na ditadura, em dois momentos (1964 e 1968), e foi um dos primeiros a se desvencilhar dos interventores já em 1979, com a histórica Maria Natividade Pinho Belém Rocha vencendo a eleição às vésperas da anistia. Depois o Sindicato aderiu à luta cutista, em 1988, com o ciclo do “Novo Sindicalismo”, a partir da eleição de Nelson Martins.

Muitas lutas, solidariedade com todas as entidades que apresentaram uma oposição em favor da representatividade democrática em sua base. Assim funcionava o Sindicato dos Ban-



cários do Ceará que ajudou a expurgar várias entidades sindicais de interventores e pelegos, em apoio às demandas que chegavam à entidade por meio de oposições vigorosas e infantis. O auxílio e apoio, fez o Sindicato dos Bancários do Ceará ser uma referência no interesse da classe trabalhadora desde o fim da ditadura até os dias atuais.

No período mais “sangrento” do neoliberalismo no Brasil, quando FHC promoveu o desmonte das estruturas estatais, o Sindicato dos Bancários do Ceará foi uma das entidades à frente da luta contra o desmonte da estrutura construída a partir do suor dos brasileiros e brasileiras, em defesa dos bancos públicos, contra as privatizações que desaguaram na privatária tucana, assim como a entidade ajudou a construir a FETEC-CUT/NE, primei-



ra Federação a congregar a maior parte de bancários e bancárias, pela base, no Nordeste do Brasil.

Fez a luta, ao lado da Federação, ajudou a construir um sindicalismo pujante e vibrante, de

luta e capaz. Prova disso foi a Convenção Coletiva de Trabalho, primeira de caráter nacional, que vem sendo mantida apesar de todos os retrocessos instalados a partir de 2016, com a implantação do golpe via impedimento de Dilma Rousseff, implantação do retrocesso com teto de gastos, deforma-





ção da legislação trabalhista, assalto aos direitos previdenciários do povo brasileiro, assim como outras perdas.

Mas o Sindicato que hoje defende os integrantes do ramo financeiro em 179 municípios do Ceará, depois que um golpista como Michel Temer impetrou várias perdas para a sociedade, não se deixou abater, seguiu na luta. Mesmo com a fragorosa derrota das forças progressistas nas eleições de 2018, o Sindicato manteve-se forte ante às provocações e ataques do inominável presidente eleito, enfrentando aquela onda de ódio que abalou a capacidade de luta da classe trabalhadora, mas não a vergou.

Uma história, de noventa anos, ao longo da qual sofreu três intervenções e nem assim se entregou e continuou lutando pela liberdade e pela Democracia. O Sindicato foi o autor de um projeto de lei garantidor de segurança bancária para todas e todos do Estado foi partícipe da construção coletiva que culminou na Convenção Coletiva de Trabalho, que garante os mesmos direitos a todos os bancários, em todos os lugares do Brasil.



Fundado em 13 de abril de 1935, o Sindicato dos Bancários da Paraíba sempre esteve na vanguarda dos movimentos sociais, enfrentando bravamente a repressão durante os anos de chumbo da ditadura militar. Teve participação ativa no processo de redemocratização do País e resistiu de forma arrojada às privatizações durante do governo FHC e, em especial, a luta contra a privatização do Paraiban (Banco do Estado da Paraíba).

Em 24 de outubro de 1941 recebeu a Carta de Reconhecimento Sindical, de acordo com a definição da Lei editada em 1939. Em primeiro de maio de 1943 foi aprovada a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, unificando toda a legislação trabalhista implantada por Getúlio Vargas durante os seus 13 anos de governo.

A partir de setembro de 1945 passou a ser denominado Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de João Pessoa. Porém, em 1946, foi alterado para Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba.

O início da década de 80, bancários com maior experiência política, decidiram formar um grupo de oposição, assumindo a liderança das campa-

nhas reivindicatórias, procurando por fim a atuação voltada para o assistencialismo e administração do patrimônio, que marcou as gestões dos anos da ditadura militar. Era despertada a convicção de que havia a necessidade de que os sindicatos se tornassem mais combativos, harmonizando a Assistência Social com a LUTA SINDICAL.

Um boletim informativo intitulado TROCANDO EM MIUDOS tornou-se o instrumento de comunicação da oposição sindical com a categoria. Além de visitas constantes aos bancos, realização de assembleias para debate das questões de interesse dos bancários, ele passou a servir para promover a mobilização em defesa das questões dos trabalhadores em estabelecimentos financeiros da Paraíba. Em 1988, com a vitória da





Chapa da Oposição, nascia um novo Sindicato, democrático e combativo.

Participou da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Departamento Nacional dos Bancários (DNB-CUT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (FETRAFI-NE).

Ao longo dos seus oitenta e oito anos de existência, desenvolveu intensas ativida-





des de responsabilidade social, com projetos que atenderam demandas das comunidades circunvizinhas à sua sede. Dedicou especial atenção à promoção de eventos culturais, com destaque para sete edições anuais do BANCARTE, uma mostra de cultura e artes, revelando talentos da categoria, na música, artes plásticas, literatura e teatro. Por quatro anos e meio as gravações do programa Cantos & Contos, gravados na sede da Entidade sindical, deram visibilidade ao Sindicato como agente de difusão cultural regional.





Fundado em 9 de outubro de 1931

Construído com muita luta e organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco foi fundado no dia 9 de outubro de 1931. Hoje, representando uma base de cerca de 11 mil bancários(as), a entidade renova o seu compromisso com a defesa dos direitos da categoria e do conjunto da classe trabalhadora, da Democracia, do emprego e salário digno e das empresas públicas.



A entidade teve participação ativa nas conquistas históricas da categoria, como Convenção Coletiva de Trabalho de abrangência nacional, piso



salarial, vale-refeição/alimentação, PLR, 13^a cesta alimentação, licença-maternidade e paternidade ampliadas, auxílio creche, jornada de seis horas, entre outros.

O Sindicato também destacou-se na luta pela regulamentação do salário mínimo para todos os trabalhadores, pela conquista da jornada de seis horas para os bancários e no combate ao assédio moral nos bancos, consolidando-se ao longo das décadas como uma combativa entidade.

Com o Golpe Militar de 1964, o



Sindicato dos Bancários de Pernambuco sofreu uma forte intervenção, toda direção foi cassada e uma junta militar se apossou da entidade. Quando os ventos da democracia voltavam a soprar no Brasil, em 1988, os bancários de Pernambuco elegeram a chapa do Movimento de Oposição Bancária (MOB), iniciando um novo ciclo de lutas e conquistas. As lutas da categoria foram ampliadas, somando forças aos movimentos sindical e sociais.

O Sindicato filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a organização da categoria bancária foi fortalecida. A entidade também é fi-

liada à Contraf-CUT e à FETRAFI-NE. Desta forma, realizou importantes mobilizações e greves históricas; resistiu diante das ofensivas liberais para privatização dos bancos públicos, fusões e demissões dos bancos privados, das reformas trabalhista e previdenciária, e dos ataques aos direitos da classe trabalhadora.

Com 92 anos, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco busca, cada vez mais, aproximação da sua base, ouvindo os anseios dos(as) bancários(as), construindo ações de forma coletiva, e lutando pelo fortalecimento da democracia, pela garantia dos direitos trabalhistas e do emprego, em defesa dos bancos públicos e serviços públicos.

(Beatriz Albuquerque)





Fundado em 17 de março de 1954

Em 1954 um grupo cria o Sindicato dos Bancários do Piauí, e escolhe José Maria Soares (Banco do Brasil) para ser o primeiro presidente. Dez anos depois vivendo sua plenitude democrática, a entidade sofre intervenção da ditadura que assaltou o poder da República, depondo o presidente José Maria Soares, que comandava o Sindicato, e é nomeado um interventor. É eleito Geraldo Ribeiro em 1965. A entidade passa por nova intervenção. Somente vinte anos depois, já no período de reorganização da classe





trabalhadora, em 1985, ocorre a primeira greve nacional na Caixa (greve das seis horas), com seus trabalhadores e trabalhadoras alcançando o reconhecimento de pertencer à categoria e conquistando a jornada de 6h. No mesmo ano é inaugurada a Praça de Lutas dos Bancários, em frente ao antigo Banespa, na Rua Álvaro Mendes, em Teresina. Em 1987 acontece o Primeiro Encontro Estadual da categoria. As lutas continuam em jornadas de lutas e em 1989 três grandes greves resultam na regulamentação da Lei de Greve, reposição salarial de 152% (BB) e acordo salarial com média de aumento real de 20%. Em 1990, a categoria comemora o Dia Nacional do Bancário (instituído em 1951) mas perde postos de trabalho com o fechamento do Banco do Estado do Piauí (BEP).

A luta não para e em 1992 a entidade adquire sua sede com recursos levantados por meio do processo judicial da URP contra a Caixa. Regina Sousa é eleita a primeira mulher presidenta do SEEB/PI, e a entidade assina a primeira Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato se muda para nova





sede e se filia à CUT em 1993, com o BEP sendo reaberto e federalizado no ano seguinte. Em 1995 trabalhadoras e trabalhadores da Caixa aderem à greve para conquista de abono, aumento no valor do ticket alimentação e auxílio creche, e criação de Comissão de Relações Trabalhistas. Nos bancos privados sai a primeira PLR, auxílio alimentação para bancária em licença maternidade e reajuste acima do INPC. No IX Encontro Estadual se discute e delibera pela unificação nos bancos oficiais, destinação do imposto sindical e conclusão da Gráfica dos Bancários, inaugurada em junho.

Em 1998, a atuação cultural da entidade gera o bloco de carnaval Lisarinas, forma-se o Reisado e grupo de teatro percorrendo agências e denunciando a demora no atendimento. A criatividade gera resultado e é sancionada a Lei do Tempo de Fila nas agências bancárias em Teresina, de autoria da então vereadora Flora Isabel.

Uma Caravana em defesa dos bancos públicos percorre todas as regiões do Piauí até ano de 2000, com a coleta de 10 mil assinaturas remetidas

ao Congresso Nacional. Em 2002 a entidade amplia atendimento à saúde, com plano odontológico e consultas médicas. Um escritório jurídico passa a atender à categoria.

Em 2004, já sob o Governo Lula, uma greve de 33 dias se encerra com a conquista da inflação do período. Congressos da categoria apontam para a unificação da campanha salarial entre o setor público e privado para assinar a CCT. As conquistas vão se ampliando por meio da nacionalização da luta, ação da entidade em sintonia com as demais, tendo por fio condutor a FETRAFI-NE.

Os funcionários do BEP são incorporados ao Banco do Brasil. Conquistas são ampliadas e as lutas locais, do Piauí, se confundem com as nacionais, com vitórias e embates contra os banqueiros e a sua usura em explorar além da conta a categoria e também trabalhadores do ramo financeiro. Mas a união de todos e todas resulta em vitórias que são exemplo para outras categorias.





Os presidentes no PIAUÍ foram: José Maria Soares (1954-1961), Sebastião da Costa e Silva (1961-1962), José Ribamar Viana (1962-1964), João Alves de Macedo (interventor / 1964-1965), Geraldo Ribeiro dos Santos (1965-1968), Francisco Bertoldo Fiúza (1968-1971), José Maria Nascimento (1971-1974), José Jesus Trabulo (1974-1986), Wellington Dias (1986-1992), Regina Sousa (1992-1995), Geraldo Carvalho (1995-1998), Simplício Mário (1998-2001 / 2001-2002), Francisca de Assis (2002-2004 / 2004-2007), José Ulisses (2007-2010 / 2011-2013), José Arimatea Passos (2013-2016 / 2016-2019) e Odaly Medeiros (2019-2022).

Diretoria da FETRAFI/NE 2021-2025

Carlos Eduardo Bezerra Marques
Presidência

Odaly Bezerra Medeiros
Vice- presidência

Lindonjhonson Almeida de Araújo
Secretaria Geral

Sandra Maria Trajano de Albuquerque
Secretaria de Finanças

Alexandre Timoteo Guedes
Secretaria de Novas Tecnologias

Márcio dos Anjos Silva
Sec p Assun de Seg Bancária e de Políticas contra a Terceirização

Tomaz de Aquino e Silva Filho
Secretaria de Imprensa e Comunicação

Tereza Cristina Ferreira de Souza
Secretaria de Organização do Ramo Financeiro

Telmo José Nunes de Sousa
Secretaria de Formação Sindical e Estudo Sócio-Econômico

Epaminondas Ramos de França Neto
Secretaria de Assuntos Jurídicos

Clécio Morse de Souza
Secretaria de Políticas Sociais

Marcos Aurélio Saraiva Holanda
Secretaria de Políticas Sindicais

Esdras Luciano Cabral Campelo
Secretaria de Bancos Privados

Paulo César Soares França
Secretaria de Bancos Públicos

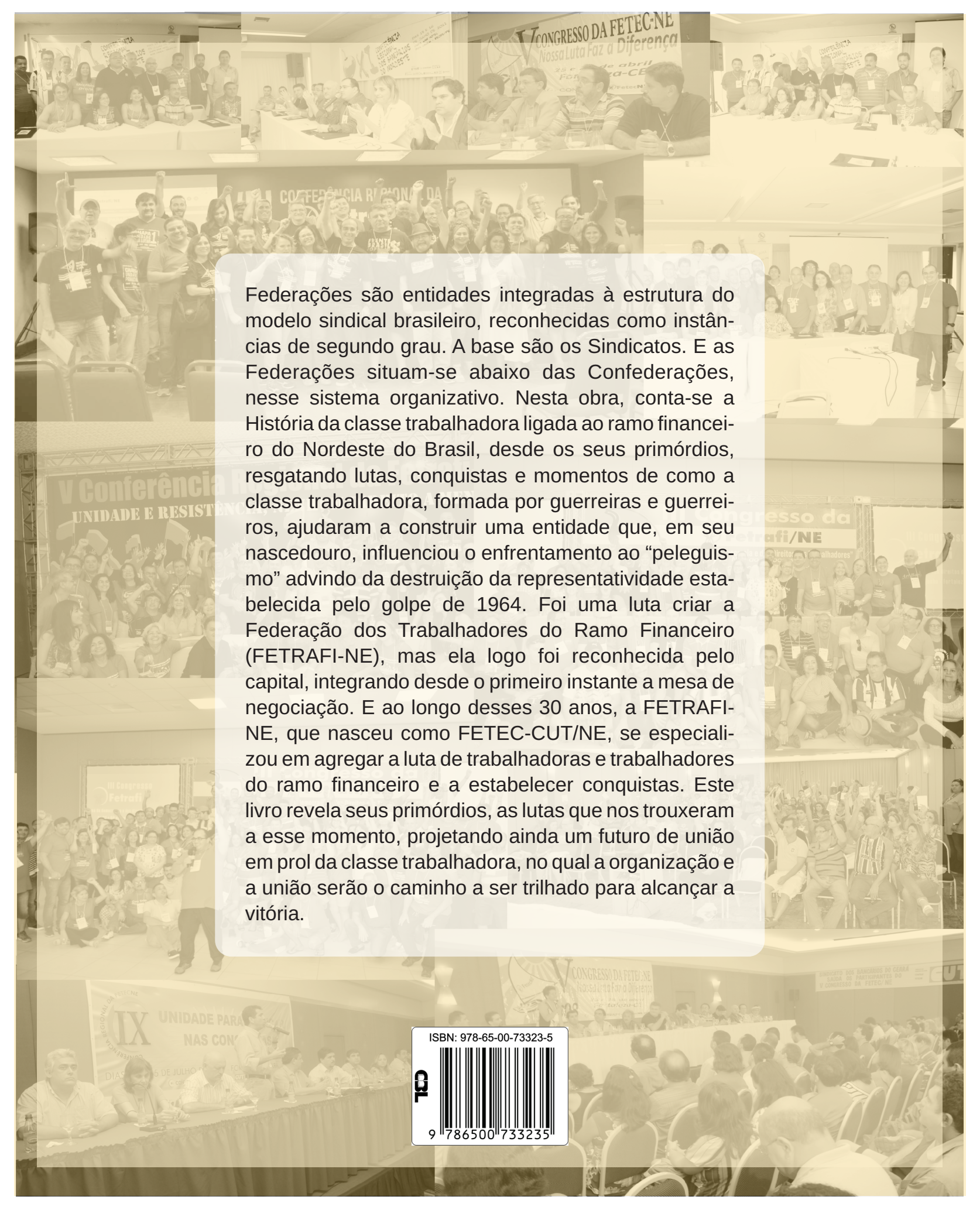
José Ailson Duarte
Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho

Cândida Fernandes da Cruz
Secretaria de Assuntos da Mulher

José Ribamar do Nascimento Pacheco
Secretaria de Administração e Logística

Geraldo Times Veras Junior
Secretaria de Juventude

José Arimatea de Sousa Passos
Secretaria de Igualdade Racial



Federações são entidades integradas à estrutura do modelo sindical brasileiro, reconhecidas como instâncias de segundo grau. A base são os Sindicatos. E as Federações situam-se abaixo das Confederações, nesse sistema organizativo. Nesta obra, conta-se a História da classe trabalhadora ligada ao ramo financeiro do Nordeste do Brasil, desde os seus primórdios, resgatando lutas, conquistas e momentos de como a classe trabalhadora, formada por guerreiras e guerreiros, ajudaram a construir uma entidade que, em seu nascedouro, influenciou o enfrentamento ao “peleguismo” advindo da destruição da representatividade estabelecida pelo golpe de 1964. Foi uma luta criar a Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (FETRAFI-NE), mas ela logo foi reconhecida pelo capital, integrando desde o primeiro instante a mesa de negociação. E ao longo desses 30 anos, a FETRAFI-NE, que nasceu como FETEC-CUT/NE, se especializou em agregar a luta de trabalhadoras e trabalhadores do ramo financeiro e a estabelecer conquistas. Este livro revela seus primórdios, as lutas que nos trouxeram a esse momento, projetando ainda um futuro de união em prol da classe trabalhadora, no qual a organização e a união serão o caminho a ser trilhado para alcançar a vitória.

ISBN: 978-65-00-73323-5



CD

9 786500 733235